

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTI-INSTITUCIONAL EM DIFUSÃO DO
CONHECIMENTO**

MOISÉS DOS SANTOS VIANA


**EXPERIÊNCIAS, AGÊNCIAS E AFETIVIDADE:
EMERGÊNCIA DE REDES COGNITIVAS NO TERRITÓRIO DO SISAL**

Salvador

2023

MOISÉS DOS SANTOS VIANA

EXPERIÊNCIAS, AGÊNCIAS E AFETIVIDADE: EMERGÊNCIA DE REDES COGNITIVAS NO TERRITÓRIO DO SISAL



Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Difusão do Conhecimento.

Áreas de Concentração: Modelagem da Geração e Difusão do Conhecimento

Linha 3 – Cultura e Conhecimento: Transversalidade, Interseccionalidade e (in)formação.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Bitencourt Machado (UFBA)

Coorientador: Prof. Dr. José Wellington Marinho Aragão (UFBA)

Salvador

2023

Viana, Moisés dos Santos.

Experiências, agências e afetividade : emergência de redes cognitivas no território do sisal / Moisés dos Santos Viana. - 2023.

213 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Bitencourt Machado.

Coorientador: Prof. Dr. José Wellington Marinho Aragão.

Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2023.

1. Sistemas sociais. 2. Afetividade. 3. Análise cognitiva. 4. Experiências. 5. Gestão do conhecimento. 6. Território. 7. Redes cognitivas. I. Machado, Gustavo Bitencourt. II. Aragão, José Wellington Marinho. III. Programa de Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento. IV. Título.

CDD 302.4 - 23. ed.



Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO (DMMD), realizada em 11/05/2023 para procedimento de defesa da Tese de DOUTORADO EM DIFUSÃO DO CONHECIMENTO no. 65, área de concentração MODELAGEM DA GERAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO, do(a) candidato(a) MOISÉS DOS SANTOS VIANA, de matrícula 2019110047, intitulada EXPERIÊNCIAS, AGÊNCIAS E AFETIVIDADE: emergência de redes cognitivas no Território do Sisal. Às 09:00 do citado dia, Plataforma RNP, foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof. Dr. GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO que apresentou os outros membros da banca: Prof. Dra. MARIA RAIDALVA NERY BARRETO, Prof. Dr. DANTE AUGUSTO GALEFFI, Prof. Dr. FERNANDO JOSE REIS DE OLIVEIRA e Prof. Dra. IARA DO CARMO CALLEGARI. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Doutorado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor. Em virtude da elevada qualidade e relevância acadêmica e científica, a Banca Examinadora recomenda que a tese seja publicada em livro e em outros meios de divulgação disponíveis. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dr. FERNANDO JOSÉ REIS DE OLIVEIRA, UESC-BA
Examinador Externo à Instituição

Dra. IARA DO CARMO CALLEGARI
Examinadora Externa à Instituição

Dra. MARIA RAIDALVA NERY BARRETO, IFBA
Examinadora Interna

Dr. DANTE AUGUSTO GALEFFI, UFBA
Examinador Interno

Dr. GUSTAVO BITTENCOURT MACHADO, UFBA
Presidente

MOISÉS DOS SANTOS VIANA
Doutorando(a)¹

Dedico esse trabalho às mulheres das cooperativas Sabores da Terra, Delícias da Mandioca e Cooperafis, que toparam dialogar e me permitiram a trama com fibras, sabores, licores e sequilhos.

AGRADECIMENTOS

Agô Exu!

Agradeço a todos e todas que estiveram comigo nesta jornada!

Às mulheres das Cooperativas Sabores da Terra, Delícias da Mandioca e Cooperafis que toparam me acompanhar desde 2014 e me permitiram uma tessitura com elas sobre conhecimento e malhas, em especial Eliete e Tamires, grandes lideranças.

Agradeço aos meus familiares: Vene, Nele, Sam, Dane, Bel, Fran, Vicente, Lota e Pepeu, Jam, Massimo, Neuminha, Tio Sid, Lucas, Luma e Ludi.

Agradeço a minha família de axé do Ilê Axé Ijexá, todos filhos de Oxalá e em especial meu Babá, Ajalá Deré, meus irmãos gêmeos Oluabi e Alabunmi, Juriti, Beija-Flor e Andorinha, bem como Onirá, Ajagunan, Fadori, Ijaborô, Jumiodê, Zamaiongo Abajorum, Ajilodá, Emille, Janilê, Helena, Ibilomi, Ibajimu, Iya-Kemi, Ilorebum Ingrid, Kiluadê, Loya-Barim, Marlene, Oya-Funa, Ologoni, Oya-Jidê, Oya-Lorê, Oya-Mojina, Ominlekê, Zamaiongo.

Aos meus orientadores Gustavo e José Wellington pelos diálogos e apoio, também aos professores do PPGDC pelos diálogos maravilhosos e à banca que aceitou participar.

Aos meus amigos, autarquias Fernando, Ava, Renata, Fábio, Leonardo, Pablo, Michele, Mariana, Nena, Taline, Iara, Lucia, Andreia, Heder, Amanda.

Aos meus colegas e amigos da UNEB, Campus 14, Grupo de Pesquisa FEL e alhures, Rosane, Vil, Ilze, Tiago, Kleber, Patricia, Carol, Vera, Matheus, Nisia, Eide, Leticia, Helen, Nilzete, Katia, Beda, André, André, Cleidiana, Maurício, Irê, Cristina, Cristiane, Antonio, Ruth, Priscila, Sara, Andreia, Manu, Helen, Kelma, Ricardo, Juci, Amélia, Janine, Lilia, Kamila, Adriano, Paulo, Laerte, Henrique, Luciana, Tarcísio, Sabrina, Pedro, Catu, Rodrigo, Margareth, Luciana, Mercia, Jordan, Railton, Kivia, Ana Naara, Camila.

Aos meus discentes e orientandos que me ensinaram a ensinar, Miriam, Kea, Laine, Rodrigo, Gean, Maiana, Daiane e Daniel.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa Agricultura Comparada e Agricultura Familiar, e aos meus amigos do PPGDC: Inês, Ina, João, Kari, Tânia, Silvano, Margareth, Cleiton, Cleidineia, Lourdes, Franci.

Exeuê Oguiã Babá!

VIANA, Moisés dos Santos. Experiências, agência e afetividade: Emergência das Redes Cognitivas (ReCo) no Território do Sisal. 213 f. il. 2023. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa nasceu da nossa inserção no Território do Sisal, a partir do trabalho realizado na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus 14, Conceição do Coité-BA, por meio de investigações, extensões e ensino das “Experiências da Comunicação” no contexto territorial. Desse modo, a pesquisa objetiva analisar como se caracterizam as Redes Cognitivas (ReCo) que emergem das experiências, dos conhecimentos, dos saberes e das afetividades dos agentes que atuam nas unidades de produção das comunidades rurais das Cooperativas de produção “Sabores da Terra”, “Delícias da Mandioca” (comunidade do Papagaio) e “Fibras do Sertão”, em Valente-BA, no Território do Sisal, no semiárido do estado da Bahia. Para isso articulamos as teorias de *Habitats*, bem como dos Sistemas Sociais, a partir da Análise da Rede Cognitiva (ReCo) e da Análise Cognitiva (AnCo). Desse modo, a pesquisa possibilita o desenvolvimento de interfaces multidisciplinares que perpassam as Teorias dos Sistemas Sociais, Teorias das Redes e Emaranhados, Complexidade e dos conceitos de Afetividade, Agências, Análise Cognitiva, Difusão do Conhecimento, Experiências, Território e Redes Cognitivas. Destacamos, assim, as interações e conexões que formam um conjunto de conhecimento dentro de uma perspectiva de Complexidade dos Sistemas Sociais e com pesquisa de tipo qualitativo, usando os procedimentos metodológicos de observação participante, etnografia, entrevistas livres, análise documental e realização de oficinas. Assim, observamos que tais experiências, conhecimentos e saberes se materializam em produções locais em uma afetividade, a partir de elementos próprios e apropriados, expressivos e complexos, ou seja, em um processo de reelaboração da realidade e de sua experiência no Território do Sisal onde habitam diversas formas de vida. Por fim, evidenciamos a difusão da cultura do conhecimento e apresentamos um modelo teórico-metodológico para Análise Cognitiva (AnCo) em outros territórios, em pesquisas sucedâneas. Caracterizamos um sistema de conhecimento autopoietico que funciona em forma de malhas e tramas em operações que denominamos de Redes Cognitivas (ReCo) no Território do Sisal.

PALAVRAS-CHAVE: Afetividades. Análise Cognitiva. *Habitats*. Sistemas sociais. Território do Sisal. Redes Cognitivas.

EXPERIENCES, AGENCIES, AND AFFECTIVITY: emergency of cognitive networks in Sisal Territory

ABSTRACT

This thesis research was born from our insertion in the Sisal Territory, from work carried out at the University of the State of Bahia (UNEB), Campus 14, Conceição do Coité-BA. It aims to analyze how the Cognitive Networks (ReCo) that emerge from the experiences, knowledge, knowledge and affection of the agents who work in the production units of the rural communities of the production Cooperatives “Sabores da Terra”, “Delícias da Mandioca” (community of Papagaio) and “Fibras do Sertão”, in Valente-BA, in the Sisal Territory, in the semi-arid region of the State, from Bahia. For this, we approach the theories of Habitats, as well as Social Systems from the Cognitive Network Analysis (ReCo) and Cognitive Analysis (AnCo). The research enables the development of multidisciplinary interfaces that permeate the Theories of Social Systems, Theories of Networks and Entanglements, Complexity, and the concepts of Affectivity, Agencies, Cognitive Analysis, Knowledge Diffusion, Experiences, Territory, and Cognitive Networks. Thus, we highlight the interactions and connections that form a set of knowledge within a qualitative research perspective, using the methodological procedures of participant observation, ethnography, free interviews, and document analysis. Thus, we observe that such experiences and knowledge materialize in local productions in affectivity from their own and appropriate expressive and complex elements, that is, in the process of re-elaborating reality and experiences in the Sisal Territory where different forms of life. Finally, we show the diffusion of the knowledge culture and present a theoretical-methodological model for Cognitive Analysis (AnCo) in other territories, in successive researches. We characterize an autopoietic knowledge system that works in the form of meshes and wefts in operations that we call Cognitive Networks (ReCo) in the Sisal Territory.

KEYWORDS: Affectivity. Cognitive Analysis. Cognitive Networks. *Habitats*. Sisal Territory. Social Systems.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: Modelagem do plano da experiência: geração e produção do conhecimento.....	46
FIGURA 02: Estrutura do sistema-território a partir da obra de Milton Santos.....	61
FIGURA 03: Modelagem do sistema-território em Milton Santos.....	63
FIGURA 04: Variáveis para compreensão do sistema-território.....	65
FIGURA 05: Fluxo das informações no sistema-território.....	66
FIGURA 06: Inovação e tecnologias - domínio das relações sociais.....	66
FIGURA 07: Características do desenvolvimento territorial no processo de criação de políticas públicas.....	70
FIGURA 08: O território enquanto realidade multidimensional.....	73
FIGURA 09: Visão multidimensional: a multisetorialidade e a multifuncionalidade.....	74
FIGURA 10: Desenvolvimento territorial e multisetorialidades.....	75
FIGURA 11: Eixo de desenvolvimento da Bahia.....	82
FIGURA 12: Mapa dos territórios de identidade da Bahia.....	89
FIGURA 13: Mapa do Território do Sisal.....	91
FIGURA 14: Semiárido na Bahia e sua predominância.....	92
FIGURA 15: Percentual (%) de domicílios que utilizam a rede geral de água como principal forma de abastecimento, por Grandes Regiões, com disponibilidade diária - 2019.....	93
FIGURA 16: Movimento da seca na Bahia e Território do Sisal.....	95
FIGURA 17: Secador de fumo no Arraial Cutia em Conceição do Coité (BA) - 1962.....	96
FIGURA 18: Usina Nossa Senhora de Lourdes de beneficiamento de sisal e fabricação de cordas: Conceição do Coité, BA - 1957.....	98
FIGURA 19: Média de produto interno bruto per capita no Território do Sisal.....	99
FIGURA 20: Mercado municipal: Conceição do Coité, BA - [19--].....	100
FIGURA 21: População Rural.....	101
FIGURA 22: Ocupação Agropecuária.....	102
FIGURA 23: Anos de escolaridade dos 10 municípios.....	103
FIGURA 24: Representação do sistema e sua organização.	111

FIGURA 25: Princípios e características do sistema.....	120
FIGURA 26: Tipos de sistemas autopoieticos.....	121
FIGURA 27: Representação para entendimento dos sistemas autopoieticos.....	123
FIGURA 28: Representação da operação para distinção dos sistemas autopoieticos.....	124
FIGURA 29: Representação da operação de sentido do observador de primeira ordem.....	126
FIGURA 30: Circuito da operação do observador de segunda ordem.....	127
FIGURA 31: Representação da operação do sistema autopoietico.....	130
FIGURA 32: Configuração das operações no sistema-território.....	132
FIGURA 33: Configuração das operações: transposição teórico-metodológica.....	133
FIGURA 34: Representação das operações das Redes Cognitivas (ReCo).....	135
FIGURA 35: Circuito dos processos metodológicos.....	139
FIGURA 36: Direcionamento dos roteiros de pesquisa.....	140
FIGURA 37: Modelo para compreensão da AnCo.....	144
FIGURA 38: Operação para compreensão da AnCo.....	145
FIGURA 39: Modelo 3 para compreensão da AnCo.....	146
FIGURA 40: Operação das Unidades discretas na ReCo.....	149
FIGURA 41: Entrada de Valente-BA.....	150
FIGURA 42: Encontros e interações na sede da Cooperafis.....	151
FIGURA 43: Encontros virtuais durante a pandemia e interações.....	152
FIGURA 44: Encontro entre agentes de conhecimento na Cooperafis.....	152
FIGURA 45: Proposta de roteiro.....	153
FIGURA 46: Tramas de fibras de Sisal (Cooperafis).....	154
FIGURA 47: O campo altera as concepções teórico-metodológicas.....	155
FIGURA 48: Estratégias de institucionalização da pesquisa.....	156
FIGURA 49: Cooperadas do Papagaio após as oficinas.....	157
FIGURA 50: Seminário sobre as oficinas de comunicação na UNEB.....	157
FIGURA 51: Desenvolvimento de estratégias de comunicação interna.....	158
FIGURA 52: Oficina de comunicação com “Sabores da Terra” e “Delícias da Mandioca”.....	159

FIGURA 53: Oficina de comunicação em redes sociais.....	159
FIGURA 54: Oficina de Comunicação com a Cooperafis.....	160
FIGURA 55: Fornecimento de água à sede onde ocorreram as oficinas, em Papagaio.....	161
FIGURA 56: Proposta de oficinas de desenvolvimento e elaboração de projetos...	161
FIGURA 57: Diálogo nas oficinas de elaboração de projetos.....	162
FIGURA 58: Emergência das ReCo a partir da operação Experiência-equivalente.....	164
FIGURA 59: Salão comunitário local no Papagaio.....	166
FIGURA 60: Sede da Cooperativa “Delícias da Mandioca” no espaço de lazer do Papagaio.....	167
FIGURA 61: O espaço de lazer do Papagaio é um espaço de afetividade.....	168
FIGURA 62: Organização, comunicação e espaço de cooperação.....	169
FIGURA 63: Produção a partir das fibras de Caroá e Sisal.....	170
FIGURA 64: Extração do Caruá e sua fibra.....	171
FIGURA 65: Extração do pigmento do Pau-de-Colher.....	172
FIGURA 66: Unidades discretas e agências não-humanas.....	176
FIGURA 67: Agências não-humanas na operação das ReCo.....	177
FIGURA 68: Agências não-humanas nas Experiências-Ação.....	178
FIGURA 69: A experiência-ação acontece no local, marcada pela singularidade e tramas.....	179
FIGURA 70: Os artefatos e a comunicação nas ReCo.....	180
FIGURA 71: A experiência-ação, produção material na ReCo.....	181
FIGURA 72: A aplicação de tintura nas fibras de Sisal.....	183
FIGURA 73: Na Cooperafis tem que saber compartilhar, cooperar e se associar....	183
FIGURA 74: Rede Ponto Nosso.....	186
FIGURA 75: Características descritivas da ReCo.....	195
FIGURA 76: Colaboração para a difusão do conhecimento no LAPADAS.....	196
FIGURA 77: Perspectiva de resultado da Tese no Plano Institucional.....	198

LISTA DE TABELAS

TABELA 01:	Plano do tempo e plano da experiência.....	45
TABELA 02:	Agências humanas e não-humanas.....	49
TABELA 03:	Territórios de Identidade da Bahia.....	86
TABELA 04:	Percentual da produção das culturas agrícolas (ton.) por município no Território do Sisal.....	97
TABELA 05:	Renda per capita mensal dos municípios atendidos pelo <i>CAMPUS XIV</i>	100
TABELA 06:	Composição indiciária de trabalho e escolaridade – 2010.....	103
TABELA 07:	Dados globais do IDHM dos 10 municípios.....	104
TABELA 08:	Atuação das organizações em rede no Território.....	106

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	AS AGÊNCIAS - DAS EXPERIÊNCIAS AO CONHECER: GERAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	24
2.1	EXPERIÊNCIA COMO SABER.....	24
2.2	EXPERIÊNCIA: DO SABER AO CONHECER.....	29
2.3	PRAGMÁTICA, PRAGMATISMO E O MUNDO.....	30
2.4	CONTRIBUIÇÕES PARA A IDEIA DE CONHECIMENTO.....	37
2.5	EMERGÊNCIA DAS AGÊNCIAS: TRAMAS, EMARANHADOS, TEIAS E <i>HABITATS</i>	48
3	A NATUREZA- DA AFETIVIDADE AO TERRITÓRIO DO SISAL: GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	57
3.1	TERRITÓRIO ALÉM DO ESPAÇO – COMO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS	57
3.2	PRODUÇÃO E O ÉLAN DA AFETIVIDADE.....	67
3.3	TERRITÓRIO DO SISAL E AS MALHAS.....	81
4	AS RELAÇÕES - DOS SISTEMAS SOCIAIS À COMPLEXIDADE: DIFUSÃO DO CONHECIMENTO.....	110
4.1	COMUNICAÇÃO, INTERAÇÕES E EMERGÊNCIA.....	110
4.2	SISTEMAS SOCIAIS COMO MODELAGEM SOCIAL.....	117
4.3	O MODELO LUHMANNIANO APLICADO AO TERRITÓRIO DO SISAL	129
5	ENSAIO - METODOLÓGICO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE COGNITIVA (ANCO).....	137
5.1	DIRETRIZES DA PESQUISA.....	137
5.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	138
5.3	ANÁLISE COGNITIVA (ANCO).....	143
6	O CAOS - DAS REDES COGNITIVAS (ReCo) NO TERRITÓRIO DO SISAL: ANÁLISE COGNITIVA.....	148
6.1	UMA PROPOSTA DE RECO.....	150
6.2	RECO - VIVER COMO EXPERIÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS-EQUIVALENTES.....	162
6.3	RECO - AS AGÊNCIAS HUMANAS E NÃO-HUMANAS: EXPERIÊNCIAS-AÇÃO.....	175
6.4	RECO - SISTEMA DE CONHECIMENTO: EXPERIÊNCIAS-VALIDADAS	185
7	CONCLUSÕES.....	191
	REFERÊNCIAS.....	201

1 INTRODUÇÃO

O interesse por esta pesquisa partiu de nossa convivência no Território do Sisal com abordagens exploratórias, em ações pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), orientações e incursões profissionais, nos últimos seis anos. Este território está inserido no semiárido baiano, no nordeste do estado da Bahia, a 200 km de Salvador. Abrangendo uma área de 21.256,50 Km², está subdividido nos municípios de Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Serrinha, Teofilândia, Valente, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Tucano, Araci, Candéal, Cansanção e Itiúba, com uma população de aproximadamente 570.720 habitantes (58.238 agricultores familiares, 2.482 famílias assentadas, duas comunidades quilombolas e uma terra indígena).

Dessa maneira, as Cooperativas de produção “Delícias da Mandioca”, “Sabores da Terra” (comunidade do Papagaio) e “Fibras do Sertão”, em Valente-BA, estão inseridas em um contexto de vida rural e convívio com o semiárido, há aí estrutura social peculiar relacionada com as experiências neste ecossistema, produção material, bem como geração e difusão de conhecimentos decorridos de atividades e uso de tecnologias específicas de convívio com o semiárido.

Tudo isso gera dificuldades de ordem social que atingem as pessoas nas associações construídas. Ao nosso ver, formam-se Redes Cognitivas (ReCo) que tecem¹ uma atmosfera afetiva que envolve conhecimentos e saberes, apontam a importância do território no sistema social complexo, cujo pano de fundo são as relações, entrelaçados e malhas que emergem neste contexto que desejamos caracterizar.

A ideia de território², na perspectiva de Milton Santos (2014), para além de ação política no espaço, insere-se como elemento de vida, de tramas que se fazem a partir das múltiplas agências e se destacam no processo dinâmico, ou seja, malhas que se formam

¹ Optamos, por orientação de harmonia do texto, pela escrita de *tessitura*, que indica composição musical, organização de sentidos. Metaforicamente é a representação do conhecimento que pretendemos modelar. Em algumas passagens terá o significado semelhante a de “tecer” malhas: tecitura, derivada de tecido, malha, trama referente a redes.

² “De difícil tradução, esse termo francês vem sendo largamente empregado na literatura que trata das Indicações Geográficas. Neste artigo, *terroir* indica um terreno específico, que carrega uma noção de pertencimento (torrão), sabor particular ou memória. Produto pantaneiro, do sertão, ou do cerrado são exemplos de produtos do *terroir* cujo sabor dificilmente pode ser reproduzido fora daqueles sistemas agrários.” (COUTO; REIS, 2013, p. 5.).

ligando elementos internos e externos, relações que vão do local ao global e que chamamos de entrelaçados e *habitat*. Percebemos esses agenciamentos sociais como complexidade, levando em conta não só os desafios humanos, mas também os aspectos associativos de diversos seres que atuam neste contexto.

Vivemos daí um processo que envolve o progresso técnico-científico com seus desdobramentos sociais, políticos, culturais, identitários e éticos em contraponto ao descaso das políticas públicas, desigualdades, violências e silenciamentos de conhecimentos e saberes, lacunas de ordem econômica, cultural, gênero, raça, território e infraestrutura.

O Território do Sisal e semiárido da Bahia assumem relevância dentro dos estudos transdisciplinares, não só pela sua história e cultura, mas também pelas formas de vida empreendidas. São inúmeras questões que abarcam riqueza natural, vivência e convivência comunitária, produção e desenvolvimento social que são conhecidos internacionalmente.

Junto a isso, observamos as lutas políticas que historicamente marcam o território, como a guerra de Canudos na cidade de Monte Santo³, o movimento dos cangaceiros, bem como a produção cinematográfica de Glauber Rocha. Mais recentemente, destacam-se os movimentos sociais em suas lutas fundiárias pela posse da terra e permanência no local e desenvolvimento da agricultura familiar.

Nosso trabalho nasce de uma forma muito espontânea, a partir das discussões e do trabalho de campo no grupo de pesquisa Formação, Experiência e Linguagens (FEL), na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIV, em Conceição do Coité-BA e o no ensino, pesquisa e extensão no Curso de Comunicação Social, Rádio e TV, no mesmo campus. Com as pesquisas exploratórias realizadas na UNEB, a partir do projeto “Experiências da Comunicação no Território do Sisal”, desde 2014, refletimos o conceito de experiência que nos despertou o desejo de investigar as formas de viver no Território do Sisal. Nessa perspectiva do território, ao mesmo tempo, realizamos visitas de campo e nos perguntávamos como viviam os agentes de comunicação⁴, nesse contexto, no espaço,

³ Nossa produção sobre pesquisa empreendida na cidade de Monte Santo-BA: “O sertão de Canudos, vivido por Antônio Conselheiro, contado e escrito por Euclides da Cunha e filmado por Glauber Rocha é marcado por eventos extraordinários como o meteorito de Bendegó, descoberto no século 18 no município de Monte Santo. As expectativas do que é o sertão são tomadas numa representação de um universo alegórico, cheio de fissuras entre o real e o que se interpreta desse real a partir de diversos matizes físico, espacial e humano”. (VIANA; CARVALHO, 2017, p. 01).

⁴ Entendemos os agentes da comunicação como seres humanos em atividade de interação criando formas de vida no Território do Sisal. Esses agentes humanos elaboram processos constantes de interações que denominamos de experiências da comunicação, entendendo a comunicação como elemento fundamental das associações entre local e territorialidades, na atmosfera do semiárido, formando a história do local e os sentimentos de pertença,

atendendo comunidades e produtores rurais. A partir de trabalho etnográfico, descrevemos a organização das unidades de produção (Papagaio e Cabochard, em Valente-BA) e como as interações se realizam de forma a organizar processos de experiências de comunicação, destacando também as interações na comunidade rural de Gibóia, em Retirolândia-BA.

Essas constatações podem ser indiciadas em produções⁵ nossas ao longo desse período e que formam uma base de onde partimos para nossas reflexões e investigações. Além disso, partimos das pesquisas nesse território empreendidas por Bittencourt Machado (2018; 2020) que tratam da afetividade e da agricultura familiar, destacando as formas de vida e desenvolvimento territorial do Território do Sisal como modelo a ser estudado.

As nossas constatações sobre esse mesmo campo nos aproximaram de algumas comunidades de produção para descrição e caracterização de aspectos singulares a destacar:

- a) formas de vida e agências humanas e não-humanas;
- b) a perspectiva da convivência dessas formas de vida no semiárido;
- c) a construção da vida cultural-econômica-política entrelaçada em uma ambiência efetivada em experiências e afetividades;
- d) formação de redes cognitivas que permitem geração-gestão-difusão do conhecimento.

Desse modo, elegemos as cooperativas **Sabores da Terra e Delícias da Mandioca** na comunidade do Papagaio, em Valente-BA, que atuam na produção de alimentos. A Cooperativa **Fibras do Sertão – COOPERAFIS** – opera em três municípios diferentes: Valente, São Domingos e Araci, atuando na produção de artesanato.

Sugiram várias outras inquietações que se direcionaram para um aprofundamento acadêmico no doutorado, envolvendo estudo de conceitos, metodologias, formando desafios

tudo isso elaborado e reelaborado como evidências de um percurso desses agentes em suas interações e interlocuções (VIANA *et al.*, 2018).

⁵ 1)VIANA, Moisés dos Santos. Após Prometeu: Quando a máquina expele o maquinista. **Simbiótica. Revista Eletrônica**, v. 7, n. 2 jan.-jun., p. 198-219, 2020. 2)ARAÚJO, Miriam S.; VIANA, Moisés S. “Sabores Da Terra”: As Experiências Comunicacionais na unidade de produção das mulheres do Papagaio. 3)VIANA, Moisés dos Santos; ARAÚJO, Miriam da Silva. Tecnologias e afetações: recados, acertos e vendas nas experiências da comunicação no Território do Sisal. 4) VIANA, Moisés dos Santos; ARAÚJO, Miriam da Silva. Agenciamentos, mediações técnicas e performatividades: experiências da comunicação no território do Sisal. **Revista UNINTER de Comunicação**, v. 7, n. 12, p. 99-112, 2019. 5) LOPES, Laíne S; VIANA, Moisés S. A Experiência da Comunicação e as Relações Sociais Para a Construção do Empoderamento da Mulher Enquanto Produtora Rural. 6) LOPES, Laíne S; VIANA, Moisés S. Experiência Comunicacional na Unidade de Produção da Comunidade de “Cabochard”, em Valente-BA. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=9IM0M98AAAAJ&hl=pt-BR&oi=ao>. Acesso em: 22 de março de 2021.

teóricos, estruturais e pessoais: Como superar o desafio do diálogo entre pesquisa e o trabalho de difusão do conhecimento? Por que a divulgação do conhecimento científico de cima para baixo? Como estabelecer a difusão do conhecimento a partir de um diálogo entre conhecimentos de agentes, nas comunidades epistêmicas, e universidade com seus conhecimentos acadêmicos instituídos? Como comunidades de saberes como unidades de produção, cooperativas, associações etc. criam seu conhecimento engajado e em rede? De que modo os conhecimentos desses agentes acontecem em rede e são conhecimentos avulsos, experiências, saberes que estão e devem ser valorizados, pontuados e desenvolvidos, ou seja, emergem a partir dessa perspectiva de uma rede cognitiva? O que não se aprende na escola se aprende no informal, no convívio, em uma bricolagem de saberes próprios e apropriados, mediados pelo território?

Assim, surgem elementos que perpassam por interação e conexões emergentes construídas, planejadas a todo instante em um processo de complexidade. Por isso, podemos ter sintetizado essa problemática na questão: De que maneira as experiências, os conhecimentos, os saberes e a afetividade dos agentes emergem como Redes Cognitivas (ReCo) nas Cooperativas de produção “Sabores da Terra”, “Delícias da mandioca” (comunidade do Papagaio) e “Fibras do Sertão”, em Valente-BA, no Território do Sisal, no semiárido do estado da Bahia?

Nesse caso, nosso objetivo geral é **analisar como se caracterizam as Redes Cognitivas (ReCo) que emergem das experiências, dos conhecimentos, dos saberes e das afetividades dos agentes que atuam nas unidades de produção das comunidades rurais das Cooperativas de produção e “Sabores da Terra”, “Delícias da Mandioca” (comunidade do Papagaio) e “Fibras do Sertão”, em Valente-BA.**

Como modelo de pesquisa, temos a pesquisa qualitativa (YIN, 2016), bem como a abordagem da Análise Cognitiva (AnCo) (FRÓES BURNHAM, 2012, p. 42). A pesquisa se delinea a partir da questão com coleta de dados e análise dentro do planejamento que se explicita em conceitos que surgiram em estudos prévios e foram apropriados por nós como interação.

A pesquisa abrange as condições contextuais em que os agentes vivem, atentando para as inúmeras fontes já delineadas em seu papel cotidiano de interações e associações, tentando entender as múltiplas perspectivas desses agentes e as condições de formação dessas malhas, no desejo de explicar os acontecimentos nos contextos através de conceitos emergentes, estudar o ambiente da vida e seus participantes: a possibilidade de multiplicidade de eventos,

a potencial singularidade do fenômeno, e várias possibilidades de procedimentos metodológicos para o estudo implementado.

Assim, emerge o conceito de Redes Cognitivas (ReCo) que se constituem como saberes mediados por experiências que se fazem em unidades de produção das cooperativas, organizações sociais e associações de diversos agentes: mulheres cooperadas que saem das suas casas, vão para um espaço comum, passam o dia todo trabalhando, construindo, produzindo vários produtos vindos de insumos da terra, dentro de espaços construídos a partir do dinheiro dos próprios trabalhos das mulheres que se organizam e fazem essa tessitura e tramas entre agências.

Pensar é uma ação, diria uma experiência múltipla de estar no mundo a partir de redes conectivas-conectadas ou seja, uma forma de questionar os paradigmas modernos que nos impõem as dicotomias como forma de pensar, naturalizando o mundo em racionalidades instrumentais. Tal compreensão, no mais das vezes, torna consenso da dita modernidade e leva a suspeitas sobre a naturalização dos modos de compreensão do mundo e das grandes narrativas, impostas de uma forma colonizadora em ação política, ética e epistêmica.

Conhecer o mundo se tornou, para a colonização, uma ação científica racional, delimitada em um processo definido como razão instrumental, situada em síntese reducionista em um processo cognitivo para compreensão delimitada. Mas isso nos permitiu um avanço técnico-instrumental em uma linha abissal. O que desembocou em compreender o mundo à nossa maneira nos instrumentalizou e nos deu poder sobre o *cosmos*. Esse poder localizado e politicamente direcionado tem um aspecto de pretensão universal, pretendendo-se ubíquo em um campo de suposta necessidade da autodenominada humanidade.

Assim, a forma moderna de pensar e agir no mundo favorece as ações políticas de uma maneira esquematizada e instrumentalizada. Essa racionalidade, por sua vez, é historicamente construída na prática e exploração. As experiências no mundo são deliberadas em ciclos que, em algum momento, saturam e entram em colapso: mundo-experiência-pensamento-experiências-de-mundo.

Politicamente, experiências-de-mundo são delimitadas por quem tem poder, dando uma funcionalidade que alcança a vida social e humana. Não é diferente no mundo das ciências, por exemplo, onde a racionalidade compreende leis e agência sobre a vida. Para chegar à lua, rompe-se a lei da gravidade, mas esse rompimento pelas tecnologias só é acessível aos poucos, ao grupo privilegiado. Essa instrumentalidade do conhecimento

científico epistêmico moderno cria uma ação política territorial do conhecimento em que um grupo privilegiado domina, utiliza e instrumentaliza o conhecimento científico.

O que nós chamamos de razão instrumental não é neutra (HABERMAS, 2014). Mas instrumentaliza pensamentos e tecnologias, direciona políticas públicas e caracteriza as éticas, marginalizando formas de vida e experiências-de-mundo. Nas dicotomias dos conceitos e das tradições epistêmicas ocidentais há perspectivas funcionais, disciplinares e de interesses. Isso nos leva a criar e a assumir novas formas de pensar o conhecimento, dado que a forma de instrumentalizar a razão gerou injustiças abismais, guerras, assaltos dos recursos naturais, apropriações culturais e destruição de ecossistemas completos, ecocídios, genocídios e epistemicídios. Desse modo, pensar é buscar novas formas, apropriar-se de novos elementos, mesclar experiências de mundo e posicionar-se politicamente (PORTO-GONÇALVES; ROCHA; TRINDADE, 2021).

A partir desse contexto, há outras possibilidades de suspeitar da atualidade epistêmica, dentre elas pensar em rede, pensar além do modelo narrativo científico dicotômico, sem esquecer e abandonar a razão, mas ampliando-a, completando, sem “jogar a criança fora com a água do banho”, como se houvesse um ano zero.

Essa dimensão de pensar em rede é olhar a vida em rede, pelo paradigma de complexidade, entendendo-a como algo que existe em emergência de fenômenos que se completam ligados e conectados energeticamente, biologicamente e informacionalmente. Sim, a vida humana parece ser compreensível em uma perspectiva que se liga a diversas dimensões intelectualmente-afetivas. Uma rede que faz emergir várias camadas de ligações e de relações.

Essa emergência da vida como um todo, da vida humana social e das relações no sistema mundo, concede uma amplitude que pode ser compreensível, mas dentro de limites cognitivos humanos, às vezes, recorrendo a instrumentos maquínicos capazes de fornecer uma perspectiva informacional que beira o ilimitado. A vida em rede e os limites da perspectiva humana em sua relação com os instrumentos maquínicos emergem como um desafio tanto político como cognitivo.

Criam-se vários cenários possíveis. Tendo o mais terrível deles a perspectiva do capital especulativo financeiro internacional, em um viés neoliberal, neofascista e excludente. Esta vertente é aliciadora das ações instrumentais da ciência, eugênica, destrutível, injusta e perversa. Nela se compõem a vigilância de dados, exclusão e

alienação. Quem age aqui são corporações de tecnologias, nova panaceia dos saberes, dos dados, das resoluções dos problemas humanos, fala-se no fim das teorias. O dataísmo e o *bigdata* tomam conta dos processos de conhecimento (ANDERSON, 2008).

Em outros cenários possíveis, emerge um movimento para negar o progresso das tecnologias para utilizá-la como elemento a ser aliado das ações de emancipação, justiça, cooperação e reorganização social. Ou seja, aliados de saberes e epistemologias que salientam as diversas dimensões da política, da complexidade dos territórios e das relações sociais.

O caráter das redes e malhas pode ser pensado, neste turno, como uma abordagem nova, mas rigorosa e fundamentada em trabalhos e pesquisas de múltiplos campos, destacando não apenas ações e ativismo, mas formalizações não dicotômicas engajadas, direcionadas para cooperação transfronteiriças.

Pensar é descobrir e ir nesse fluxo. Não é só descobrir e realizar, mas descobrir o mundo em tramas que conecta o visível e torna observável o que pode ser modelado para ser compreensível. Por isso, as malhas existem nas conexões invisíveis e, às vezes, nas relações inviabilizadas e não instrumentalizadas. Neste paradigma, tentamos justamente perceber a existência formal e como ela funciona, a promoção e compreensão desta no Território do Sisal.

Então, o que há e como é essa ligação entre agentes, em um ambiente? Essas diversas agências formam um conjunto de ações em sistema e esses conjuntos de ações se materializam em afetividade, entendendo esse valor a partir das reflexões e pesquisas realizadas pelo professor Gustavo Bitencourt Machado em seu livro *Afetividade e Desenvolvimento* (2018).

Na obra do autor, a afetividade implica envolvimento das pessoas com a terra, com o território onde elas vivem, com a agricultura na escala da agricultura familiar, ou seja, agentes servidores comunitários, em desenvolvimento com dedicação e afeto, tudo isso na construção de ações efetivas com vínculo local. A experiência da afetividade cria uma perspectiva de uma ação das pessoas nesse determinado território.

A afetividade está relacionada ao que liga os agentes aos seus valores experienciados em relação ao território, o *habitat*, e como essa atuação ultrapassa os limites pessoais. Ela pode fundamentar as redes cognitivas bem como a ideia de experiência capaz de criar e sustentar o cognitivo.

Assim, quando dizemos cognitivo, apontamos para os elementos de experiências e

agências, não de um “sujeito cognoscente” que está fazendo reflexões transcendentais, mas de agentes múltiplos que agem mediados na materialidade de uma trama ambiental e que fazem parte de uma malha de relações complexas soltas e envolventes, mediações materializadas.

Nesse rastro de entendimento das agências como *medium* e como ação mediada que pensamos em agências, pensamos em múltiplas e diversas dimensões. As dimensões humanas e não-humanas e o próprio ambiente como agente.

É justamente quando pensamos nessas relações de agências ambientais é que caracterizamos e classificamos o que constituem agências específicas. Porque elas determinam experiências pessoais e políticas das mulheres no semiárido que atuam e são produtivamente afetadas pelas múltiplas relações estabelecidas no território.

O acontecer dessas experiências parte da ontologia das agências e forma malhas que sustentam as redes cognitivas; acontecem e superam, ao nosso ver, as questões da relação das dualidades, a exemplo de sujeito-objeto. Por isso, nossa abordagem pretende criticar este “observar dicotômico” e indicar ir além do olhar da “subjetividade” que separa “sujeito-objeto”, mesmo que não saibamos onde termina ou começa o outro.

O sentido do humano e não-humano mantém uma relação de diferença e caracteriza as diferenças nessas agências, dentro da atividade que vai sendo traçada e tramada nesse contexto do território. Em outras palavras, temos o desafio de descrever os agentes humanos e outros tipos de agências ali presentes, por exemplo, nas relações com espaço em uso, as instituições, os animais, as plantas e os artefatos. Assim, as agências, nesse processo de construção da experiência, se concretizam no cotidiano na vida das pessoas, como um todo.

Desse modo, a nossa proposta também se insere em uma pesquisa que assume um caráter interdisciplinar e deseja dialogar com algumas teorias das ciências humanas, ciências sociais e sociais aplicadas (filosofia, sociologia, antropologia, geografia e comunicação) em intercampos teóricos de fronteira tais como Difusão do Conhecimento.

Essa abordagem possibilita o desenvolvimento de interfaces multidisciplinares que perpassam as Teorias dos Sistemas Sociais, Teorias das Redes, Teoria dos emaranhados e Entrelaçamentos-habitat, bem como os conceitos de Afetividade, Agência, Experiências, Território e Redes Cognitivas, destacando as interações e conexões que formam um conjunto de conhecimento dentro de uma perspectiva da Complexidade.

Portanto, observamos que o trinômio afetividade, experiência e conhecimento se materializa em produções locais em elementos comunicacionais, expressivos e complexos, ou

seja, em um processo de reelaboração da realidade e de sua (re) significação no Território do Sisal. A ação no território é parte do problema no mundo e se faz em função de seus significados, tomados pelos processos que pressupõem um consenso da vida no contexto cultural como força do social que é expressão e interpretação.

As experiências, fundamentalmente, são articulações que se formam entre organismos, ambientes, interações e ação. Elas se desdobram, em reação futura como conhecimento e saberes sobre a realidade. Faz parte do próprio processo da vida: “[...] toda experiência é o resultado de interação entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo no qual ela vive” (DEWEY, 1980, p. 95-96).

Por isso, o objetivo de manter-se sabedor das coisas do mundo vem através dos vínculos comunicativos sucedidos das experiências no território, que nos permitem um certo grau de influência que afeta as ações, o ambiente físico e até mesmo se tornam determinantes para o andamento das coisas e dos processos vivenciados.

Percebemos que no Território do Sisal há elementos singulares e observamos as tipicidades que se envolvem em interação, alcançam sentidos completos e resultam em compreensão das experiências: campo, água, chuva, cantos de celebração, conversas, cotidiano, conflitos externos, demandas internas, vida, morte, convívio com semiárido e lutas políticas (SANTOS; NETO; DA SILVA, 2015).

As experiências devem ser pensadas como tais em um contexto concreto, envolvendo afetividade, razão, situações humanas em que há percepção e interpretação das coisas, do mundo e do contexto de interação que marcam os agentes do território. Pensamos assim no extrato dessas experiências humanas e as condições delas acontecerem, podendo resultar em conhecimentos e saberes, por exemplo.

Por isso, nessa perspectiva podemos dizer aquilo que Charlot e Souza (2010) pensam como saberes e práticas atreladas a elementos do território das experiências sociais, culturais e vivenciais comuns que surgem como a instância criativa e forma de produção material e afetos. O território que permite um *habitat* no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendido como espaço vivo, político e afetivo no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças que instituem a cada instante o conhecer e o saber.

Além disso, as agências proporcionam interação que capacita o viver no mundo, desenvolvendo o processo de abstração e racionalidade, afetividades, sociabilidades e conhecimentos (BITTENCOURT MACHADO, 2018). Todas essas condições de

possibilidades geram experiências e possibilitam uma interpretação do mundo e um saber sobre ele que ultrapassa as barreiras binaristas de sujeito-objeto: “[...] significa uma interpenetração completa entre eu e mundo dos objetos e acontecimentos” (DEWEY, 2010, p. 83).

Assim, o conhecimento é uma percepção das conexões de agências múltiplas, que o torna aplicável em uma dada situação a partir de um compartilhamento de campo comum o que forma um conjunto de conhecimento que permite um viver no mundo comum em diversas associações.

Observa-se, por isso, nessa perspectiva, as associações que partem da afetividade e se movem como ação, diria, como experiência múltipla de estar no mundo a partir de redes conectivas-conectadas, ou seja, é historicamente construída na prática. As experiências no mundo: mundo-experiência-pensamento-experiência-de-mundo.

- Emergência: porque há características que não podem ser explicadas apenas examinando as partes isoladamente;
- Relações: porque há relações-interações entre os elementos (afetividade - experiências – saberes) - agentes (humanos e não-humanos);
- Probabilidades: padrões nas relações formando conectividades inesperadas e probabilidades.

Então, pensar nas malhas é também pensar que estamos enveredando para essa possibilidade de dissolver as dicotomias no sentido de que o nosso olhar sobre o mundo é um fenômeno cheio de complexidade, sabendo que nós também estamos inseridos nesse fenômeno dos entrelaçamentos.

Por isso, destacamos os conceitos de redes cognitivas como parte dos sistemas sociais que emergem dos acordos resultantes de interações diversas e de agentes plurais. O mundo das relações do universo não é objeto estanque, mas está numa relação de emergência de redes cognitivas.

No primeiro capítulo, discutimos a geração do conhecimento a partir de nossa perspectiva e desejamos apresentar uma contribuição reflexiva teórica sobre o saber e o conhecer, relacionando-os às experiências como modo de existir. Destacamos também o conceito de Experiência em William James (1904a; 1904b) e John Dewey (1967; 1976; 1980; 2007; 2010; 2011) que se relaciona em diversas agências. Nesse capítulo também incluímos a

ideia de agências humanas e não-humanas, dialogando com nossa crítica às epistemes antropológicas e filosóficas que incluem autores como Tim Ingold (2006; 2008; 2010; 2015; 2019) e P. Hacker (2007), entre outros com quem procuramos dialogar.

No segundo capítulo, relacionamos a gestão do conhecimento à perspectiva de caracterização do Território em Milton Santos (2007; 2014) e outros, destacando o território como Categoria, Gestão e Agência. Além do mais, trazemos a perspectiva fundante em nosso trabalho que é a Afetividade, segundo Gustavo Bittencourt Machado (2018), para entendermos o élan das redes no território enquanto sistema e rede. Destacamos também a perspectiva de emergência do Território do Sisal como ação política e desenvolvimento territorial e de identidade para progresso do nosso trabalho.

Já no terceiro capítulo, descrevemos os processos que elucidam a ideia de sistemas sociais autopoieticos e sistema-território na perspectiva da complexidade em Niklas Luhmann (2010; 2016). Dialogamos com os estudos de Humberto Maturana e Francisco Varela (2014a; 2014b), destacando o caráter dinâmico dos sistemas de conhecimento que caracterizamos como Redes Cognitivas (ReCo).

O quarto capítulo trata-se de um ensaio metodológico, onde apresentamos as diretrizes da pesquisa como problema, objetivos e procedimentos, destacando os passos que já fizemos para alcançá-los. Neste íterim partimos do campo de Análise Cognitiva (AnCo) que mais que uma metodologia é um campo em construção (FRÓES BURNHAM, 2012). Aqui apresentamos uma proposta de contribuição para o campo e modelo de análise para nosso empreendimento de pesquisa.

Bem, no quarto capítulo apresentamos uma caracterização das Redes Cognitivas (ReCo) no sistema social como operação tipificada no sistema-território, destacando a abordagem no campo da AnCo. Assim as agências das cooperativas são protagonistas da geração, gestão e difusão do conhecimento.

A perspectiva da tese é de ser uma produção de pesquisas sobre o território, podendo ser referência para outras pesquisas a serem realizadas no campo da Análise Cognitiva e Difusão do Conhecimento, Território do Sisal, Afetividade e processos de Geração e Gestão do Conhecimento, partindo do pressuposto de que o conhecimento é bem-público e social, comunitário e que deve ser parte de políticas públicas servindo como processo emancipatório humano e bem-estar social, equidade de direitos e cidadania.

2 AS AGÊNCIAS DAS EXPERIÊNCIAS AO CONHECER: GERAÇÃO DO CONHECIMENTO

Não havia mais ninguém comigo, era eu sozinho, estava em casa, abri a janela e escutava os passarinhos, estava frio, muito frio. Estranha sensação em usar roupas pesadas de frio naquela situação, a mesa redonda, as cadeiras de ferro, tudo era muito estranho. Estavam naquele vão da sala que fazia barulho, havia um banco em forma de baú e a casa era branca, vasta e cheia de ecos. A cozinha simples, o quarto quase vazio com uma cama, no outro quarto um armário e uma pilha de livros. A rede nos fundos e a poeira. Não estava sozinho naquele momento, estava eu em minha forma de existência, plantas, insetos, animais e seres microbianos, ar, pensamento e ação. Das diversas formas de existir, quais as possíveis de perceber a existência? Ser humano é uma experiência de vida no ambiente cheio de vida que pode ser apresentada como uma atividade, uma precariedade, mas que pode ser presente. Viver é existir. Vivo, logo existo! O saber aqui é compreendido como elemento construído pela **1.1 Experiência como Saber: experiência-ação**, sustentado por outras experiências; **1.2 Do Saber ao Conhecer: experiências-equivalentes: são experiências marcadas pela história**, validadas por sucessivas experiências; **1.3 Pragmática, pragmatismo e o mundo - experiências-validadas: são experiências marcadas pela cultura**; tudo isso como **1.4 Contribuições para ideia de conhecimento**; por fim **1.5 Emergência das Agências: tramas, emaranhados, teias e habitats**

2.1 EXPERIÊNCIA COMO SABER: EXPERIÊNCIA-AÇÃO

Pensemos a experiência de uma chuva torrencial em um fim de “março”, em datas estabelecidas. Começa por uma alteração térmica. Vivemos uma experiência no Território do Sisal. O calor repentino como fenômeno natural se organiza independente das representações. A representação não dá conta da experiência, pois esta se organiza como algo existencial. Parece-nos que existir é uma ação-de-experiências, enquanto as experiências são ação do existir.

O que pensamos ser as experiências nasce da perspectiva de caracterizar esse conceito que não se limita apenas a elementos do Empirismo⁶ que se põem carregados por uma lógica

⁶ O Empirismo é uma forma de conhecimento exclusivamente dada pela experiência. Ou seja, há um limite para conhecermos o real, é nossa própria experiência, nesse caso, o conhecimento científico – realidade é o que podemos provar empiricamente. Por isso, é uma teoria do conhecimento que põe em primeiro lugar a experiência empírica. Ao explicar o empirismo, Comte-Sponville salienta a pretensão empírica de conceder resposta última acerca do cosmos: “Somente a experiência – em especial a experimentação científica – nos permite conhecer o mundo” (2003, p. 192). Essa crítica nos leva a pensar o quanto de equívoco pode haver no desejo empirista de querer usurpar o trono do saber absoluto: “A verdade absoluta não está ao nosso alcance; e, ainda que a alcançássemos, não poderíamos sabê-lo. O real é uma espécie de ideia da razão, mas temos motivos para pensar que a ciência se aproxima progressivamente dele. (MARQUES, 2006, p. 07). E não é bem assim, há um equívoco! Ao empirismo, pode-se criticar que esse modelo epistemológico impõe

fruto de uma tradição das ciências “ocidentalizadas” e “eurocêntricas”, mas de um fenômeno que se aproxima de uma “forma de existência” e/ou “formas de existências”. Claro que nossa perspectiva com isso se limita em destacar que experiência é uma relação dos diversos agentes no mundo, levando em conta agentes-mundo-agentes, portanto uma forma de compreender as coisas que se encerram no mundo. por isso mesmo, queremos dizer que a experiência no mundo se faz não apenas como algo compreensivo ou cognitivamente válido, mas como processo de cognição para construção de um saber.

Podemos denominar em nossa pesquisa que a **experiência-ação** concede ao agente uma série de perspectivas iniciais de estar no mundo como sendo um elemento constitutivo de uma existência, tendo como base que existir no mundo é experimentar esse mundo e agir sobre ele, por isso experiência aqui colocada tem uma perspectiva bio-cognitiva⁷, pois passa pelos sentidos, o corpo é mantido como formas de existência, experimentar a vida como ação no mundo, construção de relação em etapas biológicas-corpóreas; desenvolve-se o que Luhmann (2016) chama de “sentido material” da ação de redes que se moldam no mundo como elemento que chamamos de: ação-de-experiências.

Em William James (LEPOUJADE, 2017), encontramos uma descrição do que podemos chamar de proto-experiência ou e “experiência pura”⁸. “Nada será admitido como

limites à imagem da natureza e às teorias; que para valer ou ter caráter de verdade, as imagens e as teorias devem ser verificáveis pela experiência empírica. Tal posição impede a possibilidade de uma filosofia da natureza, pois o empirismo não concebe o mundo além do mundo do fenômeno, negando a possibilidade da realidade que não seja comprovado pelo experimento empírico. Alexandre Marques (2006), ao comentar Karl Popper, explica que a ciência não pode se resumir ao experimento, mas inserir-se numa teoria que pode estar além do provável empiricamente: “Que na vida quotidiana que na ciência, a observação não é o primeiro passo; há sempre algo que orienta o conhecimento – antecipações e expectativas na vida quotidiana; teorias no plano da ciência. É falso que o cientista parte de observações, tentando generalizá-las” (MARQUES, 2006, p. 08). Os limites do empirismo são óbvios e limitar-se a eles é a redução da capacidade inteligível do ser humano.

⁷ Nesse caso, segundo o linguista Noam Chomsky (2006, p. 82-83), o contato com a natureza no campo racional não se dá imediatamente, mas por mediação da teoria: “Do lado factual, não há mais nenhum conceito de corpo, matéria, ou ‘o físico’. Existe apenas o mundo com seus vários aspectos: mecânicos, eletromagnético, químico, óptico, orgânico, mental – categorias não definidas ou delimitadas a priori, mas que são, no máximo, conveniências: ninguém pergunta se a vida está incluída na química ou na biologia, exceto por questão provisória de conveniência. Em cada um dos cambiantes domínios da investigação construtiva, tudo o que podemos tentar é desenvolver teorias explanatórias inteligíveis e unificá-las.” Não obstante a isso, a filosofia da ciência elaborará critérios para estabelecimentos dessas teorias, cuja validade dos métodos científicos contribuirá para o estabelecimento dos valores cognitivos da teoria. Então, a filosofia da ciência vai normalizar a análise formal que as ciências fazem da natureza, com o objetivo de que as ciências compreendam a natureza de maneira efetiva. Contudo, a filosofia da ciência vai discursar acerca dessa compreensão, proporcionando a atuação da filosofia da natureza com a visão metafísica da realidade (além da episteme e da lógica).

⁸ “*The experience of activity - I give the name of 'radical empiricism' to my Weltanschauung [que pode ser entendido como visão de mundo ou filosofia de vida]. Empiricism is known as the opposite of rationalism. Rationalism tends to emphasize universals and to make wholes prior to parts in the order of logic as well as in that of being. Empiricism, on the contrary, lays the explanatory stress upon the part, the element, the*

fato, à exceção daquilo que pode ser experienciado num tempo como fato, à exceção daquilo que pode ser experienciado num tempo definido por algum [ente] que tem a experiência [*by some experient*]; e para cada aspecto factual experienciado, algum lugar definido deve ser encontrado no sistema final da realidade” (JAMES, [...], p. 81 apud LEPOUJADE, 2017, p. 26-27). Essa materialidade não significa um isolamento ou tratar as ações da experiência como “disjuntivas”, “soltas e separadas”⁹ (JAMES, 1904a, p. 535), mas de uma vitalidade conectada entre elementos, ou seja, o que James (1904a, p. 534) chama de “unidade das coisas e sua variedade” como ondas que vão se alternando em oscilações e alternâncias entre as ações de um núcleo comum que podem ser conectadas em uma força real de ação e “a tornar a unidade maior”¹⁰ (JAMES, 1904a, p. 537). Por isso mesmo é uma unidade processual.

O processo, ainda no rastro da perspectiva de James, permite não apenas a descrição da aquisição do saber, mas também compreender que esse processo não é estático, ele tem continuidade e se torna “uma passagem de uma experiência para outra”¹¹ (JAMES, 1904a, p. 536-537). Forma um conjunto de ações e nomeia as coisas. Não há separação dos processos tampouco uma dicotomia entre dois mundos: um sensível e outro inteligível, mas que as relações entre experiências que moldam a compreensão das coisas e da vida em ações de “conjunção”, mas sempre contínuos¹² (JAMES, 1904b, p. 541).

O que uma experiência faz é levar para outra experiência, em graus de relações e funções bem diversificadas, múltiplas e que se transformam em um sistema de complexa

individual, and treats the whole as a collection and the universal as an abstraction. My description of things, accordingly, starts with the parts and makes of the whole a being of the second order. It is essentially a mosaic philosophy, a philosophy of plural facts, like that of Hume and his descendants, who refer these facts neither to Substances in which they inhere nor to an Absolute Mind that creates them as its objects. But it differs from the Humian type of empiricism in one particular which makes me add the epithet radical.” (JAMES, 1904b, p. 534).

⁹ “Now, ordinary empiricism, in spite of the fact that conjunctive and disjunctive relations present themselves as being fully co-ordinate parts of experience, has always shown a tendency to do away with the connections of things, and to insist most on the disjunctions. Berkeley's nominalism, Hume's statement that whatever things we distinguish are as 'loose and separate' as if they had 'no manner of connection.' James Mill's denial that similars have anything 'really' in common, the resolution of the causal tie into habitual sequence, John Mill's account of both physical things and selves as composed of discontinuous possibilities, and the general pulverization of all Experience by association and the mind-dust theory, are examples of what I mean.” (JAMES, 1904b, p. 534).

¹⁰ “(...) to make the unity greater” (JAMES, 1904b, p. 537).

¹¹ “There is no other nature, no other whatness than this absence of break and this sense of continuity in that most intimate of all conjunctive relations, the passing of one experience into another when they belong to the same self” (JAMES, 1904b, p. 537).

¹² “By experimenting on our conceptual experiences, or ideas of reality, we may ourselves the trouble of experimenting on the real experience which they severally mean. The ideas form related systems, corresponding point for point to the systems which the realities form by letting an ideal term call up its associates systematicall may be led to a terminus which the corresponding real term we have led to in case we had operated on the real world.” (JAMES, 1904b, p. 541).

relação de experiências. Neste esteio, James (1904a), ao tratar da consciência, destaca que a experiência permite as ações de “relatar” e “conhecer”¹³: “Captura da realidade no momento em que ela se produz” (LAPOUJADE, 2017, p. 25). Claro que isso tem um processo de constante relação com um real concreto e tenta libertar-nos das fantasias de uma abstração desprovida de relações materiais, como o racionalismo ou simplesmente o dogmatismo. O que nos parece neste processo é que o real vai sendo construído em uma ação flutuante de pensamento e experiências antigas e novas que se alternam (JAMES, 1904a, p. 485)¹⁴.

O que nos parece é que tal **experiência-ação**, primeiro momento de ação cognitiva para desenvolvimento do pensamento e compreensão das relações dos objetos no espaço, é o espaço como o outro, e, neste caso, podemos destacar que objeto-espaço não é apenas o “objeto” opositor ao “sujeito” consciente, dado que consciência não é uma substância ou essência do “sujeito”, mas função, ação para conhecer e apreender a realidade, ela pode estar imersa não em só parte, mas nas ligações, substituindo consciência por saber, podemos verificar que a função é relativa e contextual, é uma atividade do agente-humano em um determinado momento em que as experiências acontecem.

Nesse caso, é possível descrever as atividades que possam ser classificadas e catalogadas dentro desses limites das “experiências puras” como calor, sensações, altura, cores, sabores, dores, texturas, asperezas que envolvem uma série de saberes que não são de outro mundo, mas que fazem presente no campo dos sentidos: “Aqui puro não quer dizer não empírico; pelo contrário, quer dizer empírico, apenas empírico. É o dado no estado puro. Não é dado de ninguém; é um mundo no qual ainda não aparecem nem sujeito nem objeto” (LEPOUJADE, 2017, p. 28). Neste caso, podemos destacar as ações das relações-acontecimento no mundo como uma experiência-acontecimento sem necessariamente precisar de uma “consciência”.

Dáí a experiência pura é o *a priori* de qualquer nova ação ou experiência sucedânea *a*

¹³ “Is supposed necessary to explain the fact that things not only are, but get reported, are known” (JAMES, 1904a, p. 577).

¹⁴ “As 'subjective' we say that the experience represents; as 'ob- jective' it is represented. What represents and what is represented is here numerically the same; but we must remember that no dualism of being represented and representing resides in the experience per se. In its pure state, or when isolated, there is no self-splitting of it into consciousness and what the consciousness is 'of.' Its subjectivity and objectivity are functional attributes solely, real only when the experience is 'taken,' i. e., talked-of, twice, considere along with its two differing contexts respectively, by a new respective experience, of which that whole past complication now fo the fresh content. I think I may now claim to have made my thesis clear. Consciousness connotes a kind of external relation, and does not denote a special stuff or way of being. The peculiarity of our experiences, that they not only are, but are known, which their 'conscious' quality is invoked to explain, is better explained relations - these relations themselves being experiences - to one another” (JAMES, 1904a, p. 485-486).

posteriori. “A vantagem que os empiristas tiram de seu método é que eles não deixam nada de fora. Parte-se de um plano em que nada está estabelecido, no qual nenhum conhecimento, nenhuma certeza mesmo que virtual - a parecer, de que, legitimamente, tudo deve ser construído” (LAPOUJADE, 2017, p. 23). O que nos interessa, então, é compreender que não conseguimos alcançar uma especialidade metafísica que separe pensamento de extensão como sustenta o cartesianismo como elemento que concede a consciência a uma essência.

Assim sendo, pensamento é consequência ou derivação de experiências, que formam saberes sobre algo em nível ontogênico, genético e relativo, neste entendimento qualificamos as **experiências-ação** como algo que é relacional, contextual e aponta para um grau de complexidade (WEAVER, 1991; MORIN, 2020; LUHMANN, 2016). Só há experiência pura se há relação entre agentes em níveis que vão de uma camada simples até a mais complexa como os agentes extracorpóreos. Assim, saber é uma ação sucedânea das experiências puras, uma posição de um agente que age no mundo com um grau possível de descrever esses conjuntos de experiências que o acometem como relações que são mapeadas pelo corpo e isso vai se desdobrando em conjuntos de saberes, cada um como camadas de conhecimentos.

O conhecimento só é válido, nessa perspectiva, se estiver ligado a uma ação-de-experiências, uma prática que seja conveniente e eficaz. Assim, tenta-se destituir a ideia de ação oposta à teoria, dado que as duas ações-teorias são um produto da experiência-ação. O que se tenta negar é o abstrato que se torna vago e distante em uma metafísica absoluta. O que se tenta afirmar é uma realidade que se constitui à medida que se vai agindo nela. Como podemos verificar a realidade, nesse caso? Através de uma ação em que vemos as concordâncias entre a realidade e as ideias. Para isso temos o método pragmático¹⁵.

Nesse caso, o método para verificarmos não é algo abstrato ou vago, ou puramente teoria, mas uma ação-de-experiências e experimentações, para construção de novas realidades, neste momento: “Experimentar é considerar a teoria como uma prática criadora. Não se trata mais de saber o que é verdadeiro, mas como se faz o verdadeiro” (LAPOUJADE, 2017, p. 61). Por isso concordamos que um valor epistemológico principal da verdade se encontra notadamente no fazer agir, acreditar e pensar. Tendo nesta base a noção pragmatista de que a verdade é ação-transição-criação. Assim, podemos concordar que ação-de-experiências é um processo contínuo.

As experiências não se separam no cotidiano, elas se sofisticam material e

¹⁵Ver o 1.3 Pragmática, pragmatismo e o mundo - experiências-validadas: são experiências marcadas pela cultura.

simbolicamente em um grau de complexidade biogenética, energética-material até uma ação histórico-cultural. Essa complexidade é perpassada em processo contínuo dos agentes-humanos em uma ação única, mas escalonada em tópicos que emergem paulatinamente: a) experiências-equivalentes: são experiências marcadas pela história; e b) experiências-validadas: são experiências marcadas pela cultura.

2.2 DO SABER AO CONHECER: EXPERIÊNCIAS-EQUIVALENTES: SÃO EXPERIÊNCIAS MARCADAS PELA HISTÓRIA

A partir dessas reflexões acima, destacamos que o conhecimento vem de um processo das experiências puras, “aquilo que realmente existe não são as coisas feitas, mas as coisas se fazendo” (JAMES [...], p. 117 apud LAPOUJADE, 2017, p. 11). Só que essas experiências se situam em tempo-espaço qualificado em agentes afetados na mente e corpo por estarem no mundo. Esse estar no mundo permite um acumular de experiências que marcam um conhecimento e situando os agentes, formam-se as ideias como marcas de um conhecer: “A ideia não é mais definida como representação ou uma modificação da mente, mas como um processo através do qual a mente se produz” (LAPOUJADE, 2017, p. 12). Aqui podemos distinguir o saber de conhecer. Quanto ao saber é uma experiência-ação.

O conhecer ou conhecimento são **experiências-equivalentes: são experiências marcadas pela história**: “Não é um sujeito que faz as interpretações, mas o inverso: o sujeito se faz nas interpretações: ou melhor, ele mesmo é uma interpretação” (LAPOUJADE, 2017, p. 41). Então pode-se querer neste processo compreender como a verdade é construída porque está voltada a uma ideia e esta é sempre uma interpretação de experiências **equivalentes**.

A ideia só se apresenta como verdadeira se estiver validada pelo conjunto lógico que satisfaça nossa mente, que traz um conjunto de experiências anteriores. Só podemos conhecer aquilo que foi formado em nós pelo conjunto de **experiências-ação** que formaram a nossa mente e permitiram saber. Elas como que criaram mecanismos de validação, primeiro em nível biológico, lógico e sensitivo, em seguida em nível histórico, que podemos narrar como verdadeiro: “[...] toda verdade é inseparável do ponto de vista que enuncia. Só nessa condição um enunciado tem *sentido*. O perspectivismo não é relativista; ele está ligado a uma função de interpretação” (LAPOUJADE, 2017, p. 55). Isso porque as nossas ideias não são baseadas em verdades irreduzíveis e imutáveis ou relativas, mas processo-ação, experiências que acontecem.

Dessa maneira, ela acontece primeiro como ações (experiências-puras), em seguida como transições (histórias) e como criações (cultura). Conhecer passa por essas três camadas dessas fases que se ligam em um percurso de realidade: “Dizíamos que pensar é ser conduzido por nossas ideias. Somos conduzidos, seguimos. O conhecimento é um conjunto de percursos, de conduções, de prolongamentos, de junções [...]” (LAPOUJADE, 2017, p. 73), ou seja, conhecer algo significa inserir-se em uma série de elementos que contextualizam o que deve ser conhecido. O contexto nos permite afirmar as qualidades de determinados agentes que se propõem a conhecer, são “complexos de relações prolongáveis” (LAPOUJADE, 2017, p. 74). Essas prolongações entre agentes permitem conhecer, elas são ao mesmo tempo experiências contextuais, históricas, portanto, **experiências-equivalentes**. Desse modo, em uma análise cognitiva, podemos perceber que cada série se faz nas trajetórias de agentes-humanos, agentes-não-humanos (intermediários), séries possíveis de ser construídas em uma perspectiva de rede¹⁶. O conhecimento como uma ação de experiências qualificáveis que se juntam em mosaicos estabelecidos no processo de desenvolvimento de algo mais global e sistemático e prático. É evidente que o conhecimento não se desvincula de sua perspectiva prática, como **experiências-validadas**, como veremos em seguida no ponto 1.3 sobre pragmática.

Conhecimento, por seu turno, é do ponto de vista ontológico e estético como desdobramentos de ações que se ligam entre si, e que moralmente-politicamente não se encerram em uma perspectiva absolutista ou racionalista, mas estão contidas em uma prática criadora, atividade que está na base dos processos cognitivos. “Assim, teoria e prática não designam duas atividades distintas, como se uma se exercesse no domínio especulativo, científico, enquanto a outra se exercesse no domínio técnico, utilitário. Elas designam dois pontos de vista: um teórico, sempre posterior (retrospectivo)” (LEPOUJADE, 2017, p. 80). O que se compreende então que não podemos pensar a ação desprovido do pensamento, muito menos o pensamento, sucedâneo da experiências-ação.

2.3 PRAGMÁTICA, PRAGMATISMO E O MUNDO - EXPERIÊNCIAS-VALIDADAS: SÃO EXPERIÊNCIAS MARCADAS PELA CULTURA

A obra de James (1904a; 1904b), sob a leitura de Lapoujade (2017), contém duas

¹⁶ Admitimos mais à frente que o conhecimento é possível por causa das condições de possibilidade dadas pelo espaço. Mas não qualquer espaço como variável física apenas, mas como sistema-território, ou seja, o espaço como rede, *network*, malhas e tramas. O espaço não é vazio, condiciona o contexto, ele é agente e consiste no estado virtual que conduz às funções cognitivas.

formas de entendimento do pragmatismo, como método de análise das ideias: a) “método de avaliação da prática” (Idem, p. 13) e o outro, b) “ferramenta de construção” do pensando, uma teoria da ação (Idem, p. 13). A ação seria o tema principal deste eixo duplo da pragmática. Assim, podemos dizer na tradução pragmática de James que a “realidade se faz e a realidade está por fazer” (LAPOUJADE, 2017, p. 14); por isso, longe de pensar que a ação seja uma mera atividade esgotada em si mesma, a perspectiva pragmática de James (1997) nos aponta para o que podemos construir de verdadeira no processo de ação como existência, dado que a ação-existência acontece concomitante ao processo e em relações equivalentes ou de entrecruzamentos das relações.

Por isso, a verdade torna-se propriedade das ideias em acordo com a realidade, ou seja, o verdadeiro é a realidade, à medida que passa por fluxos de emoções e sensações, por sua vez, as teorias têm um valor instrumental porque se situam em um aspecto temporal e espacial: “A verdade é uma ideia não uma propriedade finalizada e inerente em si mesma. A verdade acontece por uma ideia. Se faz verdadeira, é algo que se sucede. Um processo de sua própria verificação. Sua validade é o processo de sua validação” (JAMES, 1997, p. 170-171). A verificação-validação quer dizer que está de acordo com a realidade em consequências mediante os atos.

Podemos pensar, acerca desses atos, que as ideias guiam para outros setores das experiências, de acordo com as condições de possibilidade, que as conexões e transmissões acontecem progressivamente. As verificações no sentido tomam-se presentes no seguir de um itinerário. Agir para confirmar é o processo-de-verificação empreendido. Agir para confirmar. “A verdade é feita, tal como a saúde, a riqueza e força são feitas da experiência. (JAMES [--] apud MURPHY, 1993, p. 79):

- a) provar a verdade de tal coisa é confirmá-la;
- b) certificar a verdade de uma coisa e sua autenticação ou correção;
- c) agir como prova última ou evidente disso: servir para confirmar a coisa;
- d) substanciar isso por juramento;

Desse modo, a noção de verdade se baseia no pragmatismo no momento em que nossas experiências nos conduzem a outros momentos que valem a pena ser conduzidos. Assim, as experiências estão aplicadas em regularidades de conexões proveitosas. Esse pragmatismo do filósofo norte-americano compreende as ideias como orientações verificáveis, simples, originais, ou seja, protótipos de processos de verdade, verificados

primeiramente, retidos, multiplicados e representados uma por uma nas múltiplas camadas das experiências.

Por certo, a mente, para o pensador, se engaja entre as realidades concretas-abstratas de existência, destacando assim as frustrações e por isso relaciona-se com as intuições. Estar de acordo significa ser guiado diretamente pela realidade, suas imediações, contatos ativos, relacionar-se com ela, tratar de maneira prática a realidade e o intelecto: “O que é verdadeiro no nosso modo de pensar é a produção de crenças que se provam a si próprias serem boas e boas por razões definida, determináveis” (MURPHY, 1993, p. 79). Nessa realidade surgem as crenças, uma espécie de condições de capturar o que experimentamos.

Assim, as nossas crenças sobre a realidade são constituintes das verdades e atuam como algo encontrado, como se encontra uma coisa “manufaturada” (JAMES, 1997, p. 197). A realidade então é levada em conta a partir de verdades formadas por crenças em primeiro plano advindo de nossas sensações, em seguida das crenças das relações entre sensações e as cópias de nossas mentes: semelhantes e dissemelhantes, percepções dos “objetos” e abstrações lógicas: “O que decidimos sobre a realidade depende, pois, da perspectiva em que a coloquemos” (JAMES, 1997, p. 198). Assim, ao nosso ver, sob influência da pragmática, a sensibilidade é relacional (afetividade e rede), com um mundo maleável a espera de uma ação voluntária, sob a perspectiva da ação:

Para o pragmatismo pluralista, a verdade se desenvolve dentro de todas as experiências finitas. Uma se apoia em outras, por um conjunto delas por existir como tal, não se apoia em nada. Todos os ‘hábitos’ se encontram na experiência finita; por experiência finita como tal não há habitat. Nada que está fora do fluxo assegura sua existência. Só pode confiar em salvar-se graças a suas próprias e intrínsecas promessas e potências (JAMES, 1997, p. 2007).

O pragmatismo são práticas para avaliar as convenções tidas como verdadeiras. Nesse caso, a filosofia pragmática se aproxima da compressão da filosofia como forma de vida, negando a perspectiva de separação entre teoria-prática, ou seja, a verdade de um pensamento se estende pelo esteio das possibilidades de uma ação futura, dado que esse mesmo pensamento se encontra nas relações de experiências conjuntas. Neste caso, também, como elemento de criação que gera relação. Essa relação *a fortiori* se torna aspecto de cultura, pois depende dos acessos de um grupo, uma comunidade que faz com que as experiências tenham significado da realidade: “[...] não acreditamos naquilo em que queremos: acreditamos, na maior parte das vezes, naquilo em que os outros acreditam”. (LAPOUJADE, 2017, p. 105). A

crença então é uma organização comunitária e associada.

Assim, podemos destacar que o social molda o processo de geração de conhecimento, ora, a filosofia pragmática nos permite perceber como que há uma epistemologia da experiência e que esta permite “convenções semióticas” (LAPOUJADE, 2017, p. 110), ou seja, um conjunto de elementos de significado às ações em seus diversos níveis: criação (experiências) e avaliação (pragmática). Até aqui podemos seguir a perspectiva de James em que ele faz uma advertência em relação aos usos de conceitos refinados nas descrições de experiências, bem como ao experimentador nas atividades intelectuais e nas experimentações científicas, descrever algo em suas avaliações como atividade pragmática: “Descrevemos as coisas que aparecem em nosso pensamento e outros pensamentos que nos vêm sobre essas coisas, como se elas e o nosso pensamento fossem uma coisa só” (JAMES apud CALTERRA, 2015, p. 36). No entanto, nada melhor que John Dewey em fazer esse apontamento sobre a pragmática e seu processo de conhecimento.

Aqui há uma separação entre a filosofia pragmática de William James e John Dewey. Enquanto em James (1997), a natureza da experiência se coloca como algo plural, baseado em uma crença do indivíduo, a perspectiva de Dewey é de que a comunicação faz um salto qualitativo para uma validade social, não privada, que acontece como elemento social. Isso podemos chamar de experiências-validadas em sociabilidades diversas. Seriam validadas em uma relação e avaliadas em relações sociais. A pragmática permite uma validação do que seja a experiência pessoal e social: “[...] se é apenas uma operação meramente intelectual, que só tem valor para quem a formulou” (CALCATERRA, 2015, p. 100). A questão que aqui se busca relacionar é justamente para evitar a armadilha do absolutismo e inatismo.

A experiência, portanto, não é um evento individualizado, mas “um conjunto de elementos físicos e psíquicos, de emoções, vontades e hábitos sociais, qualidades naturais das coisas e respostas orgânicas a elas, que é ao mesmo tempo experiência primária e última”. (CALCATERRA, 2015, p. 112). Aqui há uma relação entre natureza e sociedade, essa unidade que assume uma perspectiva existencial pelos agentes. A relação humano-natureza se destaca como algo qualitativo, principalmente por causa da linguagem e a possibilidade que caracteriza as nossas condições de possibilidade da experiência que se efetiva como algo criativo porque aponta para novas formas de atitudes frente ao mundo, incluindo arte e emoções no cotidiano da vida.

Em John Dewey, segundo análise de Calcaterra (2015), essa questão da experiência será respondida a partir de uma conotação de solidez e algo que pode ser descrito em uma

atividade rotineira e que abrange teoria-moral-estética ou “a imprescindível relevância prática das ideias” (CALCATERRA, 2015, p. 19). Isso porque o pragmatismo responde ao percurso do idealismo alemão na educação e o que ele pode levar como abstração em uma jornada de revisão das teorias hegelianas (Idem, p. 34). As ideias são elementos e frutos de uma ação em que os diversos agentes-sociais passam. Uma predominância epistêmica que a sociedade põe sobre os agentes na produção de experiências. Está, portanto, ligada a uma ordem objetiva:

A experiência, na medida em que é experiência, consiste na acentuação da vitalidade. Em vez de significar um encerrar-se em sentimentos e sensações privados, significa uma troca ativa e alerta com o mundo; em seu auge, significa uma interpenetração completa entre o eu e mundo dos objetos e acontecimentos. Em vez de significar a redefinição do capricho e da desordem (DEWEY, 2010, p. 83).

O que podemos chamar de pragmatismo é o plano de práticas experienciais geradoras de ideias que se autoalimentam gerando outras práticas e outras ideias. “Os dois princípios de continuidade e interação não se separam um do outro” (DEWEY, 1976, p. 37). Nesse sentido, os diversos agentes fazem isso porque utilizam dos conceitos para compreenderem mais seu entorno social, ora, isso se faz em uma ação-de-experiências, em uma perspectiva que chamamos **experiências-validadas - são experiências marcadas pela cultura**: “o uso tradicional do par conceitual indivíduo/sociedade é considerado o produto, ou melhor, o reflexo nos planos filosófico e cultural das desigualdades sociais que permeiam a existência dos indivíduos em comunidade” (CALCATERRA, 2015, p. 67). Os “sujeitos da experiência”, agentes humanos, aqui estamos em consonância com o pensamento de Dewey, pois traz uma dimensão biológica marcante – em constante interação com a natureza – seriam um naturalismo humanista, que permite a sociabilidade.

Uma reorganização do estado natural para algo bem mais complexo de experiências, ou seja, na vivência social, torna-se um ser moral. Essa readaptação passa gradualmente de um ambiente de necessidades para uma atividade de experiências qualificadas de um ser conhecedor, um ser ativo e participativo.

Ao passar o indivíduo de uma situação para outra, seu mundo, seu meio ou ambiente se expande ou se contrai. Depara-se vivendo não em outro mundo, mas em uma parte ou aspecto diferente de um mesmo mundo. O que aprendeu como conhecimento ou habilitação em uma situação torna-se instrumento para compreender e lidar efetivamente com a situação que se segue (DEWEY, 1976, p. 37).

Em uma perspectiva de “natureza social”, que traz em sua ação que une os diversos

agentes dessa associação, as experiências-validadas são uma coroação da pragmática, de uma vida prática, um desenvolvimento de diversas interações do ser social: “Eles se interceptam e se unem. São, por assim dizer, os aspectos longitudinais e transversais da experiência. Diferentes situações sucedem umas às outras, mas, devido ao princípio de continuidade, algo é levado de uma para a outra” (DEWEY, 1976, p. 37). Nessa situação, a experiência-ação só pode ser experiências-validadas se for transmitida como situação de conhecimento, que ultrapassa a agência individual, o individualismo é superado com o aspecto da interação: “Desse ponto de vista, o princípio de continuidade de experiência significa que toda e qualquer experiência toma algo das experiências passadas e modifica de algum modo as experiências subsequentes” (DEWEY, 1976, p. 26). Esse contínuo da experiência leva para uma complexidade crescente do conhecimento.

Tudo isso, então, pode ser inquirido na complexa relação entre conhecimento científico, indivíduos e sociedade, ou seja, em uma pragmática. “O homem é algo mais que um ser que conhece. É primeiramente um ser que atua e faz o que deve fazer para viver” (DEWEY, 1967, p. 87), ou seja, uma filosofia que, ao mesmo tempo, trata da ciência, mas também como viver, uma forma de vida e de existência.

A pragmática, em síntese, é a filosofia como forma de vida e educação, como forma de reflexão às experiências no meio ambiente onde se criam relações e instrumentos possíveis para as vantagens eficazes, desde as mais corriqueiras da vida até as mais sofisticadas das ciências. Nesse caso, em uma vida bem vivida e completa. O pragmatismo então toma uma forma mais simples de experiências vitais integrais, com efeitos sobre os sentidos, em uma face singular e única para uma qualidade emocional integradora, por isso mesmo é estética ou teórica-reflexiva.

A humanidade então é continuidade da natureza: “Tanto quanto os acontecimentos naturais culminaram nas artes inteligentes da humanidade, a própria natureza tem história, movimento em direção à consequência” (DEWEY [–] apud MURPHY, 1993, p. 101). Assim, a perspectiva do filósofo sobre o conhecer filosófico por exemplo é como algo inacabado e reconstruído a todo instante à medida que aponta para a perspectiva de entender a si mesma como uma forma de vida vivida. “Não há medida comum à existência física e à experiência consciente, porque a última é única medida para a primeira. O significado de ser, ainda que não de existência, é a emoção que provoca, o pensamento que sustem” (DEWEY [–] apud MURPHY, 1993, p. 105). A vida em seu sentir-se faz-se em experiências que se traduzem sob a questão da existência no território, por exemplo, e como se move neste

território, dando-lhe sentido, e tendo uma intenção; por isso, o pragmatismo toma essa direção:

- a) não aceita o essencialismo como fundamento;
- b) não compreende como forma epistemológica pronta;
- c) não há diferença epistemológica entre verdade do que deveria ser e a verdade do que é;
- d) não há limites para o inquérito (aceitação da contingência);
- e) o que junta verdade e conhecimento é o sentido;

A partir desses direcionamentos sobre o conhecimento, pensamos, então, que o agente do conhecimento é afetado constantemente pelo processo de abstração, que, por sua vez, é uma fase da experiência que organiza os fragmentos das memórias das experiências vividas, substituindo e apresentando o contínuo do todo vivo que podemos chamar de associações, um processo organizado de experiências. “Sociedade significa associação, reunião de pessoas para levarem a efeito, através de intercâmbio e ação de todas as formas de experiência que lucram em valor e vigor, à medida que venham a ser reais e compartilhadas” (DEWEY, 2011, p. 171). Para que haja associação e intercâmbio de comunicação e participação das experiências, que são aprendizados de práticas com intenção de aprender com a intenção e consciência de aprender integrando esse conhecimento à vida.

Dessa forma, ao propormos nossa reflexão sobre conhecimento, partimos da ideia de existência atrelada à experiência-conhecer. Ela nos desperta para uma perspectiva não-binária (sujeito-objeto) à medida que não seguimos e tentamos evitar ao máximo as dicotomias, contrapondo aos cânones ocidentais de saber-conhecimento, como na perspectiva platônica-cartesiana. Para nós, esta dicotomia citada, que conduz ao elitismo, à exclusão e hierarquização injusta dos saberes, não nos permite olhar, viver, perceber contextualmente nossa trajetória. Neste caso, situamo-nos dentro da perspectiva da complexidade que envolve elementos sensíveis, ou seja, múltiplos seres em suas agências ontologicamente caracterizados. A geração do conhecimento existe no tecido da vida, nas relações entre humanos-não-humanos, no tempo, espaço, nas atmosferas de afetividades, nas contradições que se ligam e permitem as teias e as malhas do conhecimento.

2.4 CONTRIBUIÇÕES PARA A IDEIA DE CONHECIMENTO

O despertar alegórico da caverna, por certo, tem em Platão um dos seus principais fundamentos filosóficos para compor a base epistêmica ocidental. Tendo, como referência, a alegoria da caverna, foi possível buscar uma realidade que está além da experiência sensível, o que permitiu entender a contingência dos fenômenos, os padrões, a universalidade que movimentava a utopia da busca do conhecimento. Havia uma ordem a ser investigada por nós. Havia um mundo que independe de nós. O mundo objetivo era o *pharmakon* filosófico contra o antropocentrismo dos sofistas na máxima de que “o homem é a medida de todas as coisas”.

Isso era um consenso! O pensamento baseado na *Paidéia* grega, principalmente a partir da escola de Atenas, em Platão, desnuda uma realidade além do mundo visível, sensível e variável. A realidade inteligível e possível de ser interpretada pelo filósofo se inscreve em uma linha do conhecimento que nascera na *doxa* e terminara na *episteme*. A ciência grega é o conhecimento investigativo profundo e reflexivo do “conheça-te a ti mesmo”; por isso, a partir da filosofia platônica, somos hermenutas da realidade e não nos satisfazemos com as aparências (sombras), nem com as opiniões (cárceres). Ora, esse processo dialético do conhecimento toma uma nova abordagem antropocêntrica, mesmo que esta fosse uma posição combatida por Platão.

Em Platão, as ideias são a realidade, objetividade platônica. Nas ideias se encontra o fundamento de todas as coisas do mundo. Elas são inteligíveis mediante a reflexão. As ideias estão além do mundo físico, são seu princípio fundamental. Há o desejo inquieto em cada um de nós de ir ao encontro desse mundo. Ansiamos por liberdade e nossa vocação humana é despertar para a realidade inteligível; por isso há o despertar e a reflexão, o exercício da filosofia, a dialética numa contínua vida teórica (*bios theoretikós*). Já há aqui uma epistemologia-antropologia-metafísica que tenta responder ao problema do uno e do múltiplo, uma busca imperativa que a verdadeira realidade do mundo deva e possa ser investigada. Assim a metafísica é o nascedouro da episteme ocidental, inspiração para as questões empreendidas por Descartes nas suas sombras. Essa máxima se radicaliza na invenção cartesiana do pensar subjetivo, cujo artifício humano é de poder entender os fenômenos como extensão e matéria pondo a “Natureza” como mero objeto.

A “Natureza” sob o jugo humano é destacada como elemento objetivo mediado pela linguagem e pelo conhecimento, ou seja, como discursos, em uma ordem desses discursos. Assim, discutir a relação com a Natureza nos leva a entender a antropologia. Ela é um

discurso científico e podemos destacar que nasce sob as efervescências racionais ocidentais, ora para catalogar os diversos povos extraocidente no fim do século XVIII, ora como justificativa de domínio colonial, aproveitando as bases de conhecimentos dados aos europeus, mediante as grandes navegações e colonizações desde o século XV.

No entanto, dadas as proporções, tentamos caracterizar essas bases em suas singularidades e em suas semelhanças como ensaio de condição de possibilidade para uma episteme ao mesmo tempo ocidental e também não-moderna, dando o desconto às suas interpretações, suas lacunas e suas críticas. A busca de novas alternativas neste entendimento nos faz questionar por novas condições de possibilidades, fundamentar-nos em novas alternativas pelas quais possamos dialogar ou mesmo burlar o que chamamos de rigor e sistematicidade científica, ao menos para compreendermos que a cientificidade é uma construção, fruto de uma cosmovisão, de uma análise específica e situada.

- I) a prática científica dirige-se a uma experiência com o conhecimento;
- II) o que se denomina “objeto” do conhecimento científico é uma construção deliberada do “sujeito” cientista;
- III) os processos de conhecimento científico e do seu “objeto” são dados na precedência por experiências no mundo.

A história das ciências tidas como modernas remete à definição do conceito de conhecimento socialmente desenvolvido e amparado pelo consenso de uma época. Em outras palavras, o conhecimento científico é um saber que varia de época para época, compreende-se como uma disciplina que se justifica: a) através de agentes (que se denominam de sujeitos da razão); b) definição de procedimentos que explicam os fenômenos e os processos científicos e metacientíficos; c) definições de uma linguagem específica desses agentes-científicos; d) apreensão dos produtos científicos pela sociedade (incluindo as tecnologias derivadas dos procedimentos científicos).

A ideia de ciência nasce em resposta direta aos aspectos medievais da sociedade europeia no século XV como resposta ao obscurantismo neoplatônico dos padres da igreja e do feudalismo. Claro que há um conjunto de elementos que muniram esse processo de oposição, a saber: 1) a fundação das universidades; 2) a reforma protestante; 3) acesso aos textos filosóficos gregos por meio da entrada muçulmana na Europa.

A formação do saber científico moderno parece que seguiu uma proposta de seus agentes através de muitas combinações sociais que radicalizam a perspectiva de ver o mundo

no Ocidente, tais como uma sistemática maneira de ver as relações humano-natureza e o domínio sobre os fenômenos naturais, bem como o rigor na construção de conhecimento para enfrentar o teocentrismo especulativo da teologia judaico-cristã.

Desse modo, os fenômenos naturais sempre eram um mistério para os filósofos da ciência e do conhecimento. Eles se preocuparam em fundamentar uma revolução, em princípio baseada na matemática ou metafísica-platônica, bem como nas investigações da física moderna que, sustentadas nos cálculos matemáticos, adquiriram vida própria em uma lógica de uma linguagem formal, rigorosa e quantitativa. Os axiomas e teoremas foram, nesta direção do conhecimento científico, a saída para uma investigação empírica ou experimental, tendo assim as duas máximas que fundamentam os processos dos saberes instituídos: *res cogitans e res extensa*, ou seja, o idealismo da máxima cartesiana de “pensamento e extensão” se restabelece substituindo o objetivismo da dicotomia platônica que descreve o mundo sensível a partir do mundo inteligível. Nasce, neste turno, a ideia de sujeito, o sujeito-cognoscente, tornando-se agência principal da ação do conhecimento.

Assim, a partir do “sujeito iluminado” se elege o “objeto” da investigação científica, porém o mundo vive em uma complexidade irreduzível e aí está um grande problema ao tratar de reduzir para saber cada vez mais de cada vez menos diante de desafios cada vez mais complexos, sob incertezas e desastres ambientais, morais, sociais, econômicos e políticos (STENGERS, 2015). Vislumbram-se para nós alternativas de compreendermos esse mundo e seus problemas cada vez mais incompreensíveis e irreduzíveis.

Para Morin (2020), os elementos da complexidade engendram uma nova perspectiva que pode nos apontar para novas formas de pensar a vida e renovar as maneiras de lidar com ela, superar os erros de fatos, o dogmatismo, a parcialidade, o binarismo, a linearidade e o reducionismo. “A cultura científica é uma cultura de especialização na qual os conhecimentos são compartimentados; nela a capacidade reflexiva está ausente, exceto no caso dos grandes eruditos, que já chegaram ao fim de suas carreiras” (MORIN, 2020, p. 103). Essa racionalidade engendrada como instrumental exclui a contradição fixando-se na perspectiva de um sujeito consciente e universal, mas bastante limitado, assumindo que entre si e mundo está a realidade que sua lógica pode mostrar. Razão binária sujeito-objeto justifica a realidade.

Sob as bases do binarismo, o antropocentrismo aponta os caminhos de compreensão das relações do mundo e dos fenômenos: o conhecimento científico como saber e construto que compreende uma relação de pensamento e extensão, em um processo de teorização abstrata e em processos-metódicos-empíricos. Guillén (2003) destaca que o conhecimento

científico ou o conceito de ciência passa pela teorização, que é a construção formal para tentar explicar o objeto de investigação, buscando sua essência. Tudo isso sob uma episteme que relaciona as deduções **formas–lógicas–método–objeto**. Este caminho possível da ciência parte do pressuposto de verdades destrutivas, conhecimento de algo posto para o “sujeito” que compreende a realidade dada. Outro caminho possível é o indutivo **objeto–método–lógica–formas**. A ideia de “sujeito”, aqui, compreende a realidade e apropriação da natureza pois aponta para o conhecimento científico.

A emergência do “sujeito” é radicalizada posteriormente, dada a epistemologia das ciências no ocidente. Assim é o maior feito do conceito de “sujeito” que tem a primazia da ação e da reflexão-interpretação dos fenômenos, ou seja, no caminho dado desta qualidade dos fenômenos, pois só há fenômeno porque há quem o interprete. O entendimento das coisas mesmas se passa no sujeito que conhece. Ao “sujeito cognoscente”, neste turno, é dado o poder *des-velar e des-cobrir* as coisas: “El conocimiento es ante todo un producto de la designación que recae las cosas” (GUILLÉN, 2003, p. 25). Ora, o conhecimento aqui não pode ser qualquer conhecimento sensível, porque desde a antiguidade clássica, o sensível é tido como algo enganador, por isso, para ser conhecimento é preciso rigor. Para o conhecimento válido ser creditado como descritivo da realidade deve-se haver uma rigorosa sistematicidade nos enunciados científicos que se referem ao “objeto-fenômeno” observado e estudado.

Essa sistematicidade rigorosa de ordem vertical se ocupa apenas do “objeto” e do método recortado. O recorte do estudo apreende essa ação que pretende, antes de tudo, uma objetividade: sistematicidade-rigurosidade-modicidade. Neste percurso, segundo Guillén (2003), há uma independência do sujeito, a partir de uma série de procedimentos científicos, porque as descrições da realidade do objeto se tornam conhecidas. Gera-se um conhecimento e este toma uma independência do sujeito. Há aí uma autonomia do conhecimento que pode ser comunicado, apreendido e acumulado, questionado, repetido: “referencia común para un cometido investigativo” (GUILLÉN, 2003, p. 28); por isso, o conhecimento científico parece exigir um consenso entre diversas subjetividades, em um processo de intersubjetividade, permitindo que haja: interpretação, descrição e explicação.

Desse modo, o sentido da objetividade que é uma característica das ciências ocidentais é uma máxima do “sujeito da pesquisa”. Novamente o conceito de “sujeito” toma uma primazia, pois a natureza do fenômeno e do “objeto” é definida, ou seja do “objeto” em si (o sujeito que busca a ontologia das coisas). Essa característica do “sujeito” da pesquisa abre um

abismo, pois aponta para uma onticidade hierárquica que precede a cientificidade: antes de uma ciência há onticidade, antropologia, ética e política-poder que marcam o “sujeito da pesquisa”: a) problema-pathos; b) objeto-conversão; c) paradigma-cosmovisão.

Podríamos concluir diciendo que los objetos de investigación son el desenvolvimiento fenomenológico de los problemas que plantea el sujeto hasta convertirlos en objetos de investigación y decidir el paradigma tanto de construcción como del juicio a los conocimientos que se obtienen sobre aquellos dos [problema e objeto] (GUILLÉN, 2003, p. 35).

Nessa perspectiva, o paradigma-cosmovisão, neste caso, classifica o conhecimento como cientificidade, pois possibilita rigor e sistematicidade através da classificação do objeto-conversão ao processo de investigação. No “sujeito” está a situação de observação problema-pathos e a ele cabe direcionar o paradigma-cosmovisão que vai guiá-lo nos processos metodológicos. Para tanto, pergunta-se em uma série de questões emergentes sobre gnosiologia, filosofia das ciências, teorias dos conhecimentos e epistemologias o caráter geral e não contextual do saber científico ocidental, inclusive na sua base mais elementar: as relações “sujeito-objeto”.

Claro que a construção do “objeto de conhecimento” deve se transformar em uma nova linguagem rompendo com o cotidiano. Por exemplo, no primeiro Wittgenstein, “*Tractatus Logico-Philosophicus*” (1968), aponta-se que saber sobre o mundo não está na perspectiva de uma linguagem lógica sobre o mundo, no rigor de uma linguagem que podemos ter sistematicamente sobre o fenômeno: “O sentido do mundo deve estar fora dele” (1968, p. 126, [§ 6.41]). Assim, a linguagem serve como condição de possibilidade e de impossibilidade de construção de um conhecimento-desenvolvimento de objetividade, por meio de comunicação e estrutura simbólica sistemática.

No conhecimento científico, dessa maneira, acontece a estrutura da linguagem que nos permite descrever a experiência do cotidiano e as armadilhas da linguagem. Ora, essas armadilhas postas pela linguagem e descritas antes são novamente remontadas por Wittgenstein, em sua segunda fase. Em *Investigações Filosóficas* (1968), posteriormente, o filósofo austríaco entendia a linguagem como espelho do mundo, abandona essa perspectiva e insere a brilhante noção da linguagem como labirinto e jogos.

Assim, os problemas filosóficos são problemas de linguagem. “Pois os problemas filosóficos surgem quando a linguagem *está de folga*” (1968. p. 35 [§38]), ou seja, há aqui uma virada linguística importante, a volta, na lógica, do funcionamento da linguagem, ou

mesmo o mundo como linguagem ou representação, apropriação dos significados das estruturas desses significados. O mundo objetivo é composto de uma trama que faz o sujeito objetivo perder-se. Em suas relações com o mundo do conhecimento, há composições de muitas tramas que o precedem linguisticamente e simbolicamente.

Ora, ao desnudar-se a linguagem, em uma quase totalidade cética sobre a filosofia, esbarramos nas diversas possibilidades de composição desse labirinto de dédalos como veremos mais à frente. Podemos então acionar a gambiarra, uma epistemologia da gambiarra em que a ideia de concretização é uma cosmologia regrada em paradoxos: complexidade e conhecimento cognitivo, deslocado da noção de “sujeito-objeto” e uma possível virada ontológica, como destacam MESSIAS e MUSSA (2020). Assim, partimos do paradigma-cosmovisão. “Neste contexto, a dinâmica que configura a gambiarra como um processo complexo e dissonante de concretização é a sua ancoragem na chave precariedade-improvisado[...]” (MESSIAS; MUSSA, 2020, p. 175). A gambiarra como algo novo e criativo que elucida as novas contingências dos agentes, mostrando aí a precariedade que esse labirinto pode nos permitir mostrar e ver, uma retomada de uma ação não mais configurada sob as ações humanas (subjetivas), mais cosmocêntrica, ontologicamente deslocada, por isso mesmo, necessária para uma epistemologia¹⁷ que acione as agências em uma conceitual-metodológico-social. Principalmente visando reparar as questões ecológicas e sociais e políticas que envolvem o tema do conhecimento e dos saberes.

Acionamos então a Gambiarra que se aproxima do francês *bricoleur*, bem como sua episteme ontologicamente composta de agências. “Achava que estava pecando contra a ciência” (LÉVI-STRAUSS; DIDIER, 2005, p. 10). Assim, os atos da experiência científica se tornam visíveis em uma concretização inventiva, ou seja, uma consciência intensificada pelas diferenças e semelhanças com a própria cultura, o que o leva a fazer um constructo explanatório. Por tudo isso, sobre suas encruzilhadas, destaca Lévi-Strauss sobre seu método: 1) não se podem reduzir as totalidades das experiências humanas a modelos matemáticos; 2) nem toda experiência humana pode ser analisada em modelos.

¹⁷ This conceptual shift toward a more-than-human world goes beyond a cross-cultural understanding of nature and instead challenges our ability as scientists to comprehend modes of existence that destabilize the boundaries of the self and the social, the organic and inorganic, the single and the multiple, and many more deeply rooted conceptual binaries. The analysis is not centered on explaining how crises are produced, but on understanding what they produced, mainly in their dimension of ecological and sociopolitical reparation (BLANCO-WELLS, 2021, p. 01).

Sei também que esse gênero de abordagem, que pratico, não esgota a totalidade dos fenômenos; não mais do que um modelo lógico-matemático elaborado para explicar uma conjuntura meteorológica, por exemplo, levará em consideração a emoção estética provocada por um pôr-do-sol. Se quisermos descrevê-la e analisá-la, deveremos abordá-las sob outro ângulo, e recorrer a outras formas de compreensão (LÉVI-STRAUSS; DIDIER, 2005, p. 148).

Quanto ao método, destaca-se que compreendemos o que é trabalho de campo. A vida social está sujeita à realidade empírica e se encontra em uma ação de experiência aleatória. Daí a ação de perceber-se em um campo de contingência: “Simplesmente penso que nesta vasta sopa empírica, se me permite a expressão, em que a desordem impera, forma-se aqui e ali ilhotas de organização” (LÉVI-STRAUSS; DIDIER, 2005, p. 147). Faz-se compreender o *bricoleur* que realiza bricolagem como forma de ilustrar o funcionamento do pensamento das comunidades e sociedades estudadas, ou mesmo atividades que parecem corriqueiras ou fúteis.

De toda sorte, a bricolagem atualiza o plano prático da vida, do mundo natural, combina trabalho, natureza, seres e sentido da vida. Para nós, assim, forma uma imensa rede cognitiva (ReCo). “Ele combina esses elementos para construir um sentido, como o *bricoleur* utiliza, diante de uma tarefa, os materiais ao seu alcance para lhes conferir um novo significado, diferente daquele que tinham inicialmente” (LÉVI-STRAUSS; DIDIER, 2005, p. 158). O conhecimento então se apresenta como uma continuidade da tentativa de compreensão e ordenamento do mundo. Nesta perspectiva, podem-se perceber as diversas ações possíveis de alcançar as equivalências entre as formas de pensar míticas dos nativos da América e as práticas científicas materializadas pelo pensamento ocidental:

El pensamiento científico constituye tan solo su punta acerada: mas penetrante porque se aguza en la piedra de los hechos, pero al precio de una perdida de sustancia; su eficacia depende de su poder de penetrar con la suficiente profundidad para que el cuerpo integro del instrumento siga completamente a la cabeza (LÉVI-STRAUSS, 1988, p. 124-125).

Assim, a tese desse antropólogo pode ser sintetizada no pensamento mítico, em que no mito a dicotomia sensível e inteligível é interrompida, dando cabo de dimensões da sensibilidade como cores, odores, sabores, ruídos e texturas e diversas visões de mundo sob coerências lógicas e também eficientes na vida. Os Bororo, por exemplo, que mantinham sua vida social e tribal a partir de uma reunião de mitos divididos entre os diversos grupos que formavam a tribo estudada: “A riqueza estatutária dos clãs é de natureza diversa. Cada um possui um capital de mitos, tradições, dança, funções sociais e religiosas. Por sua vez, os mitos fundamentam privilégios técnicos que são um dos traços mais curiosos da cultura

bororo” (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 234). Há uma correlação que pode ser posta de como os mitos direcionam a uma prática como uma forma descendente.

Além do mais, Lévi-Strauss (1975) destaca, ao analisar o papel dos feiticeiros entre as tribos investigadas por ele, que o problema da doença e da cura está na ordem da tradição coletiva e do mito, não está efetiva no corpo, por exemplo, mas na estrutura que se ordena entre as oposições e correlações que se alternam em modificações das estruturas feiticeiro-doente-público, formando um universo sígnico. Isso não encerra práticas e experiências múltiplas. Nesse sentido, o papel do mito é determinar a ordem das coisas, estabelecer limites e apontar perspectivas diversificadas em meio aos demais elementos do mundo. Além disso, em *Tristes Trópicos* (1975), o antropólogo destaca que o mito serve então para explicar o porquê das coisas serem como são, e porque o são daquele modo, sem perturbar o cosmos, caso encontre ou aconteça uma perturbação. Essa eficiência da vida sustenta a concepção de uma estrutura que marca a comunicação entre o mito e o social:

- a) a noção de estrutura e de transformação é inerente à análise estrutural: noção de transformação;
- b) a estrutura não se reduz aos sistemas: conjunto composto de elementos e de relações que os unem;
- c) os elementos e as relações de vários conjuntos fazem surgir relações invariantes, de tal forma que se possa passar de um conjunto a outro por meio de uma transformação.

Assim, tais instrumentos apontados pelo antropólogo como algo penetrante que abrange as divisões de cultura e natureza, bem como a percepção de se enxergar as relações entre as divisões pré-estabelecidas a saber: I) o conjunto das experiências dos fenômenos das relações entre agentes; II) as relações dessas experiências em escalas singulares e situadas e como elas se repetem como padrão ou mesmo como fractal; III) como essas relações se engajam enquanto rede nos diversos níveis das experiências.

Portanto, o exame dos fenômenos exige um conjunto de procedimentos que deve levar em conta a passagem da pura observação de um fenômeno natural para algo que se apresenta amplo, complexo e variável, mediado por códigos simbólicos, por sistemas entrelaçados em suas materialidades. Esses aspectos de relações e sua questão da organização social e econômica são descritos numa direção das agências, claro que de uma forma bem tímida. Mas em forma de rastro de uma ideia que pode nos mover para compreensão de como entender por exemplo as ações dos animais na vida cotidiana, das plantas, das máquinas e nas relações

sociais, bem como da cultura do território, mas que se alinham na perspectiva de agenciar isso que nós chamamos de humanidade. “[...] a racionalidade e a irracionalidade são, em larga escala, fatores irrelevantes e acidentais na indisciplinada natureza humana” (DEWEY, 2011, p. 38). Temos uma congenialidade emocional mediada pelos afetos entre seres, ontologias que povoam um emaranhado de relações.

Ao nosso ver, podemos ir ao encontro de um deslocamento ontológico das agências das coisas, mas também pelos agentes não-humanos e dotados de uma comunicação, numa perspectiva direcionada pela categoria de agências que promovem as experiências, as redes e as tramas de conexões e interações em malhas, seguindo padrões de emergência e isso é um ponto importante de destacar nesta tese: a ideia de ontologia e dos modelos das redes cognitivas (ReCo) que emerge dentro de relações que condicionam o processo de compreensão, um movimento ascendente dentro do território que aciona uma pluralidade de saberes e conhecimentos.

TABELA 01: Plano do tempo e plano da experiência

Plano do tempo	Plano da experiência
Memória	Experiências-equivalentes
Presente	Experiências-ação
Antecipação	Experiências-validadas

Fonte: Elaboração do autor.

Na nossa perspectiva do tempo, passa um plano triádico do tempo: a) memória, b) presente e c) antecipação (GALEFFI, 2013; 2014). O que dá às diversas camadas de experiências o substrato de sua existência. Entendemos desse modo que o conhecimento acumulado é compartilhado e flui a partir de uma rede cognitiva estruturada em camada sobreposta em planos que denominamos em uma modelagem.

FIGURA 01: Modelagem do plano da experiência: geração e produção do conhecimento



Fonte: Elaboração do autor.

As redes cognitivas se formam a partir das existências de elementos marcantes nas relações dos agentes que experimentam e vivem, criam e antecipam-se nos seus fazeres cotidianos, nas perspectivas de utilização de insumos que os incubem de um processo artesanal e ao mesmo tempo ampliado pelas redes cognitivas que se formam em paralelo com outras redes, uma ordem das conexões que nasce no processo do crescimento e processo: “O homem [humano], porém, vive num mundo onde cada ocorrência vem recheada de ressonâncias e reminiscências do que aconteceu anteriormente; e onde cada evento é uma recordação de outros fatos” (DEWEY, 2011, p. 35). A memória é a experiência sem violência, vício e perplexidade, histórica, diferente da exatidão do fato e da emoção.

Podemos dizer que daí gera a imaginação onde se salientam os desejos e o humano como seres do desejo, elaboradores imaginativos de sugestão e colaboração. Aí se instala o mundo simbólico da antecipação onde se misturam emoções e orienta a existência de comunidades nas experiências. Estas se repetem em grupo com recordações emotivas de outras experiências e se perpetuam, afetando a todos, articulam-se e deixam o isolamento, tornando-se parte excepcional como as tradições. Ou seja, das agências em processo educacional, por força da educação, a memória torna-se grupal, somando-se em um corpo de características sistematizadas em doutrinas, políticas e normas. Nesse turno o conhecimento

passa de uma simplicidade a uma complexidade.

Forma-se então a perspectiva de que a memória organiza as experiências em suas singularidades e caráter fugaz, direcionando-as para algo comum, selecionável, formando um *habitat* e ação. “O tempo e a memória são artistas consagrados que remodelam a realidade segundo o desejo do coração” (DEWEY, 2011, p. 102), ou seja, presente-passado-futuro se moldam no contexto ambiental da experiência, o ambiente mutável e transitório, em malhas de associações e recordações, malhas de imaginação. Assim, a perspectiva que tudo está mudando aponta para uma epistemologia que compreende relações e mudanças.

A ação, por sua vez, é compreendida, aqui, dentro de um universo difuso e diversificado, uma pragmática que se liga para além do factual do presente. É ela mesma antecipação onde a distinção é única e singular, porém cheia de participação, por isso é organizada. Novamente invocamos a ideia de complexidade, dado que a constante relação com o meio permite as experiências, suas interações e perspicácia porque significa que as experiências também modificam o meio.

Há uma transformação qualitativa do “ao redor”, não há passividade na experiência: “[...] ao contrário, age sobre o meio ambiente, de acordo com sua própria estrutura, simples ou complexa. Em consequência, as mudanças produzidas no meio ambiente reagem sobre o organismo e sobre suas atividades” (DEWEY, 2011, p. 50-51). Experiência então é agir, conexão, aprendizado acumulativo, derivado, processo não-autossuficiente. “Esta conexão íntima entre agir, sofrer ou submeter-se a formas constitui aquilo que denominamos experiência” (Idem, p. 50). Assim, se as sensações não podem ser caracterizadas como conhecimento, elas devem ser gatilho para ele, estímulo para a ação, o hábito, as funções ativas e as conexões. “A experiência contém em si princípios de conexão e de organização, e tais princípios não são de maneira alguma sem valor porque antes do que epistemológicos, sejam vitais e práticos” (Idem, p. 54); por isso, a melhor forma de conhecer é ter atitude perante o mundo, visando essas relações estabelecidas de mundo-agências-mundo, sem esquecer a perspectiva de bem-estar e viver.

A perspectiva da complexidade tende a nos apontar como a noção da experiência vai para além de um empirismo simples, mas dentro de uma noção de algo vivido e adquirido: “Ter vivido uma experiência não basta para que ela se transforme em uma verdadeira experiência. É preciso pensar a experiência vivida para compreendê-la e transformá-la em experiência adquirida” (MORIN, 2020, p. 30). Desse modo, podemos falar em sistema de produção do saber que leva em conta uma série de dimensões no processo de produção e

desenvolvimento do território, como destacado por Bittencourt Machado (2018). O conhecimento tem uma acoplagem com as experiências concretas de vida como categorização, classificação de plantas e animais, domesticação e manipulação de espécies vivas, utilização de ferramentas, coletas e cultivos diversos. Um verdadeiro emaranhado de saberes que vai passando de geração em geração, formando uma rede cognitiva dentro do território.

A possibilidade de descrever as experiências traz à tona modos de inteligência humana, ou, inteligibilidade que liga natureza, racionalidade e sociabilidade, em outras palavras, há forças biológicas, atitudes, modificações ambientais e o mundo circunstancial:

O território está sempre submetido a pressões de mudanças, conflitos e relações de poder que podem implicar expansão ou deslocamento, ou desequilíbrios ambientais, econômicos e políticos, o que põe em relevo a importância de se manter a integridade fundamentalmente social do território (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 46).

Essa circunstancialidade aponta para um caráter real da vida. Só pode haver experiência se houver corpos materiais que possam desenvolver ações em um espaço que liga os processos de sistema que permitem uma gama de relações entre agências-território-agências.

2.5 EMERGÊNCIA DAS AGÊNCIAS: TRAMAS, EMARANHADOS, TEIAS E *HABITAT*

O conceito de “Agência” emerge em um contexto de correlação com outros conceitos como “Ato”, “Ação” e “Agir”, implementado por um agente e que se liga especificamente a partir da filosofia da linguagem ao processo de um texto, o de sujeito em ato em texto específico. Neste caso, passamos ao largo dessa ideia filosófica. Destacamos e nos interessam as agências de seres humanos e não-humanos, e não apenas como termo específico da literatura (no sentido mais lato do termo). Agência neste trabalho se direciona para entender um conjunto de ações empreendidas por agentes em um contexto de uma proposição filosófica que quer entender ou refletir as ações, ou conjunto delas, ou melhor, caracterizar o agente, o ser que define e tem o poder de agir em si ou em outro ser. As agências podem ser feitas por humanos e não-humanos (sensíveis e não-sensíveis). “[...] A noção de agir em alguma outra coisa pode ser construída de várias maneiras; no entanto, é claro que a agência se manifesta no agir *simpliciter*, ou no agir sobre outra coisa (não importa quão ampla ou

restritamente sejam construídas essas duas noções)” (HACKER, 2007, p. 134). Entende-se aqui a noção de *simpliciter* como elemento dentro da distinção do autor entre seres animados (incluindo humanos e animais mais complexos) e inanimados (artefatos e seres vivos simples, incluindo plantas).

Para Hacker (2007), as relações das agências não-humanas se formam dentro de um campo antropocêntrico em uma perspectiva de definir o não-humano a partir do humano. Não concordamos com essa noção do autor citado, mas nos parece importante o decorrer de sua reflexão para distinção e caracterização das agências, daí nossa alternativa é classificar como humanos e não-humanos e caracterizar suas agências a partir das denominações constantes no texto de Hacker (2007) como fundamento epistemológico de nossa reflexão. “Uma noção complementar a essa de agente é aquela de paciente – aquilo sobre *o que se age* ou aquele ou aquilo para que ou para quem *algo é feito*” (Idem, 2007, p. 135). Assim, a noção vai ficando mais clara à medida que descrevemos uma série de agências a partir da causa-efeito das ações em que as ações tomam um efeito de causa.

Há uma hierarquia nas condições de produção das agências que pode caracterizar “Atos” e “Ações”: em que se correspondem elementos de necessidade (animais e plantas), prazer (animais complexos), história-cultura-política (humanos) (HACKER, 2007). O que se desdobra em necessidades absolutas: as que vêm do mundo natural e biológico como saúde e estado físico equilibrado; necessidades relativas, meta alcançável dentro de um contexto histórico, o razoável para sobreviver em um determinado período histórico; necessidades socialmente mínimas toleráveis, que abrangem as totalidades dessas necessidades de uma agência: “[...] noções parcialmente normativas, as primeiras dependendo da concepção axiológica de saúde e as últimas da concepção das exigências de uma vida humana tolerável” (HACKER, 2007, p. 143). Desse modo, podemos distinguir as agências do humano e não-humano como relações de instâncias de “fazer algo” a um paciente (o que ou quem sofre a ação da agência).

TABELA 02: Agências humanas e não-humanas

AGÊNCIAS	HUMANO	NÃO-HUMANO
AGENTE	Animado	Animado e Não-animado
DESCRIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Atos deliberados porque age sobre de forma deliberada; com uma finalidade que o permite 	<ul style="list-style-type: none"> Ação - se houver animais superiores há uma busca de inteligibilidade para suas ações;

	<p>deliberar a partir de um querer e acetem sua agência em um propósito;</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Agentes volitivos com finalidade e autenticação; ● Necessidades: Absolutas, relativas, socialmente mínimas; ● Campo dos querer (finalidade em si); ● Desejar e Expressar o querer; ● Poder cognitivo e volitivo (ação reflexa); 	<ul style="list-style-type: none"> ● Não animado: objeto que tem uma direção não-sensitiva, sem propósito (inteligível); ● Necessidades: Absolutas e Relativas (animais complexos superiores); ● Campo do necessitar (finalidade);
--	--	---

Fonte: Elaboração do autor.

O importante é distinguir as características em que as agências devem levar em conta o estado plausível de acontecer, seja como impulso de necessidade absoluta e relativa ou o que é querido dentro de um que seja um oposto de coação, uma liberdade para agir, pois “a razão de um agente necessitar de algo reside na condição do agente, na ocorrência das circunstâncias que dão lugar à necessidade ou no fim para qual a coisa é necessária” (HACKER, 2007, p. 145). Há então uma distinção das agências e que deve ser caracterizada, ou seja, as agências causam outras coisas ou inibem que elas aconteçam, então elas podem ser I) Atos ou II) Ações.

I) Atos - são agências deliberadas sobre um paciente (ser em estado passivo), dentro de um contexto de voluntariado, uma intenção inteligível, exige a vontade livre, por exemplo, e opção de escolhas percebidas: trabalhar, cozinhar, casar, tecer, moer; as ações do que se decorre das agências e características dos Atos (humanos) é “Agir sobre”, por isso os atos são reconhecidos pelo seu engajamento, pelo desempenhar, enceta sobre outros atos, sobre os pacientes, ou seja, os atos têm uma intenção engajada sobre o paciente, forma-se um agir dentro do campo de atuação.

Na verdade, o que temos nessa atuação é um querer atingir uma meta, uma ação ativa para alcançar um fim. Tais agentes volitivos são sensíveis e constroem projetos para encontrar

algo ou uma coisa, agem por querer: querem agir, tentam agir, sentem falta do agir porque “eu queria”. Neste caso, há claro um objetivo de algo a ser alcançado para um fim prospecto, uma prosperidade aí, alcançar situação de vida melhor, em uma forma de vida sociocultural razoável, no contexto específico, com sucesso de suas metas desejadas. “[...] aplica-se apenas quando algo está sendo feito intencionalmente, e o ser humano é agente de um ato apenas se o que ele faz puder ser descrito sob algum aspecto que o torne *intencional*” (HACKER, 2007, p. 151).

Desse modo, há uma ação mental e intencional, o querer é um processo voluntário e deliberado como ato de vontade. Por isso, é uma experiência, dado que “atos desempenhados com grande esforço para superar a relutância ou as dificuldades em agir, principalmente em circunstâncias adversas” (HACKER, 2007, p. 157). Dessa forma, nosso interesse elementar com a experiência que envolve a afetividade. Claro que essa questão será desenvolvida em outros momentos, mas carece ser destacada e exposta como condição de possibilidade que vai além da vontade e da cognição. Neste ínterim, o Ato não se faz como agência preestabelecida de uma programação, mas de um contexto de experiência que se move polimorficamente: apressar, praticar e trabalhar, por exemplo. Assim, todos esses atos podem ser ilustrados e descritos se associados em um conjunto de experiências junto com agentes não-humanos. Por fim, podemos falar em elemento híbrido de atos-ações.

II) *Ação - toda agência de um ser empreendida sobre outro ser (paciente) pode ser um agente não-humano, não se compreende aqui o grau de inteligibilidade da vontade e da liberdade da ação: esquentar, correr, barrar, guardar; “Agir em” enquanto as Ações (não-humano), em geral, descreve-se como “fazer algo ao” e tem três características: A) Objeto, B) Finalidade e C) Circunstância.*

- a) Objeto: como algo da necessidade, do que se necessita: aqui o conceito de matéria se estabiliza como concreto, o que emerge como concreto da vida e da natureza;
- b) Finalidade: para que se necessita desse objeto: ele vai servir a quê, dentro de que fim (nesse sentido se pergunta a finalidade em decorrência do entendimento anterior do “Ato – humano” que age com deliberação para um fim específico);
- c) Circunstâncias: em que condições e circunstâncias o objeto de necessidade faz com que aconteça a ação, o texto de fundo para que as relações das ações venham a se realizar;

O valor aqui percebido pela agência não-humana depende do paciente, ela age em

benefício do paciente que sobre a ação, mesmo fazendo coisas para outras coisas, por exemplo: o fogo queima a lenha que ferve a água em benefício da sopa feita pelas mãos humanas: “os agentes inanimados não exercem seus poderes” (HACKER, 2007, p. 140). A ação desperta uma lógica entre ativo (faz) e passivo (levado a fazer): relação de ação e suas consequências como causa-efeito.

Desse modo, após caracterizar as principais formas como as agências acontecem, podemos discutir como emergem esses elementos ontológicos na perspectiva de Tim Ingold que se inscreve em uma espécie de liminaridade entre as fronteiras do campo da biologia, da ecologia e da crítica à episteme ocidentalista para além da Antropologia Filosófica de Hacker. Por isso, nossa tentativa de diálogo profícuo.

Tim Ingold destaca que "os meios ambientes estão continuamente em formação devido às atividades das criaturas humanas e não-humanas" (2006, p. 34). Nós concordamos que há aí um diálogo, ao mesmo tempo de perto e de longe, com a Antropologia Filosófica na seção anterior sobre agências. Assim tentamos discorrer sobre o texto antropológico e sua descoberta sobre esse tema, em especial nas relações da antropologia que na década de 1980 volta-se para uma virada ontológica importante em uma ramificação crítica contemporânea a essa disciplina. Ora, a disputa entre cultura-natureza que parecia respondida pela representação entra em colapso e, segundo Perdomo Marín (2020), traz questões pertinentes de ordem ontológica, ou seja, anteriores à formação da antropologia, por exemplo, pois exige uma perspectiva de compreensão de elementos não-humanos e questões que vai além da representação.

De este modo, las preguntas en torno al análisis de los límites entre la naturaleza y la cultura, y por el cómo dar cuenta de la experiencia-de-mundo del Otro, han confluído directamente en la problematización ontológica y representacional por parte del investigador, y, en consecuencia, le han dado el sello disciplinar a la antropología como la familiarización de lo extraño y la extrañeza de lo familiar (PERDOMO MARÍN, 2020, p. 03).

Assim, a virada ontológica é uma abertura para novos processos metodológicos que destaca, nesse caso, potências analíticas, a saber a reflexividade, a conceituação e a experimentação segundo Perdomo Marín (2020). Assim, a contribuição da antropologia, nesse turno, é fazer a reflexão entre as relações ecológicas que o ser humano faz em seu *habitat* sem se preocupar com as teorias culturalistas atuais que nortearam as ciências, bem como faz uma crítica ao neo-darwinismo e sua tendência reducionista.

A perspectiva de Ingold (2006) sob a ideia de agências permite formar uma malha de

entrelaçados, tendo o próprio ambiente como agente qualificado nesta confecção. Neste caso, o ser humano está imerso em meio a fluxos materiais que lhe permitem significar-se, mediado por símbolos, por meio de práticas e atenção: “De este modo, sus reflexiones enmarcan una crítica directa a los modelos representacionales del conocimiento para centrarse en los procesos de exploración vital de los organismos-persona con el ambiente” (PERDOMO MARÍN, 2020, p. 11).

Nos *habitats*, segundo Tim Ingold (2008), há agências diversas. O óbvio é confuso e as ações são processos de compreensão e apreensão da realidade, e algo pode ser traduzido do real para a mente no processo de experiência e percepção. As percepções têm variações de acordo com som e imagem, os objetos e os ambientes e se destacam de acordo com o meio que interagimos em uma malha de elementos, ou *habitats*, e faz modular o processo onde estamos. Um exemplo é sobre a luz, o som sem examinar o processo das agências do processo da visão ou do processo da audição. A ambiência sensorial se faz mediante um conjunto de entrelaçamentos de experiências qualificáveis. Esse processo outrora desconsiderado pela razão ocidental se faz extremamente necessário na concepção de um mundo povoado por elementos ontologicamente especificados no processo de percepção do mundo.

Se existe uma conclusão principal a ser extraída de minha crítica à antropologia dos sentidos, é que qualquer tentativa em separar o discurso acerca da visão de sua prática real de olhar, observar e ver é insustentável. O mesmo, de fato, serve para qualquer outra modalidade sensorial. Pois, o que é o discurso, senão uma narrativa entrelaçada de experiência resultante da atividade prática e da percepção? Os significados que ele produz, como mostrei, não são somados no ‘topo’ da experiência vivida e corporal, mas reside nos modos pelos quais as tramas dessas experiências são tecidas juntas. Historiadores da filosofia estão enganando a si mesmos, certamente, ao imaginarem que o que tem sido pensado e escrito em termos dos sentidos pode ser nitidamente separado do que tem sido vivido e sentido através deles (INGOLD, 2008, p. 47).

Nesse turno, os sentidos funcionam como um processo de produção da história que nos permite estudar o mundo ao nosso redor e que se faz a partir das inscrições do “desenho cultural” (INGOLD, 2006, p. 23). Ora, esse desenho se faz pela materialidade de elementos como edificações, utensílios e instrumentos, objetos e uma cultura material que nos aproxima de uma natureza das coisas, de substâncias que nos envolvem um ambiente em consonância com as atividades humanas.

Assim, há um borrão nas relações entre cultura e natureza à medida que não se pode, na perspectiva de história da cultura, ignorar a presença e agências dos diversos seres, sejam animais, plantas, fenômenos ou mesmo de utensílios utilizados a partir da manipulação e

transformação de outros seres “naturais”: madeira, ferro, fogo, água etc. Para Ingold (2006) então, as relações da perspectiva das agências no mundo humano, ou mesmo para além do mundo humano, se fazem na compreensão de cosmologias diversificadas, que se distinguem das cosmologias que temos, atualmente, nos processos de construção de narrativas ocidentais. Essas cosmovisões destacam a razão humana como dotada do protagonismo de ação.

Seria ela, no humano, a agência inscrita de informação, de forma ao objeto e substância inerte da natureza. Isso se radicalizou como concepção moderna: “A ideia segundo a qual a produção consiste em uma ação sobre a natureza, proveniente de uma fonte superior situada no domínio social, é essencialmente uma ideia moderna” (INGOLD, 2006, p. 28). À nossa maneira, observamos o papel das relações de produção entre cultura e natureza, bem como da sociedade e história, como uma crítica à epistemologia. Ingold destaca uma forma peculiar de descrever e caracterizar as agências, especificamente das relações que elas formam não como uma dicotomia entre extensão em pensamento, mas em malhas de relações especificadas, dentro de um ambiente que se comporta como ora agente qualificado, ora como cena de atuação das diversas agências humanas e não-humanas.

Essa relação das agências descreve como organismos em um ambiente em relações vão além de uma passividade pré-programada. Ela é ativa, ou seja, aberta e não determinada, formando campo de interrelações e singularidades. “O mundo não é objeto de estudo, mas o seu meio” (INGOLD, 2019, p. 11). Por isso mesmo, o fascínio da experiência está neste meio e que nos garante conhecimento provisório e contingente:

Não podemos nunca falar com certeza sobre o mundo, como se já o conhecêssemos, não porque nossas hipóteses sobre ele possam acabar sendo falsas ou as nossas previsões equivocadas, como diriam os cientistas, mas porque a estrutura e a composição do mundo nunca estão acabadas (INGOLD, 2019, p. 17).

Ou seja, as certezas nos escapam pelas ações dinâmicas do mundo sobre nós que fazemos parte dele: a) o mundo ganha vida; b) a vida como fluxo da dinâmica e emergência da matéria e energia no espaço tempo; c) a vida que se manifesta nas inúmeras formas de existência;

Assim, para Ingold (2006, p. 30), as propriedades dos organismos e suas características mudam à medida que se atribui a eles o caráter emergente de “sistemas de desenvolvimento” ou “campo relacional total”. Como destaca o antropólogo, é salutar fazer um exercício de perspectiva e compreender que: “em vez de pensar nas plantas e nos animais enquanto uma parte do ambiente natural dos seres humanos, devemos pensar nos seres

humanos e nas suas atividades como uma parte do meio ambiente das plantas e animais”. (INGOLD, 2006, p. 31). Em outras palavras, há uma estabilidade sistêmica dinâmica em que as agências se organizam em um campo relacional de propriedades singulares. “Eles são produtores de suas vidas, respondendo, a cada momento, às circunstâncias que encontram - circunstâncias moldadas cumulativamente por suas próprias ações e pelas ações de outros no passado” (INGOLD, 2019, p. 25). O pano de fundo das agências só existe se elas se relacionarem, sendo esse pano também parte do processo de tessitura das relações como crescimento contínuo:

E, nesse sentido, a construção nunca é acabada, pois, durante o tempo em que a casa existir, será inevitavelmente implicada nas relações com seu entorno humano e não-humano. É interessante lembrar que toda casa humana contém muito mais habitantes não-humanos do que se veem comumente – ou que nós não cuidamos de saber - e que seu impacto sobre a evolução de sua forma não pode ser negligenciável (INGOLD, 2006, p. 33).

Desse modo, a evolução da forma é uma atividade situada de seres humanos e não-humanos como parte de integração e autotransformação em relações que emergem do contínuo que é o viver e fazer crescer no mundo, nas formas das interrelações apropriadas a partir de uma experiência em *habitats* no processo de nascimento, crescimento e maturidade conhecido como ontogênese que está para além de determinações genéticas ou ambientais, por exemplo: “Sem pontas soltas, a vida não pode continuar” (INGOLD, 2019, p. 67).

Nessa perspectiva, esse entendimento compõe nossas reflexões em que direcionamos nossas observações, pois não entendemos apenas unidades separadas, mas relacionamentos, linhas a serem percebidas, ou seja, a descrição de “relational ontology” (ontologias relacionais), uma “socio-geo-ecologies” (socioegeoecologia) que permite uma descrição para além dos espaços, ou melhor, incluindo o espaço, que não está vazio, mas composto por “complex entanglement” (emaranhados complexos)¹⁸ (BLANCO-WELLS, 2021, p. 1). Assim, as descrições dessas malhas povoadas por coletivos de agências pluriontológicas proporcionam uma compreensão da complexidade, ampliando e aprofundando o conhecimento sobre o mundo.

¹⁸ In empirical terms, posthumanism demands going beyond discrete units of analysis, moving instead toward capturing the interdependencies of a relational ontology. To achieve this goal, the analytical units of repairing ecologies are formations built over long periods that I call socio-geo-ecologies. By considering the geological, one can go beyond fixed political-administrative spatial units and bounded biological communities to include relevant geological attributes that are crucial to sustain the complex entanglement of relationships between human and non-human agents (more on this later) (BLANCO-WELLS, 2021, p. 1).

Esta mudança conceitual em direção a um mundo mais do que humano vai além de uma compreensão transcultural da natureza e, em vez disso, desafia nossa habilidade como cientistas de compreender modos de existência que desestabilizam as fronteiras do self e do social, do orgânico e inorgânico, do único e os binários conceituais múltiplos, e muitos mais profundamente enraizados (BLANCO-WELLS, 2021, p. 1)¹⁹.

Por fim, queremos, destacamos a geração do conhecimento, nas expectativas das experiências em seus níveis possíveis ao nosso ver como um aspecto fundamental não apenas para compreender os processos das agências pluriontológicas, mas também para deslocar nossas observações para outra dimensão fundante de nosso estudo, o território e suas múltiplas perspectivas sistêmicas, complexas e de agência, ou seja, como instância de gestão do conhecimento.

¹⁹ This conceptual shift toward a more-than-human world goes beyond a cross-cultural understanding of nature and instead challenges our ability as scientists to comprehend modes of existence that destabilize the boundaries of the self and the social, the organic and inorganic, the single and the multiple, and many more deeply rooted conceptual binaries (BLANCO-WELLS, 2021, p. 1).

3 A NATUREZA DA AFETIVIDADE AO TERRITÓRIO DO SISAL: GESTÃO DO CONHECIMENTO

Já não chovia há 03 meses. Ora, aquela chuva de março, no dia de São José, era mais uma chuva, as nuvens ficaram cinzas, o calor insuportável, as sombras escassas, e o som dos trovões foi marcante. Em um lugar seco, a terra áspera, as plantas queimadas de sol e o silêncio repentino foi substituído por uma orquestra de gotículas de água. Logo não era mais calor, era vapor fino, cheiro de terra com notas de madeira e fundo cítrico. A temperatura abaixou em menos de 30 minutos, a atmosfera havia se transformado em uma verdadeira confusão, aquilo que era bem peculiar foi alterado, o corpo exigia ser coberto e o chão da casa esfriou. Foram muitas informações, precisavam ser organizadas, hierarquizadas e transformadas em texto, poesia e memória: **2.1 Território além do espaço – como campo de experiências;** destacamos a **2.2 Produção e o élan da afetividade;** e apresentamos o **2.3 Território do sisal e as malhas.**

3.1 TERRITÓRIO ALÉM DO ESPAÇO – COMO CAMPO DE EXPERIÊNCIAS

Das diversas possibilidades de vivenciar a verdade, podemos apostar no campo da experiência, mas ela se faz concreta no espaço. E neste lócus cognitivo que compreendemos e amarramos as relações entre saber-conhecimento-pragmática. Temos a experiência em suas diversas dimensões material-histórico-cultural, claro que “Ocupamos o mesmo espaço. Posso ligar meu espaço ao de alguém por intermédio de objetos semelhantes” (LAPOUJADE, 2017, p. 66). As experiências dão essa continuidade cognitiva aos sujeitos, no espaço em que são construídas. “O espaço se constrói através de conexões” (LAPOUJADE, 2017, p. 66). Seria aqui uma proposta pragmática: o espaço como coesão entre linhas, entre ligações que se inter cruzam.

Por isso é o lugar da experiência: “ou seja, lugar e território, antes de tudo, remetem a experiências geográficas que por vezes se distinguem, por vezes se aproximam, experiências que, por seu lado, carregam em si a marca do espaço vivido” (SERPA, 2017, p. 587). Essa perspectiva nos interessa, para então compreendermos essa malha que estamos compondo de encontrar uma explicação para o que observamos como território. Numa distinção entre alguns pensamentos sobre o entendimento de território:

O território é a diferença fragmentada, ‘estilhaçada’; o lugar, a diferença que ‘negocia’ escalas com os meios de que dispõe (para, no caminho, juntar os ‘estilhaços’). Se o lugar tende à universalidade, o território tende à particularidade. Transitar entre lugar e território significa finalmente negociar o singular e o universal, buscar superar o particular em direção ao universal, dialeticamente (SERPA, 2017, p. 591).

Concordamos com esse autor que a busca de compreensão das relações entre o lugar e o território se faz em um processo de relações. Assim, é no escopo da experiência e dos processos em que os agentes se envolvem: grupos, classes etc., dentre outros elementos do cotidiano: “relacionar experiências cotidianas (pré-científicas) de apropriação/criação/produção de espaço com a elaboração conceitual de noções caras à geografia acadêmica, como lugar e território” (SERPA, 2017, p. 590). O sentido de experiência de Serpa (2017) se aproxima de uma abordagem existencialista da geografia, o que não nos interessa aprofundar aqui, pois não buscamos uma ontologia para geografia, mas nos direciona em nossa tessitura teórica.

Assim, o desafio do território emerge como elemento de compreensão partindo das experiências e das existências, passando pelo domínio das relações e valores, das percepções e afetividades. “O território é produto de enlaces sociais das condições de nossas experiências de vida, bem como dos investimentos simbólicos que nos fazem apresentar nossa experimentação corpórea do mundo” (BARBOSA, 2017, p. 51). Por isso, da nossa perspectiva, em direção a compreender a materialização e produção dessas formas de vidas onde é possível viver sem o engano das representações, sendo a experiência um processo que envolve elementos simples que emergem em uma alta complexidade de linguagem, podemos construir as condições de possibilidade de uma existência que esteja ligada ao processo de vitalidade e ações biogenética, ergonômica, praxe e de uma situação de existência.

Na pragmática, a representação pela linguagem não dá conta dessa existência em alta complexidade, mesmo com a presença do signo em movimento: “[...] constituído pelas situações de experiência, pelos cenários existenciais concretos, que nós percebemos em termos qualitativos e globais” (CALCATERRA, 2015, p. 104). O que é possível ser descrito marca a potência da experiência e destaca o “caráter plástico da natureza humana” (Idem, p. 105), dado que a abordagem que tentamos direcionar pode dialogar absorvendo as diferenças que possam ser observadas nas bases das teorias que dialogamos: Experiência e Território.

A ideia de território se abre e se fecha, se abre como elemento de proposição de inacabada, onde se juntam as experiências e práticas e fecha como instrumento normativo, institucionalizado em tensão em distintas relações. Há conflitos, disputas e assimetrias, bem como solidariedade, amizade e confiança que podem ser descritas como uma composição direcionada dentro das práticas sociais. A oportunidade para associações de experiências e formas de vidas que se potencializam mutuamente por suas formas de solidariedade e invenções, ligações ricas e pertinentes de afetividades construídas em existências singulares,

facilmente catalogadas no processo de observação.

Afigura-se um conceito de território com um conjunto complexo e indissociável de práticas sociais - econômicas, políticas culturais, ideológicas - que se revela como escrita temporal de sujeitos e como impressão espacial de ações, técnicas e objetos no chão de nossas existências (BARBOSA, 2017, p. 13).

Nossa proposta, após essa definição de “conjunto complexo”, é de que esse que chamamos de território não apenas é constituído por **nodos** materialmente substanciados, mas uma rede ligada de nodos, uma grande rede (*network*) que se interconecta em conjuntos delineados por outros inúmeros conjuntos, formando um tecido denso de associações que transformam a si e o espaço: “uma complexa realidade social” (BARBOSA, 2017, p. 23). Assim, o espaço do mundo seria povoado por experiências que marcam e comunicam os diversos agentes, formando um vasto novelo de relações intercortadas por agentes-espaço-agentes: “Trata-se de considerar o mundo ao mesmo tempo com um amplo tecido que progride por retalhos e como um sistema de redes: *patchwork* e *network*” (LAPOUJADE, 2017, p. 72). Aqui tomamos emprestadas as definições interdisciplinares da Antropologia e da Geografia humana e criamos nossa perspectiva, entendendo redes ou malhas dentro de aspectos de virtualidades formais (aspectos teóricos, ações, informação) e materialidades (agentes, espaço, ambiente):

- I) aspectos do local como espaço e ambientes de agentes humanos e não-humanos tais como o relevo, a vegetação, os utensílios, as casas, os materiais singularmente elencados e caracterizados;
- II) divisão do trabalho e produção material: as relações e as ações que configuram a partir das agências na transformação do local, do trabalho humano, as afetividades e os aspectos de ligação que podem direcionar a entender esse mesmo território como algo para além do espaço;
- III) sociedade e as suas configurações: o resultado das relações local-global e humanos-não-humanos nas transformações do espaço-local;

As configurações do território, bem como as medidas que se implementam na visão de Milton Santos (2006a), nos indicam o território como algo complexo que envolve a ideia de tecido e malha, ao mesmo tempo indicando uma ambiguidade porque é material e virtualidade (processo de ação e transformação da natureza sendo parte desta mesma natureza). O território ultrapassa uma concepção dicotômica que separa espaço e pensamento e passa a ser uma díade ambígua e complexa: social-informacional em fluxos contínuos, mas também

elementos fixos, o que podemos chamar de elementos padronizados é dialeticamente especificado.

Pensamos assim o destaque do aspecto da fluidez do território para assim empreendemos nossa própria e apropriada concepção: “As redes são técnicas, mas também são sociais” (SANTOS, 2006a, p. 187), ou seja, ela nos influencia nas dimensões de entendimento do território como sistema-material e sistema-virtual (agentes-ações) mediada por informações. Daí podemos destacar: o território é uso do espaço. Tal como pergunta o geógrafo: uso de quem, onde, por que?, para quê?. “Buscamos apreender a constituição do território, a partir dos seus usos, do seu movimento conjunto e de suas partes, reconhecendo as respectivas complementariedades” (SANTOS, 2006b, p. 11). Neste trilha, diante desta perspectiva podemos destacar:

- 1) **trabalho-cooperação**: a experiência como elemento fundante do uso do território, por exemplo a singularidade da produção de bens de consumo, produção ligada ao aspecto singular do local;
- 2) **território é agência**: não é fundo ou palco, mas ator de elementos ambientais de complexidade;
- 3) **território observado**: a partir de um paradigma de complexidade que precede a ação de análise desse mesmo território (emergência do território em uma visão global).

Desse modo, partimos então dessa ideia original de que, “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada” (SANTOS, 2006b, p. 19). O que leva em conta, também, a territorialidade, pertencer ao que nos pertence, nas dimensões mais singulares, pois significa tornar o espaço-político. O que permite a unidade-singularidade na universalidade-multiplicidade.

Nesse caso, as relações no território podem ser evidenciadas como elementos constitutivos de si mesmos, como destaca o geógrafo baiano: “É nesse sentido que um território condiciona a localização dos atores, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição” (SANTOS, 2006b, p. 22). Claro que essa sistematicidade opera no sentido de compreensão e análise do território e que queremos desenvolver ao longo desse nosso trabalho, paulatinamente. “O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamento juntamente com aqueles atores que dele se utilizam” (SANTOS, 2007. p. 22). Por isso, o espaço como noção

teórica fundamental compreende o território e se constitui a partir de atores tais como: humanos, firmas, instituições, meios-ecológicos e infraestrutura.

FIGURA 02: Estrutura do sistema-território a partir da obra de Milton Santos



Fonte: Elaboração do autor.

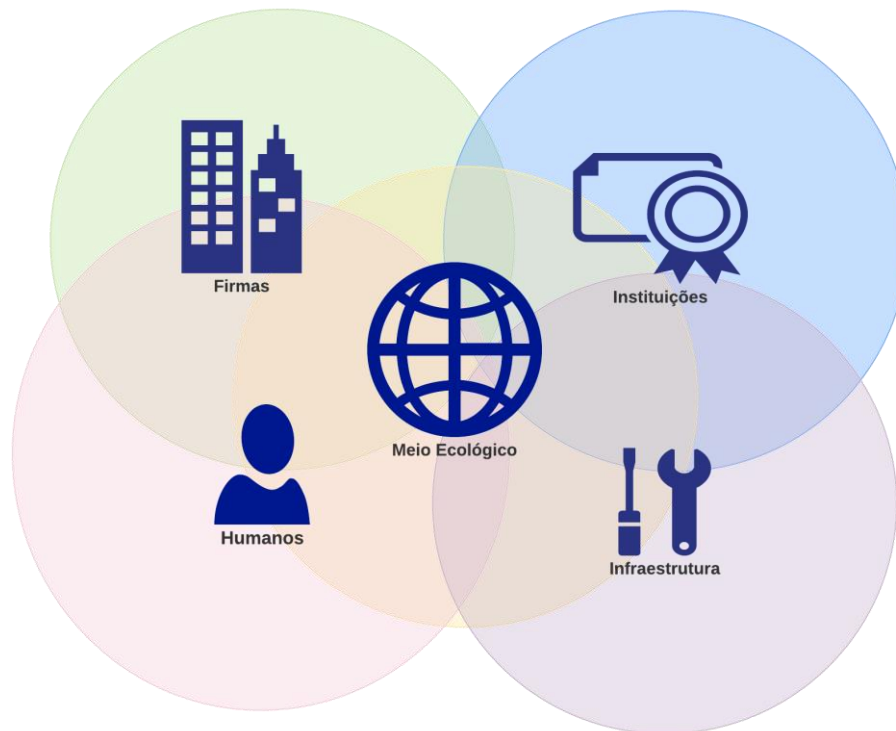
- A) **humanos:** agentes das ações nas camadas que compõem o território, produzem e destacam-se nas relações sociais compondo um microcosmos de ações e subjetividades;
- B) **firmas:** trata-se de empresas e empreendimentos cuja função é lucro e produção de bens de consumo e materiais, estão como agentes específicos do capital no território;
- C) **meio-ecológico:** meio natural, dentro da perspectiva física, ecológica, fenômenos naturais e agências biológicas e material – não significa a ausência antrópica, mas a plena relação das interações e conexões, seja ela de conflito ou de degradação ou organização e preservação;
- D) **infraestrutura:** corresponde à ação dos humanos na natureza veiculadas tanto à agência das firmas como das instituições que regem e normatizam – significa o meio-ecológico modificado alterado em benefício do uso do espaço;
- E) **instituições:** são as responsáveis pela regulação das funções de cada agente no

percurso de uso do espaço, criam normas e agem na garantia dos direitos e deveres – no mais das vezes atuam junto com as firmas na preservação e manutenção do estado das coisas.

Em outras palavras, todos esses agentes formam conexões e interrelações permanentes e permitem uma observação de uma estrutura dinâmica com suas subestruturas, nas palavras de Santos (2014, p. 18): “Ao mesmo tempo em que os elementos do espaço se tornam mais intercambiáveis, as relações entre eles se tornam também mais íntimas e muito mais extensas”. Forma uma amálgama organizacional, uma malha de relações emaranhadas que o autor chama de sistema em relação a subsistemas.

Desse modo, não é apenas noção, mas o que podemos classificar como território, um sistema complexo, observável em seus fluxos informacionais, relacionais e que nos permite abordar por uma perspectiva da complexidade e perceber suas entradas e saídas na dinâmica própria (interna-externa), ou seja, *input-output*, que lembra a noção primária e binária da cibernética de primeira e segunda: “Por isso, e também pelo fato de que essas relações não são entre as coisas em si ou por si próprias, mas entre suas qualidades e atributos, pode-se dizer que eles formam um Verdadeiro Sistema” (SANTOS, 2014, p. 26). O que possibilita compreender que a ideia de sistema complexo se faz a partir do movimento e das relações dos elementos em sua composição dinâmica de emergência do território.

Desse modo, o território está em constante dinamicidade evolutiva de complexidade e “Neste caso, o espaço é um sistema complexo, um sistema de estruturas, submetido em sua evolução às suas próprias estruturas” (SANTOS, 2014, p. 28). O impacto individual não é medido individualmente, mas em um conjunto interligado, ou seja, quando um elemento muda, muda todo o processo, modificando o sistema por completo em sua totalidade. Essa formação do território nos desafia a encontrar e compreender essa emergência, pois o todo não se resume ao exame de alguma das partes, mas a um olhar aguçado de concepção das relações entre os elementos ou na lógica de causa efeito, mas do ponto de vista da complexidade do sistema onde se operam essas ações.

FIGURA 03: Modelagem do sistema-território em Milton Santos

Fonte: Elaboração do autor.

Tudo isso nos permite seguir na compreensão do território para além de uso do espaço, na emergência das relações sistêmicas que compreendem no espaço em sua totalidade em diálogo permanente com a sociedade “e o que esse diálogo inclui as coisas naturais e artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. De fato, cada momento da ação social inclui a Terra e os homens sobre os quais tal ação se realiza” (SANTOS, 2007, p. 26). Como veremos mais adiante, a perspectiva sistêmica e de complexidade compreende uma análise atual das relações sociais, baseando-se também nas condições de possibilidade de existência de um território e que emerge como dimensão do sistema (LUHMANN, 2010; 2016; 2018; 2019).

O grau de complexidade do território nos permite compreender que a noção de sistema direciona nossa reflexão, inserindo as noções de parte como agentes no processo de emergência do território, porque esses agentes, ao nosso ver, são elementos constitutivos e constituintes, não apenas partes separadas. O que nos leva a compreender cada um como subsistemas, formando um tecido dinâmico, uma malha tecida e nutrida no processo autopoietico e relações, numa composição de autorregulação de identidade e diferença, bem como autorreconhecimento enquanto sistema-território, proporcionando experiências variáveis e por isso mesmo plurais. Barbosa (2017) destaca isso como “estilos de existência”,

configurando sentido para a vida dos agentes e suas relações societárias e associações com as diversas condições de possibilidades para viver no território e em suas franjas, as demarcações do espaço-tempo em suas construções singulares: hábitos, crenças e costumes.

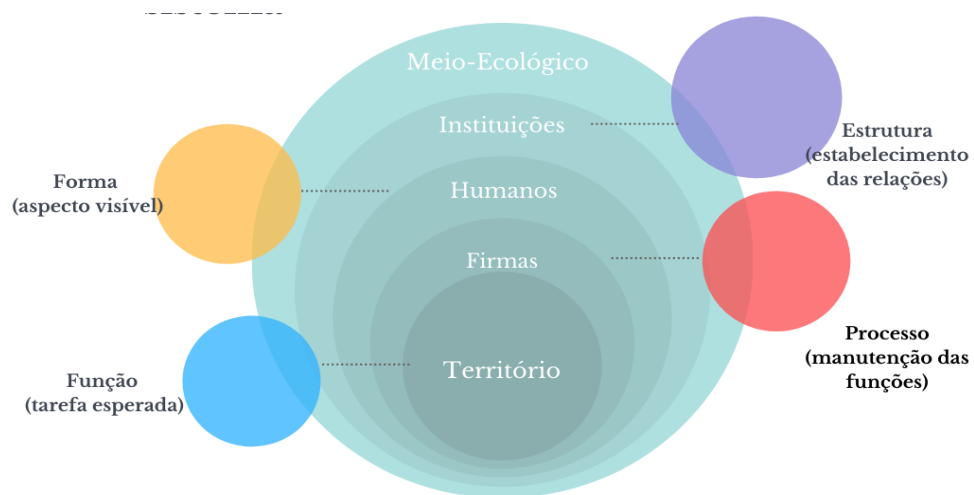
Assim, leva-se em conta nesse processo a perspectiva da organização, sua hierarquia, escalas de organização em que os agentes se organizam sistematicamente em seus graus de relações e como cada parte se comporta nas conexões estabelecidas, bem como nas trocas informacionais. Dessa maneira, essa visão, para além de uma perspectiva cartesiana, exige uma abordagem de complexidade e uma análise de observador que está no sistema e que é afetado por ele a todo instante.

Por isso, o sistema de organização e apreensão do todo, que envolve o processo, apresenta um dinamismo e uma expansão e “Só se pode compreender plenamente cada um deles na medida e que funciona no interior da estrutura total, e esta, qualidade de uma complexa rede de interações, é maior que a mera composição das partes” (SANTOS, 2014, p. 71). Essas dimensões totais, mais que partes composicionais, compreendem variações históricas que submetem o espaço às variações do tempo, impondo variáveis destacadas como perspectivas de análise desse sistema território para além de uma percepção individual e evitando as generalizações, ao mesmo tempo em que se compreendem a interrelações estabelecidas que parecem quase impossíveis de separar as influências de uma sobre a outra (SANTOS, 2014, p. 70).

- a) **Forma** (aspecto visível): colônia – coloniais e os aspectos do espaço determinado pelas relações de colonização, seja na dimensão estrutural das relações de agentes, seja na forma como essa estrutura se dinamiza e se comporta na atual evolução dos agentes no sistema;
- b) **Função** (tarefa esperada): desenvolvimento tecnológico a imprimir elementos de estrutura do território, decorrido das relações e nas normas estabelecidas para uso do espaço e para o grau de interações entre os componentes, interagindo com grau de funcionalidade, inovando ou regredindo nos processos;
- c) **Estrutura** (estabelecimento das relações): difusão e comunicação, trata-se de observar a dinamicidade das funções e das estruturas formadas pelas relações estabelecidas historicamente;
- d) **Processo** (manutenção das funções): no sentido de abertura e fechamento dos processos, entradas e saídas das informações, bem como a concepção de dinamicidade

que vai pôr o sistema em equilíbrio e fechar ou não em relação com o todo e ao entorno dos outros sistemas – o sentido de presente.

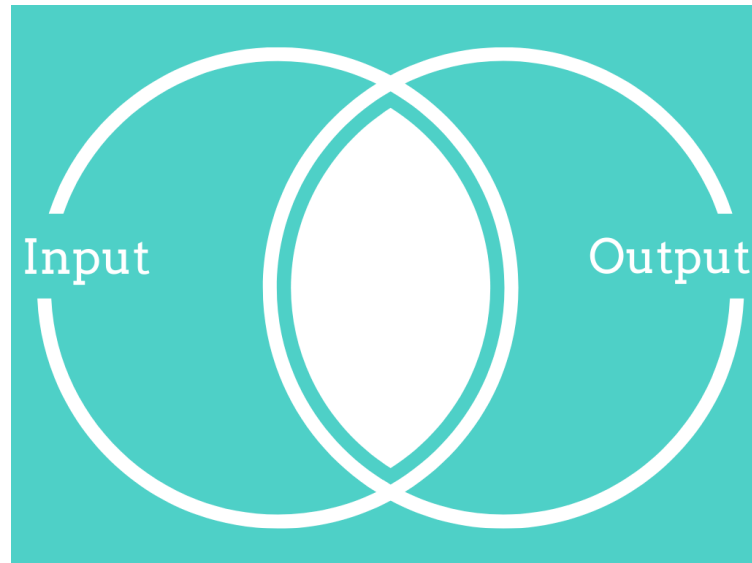
FIGURA 04: Variáveis para compreensão do sistema-território



Fonte: Elaboração do autor.

Tudo isso permite a classificação da análise, impondo nesse caso uma compreensão do processo dinâmico das escalas que elas formam em seu funcionamento, tais como seu processo interno e relações, subsistemas, as relações entre si e o aspecto externo às ligações e às probabilidades de crescimento do território. Com essas variáveis estabelecidas, podemos destacar o que se sucedeu ao longo do tempo a cabo das relações dos agentes, suas escalas e variações, novas conexões, por exemplo, bem como o que se cria no território, a partir do movimento de inovação do conhecimento que insere padrões técnicos que permitem um domínio sobre o sistema território.

Desse modo, o conhecimento direciona os esforços de produção alterando e adicionando, por meio das camadas de produção, uma série de normas, ordenando as relações humanas, estabelecendo desigualdades, a saber, de ordem econômica, social, cognitiva, dado que é no território que se materializam as desigualdades e suas consequências na ordem do sistema: a) movimento do sistema para o exterior, b) movimento do sistema para o interior a si, ou seja, movimento de entrada e saídas (Input-Output).

FIGURA 05: Fluxo das informações no sistema-território

Fonte: Elaboração do autor.

Esse movimento de entradas e saídas permite uma dinâmica organizacional que se sucede em combinações e reorganizações, cabendo os conflitos e equívocos próprios dos sistemas dinâmicos e que podem ser postos no diagrama que envolve as velhas relações sociais e as novas tecnologias no processo de inovação junto com o fluxo externo-interno, ou seja, as dinâmicas do sistema território, seguindo a lógica dos processos dinâmicos de organizações, vão se pondo seguindo essa perspectiva descendente (velho-novo) e ascendente (externo-interno).

FIGURA 06: Inovação e tecnologias - domínio das relações sociais

Fonte: Elaboração do autor.

Ao nosso ver, seguindo a crítica de Milton Santos (2014), as perturbações no sistema do território se fazem pelas disparidades no processo de produção, na divisão social do trabalho intelectual e trabalho manual, por exemplo. Não obstante, para isso há ainda o desenvolvimento dos bens de consumo e o valor desses mesmos bens. No tocante ao exterior ao sistema, essa desigualdade se repete como elemento de colonização do conhecimento e mais do que tudo impede a autonomia e autodeterminação técnico-científica, porque faz parte dos sistemas de dominação que se justificam na produção dos insumos e *commodities* para organizações e exportação.

A assimetria no sistema leva a uma perspectiva de dinâmica e reestruturação das agências em suas experiências no sistema do território. “É preciso considerar desníveis de tempo durante o planejamento dos processos e distinguir os desafios de curto, médio e longo prazo com uma visão de futuro compartilhada por todos os atores envolvidos” (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 47). Por tudo isso, é importante destacar que Milton Santos (2014) elabora a ideia de produção como ponte para compreender os aspectos do conhecimento no sistema, o que nos permite formular como as experiências são devedoras das relações de produção no sistema território, porque levamos em conta as conexões e relações que evoluem para tópicos específicos que desejamos aprofundar posteriormente.

3.2 PRODUÇÃO E O ÉLAN DA AFETIVIDADE

A ideia de produção está vinculada ao conceito de região que entende a produção como um processo importante que marca o uso do espaço e proporciona a organização do sistema território. Dos diversos modelos de produção que perpassam os modelos de território, há a possibilidade de compreendermos quatro perspectivas, segundo a perspectiva de um planejamento:

- A) o **modelo arcaico** e a concepção da produção do espaço como região, historicamente determinada em uma perspectiva histórico-colonial, extrativista, pré-capitalista, mas que convive facilmente como o modelo do capital financeiro internacional e *agrobusiness*;
- B) o **modelo destacado** pelas inovações tecnológicas aplicadas ao território, destacando a grande concentração de renda;
- C) o **modelo predatório** aliado ao agronegócio, onde insumos e produção são agenciados principalmente por grandes companhias e firmas internacionais

capitaneadas pelo mercado econômico internacional que influi nos processos de produção de *commodities*;

D) **o modelo agroecossistema** que se baseia na perspectiva do território como sistema de produção em que processos, instituições e estruturas funcionam sistematicamente a partir de dimensão local, agricultura familiar, das relações do patrimônio, das relações dos agentes ao local, proporcionando fortalecimentos desses mesmos agentes em prol de um equilíbrio dinâmico entre as composições do território sistemas. Nos deteremos neste modelo para nossos estudos e reflexões, Dado que há um universo de conhecimento direcionado para o que falamos anteriormente.

A concepção do território como unidade de planejamento e gestão do desenvolvimento permite visualizar as possibilidades de atender as complexas demandas dos assentamentos humanos mediante políticas e estratégias de manejo dos recursos econômicos, culturais e ambientais que sustentam e fomentam a integridade do território (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 46).

Por conseguinte, podemos pensar que o processo de produção se baseia nas articulações dos agentes no sistema do território e na sua complexidade emergente para além das relações do espaço-região, ou seja, estocásticas unidades de produção e ideologicamente direcionadas ao exterior do sistema em consonância com o modelo capitalista. Por isso, ao pensarmos, a partir da interpretação de Milton Santos sobre território-sistema, podemos dialogar com a ideia de Vitor Couto Filho (2007), que nos informa sobre o agroecossistema, cuja dimensão de sistema produtivo chamamos aqui de subsistema do território. Essa dimensão no olhar do pesquisador traz as características de processos internos e externos, em uma dinâmica social-econômica onde operam unidades de produção.

A produção, nessa perspectiva sistêmica, toma uma dimensão do uso do espaço onde operam condições ecológicas, estrutura institucional e processos sociais. Exemplo disso é a agricultura familiar, que está próxima de tradições de saberes policulturas agrícolas e ações agroecológicas contundentes com a sua forma de vida. “A agricultura familiar, por sua vez, está mais próxima dos princípios agroecológicos, seja pela sua lógica produtiva ou pela sua tradição de policultura. A sua lógica produtiva, diferentemente da agricultura patronal, não se baseia apenas na produtividade” (COUTO FILHO, 2007, p. 42). Assim sendo, o produtor segue o princípio que lhe permite aumento de produção, eficiência técnica, segurança alimentar e difusão do conhecimento.

Assim, há fortalecimento das bases locais e maior harmonia com o meio-ecológico. “Em resumo, os diversos modelos produtivos para a agricultura são caracterizados pela

diversidade cultural, social, econômica e ambiental existente no mundo, por isso atenderão, em grande parte, às diferentes necessidades e exigências de cada país e região” (COUTO FILHO, 2007, p. 45). Daí, observamos uma relação com o que diz Milton Santos (2007, p. 20), “o ambiente é a sociedade”, carregado claro de suas contradições, neste processo de compreensão do uso do espaço e suas demandas que revelam o drama do território, em especial do território brasileiro em todas as instâncias.

Nesse percurso de entendimento, há a concepção de desenvolvimento territorial que compreende o território como um conjunto de redes e relações rede institucional social, redes de coletivos que viabilizam processos dinâmicos. Território então toma um caráter de ambiente onde se executa o projeto político de desenvolvimento territorial.

Para Couto Filho (2007), a natureza do projeto territorial deve ser política, estabelece relações entre instituições, articula grupos e coletivos em prol de uma ideia ou interesse comum, em consenso de desenvolvimento e difusão coletiva. “A comunicação é, portanto, um processo de vital importância e comum a todos os aspectos até agora discutidos”. (COUTO FILHO, 2007, p. 138). Assim, no nosso entendimento, a comunicação também entendida como experiência da comunicação perpassa as abordagens de rede de conexão, redes de relações, associações entre modos de existência.

Essa política territorial parte de ações-projetos com fins econômicos que têm um entorno de outras dimensões tais como sociais, ambientais e culturais. O território assume diversas dimensões que podemos compreender, pois nessa ligação com a atividade-ação pesa o quanto elas se consolidaram ou não. Desse ponto de vista elas podem ter duas naturezas: A) Território Consolidado; B) Território emergente, constituindo-se em três formatos: I) prioritários; II) potencial e III) não-prioritários.

FIGURA 07: Características do desenvolvimento territorial no processo de criação de políticas públicas



Fonte: Elaboração do autor.

A) Território Consolidado traz a perspectiva de projetos de desenvolvimento sendo desenvolvidos permanente e continuamente, levando em conta no processo as relações econômicas-políticas e se fazem em diversas formas prioritárias, potenciais ou não-prioritárias;

B) Território Emergente é transpassado por projetos políticos de desenvolvimento em seu início, pode ou não se consolidar e se instalar permanentemente como dinâmica assumindo papel prioritário, potencial ou não-prioritário;

C) Território Prioritário é o que prioritariamente é direcionado por políticas públicas com características de sustentabilidade ambiental, social e econômica, priorizando as comunidades frágeis e consistências em suas ações;

D) Território Potencial traz a perspectiva de potência para priorização de políticas públicas e projetos que viabilizem a consolidação da sustentabilidade e atendimento prioritário às coletividades mais vulneráveis;

E) Território não-prioritário é o que não faz parte dos direcionamentos das políticas públicas que destacam a consolidação da sustentabilidade e atendimento aos coletivos frágeis e vulneráveis.

Claro que a dinâmica de classificação territorial, no que diz respeito ao processo produtivo e desenvolvimento, corresponde ainda características sistêmicas, levando em conta

as ações no que tange às políticas públicas, mas também às particularidades de cada território: “Em outras palavras, a qualquer momento tais territórios podem sofrer transformações que impliquem em uma nova territorialidade” (COUTO FILHO, 2007, p. 113). Aqui se centra no argumento de que o território está voltado a para ideia de produção, produtividade e desenvolvimento.

Por isso, o que vai guiar a ideia de território como sistema dinâmico, ao nosso ver, partindo desse autor, são as experiências que faz a organização do sistema, as abrangências consolidadas ou emergentes, marcadamente direcionadas por projetos e ações locais ligadas por processos de afetividades. Se há território, há experiências marcantes no território, dando frutos produtivos, no que tange aos elementos materiais. Essa materialidade do processo das experiências pode ser interrogada para melhor compreender as atividades, como destaca Couto Filho (2007, p. 131):

- 1) que produtos são esses que o território potencialmente tem para ofertar;
- 2) como são produzidos e qual a dimensão e potencial de sua produção;
- 3) que limitações enfrenta sua produção;
- 4) como e para onde são atualmente escoados;
- 5) que fatores de competitividade apresentam;
- 6) quais as experiências e os saberes-fazer locais associados a cada um deles.

No nosso entendimento, a ideia de experiência precede qualquer processo de produção, dado que ela conduz os agentes dessas experiências a uma relação de formas de vidas no território, no local, sua malha de saberes e conhecimentos em uma tecitura e processo de emaranhado dinâmico, por ser viva e constante no entendimento do território como sistema, tendo as relações e as conexões como via de desenvolvimento: construção social, econômico e ambiental.

Nesse caso, por desenvolvimento se entende “[...] um processo integrado de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, ou, em outras palavras, dando-se aos indivíduos as condições necessárias para fazer suas escolhas, é possível se chegar ao desenvolvimento” (COUTO FILHO, 2007, p. 156). Então, o desenvolvimento, no entendimento do autor, deve ser pensado no âmbito local, com estratégias que envolvam cultura, economia, sociedade e meio ambiente, ou seja, pensar nas agências do território e a produção sustentável em uma perspectiva de justiça e equidade.

Fatores como o parco acesso a bens e serviços básicos que afetam o desenvolvimento de capacidades dessas populações, ou seja, que deterioram as faculdades e potencialidades devido à prolongada vivência na marginalidade social – quase sempre constatáveis em territórios com alta incidência de pobreza rural – resultam em complexas relações entre fatores que podem explicar a vulnerabilidade institucional e as grandes deficiências da capacidade local. (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 33).

Para Miranda e Costa (2005), ao expressar a necessidade de uma abordagem de gestão territorial para o processo de desenvolvimento e produção, devem-se levar em conta, antes de tudo, os fatores de desigualdades que são historicamente construídos e causadores de desconfiança, irresponsabilidades e exclusão, minando as relações do tecido social e acentuando as lacunas ligadas às diferenças, sedimentando as tentativas de coesão territorial. “A experiência tem demonstrado que a lógica que prioriza investir primeiro no fomento de atividades econômicas não incrustadas, social e culturalmente, no tecido social tendem a fracassar em termos de desempenho econômico e podem erodir a organização social” (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 33). A coesão social neste turno é fator importante para superar as dicotomias da economia, levando a criar oportunidade de uma coesão territorial e desenvolvimento de cogestão, políticas públicas e privadas, bem como acesso a bens e serviços. Essa dinâmica do território como gestão compreende uma paulatina articulação que integra o processo das políticas territoriais e das abordagens de sua composição. “A coesão territorial designa a articulação e a complementaridade entre os processos de desenvolvimento dos territórios que resultaram de novos pactos sociais e culturais em favor da gestão compartilhada do desenvolvimento [...]”. (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 34-35). A coesão social passa a ser olhada pelo olhar da dinâmica do território, acionando assim elementos não percebidos por um olhar sem a captura do processo do espaço, seu uso e sua complexidade.

A coesão territorial pode ser entendida como ‘expressão de espaços, recursos, sociedades e instituições inseridos no tecido que conformam regiões, nações ou espaços supranacionais, definidos como entidades culturais, política e socialmente integradas e diferenciadas’ (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 35).

Nesse processo de coesão social no território, bem como da coesão territorial como condição de compreensão e gestão territorial, apontamos a abertura da complexidade e os relacionamentos com parâmetros do desenvolvimento e de ações de investimentos que vão da vida cotidiana à cultura, delineando condições de possibilidade para a formação de organizações e investimento público para configuração da coesão territorial. Há aí, ao nosso ver, uma materialidade que dá um élan no sentido da coesão que concede uma particularidade da experiência no território, os usos relacionados aos bens tecnológicos e à organização,

atividades produtivas e as múltiplas formas de estar neste território.

O território se torna *habitats*, rede de conectividade, malha histórica tecida com base existencial. Não nasce do nada, compondo-se de forma complexa e autopoiética para se transformar em territorialidades: “Assim, o território pode ser definido como a construção micro da sociedade, em lugar das diferenças e das especificidades” (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 45). Por isso, o espaço não é simplesmente usado de forma artificial, mas ligações experienciais que somente o *habitat* pode promover pelas agências que nela vivem.

Um território habitável designa a conjugação desses fatores em determinado espaço geográfico e converte-se em território habitado quando determinado assentamento consegue níveis de desenvolvimento da cultura, da economia, da base tecnológica e da institucionalidade da organização social capazes de gerar o sentido de pertencimento dos sujeitos que o conformam (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 41).

FIGURA 08: O território enquanto realidade multidimensional



Fonte: MIRANDA; COSTA, 2005, p. 46.

Dessa maneira, a ideia de território está em movimento, em desenvolvimento dinâmico, por vezes conflituoso e contraditório, por exemplo: a ideia de rural e urbano, dos interesses dos agentes ou mesmo contra as desigualdades. Tudo isso somente se explica pela multidimensionalidade dos processos territoriais, as relações do Estado e outras agências, as coesões e recursos naturais e acessos a esses recursos no território.

Daí a perspectiva de reassumir o território também como um conjunto complexo: “O território enquanto realidade multidimensional é um sistema complexo em contínua mudança. Entretanto, os processos de mudança têm distintas escalas no tempo, o que se tem

denominado de caráter intertemporal do desenvolvimento territorial sustentável” (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 47). Assim, as conexões, bem como as multidimensionalidades do território, surgem como uma visão pedagógica para uma compreensão derivada da ideia de complexidade e direcionam o planejamento, a gestão e a intervenção. Concebem-se atores neste emaranhado que nunca foram antes percebidos e que continuam a ser fundamentais na ideia de território em uso e sistema território: a) dimensão ambiental; b) dimensão social; c) dimensão econômica.

FIGURA 09: Visão multidimensional: a multissetorialidade e a multifuncionalidade



Fonte: Elaboração do autor.

A multidimensionalidade dialoga com a ideia de sistema, a partir de elementos da dinamicidade, funcionalidade e também setorialidades que o território compreende e que se tornam materialidades nos complexos dinâmicos. A multissetorialidade, por exemplo, é condição para compreender a gestão do território na perspectiva de desenvolvimento territorial. A saber que há um rol de perspectivas em setores da economia que envolvam atividade de extrativo natural ou mesmo do primeiro setor, indústria, comércio e serviços em geral (MIRANDA; COSTA, 2005).

FIGURA 10: Desenvolvimento territorial e multissetorialidades

Fonte: Elaboração do autor.

Tratou-se a multissetorialidade até agora como um conceito fundamentalmente econômico, mas há consequências e efeitos gerados que impactam outras dimensões. A agricultura familiar é uma atividade muito importante em termos de segurança alimentar, mas também pode produzir beleza cênica e captar dióxido de carbono. A isso se denomina multifuncionalidade. Destaca-se também que a multifuncionalidade não resulta apenas das atividades econômicas, mas dos recursos do território. O recurso terra, visto como ativo fundamental da agricultura e da agroindústria, constitui base de identidades culturais, ou ainda fator de preservação da biodiversidade (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 48).

Por isso, no nosso entendimento, as ideias de produtividade e produção material se vinculam ao processo do território como sistema cuja base são as experiências que se relacionam por afetividade. A afetividade então no território se torna o élan principal, ao nosso ver, para coesão territorial, coesão social que movimenta as ações humanas e junto com elas as redes que envolvem também as outras diversas agências, inclusive a agência do próprio território. O local toma uma proporção importante na nossa perspectiva por engendrar a dinâmica e a energia que dinamizam o sistema-território para superar as vulnerabilidades, as exclusões e as inúmeras falhas do processo social.

Romper com a trama da exclusão é condição prévia para o incremento da coesão social, o que requer uma base de capacidade local e a formação permanente de profissionais locais, de líderes e de instituições com o objetivo de apoiar o processo de construção de confiança, gestão das mudanças, negociação política e ativação da energia local (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 33).

As relações da afetividade com o local vão para além do que é representado como destacam Farrugia et al. (2016) em seus estudos sobre a juventude rural da Austrália, construindo uma espécie de topologia do espaço corporificado, em contraponto às experiências em outros espaços não ruralizados, em específico nas cidades metropolitanas – as disparidades territoriais entre espaços rurais e urbanos são semelhantes tanto na Austrália quanto no Brasil, dadas suas diferenças coloniais e econômicas, estrutura e formação sociocultural.

No entanto, aqui levamos em conta a reflexão sobre o processo de abandono dos locais rurais, o descaso governamental, as disparidades dicotômicas, a migração sazonal ou permanente, e o questionamento do sentimento de querer permanecer nos territórios rurais, porém raiz. A relação corporificada com o local e suas complexas relações formam um conjunto de conexões afetivas e duradouras, formando uma topologia típica dos processos que abrangem sentimentos com a localidade. Aspectos cognitivos, perceptivos e sensitivos proporcionam uma experiência que se materializa em afetividades exploradas pela juventude, por exemplo.

As formas de transporte e status da comunicação em rede enfatizam as perspectivas de minimizar as distâncias rurais e urbanas, todavia não são só as distâncias, mas as experiências e suas afetividades que formam o emaranhado que abrange sensações corporais: gostos, cheiros, luzes e sombras, texturas, profundidade, calor e umidade. Todavia, essas experiências afetivas se rompem se não houver estruturas estabelecidas para que essa afetividade crie uma perspectiva de desenvolvimento territorial, em especificidade de uma permanência, oportunidade de emprego, renda e fixação no campo diante da “marginalização rural” imposta, como destaca Georg Wiesinger (2009) em sua pesquisa sobre capital social, desenvolvimento rural e formação de redes, declínio socioeconômico e cultural, desemprego, emigração, envelhecimento excessivo, fuga de cérebros, pobreza rural, exclusão social, perda de infraestrutura e serviços, degradação ambiental, esgotamento da biodiversidade, perda de habitats, desflorestamento, abandono de terras, degradação da paisagem, perda de tradição cultural e identidades locais.

Daí a ponte entre desenvolvimento rural e afetividade, dando as relações de que o caminho de “ficar na terra” está para além de representação e para além dos limites dicotômicos rurais-urbanos. Claro que essas diferenças são artificiais de um lado, mas se efetivam nas formas de se perceber na malha que tecem com as agências e as formas de existência. Essa habilidade afetiva se materializa nos deslocamentos e marginalidades

construídas nos espaços migratórios, na migração compulsiva que marca a memória de famílias inteiras que migraram em busca de melhores condições de vida e nunca se estabilizaram de alguma forma.

Em outro estudo sobre a afetividade, agora na Escócia, sobre o envelhecer no campo, de Maclaren (2018), contrasta-se a ideia de ruralidades e as formas de idealização do campo, sobre a afetividade do local, aqui denominamos em nossos estudos como território, envolvendo toda a complexidade. Utilizando teorias não-representacionais para compreender o fenômeno, o autor traz uma série de contribuições para entendimento das relações entre espaços-rurais e afetividade para com o local por pessoas idosas que moram ou foram morar após a aposentadoria em locais ruralizados, no que ele chamou de “envelhecimento rural”. As perspectivas não-representacionais nos permitem em primeiro lugar descrever uma “atmosfera das afetividades” ou “atmosfera afetiva” (Affective atmospheres): um emaranhado de relações com o espaço que compreende a construção de uma malha local de emoções, relações humanas e não-humanas, emoções que alimentam as experiências e indicam uma série de ligações corporificadas, intensificadas e marcantes fortificando as relações com aquele local estudado.

Os laços de afetividades vão para além das representações; ou melhor, não se reduzem a eles como mecanismo “simbólico” ou “textual”. Há uma vida possível de ser descrita à medida que tentamos sentir o que pode estar sendo vivenciado. Tanto neste estudo da Escócia como dos jovens da Austrália, há uma espécie de entendimento das palavras, faltam aos interlocutores da pesquisa as palavras para expressar o que sentem, não por êxtase, mas por emoção, corporização e materialização das agências afetivas. Na perspectiva desses estudos sobre afetividade e o espaço, podemos distinguir três elementos muito importantes: o afeto, os sentimentos e as emoções, eles são caracterizados de uma forma bem interessante nos estudos que abordamos (LATHAM et al., 2009, p. 112 apud MACLAREN, 2018)²⁰:

A) **Afeto**: afeto pode ser entendido em termos de uma intensidade pré- pessoal de relação entre corpos, onde os corpos não precisam ser necessariamente humanos;

B) **Sentimento**: sentimento pode ser entendido como o registro sentido dessa intensidade em um corpo;

²⁰ ‘affect can be understood in terms of a pre- personal intensity of relation between bodies, where bodies do not necessarily need to be human... feeling can be understood as the sensed registering of this intensity in a body... emotion can be understood as sensed intensity articulated and expressed in a socially recognisable form of expression’ (LATHAM, 2009, p. 112 apud MACLAREN, 2018, p. 9).

C) **Emoção:** emoção pode ser entendida como intensidade sentida articulada e expressa em uma forma de expressão socialmente reconhecível.

Dessa forma, como destacam Anderson e Wylie (2009), esse entendimento para uma geografia não-representacional vai refazer a trajetória de compreensão do espaço, relacionando elementos afeto-sentimento-emoções, conduzindo para o aspecto da complexidade que emerge nas relações e emaranhados advindos de uma materialidade que possa superar os reducionismos: “matéria-forma” e “representado-representação”, em um emaranhado de malhas de relações que se expressam em constantes transformações que essas relações apresentam não só na epistemologia, mas também nas metodologias, bem como nas ações-políticas de entendimento a partir de concepção de rede, por exemplo.

Nesse sentido, a afetividade não está apenas contida em agentes imersos e ilhas, mas em relações que fazem emergir as atmosferas afetivas, não se constitui em uma relação direta e determinada, mas compreende as ambiguidades das relações, suas ambivalências e aspectos difusos. Ela não existe por si mesma, mas se direcionam para organizar as experiências nos ambientes onde as coisas acontecem.

Atmosfera é um conceito interessante, então, porque perturba a distinção entre afeto e emoção que emergiu em trabalhos recentes sobre emoção, espaço e sociedade como uma resposta à questão de como o social se relaciona com as dimensões afetivas e emocionais da vida. E são impessoais no sentido de que pertencem a situações coletivas e, no entanto, podem ser sentidos como intensamente pessoais. Por conta disso, as atmosferas são qualidades afetivas espacialmente descarregadas que são autônomas dos corpos dos quais emergem, habilitam e perecem (ANDERSON; WYLIE, 2009, p. 1)²¹.

Essa multiplicidade de apresentação das relações entre agentes direciona para entendimento além de uma agência humana e sua imanência: as casas, as plantações, as ruas, o interior das casas, os ambientes selvagens e os seres invisíveis a olho nu. “Assim, atender aos ambientes afetivos é aprender a ser afetado pelas ambiguidades do afeto/emoção, pelo que é determinado e indeterminado, presente e ausente, singular e vago” (ANDERSON; WYLIE, 2009, p. 1)²². Claro que esses emaranhados vão se misturando em situações coletivas. As

²¹ Atmosphere is an interesting concept, then, because it disturbs the distinction between affection and emotion that emerged in recent works on emotion, space and society as an answer to the question of how the social is related to the affective and emotional dimensions of life. And they are impersonal in the sense that they belong to collective situations and, however, they can be felt as intensely personal. Because of this, atmospheres are spatially discharged affective qualities that are autonomous from the bodies from which they emerge, enable and perish (ANDERSON; WYLIE, 2009, p. 1).

²² As such, to attend to affective atmospheres is to learn to be affected by the ambiguities of affect/emotion, by that which is determinate and indeterminate, present and absent, singular and vague (ANDERSON; WYLIE, 2009, p. 1).

atmosferas, neste caso, independem dos agentes, dado que sua propriedade não é de causa-efeito, mas como propriedade emergente das relações que se estabelecem nas tramas.

A nós é cara a ideia de afetividade como élan das relações no território, e partimos das pesquisas de Bittencourt Machado (2018), que relaciona o tema da afetividade com o desenvolvimento, levando em conta a multidimensionalidade da exclusão e da pobreza, bem como os diversos aspectos que já elencamos sobre as perspectivas de gestão de desenvolvimento territorial, dentre elas emprego, renda, preservação dos recursos naturais, justiça fundiária, fortalecimento das relações comunitárias marginalizadas, desenvolvimento de políticas públicas, fortalecimento das instituições que apoiam as iniciativas da agricultura familiar e pequenos agricultores.

Concordamos então com o autor ao entendermos o papel da afetividade como elemento fundante das relações sociais territoriais, neste caso, capaz de mobilizar agentes humanos locais para o processo de autogestão e execução de projetos territoriais. Ao nosso ver, há um verdadeiro élan do processo de territorialização, à medida que ela se faz presente em laços e associações no âmbito da família, da comunidade e do local, unindo e ligando o que poderia estar disperso, por exemplo. No afeto que se tem as condições de possibilidades de reconhecimento no grupo, bem como a motivação de construir o elemento fundamental para o bem-estar social, compartilhamento das conquistas e lutas sociais e políticas para estabelecimento de políticas públicas.

É a afetividade consolidada no âmbito da educação familiar. São os laços afetivos estabelecidos desde a infância no seio familiar que adiante, na juventude e na fase adulta, permanecem na memória do indivíduo em relação ao passado, quanto ao que pode ser realizado no presente, pensando no futuro (BITTENCOURT MACHADO, 2018, p. 29).

A afetividade então toma um papel chave para entender as redes de solidariedade formadas no território, ou seja, as redes sociais nas suas inúmeras instâncias que aproximam as pessoas entorno do local e se caracterizam com os laços familiares, a familiaridade e o acolhimento que se faz necessário como germe das redes e o desenvolvimento dessas redes do próprio desenvolvimento territorial, dado que nesta perspectiva se encontra um conjunto de instâncias produtivas que garantem uma multiplicidade de potentes perspectivas. A exemplo da agricultura familiar, que garante convivência, acolhimento, produtividade, educação e seguridades tanto de renda como de segurança alimentar.

A garantia dessa instituição, por seu turno, se liga a outras redes, interligando fazeres, sentimentos, recursos, direitos e desenvolvendo o afeto: “O afeto é um sentimento e também é

percebido a um território, a uma comunidade, a uma cultura, à família, à memória, ao passado do indivíduo” (BITTENCOURT MACHADO, 2018, p. 33). Assim, concordamos que há aí uma política que destina a energia da gestão pública e das relações em uma mediação entre Estado e comunidade, entre agências diversas (moradores, território, recursos naturais e meio ambiente): “[...] processos afetivos de relações interpessoais vivas, históricas: uma política de afetos e uma economia sustentável com autonomia sempre compartilhada – uma ética da comum-responsabilidade e do cuidado radical” (Idem, p. 34). Nesse processo, elege-se a ideia e pertinência do servidor comunitário, em que as relações de pertença ao local se erguem como categoria jurídica e social na administração dos processos com respeito, bem-estar, aceitação, colaboração, compartilhamento e relacionamento (BITTENCOURT MACHADO, 2018).

A ideia de compartilhamento, partindo do pressuposto da afetividade, leva em conta a concepção de território e seu bem-estar, aqui chamamos de experiências no território, porque todo esse processo de viver e estar no território é constitutivo de um saber localizado, uma abordagem direcionada como elemento fundamental de quem sente, percebe e julga, bem como conceitua e age: “Nessa perspectiva, **transferência e socialização de conhecimento, de tecnologias, são também, e, sobretudo transferência, compartilhamento e socialização de afetividade**, nas comunidades rurais e urbanas” (BITTENCOURT MACHADO, 2018, p. 37 [grifo do autor]). Isso pode ser interrompido à medida que faltam as condições necessárias materiais de permanência na comunidade, as exclusões.

A falta de oportunidades de trabalho e de renda afeta as relações com o local, levando à migração e ao êxodo, formando migrações temporárias, como destaca o pesquisador, mas não elimina os laços: “[...] o afeto a terra à paisagem, ao plantio, à colheita, aos animais, ao espaço; à comunidade, ao território, à região, como afetos a coisas materiais, mas também o afeto à memória, ao conhecimento, às histórias dos antepassados, às técnicas de produção, ao modo de produzir, ao conhecimento, como afeto às coisas imateriais” (BITTENCOURT MACHADO, 2018, p. 41). Assim, a questão da afetividade pode ser entendida como elemento vetor das relações entre processos de tramas de conhecimento e afetos-processos de vida e existência. Em outras palavras, a afetividade é propulsora de malhas, o que proporciona compreensão das relações de mediação que se desdobram em qualificação, cuidado, produção e associações.

A afetividade se justifica porque indica as ligações entre as diversas camadas de experiência com o território. A ação do pensar e do agir mediada pelas experiências em sua

complexidade permite afirmarmos junto com Morin (2020, p. 92) que “Isso significa que não existe razão sem afetividade”. Por isso, as relações do conhecimento e as associações no território podem ser desenvolvidas pela perspectiva de um enlace e tendo a afetividade nas relações entre as agências humanas entre si e com as outras agências.

3.3 TERRITÓRIO DO SISAL E AS MALHAS

A ideia de território destacada como sistema-território vem tomando roupagem de política governamental, o que se marcou desde 2003 no governo Federal, concepção de Territórios Rurais, com o Ministério do Desenvolvimento Agrário que se fez presente nas unidades da federação, bem como no Estado da Bahia a partir de 2007, com a ideia de Territórios de Identidades com a Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Secretaria de Planejamento do Governo da Bahia.

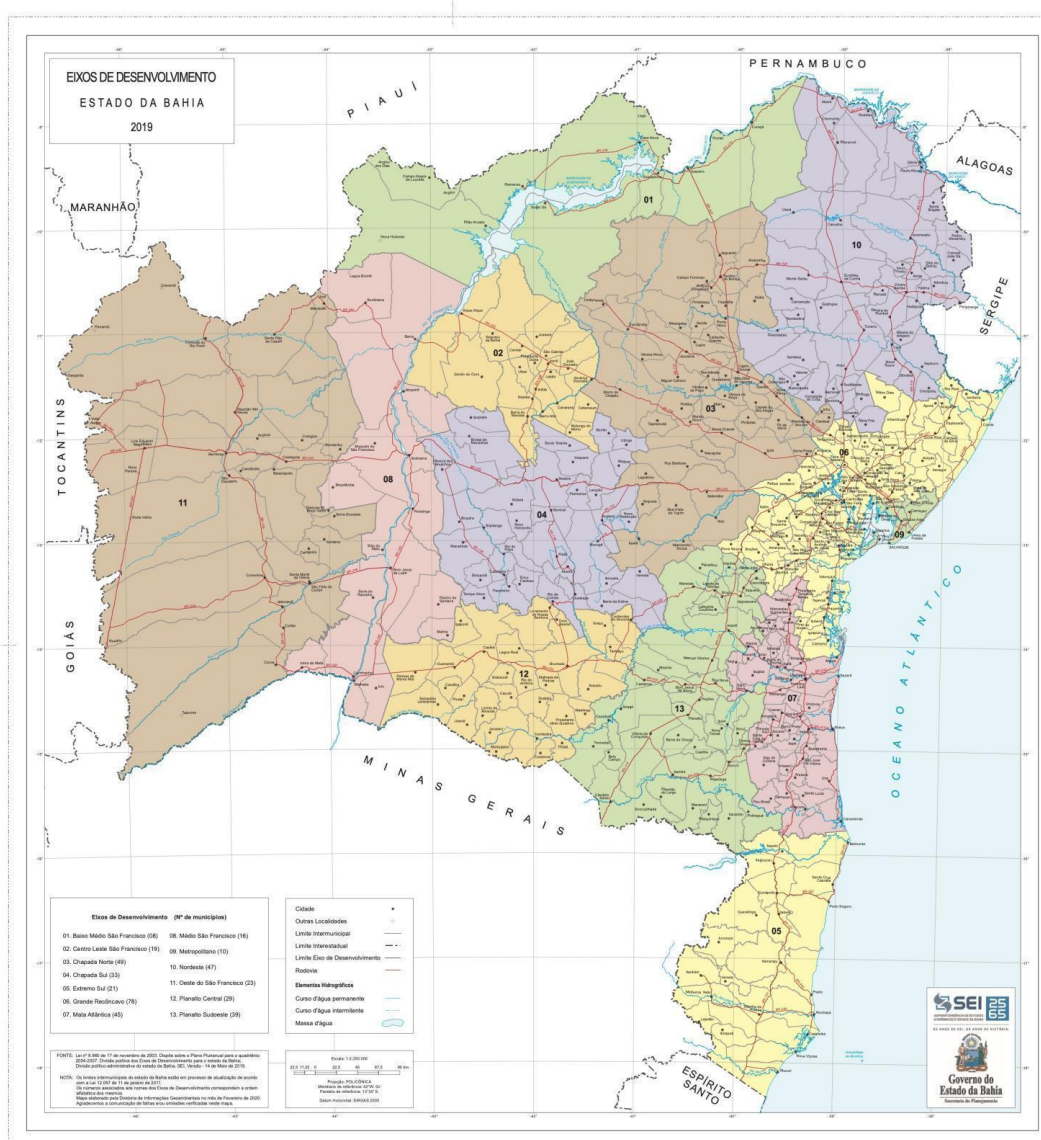
Durante a década de 1980, a estruturação de programas e projetos de divisão territorial se evidencia como uma resposta defensiva da Europa à geopolítica da globalização. A articulação territorial se apresenta como uma alternativa não absolutamente segura, mas muito mais prudente do que o crescimento instrumental do âmbito local como contraponto às *commodities* transnacionais. No contexto da América Latina e do Caribe, tratados como a ALCA e as recentes negociações para a CAFTA são acordos que têm como objetivos expressos a coesão territorial e que, em determinados momentos, podem acelerar ou aprofundar mais rapidamente as disparidades das desigualdades territoriais (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 35).

Segundo Serpa (2015), a configuração de compreensão dos territórios, para além de eixos de desenvolvimento, é um marco das políticas de planejamento que priorizam elementos culturais e de identidade, marcando assim uma nova instituição administrativa dos territórios. Daí a abertura para além de uma concepção de região, por exemplo, ou seja, houve um movimento de modernização na compreensão do Estado e sua administração levando em conta aspectos que evitassem uma fragmentação das relações entre agentes diversificados que compõem o território e seu uso. “O Estado moderno é muito grande, sua área muito heterogênea para infundir o tipo de afeição que surge da experiência e do conhecimento íntimo com o território” (SERPA, 2015, p. 13). Essa afeição permitiu a organização e administração do território.

Em outras palavras, houve por parte dos grupos de gestão pública um movimento de conhecer e administrar o território a partir das interações, transações, relações e contatos entre agentes que vão formar esse entrelaçado de malha na composição do território, uma malha de relações, que podemos metaforizar a partir da concepção de um sistema-território que se

comporta de dentro pra fora e de fora para dentro em seu uso efetivo e afetivo do espaço por agentes caracterizados em ambiência como economia, política, cultura, meio ambiente. Ao nosso ver, elevando as relações ao processo de complexidade, atualizou-se a antiga concepção de região para além de uma homogeneidade, ou melhor, mudando a concepção do espaço com ênfase em desenvolvimento econômico regional até 2007 no governo da Bahia.

FIGURA 11: Eixo de desenvolvimento da Bahia



Fonte: Acervo digital SEI (2019).

De região para território rural e de território rural para território de identidade, no caso da Bahia, faz com que aconteça a compreensão da cultura não como elemento dicotômico, mas como forma de vida, levando em conta agentes humanos e agentes não-humanos, uma malha de associações expressas a partir de questões concretas para planejamento e produção,

por exemplo, e seu desenvolvimento. Como foi destacado anteriormente, a ideia de território passa por uma correção histórica de diferenças para sanar um problema administrativo e entender as complexidades: “a descentralização da ação do estado em direção àquelas unidades territoriais menos favorecidas em regionalizações e políticas anteriores” (SERPA, 2015, p. 29), porém esse movimento de gestão dos espaços geográficos segue com as contradições das políticas passadas em seu processo, sendo criticado por Coelho Neto (2013). Além de ser utilizada de forma difusa e às vezes não-apropriada, neste caso, a transposição do conceito de território é pouco explorada e fundamentada nas políticas centrais de desenvolvimento territorial, sendo imposta às vezes sem levar em conta as divisões já utilizadas pelas instituições.

Tanto no âmbito federal como do estado da Bahia, essa perspectiva das redes de participação na gestão do território proporcionou ora uma inovação na perspectiva de reforçar as redes de organizações para além dos municípios, ora se chocou com essas mesmas ações de gestão dos municípios.

Contudo, nos parece que, para o caso brasileiro, a instituição da Política de Desenvolvimento Territorial Rural pelo Governo do Partido dos Trabalhadores (PT), a partir de 2003, constitui um marco decisivo para o reforço e visibilidade do conceito de território, repercutindo em sua captura pelas diversas formas organizacionais que integram o amplo e crescente movimento de associacionismo, construído e intensificado no Brasil, nas últimas décadas (COELHO NETO, 2013, p. 109).

Destacamos que as ações de diversos agentes públicos como movimentos sociais, coletivos, organizações civis e ONGs são as responsáveis pela luta de compreensão e gestão do território, dado que já a utilizam nos seus processos de rede para enfrentamento das injustiças sociais, como destaca Coelho Neto (2013). Assim, essas relações que se fazem na contradição entre diversas concepções de gestão do espaço utilizado vão forçar um processo de uma “nova institucionalidade”, então, o território como foco principal de organização societária, com participação da sociedade civil e de rede de organismos:

Nesta perspectiva, suas diretrizes pressupõem: (i) criação de colegiados territoriais, compreendidos como espaços públicos ou arenas decisórias, que se configuram como uma nova governança territorial; (ii) criação de mecanismos de participação e construção do protagonismo da sociedade civil, para fortalecer os processos de descentralização política e estímulo à autogestão dos territórios; (iii) e a construção e fortalecimento de redes de articulação de atores, instituições e programas para condução do processo de gestão das políticas territoriais (COELHO NETO, 2013, p. 112).

Outras contradições podem ser elencadas à medida que o princípio de

desenvolvimento territorial é mal compreendido, pois são ressaltados elementos das velhas concepções de desenvolvimento atrelados à noção do espaço em função do capitalismo e dos processos de seu uso sem levar em conta aspectos da complexidade de multifuncionalidade do território. “[...] pressupõe a adoção de medidas de políticas mais democráticas e horizontais em oposição à extrema verticalidade e centralização que as caracterizou no passado recente” (COELHO NETO, 2013, p. 119). Neste caso, a gestão do território como unidade administrativa parece apresentar já nas suas ideias a perspectiva contraditória de elementos ultrapassados, as noções de desenvolvimento rural e regional, como avalia o pesquisador:

A permanência das noções de desenvolvimento regional, rural e local torna-se intrigante, afinal, uma das virtudes anunciadas para justificar a adoção de uma abordagem territorial foi justamente a superação da verticalização e centralização que caracterizaram as políticas de desenvolvimento regional, como também as possibilidades de tratamento integrado da dimensão espacial, não se restringindo ao rural ou ao local (COELHO NETO, 2013, p. 120).

As dimensões espaciais representadas no território abarcam essas contradições, inclusive até as reforçam, surgindo então as disputas que podem ser postas e descritas no processo de formação das unidades territoriais. Por exemplo, Callegaro (2017), na pesquisa no território de Identidade de Itapetinga (hoje classificado como Médio Sudoeste da Bahia), faz uma descrição da ruralidade baiana e em sua perspectiva, o território como “unidade analítica”, aponta elementos que se configuram em um processo de conhecer as culturas alimentares e sua produção em contraponto à monocultura da pecuária bovina extensiva, “uma grave doença da economia agrária” (p. 118). Por isso, a necessidade de um olhar que perpassa a complexidade, do intercampo que envolve o biológico, o econômico, o político, o social, o antropológico na composição de entendimento das unidades territoriais.

Assim, observamos que o território, ao levar em conta as identidades geográficas, culturais, econômicas e a descentralização do poder instituído, também carrega outros elementos, as contradições dos estigmas da ideia de desenvolvimento rural, por exemplo. Os elementos das unidades como região continuam, mesmo com esse processo instituído de gestão territorial na Bahia. Dessa maneira, como foi apontado anteriormente, pouco se modifica com as novas características de institucionalidades. Aí pensamos a concentração de terra, as injustiças sociais e as disparidades econômicas e culturais, nos 27 territórios instituídos.

A questão fundiária no Território do Sisal remete ao processo de relação com a terra. De um lado há a disputa que se faz na perspectiva de uso como mercadoria e poder, por outro

lado a relação com a terra como elemento de agricultura familiar, uma relação de afetividade de produção, inclusive de subsistência.

O Estado como mediador dessa disputa tem agido desde os tempos do império mantendo a concentração e sem fazer a reforma agrária. A terra como poder econômico permite a produção de bens de consumo para venda e uso, gerando riqueza e concentração de renda:

- a) monocultura e concentração de renda;
- b) aspecto de produção para lucro;
- c) falta de empatia e afetividade como território;
- d) conflito com os trabalhadores da terra;
- e) falta de relação de desenvolvimento territorial e redes no território.

Santos et al. (2014) destacam que a multiplicidade de atividades fundiárias envolve agricultura familiar, atividades tradicionais e atividade de agronegócio, de grandes concentrações de terra que se direcionam para produção de *commodities*, tendo na Bahia uma alta concentração de propriedade e dominação territorial, com algumas exceções.

Pode-se perceber que o uso da terra tem uma relação direta com a concentração de terras, especialmente quando se analisa em termos de cultura temporária e permanente. Enquanto as culturas temporárias, geralmente de caráter de subsistência ou de pequena produção consistem, principalmente, na produção de milho, feijão e mandioca, normalmente envolve pequenas propriedades, trabalho familiar e destino do excedente para mercados locais; as culturas permanentes envolvem mais capital, produção em grande escala, propriedades rurais com extensas faixas de terras e destino da produção para o mercado externo (SANTOS et al., 2014, p. 6).

Na Bahia, segundo Santos et al. (2014), os territórios de Itaparica, Sisal, Bacia do Paramirim e Bacia do Rio Grande possuem um baixo índice de concentração fundiária, no entanto, a estrutura agrária baiana segue o padrão brasileiro, tendo um precedente histórico de que o modelo de gestão da terra da Bahia foi exportado para outras partes desde as capitânicas hereditárias até as sesmarias.

No Território do Sisal, há uma alta concentração de terras em poucas propriedades, o que pode ser percebido nos índices de desemprego e desigualdade econômica-social, mesmo que no território haja uma presença marcante da agricultura familiar (79,2%) com até 20ha, ocupando uma percentagem pequena ainda (apenas 17,6%): “Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra, até 2015, 2.972 famílias foram assentadas pelo

programa de Reforma Agrária no Território de Identidade do Sisal” (DO CARMO CEDRAZ, 2021. p. 8). Assim, a estrutura fundiária neste processo aponta que há uma concentração semelhante ao período colonial com baixos índices econômicos, concentração de renda e êxodo rural. Assim, a concepção de gestão por território não alterou a questão fundiária, mesmo após a redemocratização e governos populares.

A partir de 2008, segundo Serpa (2015), a divisão territorial se faz presente em 26 territórios (hoje há 27), o que levou a pensar esses territórios não como eixos isolados, mas redes articuladas que envolviam os 417 municípios da Bahia com agentes de diversas camadas sociais, aproximações, desigualdades e permitindo as aplicações de projetos e percepções das diferenças e semelhanças nesta malha dos territórios concebida pelo governo da Bahia.

TABELA 03: Territórios de Identidade da Bahia

Território	Municípios
Irecê	América Dourada, Barra do Mendes, Barro Alto, Cafarnaum, Canarana, Central, Gentio do Ouro, Ibipecta, Ibititá, Ipupiara, Irecê, Itaguaçu da Bahia, João Dourado, Jussara, Lapão, Mulungu do Morro, Presidente Dutra, Uibaí, São Gabriel, Xique-Xique.
Velho Chico	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
Chapada Diamantina	Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibiçara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiape, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga, Wagner.
Sisal	Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente..
Litoral Sul	Almadina, Arataca, Aurelino Leal, Barro Preto, Buerarema, Camacan, Canavieiras, Coaraci, Floresta Azul, Ibicaraí, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itaju do Colônia, Itajuípe, Itapé, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau-Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubaitaba, Uma, Uruçuca.
Baixo Sul	Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença, Wenceslau Guimarães.

Extremo Sul	Alcobaça, Caravelas, Ibirapoã, Itamaraju, Itanhém, Jucuruçu, Lajedão, Medeiros Neto, Mucuri, Nova Viçosa, Prado, Teixeira de Freitas, Vereda.
Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.
Vale do Jiquiriçá	Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.
Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho, Uauá.
Bacia do Rio Grande	Angical, Baianópolis, Barreiras, Buritirama, Catolandia, Cotegipe, Cristópolis, Formosa Do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Mansidão, Riachão Das Neves, Santa Rita De Cássia, São Desiderio, Wanderley.
Bacia do Paramirim	Boquira, Botuporã, Caturama, Érico Cardoso, Ibitipanga, Macaúbas, Paramirim, Rio do Pires.
Sertão Produtivo	Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Tanque Novo, Urandi.
Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim, Iaçu, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá.
Bacia do Jacuípe	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.
Piemonte da Diamantina	Caém, Jacobina, Miguel Calmon, Mirangaba, Ouroândia, Saúde, Serrolândia, Umburanas, Várzea Nova.
Semiárido Nordeste II	Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida, Sítio do Quinto.
Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba, Alagoinhas, Aporá, Araçás, Aramari, Cardeal da Silva, Catu,- Conde, Crisópolis, Entre Rios, Esplanada, Inhambupe, Itanagra, Itapicuru, Jandaíra, Olindina, Ouriçangas, Pedrão, Rio Real, Sátiro Dias.
Portal do Sertão	Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova.
Sudoeste Baiano	Anagé, Aracatu, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Cândido Sales, Caraíbas,

	Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo, Tremedal, Vitória da Conquista.
Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeçu, Saubara, Varzedo.
Médio Rio de Contas	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagibá, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã.
Bacia do Rio Corrente	Brejolandia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Felix Do Coribe, Serra Dourada, Tabocas do Brejo Velho.
Itaparica	Abaré, Chorrochó, Glória, Macururé, Paulo Afonso, Rodelas.
Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim.
Metropolitano de Salvador	Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho, Vera Cruz.
Costa do Descobrimento	Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália.

Fonte: Acervo digital SEPLAN (2021).

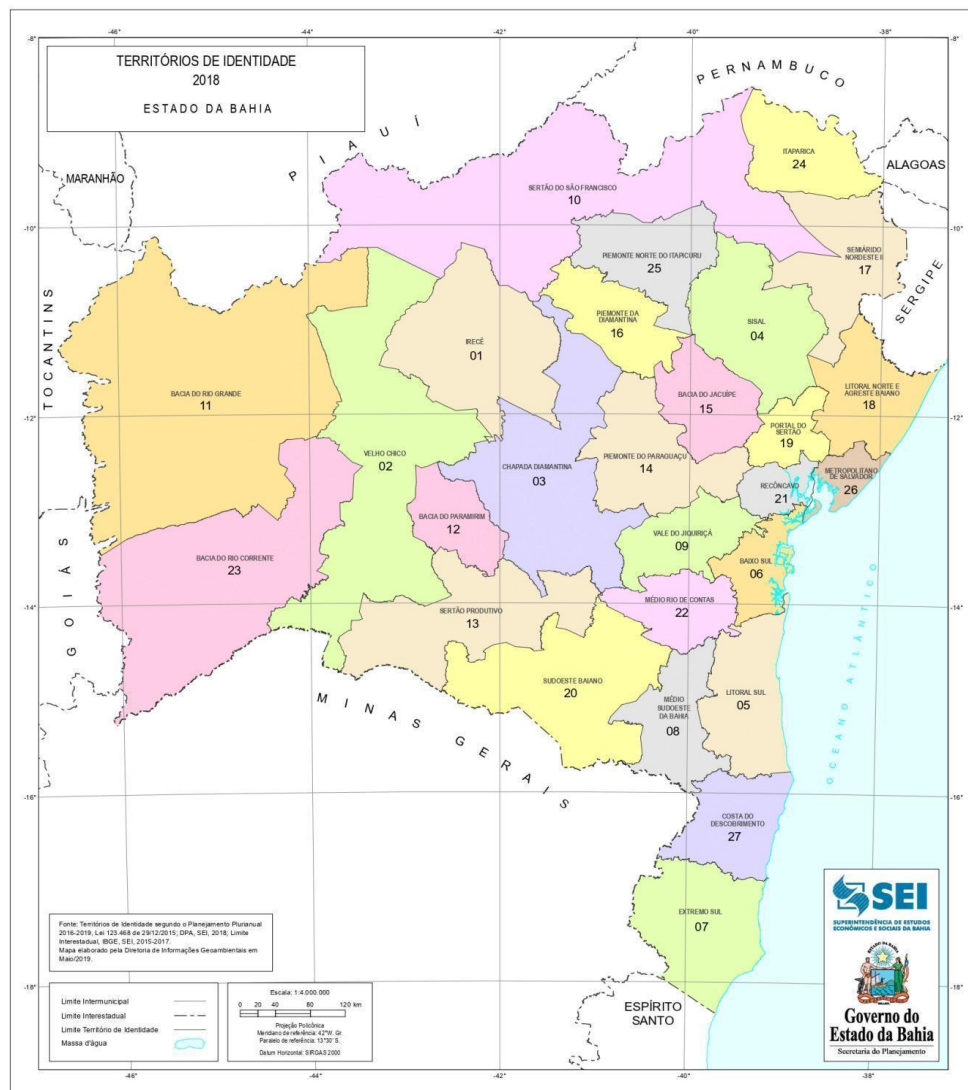
Além do mais, as redes de agentes institucionais se viram nessa articulação, que no mais das vezes já existia e passou a ter visibilidade política governamental, por exemplo, indo para além das relações estocásticas entre os municípios nos eixos de desenvolvimento: “O território do Sisal, por exemplo, foi o primeiro a ser atendido pelo programa Território da Cidadania no estado, com a disponibilização de R\$ 234 milhões para execução de 61 ações de programas como o Brasil Alfabetizado, Luz para Todos e Bolsa Família” (SERPA, 2015, p. 311). Ou seja, as redes acontecem de forma a potencializar a recepção de recursos.

A perspectiva de aplicação dos recursos compreende mais do que tudo a ideia de potencialidades das redes já estabelecidas em campos como gestão, desenvolvimento social, organização, saúde, saneamento, água, educação, cultura e infraestrutura. “É preciso que se busque, no âmbito institucional, o entendimento dos complexos processos cognitivos que resultam da tensão entre percepção e cognição, vivência e experiência, espaços concebidos e vividos” (SERPA, 2015, p. 312). A rede, então, pode nos direcionar para pensar as relações diversificadas e operacionalizações nos âmbitos das fronteiras do território e mais ainda à

medida que se buscam os processos de solidariedade, consolidando-se as organizações não-governamentais e outras formas associativas populares na atualização das demandas sociais, fortalecendo o espaço privilegiado de conhecimento e seus processos de compartilhamentos.

Entendemos, por território, a dimensão política do espaço – quando este é referido reconhecido e identificado – enquanto unidade da gestão política que o distingue e o atribui existência, de certa forma institucionalizada. Nem sempre o território constitui-se numa entidade territorial, a exemplo de município, província, departamento ou estado. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir enquanto a institucionalidade que expressa – pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas. Dessa forma, o território pode, inclusive, chegar a constituir-se num espaço descontínuo (PERICO, 2009, p. 10).

FIGURA 12: Mapa dos territórios de identidade da Bahia



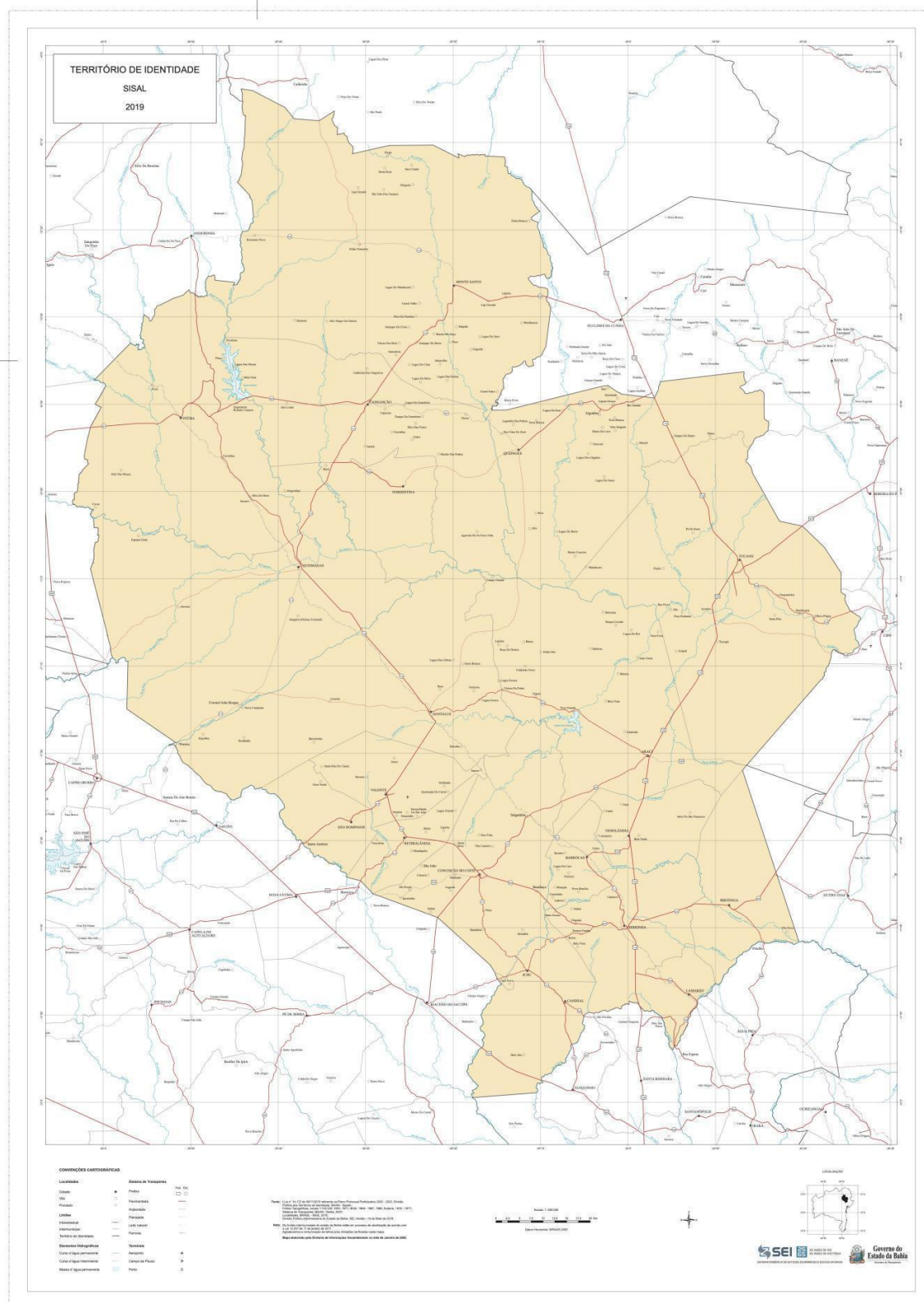
Fonte: Acervo digital SEI (2019),

Sob essa concepção, podemos pensar que a identificação como “Território do Sisal” é algo recente e sofreu transformações históricas dadas as mudanças na concepção interna como na identificação externa dos agentes envolvidos no processo de identificação territorial. “Essas representações podem nascer do inconsciente ou tomar a forma de percepções mais ou menos temporárias do indivíduo, ou ainda constituírem-se em compreensões que se fixam, tornando-se correntes, instituídas e, como tais, originando ideologias” (FREIXO, 2010, p. 02). Assim, o território não é apenas um aspecto de poder instituído no estado, mas dinamicamente pulverizado nos processos de significado do sistema de pensamento, categorizado no seu uso e nas perspectivas de seu uso, seus recursos e formas.

O território aqui não é visto apenas como um ente federado – um estado ou município – ele representa uma configuração social, determinada pelas suas relações sociais de reprodução da vida, o que engloba aspectos culturais e simbólicos, dinâmica produtiva, utilização habitual dos recursos naturais disponíveis e principalmente, as relações de poder e tomada de decisão sobre os assuntos do território (SILVA JÚNIOR et al., 2009, p. 6).

Além disso, a marca “Território do Sisal” como elemento de identidade data especificamente da segunda metade do século XX após sucessivas mudanças nas produções endêmicas do território que era chamado de sertões dos Tocós, por causa dos povos originários que habitavam neste local, fugindo das invasões portuguesas no século XVIII e que foram dizimados para instalação das fazendas de gado que ligavam o litoral baiano ao Rio São Francisco.

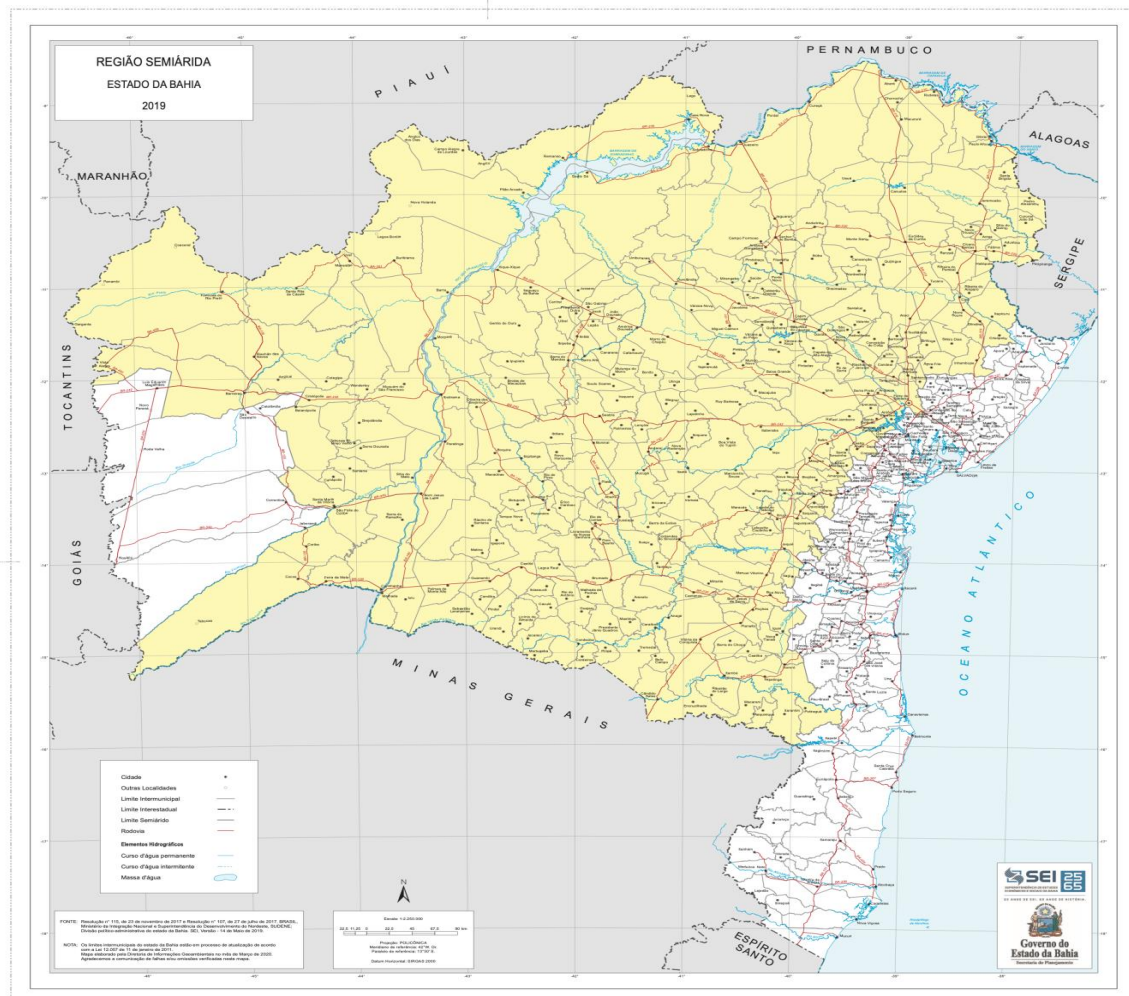
Dentre a diversidade de caminhos de gado que foram abertos no sertão dos Tocós, destaca-se aquele que considero de maior relevância, dada sua presença constante nas narrativas do passado, construídas pelos mais antigos agricultores do Município de Valente: a Estrada das boiadas. Tendo sido aberto provavelmente no início do século XVII, essa passagem tinha como principal objetivo ligar o rio São Francisco (em Juazeiro) à cidade de Salvador, cortando de Norte a Sul o sertão dos Tocós. Essa foi, ao longo de quase três séculos, a principal via de comunicação entre os sertões da Bahia e o recôncavo (FREIXO, 2010, p. 10).

FIGURA 13: Mapa do Território do Sisal

O Território do Sisal abrange 20.154 Km², com uma população de 582.329 mil habitantes, faz fronteira com outros seis territórios: Portal do Sertão, Bacia do Jacuípe,

Piemonte do Itapicuru, Sertão do São Francisco, Semiárido Nordeste II, e Litoral Nordeste e Agreste Baiano. O Território do Sisal tem um meio ambiente diversificado, com uma predominância do bioma da Caatinga, bem como florestas decíduais, o que permite a sobrevivência das plantas em períodos de longas estiagens, dentro do clima, é predominante o semiárido e tem a variação entre mínima de 21°C e a máxima de 32°C. “No que se refere ao clima, seis dos municípios que pertencem ao TIS [Território de Identidade do Sisal] possuem clima subúmido a seco, dois possuem clima árido e doze possuem clima semiárido” (SILVA JÚNIOR et al., 2009, p. 11).

FIGURA 14: Semiárido na Bahia e sua predominância. No Nordeste brasileiro abrange os estados do PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE e BA) e parte do norte de Minas Gerais e tendo aproximadamente 100 milhões de hectares



Fonte: Acervo digital SEI (2019).

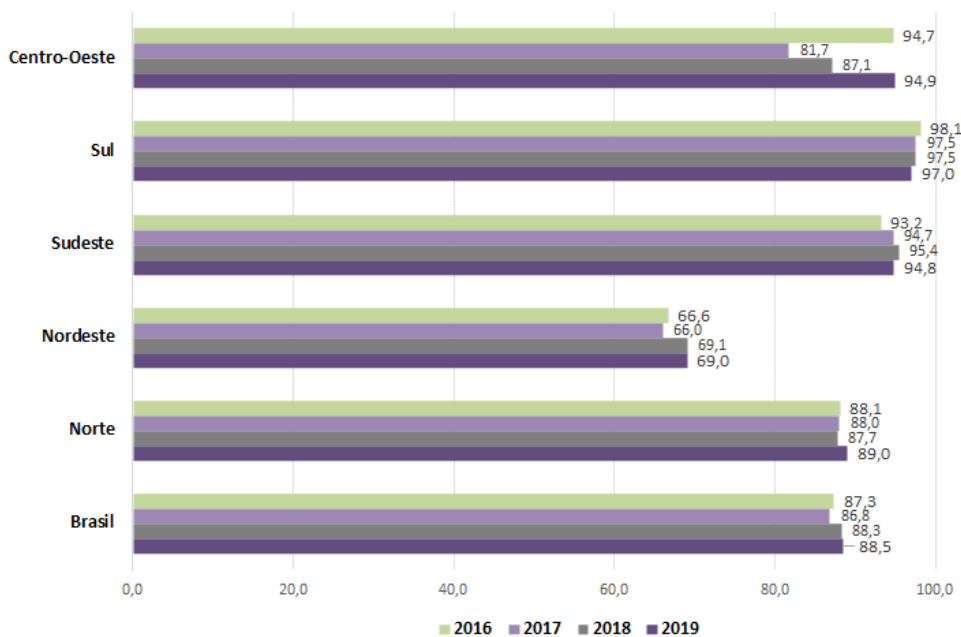
Ao mesmo tempo que esse clima foge do controle das ações humanas, o que lhe é bem determinante, ele remete à ideia de sertão que para Albuquerque Júnior (2014) é erroneamente

colocado como elemento unívoco, arcaico e distante dos processos contemporâneos: “O sertão seria um espaço marcado por nele sobreviver restos de tempos outros, espaço definido por conceitos como os de arcaico, tradicional, costumeiro, rotineiro, intemporal” (2014, p. 43). Alimenta-se assim um discurso preconceituoso de tratar o sertão nordestino como um lugar seco, sem vida, de predominância de miséria e anacrônico, passadista e severino. Apesar do clima ser uniforme nesta região, há um pluralismo e mesmo passando por secas periódicas, tem uma capacidade múltipla de vegetação e vida.

Esse mesmo discurso uniforme de seca nos soa como falso, denuncia o autor, que tenta atribuir erroneamente ao clima as discrepâncias sociais, os abismos e as exclusões, pondo na conta da natureza a imagem disforme que se tem do sertão: “É o clima o culpado pelas mazelas sociais e políticas desse espaço” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2014, p. 48). Nesse caso, o sertão como sinônimo de semiárido se encontra como uma construção imagética de um espaço do interior, recôndito, materializado e sintetizado na caatinga seca de galhos retorcidos, arcaico e bem limitado.

A imagem do clima seco e falta de água também se sustenta à medida que podemos verificar as desigualdades regionais caracterizadas pela distribuição e acesso ao saneamento básico, destacando a desvantagem e injustiça territorial do Nordeste, onde predomina o semiárido no Brasil.

FIGURA 15: Percentual (%) de domicílios que utilizam a rede geral de água como principal forma de abastecimento, por Grandes Regiões, com disponibilidade diária - 2019



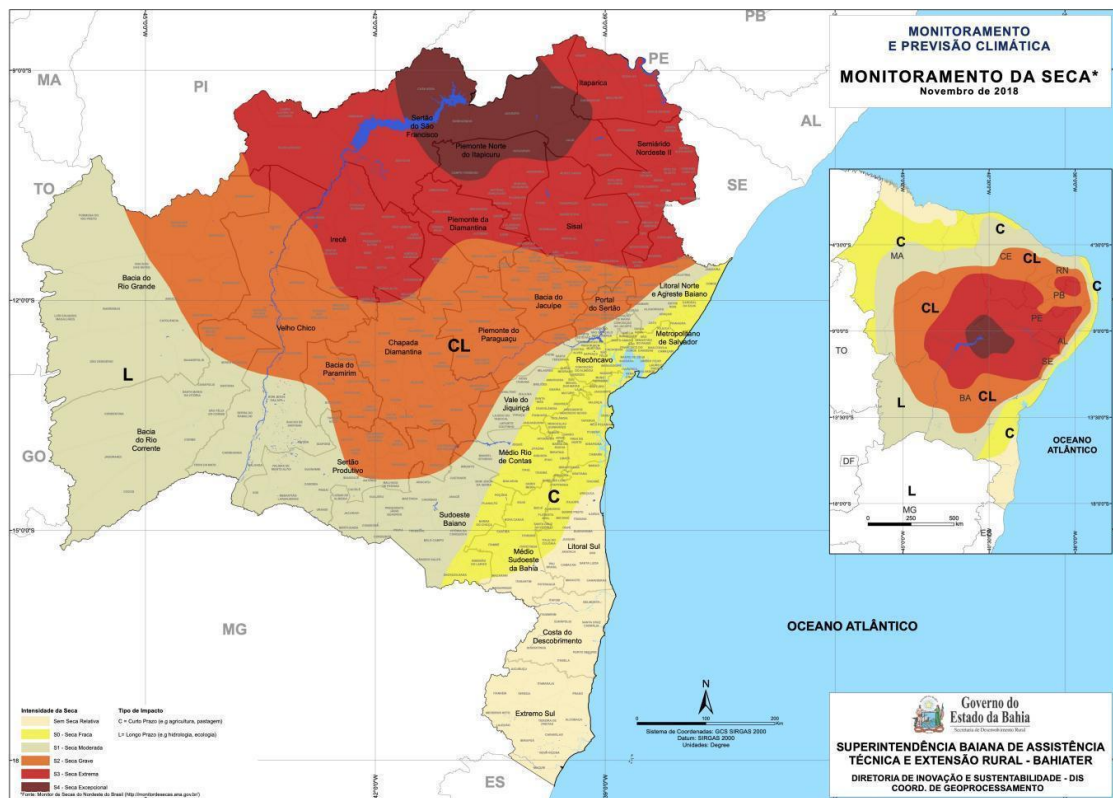
Fonte: Acervo digital IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2019.

Nessa atmosfera do semiárido baiano se cria o imaginário histórico da resistência aos processos rurais de controle e concentração de renda. Cria-se o imaginário do enfrentamento ao coronelismo que muito foi marcante na identidade sertaneja no século XX, tal como Virgulino Ferreira da Silva, Lampião, as ações da Coluna Prestes, cujos integrantes que misturam lendas e histórias, povoando o imaginário do território e a representação deste mesmo território ao longo do tempo, e a história de Antônio Conselheiro, que no final do século XIX se destacava como um sebastianismo resistente aos processos de dominação agrária, e às relações macropolíticas do Brasil.

Uma dialética representativa das relações entre natureza e humanos na formação de concepção de ambos (CODES, 2010). Assim, podemos dizer da alegoria do sertão como *leitmotiv* que nasce das interfaces das agências no território e seu rico fluxo imaginativo porque é ele mesmo rico, diverso e alegórico: lajedos, carrascais, tabuleiros, mandacarus, palmas, caroás, facheiros, macambiras, gravatás se misturam com couros, argolas, cabras, jumentos, currais, sinos e caatingas, e se revelam num emaranhado tecido em entrelaçamentos existenciais (CODES, 2010). Fechando este parêntese, destacamos que o semiárido se destaca também como um definidor de diversas características topológicas e climáticas, mas também de outras naturezas, porque se torna uma representação do lugar onde se realizam as experiências propriamente ditas, tanto internamente como externamente ao território.

O clima é caracterizado por longos períodos de estiagem e baixa a média pluviosidade, que varia entre 5,9mm (Quijingue) e 1000mm (Lamarão) ao ano, tornando o solo da região ácido. Devido a baixa pluviosidade e a acidez do solo, os lençóis freáticos são geralmente salobros. O relevo do TIS [Território de Identidade do Sisal] é caracterizado pelo pediplano sertanejo e pelos tabuleiros interioranos. Quanto aos rios e riachos, são em grande maioria intermitentes e quase todos bloqueados por barragens, que servem como reservatórios de água. Todos esses fatores climáticos foram determinantes para a adaptação, implantação e sucesso do sisal na região (SILVA JÚNIOR et al., 2009, p. 11-12).

FIGURA 16: Movimento da seca na Bahia e Território do Sisal



Desse modo, marcando o Território do Sisal como um grande corredor de produção de gado, couro, carne e outras produções como mandioca, milho e feijão, o sisal, longe de ser uma derivação de longa data, fixa-se como elemento cultural historicamente construído após processo contínuo de conflitos, apropriação e produção inerente ao local ou modo de vida para viver e sobreviver no lugar.

Assim, esse território se constituiu a partir de mudanças constantes e intercâmbios, dado que o fluxo externo e interno possibilitou transformações constantes no processo de desenvolvimento econômico, circulação de pessoas e mercadorias, tendo, a partir do século XIX, a estrada de ferro como principal agente de capilarização das associações no uso dos espaços. “Pela ferrovia, não apenas se escoava a produção mineira e o charque, mas, também, chegavam ao sertão os materiais para a construção de açudes, ou até mesmo a água, nas áreas mais afetadas pela seca” (FREIXO, 2010, p. 06). Daí, a partir da década de 1950, os acessos e a malha viária aumentaram consideravelmente no nordeste do Brasil.

Tudo isso fez uma integração dos sertões, permitindo, assim, um aumento da monocultura do sisal: “E, assim, o sertão de Tocós, com suas fazendas e caminhos de gado,

paulatinamente foi dando lugar a uma nova ‘região’, inventada como a ‘região sisaleira’, e reinventada como o ‘território do sisal’” (FREIXO, 2010, p. 07). Uma planta introduzida na Bahia, vinda do México em 1910, já se tornou em 1930 expressão de uma região, emprestando seu nome ao lugar. “O Estado da Bahia é, atualmente, o principal produtor brasileiro de sisal. Em 2004, gerou mais de 120 mil toneladas de fibras, o que corresponde a cerca de 87% de toda a produção brasileira” (FREIXO, 2010, p. 07). Essa marca no processo produtivo do território permite um conjunto de produção de riqueza e concentração na monocultura marcando as relações produtivas.

FIGURA 17: Secador de fumo no Arraial Cutia em Conceição do Coité (BA) - 1962



Fonte: Acervo digital IBGE (1958).

É relevante destacar que esse processo de minifundialização não foi contínuo nem homogêneo. Isso significa que encontramos atualmente na região uma paisagem bastante heterogênea em que se veem raras e grandes propriedades de terra, onde predomina a caatinga, e inúmeras pequenas propriedades, nas quais encontramos desde pequenas áreas de ‘capoeira³’, ou ‘caatinga’, a um mosaico de roças de mandioca, milho, feijão e sisal (FREIXO, 2010, p. 09).

TABELA 04: Percentual da produção das culturas agrícolas (ton.) por município no Território do Sisal

Município	feijão	milho	mandioca	mamona	sisal
Quijingue - BA	26.23	26.65	6.18	5.33	1.39
Tucano - BA	25.31	26.24	11.14	7.24	0.38
Monte Santo - BA	11.42	11.57	14.08	18.22	2.37
Cansanção - BA	9.29	9.96	10.32	22.67	2.31
Araci - BA	5.48	5.28	10.73	1.87	6.05
Serrinha - BA	4.70	4.61	10.27	0.00	0.50
Itiúba - BA	3.48	1.45	7.68	32.83	5.45
Biritinga - BA	3.02	2.94	4.50	2.44	0.02
Teofilândia - BA	2.90	2.64	2.71	5.10	0.75
Conceição do Coité - BA	1.66	1.79	5.95	0.00	19.47
Lamarão - BA	1.46	1.35	2.16	0.00	0.01
Candeal - BA	1.40	1.25	1.76	3.15	0.87
Ichu - BA	0.91	1.19	0.74	1.15	0.43
Queimadas - BA	0.67	1.00	2.70	0.00	8.50
Santaluz - BA	0.66	0.69	2.84	0.00	20.07
Valente - BA	0.58	0.60	2.68	0.00	12.88
Retirolândia - BA	0.45	0.44	2.04	0.00	6.77
Nordestina - BA	0.36	0.36	1.53	0.00	4.47
São Domingos - BA	0.29	0.31	1.21	0.00	7.30

Fonte: JESUS JUNIOR et al., 2011, p. 03.

A produção do sisal compreende uma complexa relação que passa pelo plantio, extração, beneficiamento e comercialização do produto²³, seja no mercado interno ou tipo exportação da fibra ou em utensílios como tapetes, cordas, cestos e outros produtos para poder agregar valor, a partir da fibra natural da planta *Agave Sisalana Perrine* que deve ser cultivada em locais de baixa pluviosidade (SANTOS et al., 2011). “Uma vez secas, as fibras devem ser batidas, de modo a eliminar as impurezas que nelas permaneçam e excluir as fibras de tamanho muito curto. Esse processo de beneficiamento se dá fora do campo de plantio, por meio de máquinas denominadas ‘batedeiras’” (FREIXO, 2010, p 13). Os agricultores alugam a máquina e pagam o aluguel com parte da fibra beneficiada. Isso chama a atenção para as consequências do modelo de trabalho e renda ligado a uma série de concentração dos recursos econômicos com os agentes atravessadores.

[...] agaveicultura compreende um complexo arranjo produtivo local, em que o plantio, quase exclusivamente explorado por mão de obra familiar, representa, em termos monetários, uma mínima parcela de toda cadeia; esse arranjo produtivo tende a se traduzir numa renda efetiva muito reduzida que é repassada ao agaveicultor; no conjunto dessas atividades, a renda concentra-se no elo industrial da cadeia produtiva responsável direta pela comercialização com os mercados interno e externo (FREIXO, 2010, p. 13).

²³ Às vezes, o cultivo do produto se confunde com uso na pós-colheita da palma, e ainda no campo, utiliza-se um motor com desfibradeira. O conjunto é conhecido como “motor paraibano”, este, sim, fez muitas vítimas. Nos anos 70 houve muitas manifestações, principalmente as passeatas dos mutilados de Valente, em defesa dos direitos trabalhistas e indenizações. Além de algumas conquistas sociais, os trabalhadores passaram a operar a desfibradeira protegidos por uma tela adaptada.

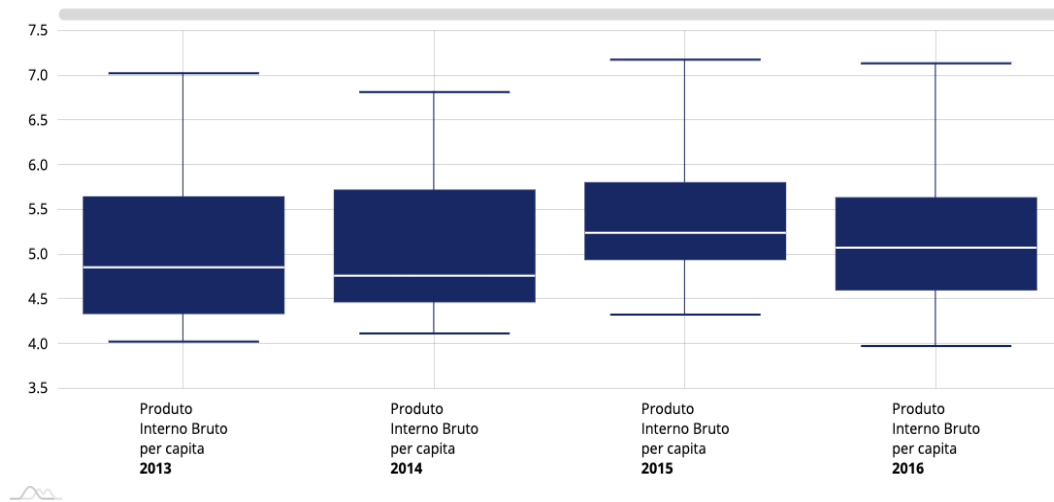
FIGURA 18: Usina Nossa Senhora de Lourdes de beneficiamento de sisal e fabricação de cordas: Conceição do Coité, BA - 1957.



Fonte: Acervo digital IBGE (1958).

O Território do Sisal, em nossa perspectiva, traz uma série de questões econômicas e sociais que questiona não só a maneira como o território é visto (externo) e como se vê (interno), onde as disparidades emergem das relações dos agentes com o lugar em sua forma de viver, e nas redes que tensionam as relações do poder econômico, mas também as próprias relações que formam a vida para além das representações do território.

O TIS [Território de Identidade do Sisal] constitui um sistema complexo, dotado de uma população com traços característicos em sua cultura, história, religiosidade, prática de vida e em sua dinâmica econômico-social. Entre as principais atividades desenvolvidas podem-se destacar, além das atividades de cultivo do sisal e exploração das pedreiras, a pecuária extensiva, a agricultura familiar de subsistência e o artesanato. A pluriatividade é percebida pela presença do artesanato, que também é uma das principais fontes de renda na região (SILVA JÚNIOR et al., 2009, p. 10-12).

FIGURA 19: Média de produto interno bruto *per capita* no Território do Sisal.

Fonte: PENUD (2020); IBGE (2010).

Ao caracterizar o Território do Sisal, consideramos os 10 municípios diretamente atendidos pelo Departamento de Educação do *Campus XIV* da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde, desde 2014, realizamos as nossas pesquisas. A distância dos grandes centros e o contexto social e econômico apontam a lacuna do desenvolvimento e as contradições da injustiça social, justificando ainda mais a presença da UNEB como agente promotor de desenvolvimento humano e social, destacando as atividades de pesquisa, extensão e programas desenvolvidos. No *Campus XIV* da UNEB, em Coité, temos: 23 Projetos de Extensão, 11 Cursos, 04 Eventos, 01 Programa e 01 Prestação de Serviços; o CAECDT – Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, em Coité-BA, recém-instalado, com 01 Projeto de Extensão e 01 Evento. Destacamos também o *Campus XI*, em Serrinha-BA, localizado no Território do Sisal, com 46 Projetos de Extensão, 12 Cursos, 18 Eventos, 01 Programa, 02 Prestações de Serviços (UNEB, 2019).

FIGURA 20: Mercado municipal: Conceição do Coité, BA - [19--].

Fonte: Acervo digital IBGE (1958).

A partir desses 10 municípios, constatamos as lacunas sociais de renda, com base nos dados do PNUD no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil²⁴, 2010, conforme demonstrado na tabela seguinte.

TABELA 05 - Renda per capita mensal dos municípios atendidos pelo CAMPUS XIV

Município	Renda per capita IDHM (em R\$)
Cansanção	216,24
Conceição do Coité	309,61
Ichu	296,17
Queimadas	245,7
Retirolândia	293,01
Santaluz	260,09
São Domingos	335,76
Serrinha	367,73

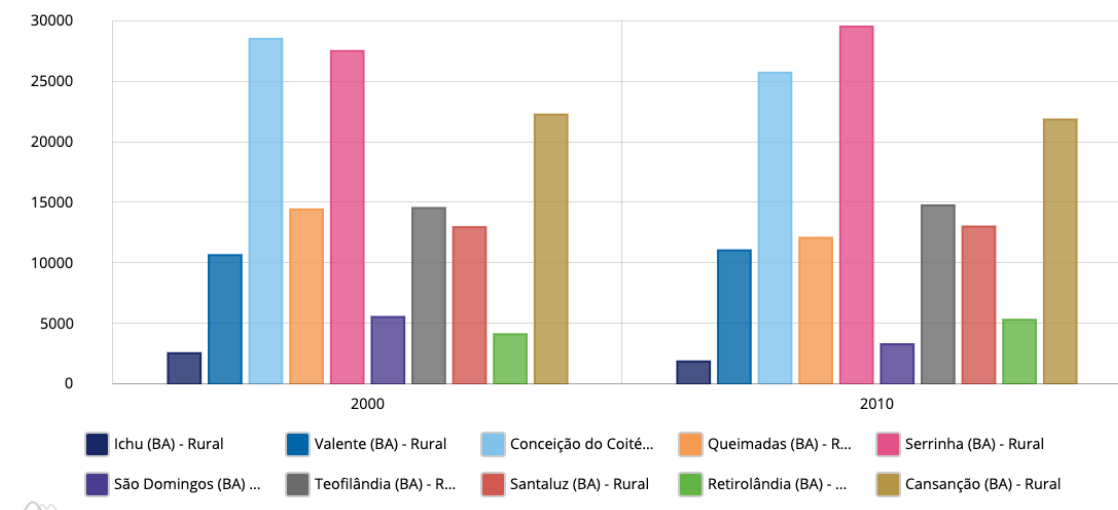
²⁴ A partir de 1990, floresce a grande especialização da medição da pobreza. Trata-se de responder à complexidade do problema mediante abordagens mais integrais e associadas à geração de índices complexos, baseados nos níveis de renda ou em indicadores compostos, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), difundido pela Organização das Nações Unidas. Os investimentos nacionais para o combate à pobreza passaram a ser justificados e localizados a partir de medições (MIRANDA; COSTA, 2005, p. 40).

Município	Renda per capita IDHM (em R\$)
Teofilândia	278,91
Valente	385,3

Fonte: Elaboração do Autor (PENUD 2020; IBGE, 2010).

Não surpreende, pois, que os dados da PNUD desde 2010 indiquem a carência em várias dimensões humanas. Mas é neste cenário também que se destaca o município de Conceição do Coité, ele vem fortalecendo suas redes de ensino fundamental, médio e em especial superior, influenciando diretamente na formação sociocultural e integrando-se no Território de Identidade do Sisal como um local importante. O município de Conceição do Coité-BA possui uma área total de 1.090 km², com uma população estimada em 62.040 habitantes, dos quais 41,52% residem na zona rural e pouco mais da metade reside na zona urbana, 58,48%, segundo dados governamentais (PENUD 2020; IBGE, 2010). O que marca uma migração abrupta em discordância com o território em geral. “No Território do Sisal, a maior parte da população (em torno de 64,0%) vive na zona rural, tendo a agricultura e a pecuária como suas principais atividades econômicas” (SILVA JÚNIOR et al., 2009, p. 11).

FIGURA 21: População Rural

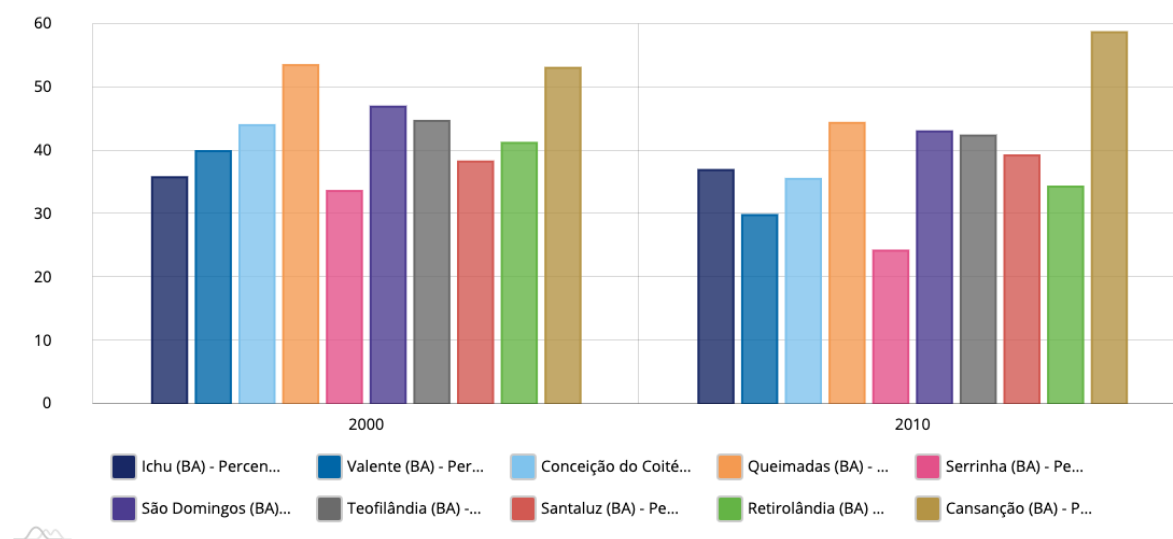


Fonte: PENUD (2020); IBGE (2010).

Fundada em 1890, Conceição do Coité, desde as últimas décadas do século XX, tem importância acentuada no território. Predominantemente inserida em uma área de clima seco com tecnologias adaptadas para convivência com o semiárido, com índice de IDH médio 0,60 (PENUD 2020; IBGE, 2010).

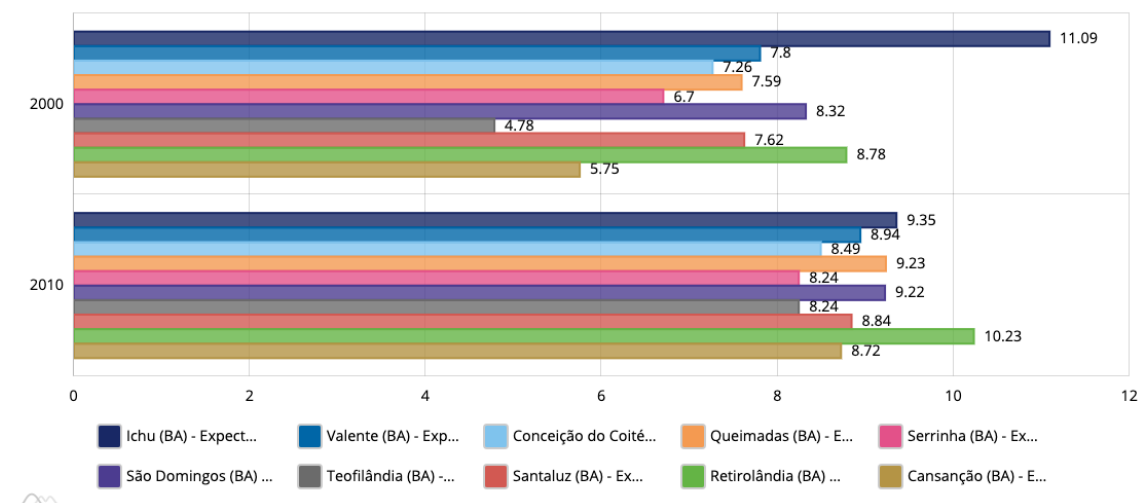
O IDHM passou de 0,446 em 2000 para 0,611 em 2010 - uma taxa de crescimento de 37,00%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 70,22% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,235), seguida por Longevidade e por Renda (PENUD 2020; IBGE, 2010, p. 01).

FIGURA 22: Ocupação Agropecuária



Fonte: PENUD (2020); IBGE (2010).

Apesar de tudo, destacamos a necessidade de superação das injustiças sociais, desigualdades econômicas nos processos de estruturação do território. Assim, a comunicação pode fazer a captação dentro de um nível de conhecimento, de saber e de vivência humana. Cria-se aí a atmosfera de possibilidades de compreender o papel social do processo de difusão do conhecimento e da propagação de informações a serviços essenciais, propiciando-lhes condições para o domínio técnico.

FIGURA 23: Anos de escolaridade dos 10 municípios

Fonte: PENUD; IBGE (2010).

A questão do desenvolvimento está acoplada à idade economicamente ativa e ao índice de escolaridade dos moradores desses municípios. Os índices correlatos apontam uma lacuna no campo educacional, mas criam uma perspectiva, dada a inserção das políticas de ampliação e universalização da educação básica, ampliação do ensino médio e superior no território.

TABELA 06: Composição indicária de trabalho e escolaridade – 2010

Município	População Geral n. habitantes	Trabalho: Composição da população de 18 anos ou mais de idade	Educação: escolaridade da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo	Educação: escolaridade da população de 18 anos ou mais com o ensino médio completo	Educação: escolaridade da população de 18 anos ou mais com o ensino superior completo
Cansanção	32908	62.7%	6.6%	11.7%	2.40%
Conceição do Coité	62040	70.9%	9.6%	17.2%	3.0%
Ichu	5255	61.8%	6.4%	26.3%	2.1%
Queimadas	24602	68.3%	6.8%	16.3%	2.6%
Retirolândia	12055	65.3%	7.9%	20.1%	1.8%
Santaluz	33838	65.1%	10.2%	15.3%	2.1%
São Domingos	9226	70.5%	7.0%	20.4%	4.0%
Serrinha	76762	65.8%	11.9%	24.3%	4.0%
Teofilândia	21482	63.8%	7.7%	12.4%	3.1%
Valente	24560	69.5%	8.4%	21.6%	4.7%

Fonte: Elaboração do autor (PENUD; IBGE, 2010).

As razões para tais disparidades no contexto são muitas, mas deve-se atentar, em particular, para os reduzidos índices educacionais destes municípios. Com efeito, predomina a condição de baixíssima escolaridade destas populações. “Os indicadores mostram o atraso relativo no desenvolvimento desses municípios: a taxa de analfabetismo é de 34,2%; apenas 35,5% das casas são servidas por água tratada; e só 22,8% contam com serviços de esgotamento” (SILVA JÚNIOR et al., 2009, p. 11). Tal concentração de conhecimento reflete-se obviamente no quadro de concentração de renda apresentado pouco antes, evidenciando que a reversão disso passa necessariamente pela democratização do acesso à educação.

Observamos, assim, uma evolução no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios. Os avanços dos dados apontam uma evolução em áreas como Longevidade, Renda e Educação. Esses indicadores mostram a perspectiva do território.

TABELA 07: Dados globais do IDHM dos 10 municípios

Município	Resumo do IDHM
Cansanção	Cansanção é 0,557 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,745, seguida de Renda, com índice de 0,530, e de Educação, com índice de 0,438.
Conceição do Coité	Conceição do Coité é 0,611 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,752, seguida de Renda, com índice de 0,587, e de Educação, com índice de 0,517.
Ichu	Ichu é 0,631 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,771, seguida de Renda, com índice de 0,580, e de Educação, com índice de 0,562.
Queimadas	Queimadas é 0,592 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,764, seguida de Renda, com índice de 0,550, e de Educação, com índice de 0,493.
Retirolândia	Retirolândia é 0,636 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,773, seguida de Renda, com índice de 0,579, e de

	Educação, com índice de 0,574.
Santaluz	Santaluz é 0,598 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,764, seguida de Renda, com índice de 0,559, e de Educação, com índice de 0,500.
São Domingos	São Domingos é 0,640 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,757, seguida de Renda, com índice de 0,601, e de Educação, com índice de 0,575.
Serrinha	Serrinha é 0,634 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,778, seguida de Renda, com índice de 0,615, e de Educação, com índice de 0,532.
Teofilândia	Teofilândia é 0,566 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,737, seguida de Renda, com índice de 0,571, e de Educação, com índice de 0,431.
Valente	Valente é 0,637 , em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,729, seguida de Renda, com índice de 0,623, e de Educação, com índice de 0,568.

Fonte: Elaboração do autor (PENUD, 2020; IBGE, 2010).

Apesar das fragilidades decorrentes dos processos de desenvolvimento humano, bem como das relações de desenvolvimento econômico e territorial, o que se tem, a partir do quadro do território, é uma organização de instituições, marcante no local. “O que chama atenção nesse Território é a atuação do terceiro setor nos seus diversos municípios e o associativismo e cooperativismo são práticas comuns na região” (SILVA JÚNIOR et al., 2009, p. 11). Nesse sentido, podemos destacar que a categoria rede não é apenas elemento teórico, mas também uma prática política, organizacional que possibilita a compreensão do Território como sistema-território como destacado por nós neste trabalho.

Desse modo, segundo Coelho Neto (2018), em sua pesquisa das relações de rede no que ele chama de “Espaço Sisaleiro”, há uma organização em múltiplas escalas das ações dos agentes no espaço utilizado. Em outras palavras, as ações são recorrentes de forma a operar uma trama a partir de movimentos sociais, sindicatos e associações de diversas naturezas jurídicas.

Os modos de organização e de operação das redes de coletivos organizados (associações, sindicatos e cooperativas de agricultores rurais) informam um comportamento espacial com conteúdos particulares nas diferentes escalas geográficas. Em cada escala as redes constroem pertinências e são portadoras de significados específicos (COELHO NETO, 2018, p. 42).

O modelo de rede, nesse caso, é usado como elemento de organização política desses agentes como estratégia coletiva de enfrentamento dos desafios ao mesmo tempo em que promove alianças no contexto de isolamento dos agentes. Isolar-se para esse caso é impedimento para desenvolvimento nas características do território como o clima, o meio ambiente, o histórico de organização político-econômica e sociocultural; por isso, segundo o autor, há um conjunto de atividades que só são possíveis graças ao processo de estratégias-rede, ações de organizações no espaço usado, mas que por sua vez atingem outras escalas espaciais, agentes nacionais e até internacionais: associações, clubes, federações, alianças, parcerias, consórcios, grupos informais (COELHO NETO, 2018).

TABELA 08: Atuação das organizações em rede no Território

ENTIDADE	ESCALA LOCAL	ESCALA REGIONAL (1)	ESCALA ESTADUAL (1)	ESCALA NACIONAL
Abraço Sisal		- Conselho Territorial (CODES Sisal) .	- Conselho de Comunicação do Estado da Bahia; - Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF).	
APAEB Valente /Fundação APAEB	- Conselhos Municipais de Valente.	- Conselho Territorial (CODES Sisal) .	- Rede Parceiros da Terra (REPARTE); - Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF).	
Arco Sertão		- Conselho Territorial (CODES Sisal); - Conselho Territorial (CODES Jacuipe); - Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR).	- Fórum Estadual de Economia Solidária; Câmara Técnica Estadual de Comercialização.	- Fórum Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária; - UNICAFES.
CEAIC(2)	- Conselhos Municipais de Santaluz.	- Conselho Territorial (CODES Sisal); - Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR).	- Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF)	

COOBENCOL (3)		- Conselho Territorial (CODES Sisal) .		
COOPERAFIS (4)		- Conselho Territorial (CODES Sisal); - Rede BODEGA (sediada em Paulo Afonso - empreendimentos da Caatinga).		
FATRES(5)		- Conselho Territorial (CODES Sisal); - Conselho Gestor do Fundo Rotativo (COGEFUR) .	- Conselho Estadual do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar); - Rede Parceiros da Terra (REPARTE); Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) .	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2011-2012.

Notas: (1) Estamos distinguindo uma escala estadual em função da existência de conselhos, fóruns e redes que se organizam segundo escala de governo. Por outro lado, queremos reforçar a construção de outra escala (regional) de planejamento, baseada nos Territórios de Identidade. (2) Centro de Apoio às Iniciativas Comunitárias do Semiárido da Bahia. (3) Cooperativa de Beneficiamento e Comercialização. (4) Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão. (5) Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia.

Elaboração: Agripino Souza Coelho Neto.

Fonte: COELHO NETO, 2018, p. 50.

As relações e interconexões expostas acima são exemplos desse processo no Território do Sisal, articulações intraterritoriais permitem que se formem organizações-rede que permitem uma organização em trocas de experiência, políticas públicas, direitos e recursos fundamentais dos programas governamentais e viabilizando os projetos sociopolíticos. Verdadeiros coletivos em rede que para Coelho Neto (2018) se materializam também em participação em feiras, fóruns, numa vertente de relações produtivas bem como conselhos e consórcios numa vertente de gestão e organização política.

Há uma malha de organismos sociais tecida a partir de um movimento diverso: “Isso reforça nossa hipótese de trabalho, sustentada no argumento de que a noção de rede parece constitutiva e fundadora das ações e das estratégias acionadas por variadas modalidades organizacionais da sociedade civil” (COELHO NETO, 2018, p. 44). Neste caso no Território do Sisal, a perspectiva da gestão do território se faz como política do governo da Bahia a partir das políticas do governo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desde 2003, a instalação dos conselhos territoriais, levando em conta o planejamento das políticas públicas para os Territórios de Identidade. “Nas esferas públicas nacionais e locais os coletivos em rede e as redes de movimentos sociais também têm desempenhado um papel relevante como atores de resistência e propositores de políticas cidadãs” (COELHO NETO, 2018, p. 46). A estratégia-rede funciona em uma perspectiva a moldar elementos de articulação política e econômica, comercial e mercantil.

Dessas articulações em rede surgem conexões sociais importantes, intercâmbios em diversas escalas espaciais e esferas sociais locais, territoriais, estaduais, macrorregionais, nacionais e internacionais. Tudo isso possível no contexto institucional vigente de lutas no Território e dos rumos políticos do Governo Federal desde 2003.

Dessa primeira constatação mais geral desdobram-se outras duas mais específicas e mais relevantes para nossos propósitos de análise: (i) verifica-se maior concentração de parcerias formalizadas entre entidades situadas na escala local e regional; e (ii) as parcerias são realizadas em sua esmagadora maioria entre as entidades oriundas das organizações de agricultores/trabalhadores rurais (sindicatos de trabalhadores rurais, cooperativas de crédito e de produção, associações comunitárias rurais e as organizações-rede complexas como as centrais de associações, cooperativas e sindicatos) (COELHO NETO, 2018, p. 47).

Assim, a perspectiva de organização das redes como processo de estratégia política já é presente. As malhas de organizações se fazem nas esferas e camadas do Território do Sisal e para além dele. Desde os anos de 1970 a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) se destaca como um marco importante de relações locais e territoriais, pois a sua fundação foi graças a diversos movimentos da sociedade civil, liga camponesa, movimentos eclesiais de base, igreja católica e organizações não governamentais que se articularam em prol da produção e como resposta para os enfrentamentos políticos da época de chumbo da ditadura militar de 1968 a 1985, no Brasil.

Esse processo passa pela criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) ainda na década de 1950, mas que não se realizava por motivos históricos de corrupção e aparelhamento do Estado, coronelismos e desigualdades, marcantes na ideia de combate à seca como elemento de sobrevivência do semiárido e manutenção dos privilégios e miséria.

As respostas a esse processo são um emaranhado político de articulações de agentes não contemplados pelas políticas governamentais dos generais ditadores e seus apadrinhados. Um exemplo foi o Movimento dos Mutilados do Sisal, uma organização de trabalhadores vítimas de mutilamento por conta do uso da "máquina paraibana". As vítimas não tinham nenhuma assistência social e fizeram parte de outros movimentos para o processo de redemocratização e Constituinte no Movimento Cidadania em Ação, na década de 1980.

Essas organizações se destacam porque indicam a agência em rede articulando escalas locais, regionais, estaduais e internacionais. Na década de 1990 outros movimentos se articularam no território como a luta contra o trabalho infantil: Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), fazendo

surgir uma trama organizacional importante que se fortalece até hoje (CODES, 2010). No caso esse movimento em redes permitiu ainda a formação de outras organizações, fortalecendo as malhas organizacionais e representativas tais como a Fundação de Apoio aos Trabalhadores da Região do Sisal (FATRES), a Cooperativa de Artesanato Fibras do Sertão (COOPERAFIS), o Arco-Sertão e União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Toda essa atmosfera constitui um cabedal social, com grandes talentos emergentes e uma experiência acumulada, que define o ambiente propício para a criação do Território de Identidade do Sisal em 2003, reconhecido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2005. O Território do Sisal, hoje Território da Cidadania, representado pelo Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL), não se propõe a ocupar o espaço do poder público nem das organizações sociais, mas a constituir-se no instrumento catalisador das potencialidades técnicas e políticas para implementação do desenvolvimento sustentável no Território (CODES, 2010, p. 13).

É nessa atmosfera de rede que desejamos compreender a formação autopoietica das redes cognitivas enquanto sistema-território, levando em conta fatores dentro da perspectiva do conhecimento, bem como as abordagens de surgimento de uma malha de relações, sentido e operações de agentes.

4 AS RELAÇÕES DOS SISTEMAS SOCIAIS À COMPLEXIDADE

Aquele 10 de abril de 2019 foi marcado por um sonho que me acordou, um conjunto de *nós* que ligavam diversos rizomas que brilhavam, lembrando ora um cérebro e suas redes neurais ora confusas raízes de um umbuzeiro florido. Sabia no fundo que era uma rede que se relacionava a coisas ainda a serem criadas como um processo criativo de onde emergiram coisas ainda sem forma, mas que lá, em algum lugar, já existia em potência, virtualmente, que precisava ser criada-encontrada e descrita para ser caracterizada enquanto “tal-ser”. Então temos a **3.1 Comunicação, interações e emergência**; os **3.2 Sistemas sociais como modelagem social**; e ainda o **3.3 O modelo Luhmanniano aplicado ao Território do Sisal**.

4.1 COMUNICAÇÃO, INTERAÇÕES E EMERGÊNCIA

O conceito de sistema auto-organizacional e autopoiesis vem da tradição da biologia e é um dos fundamentos da perspectiva de compreensão dos sistemas sociais. Essa perspectiva aponta para descrição e compreensão de nosso mundo e das questões que lançamos sobre a sociedade. Assim, a apropriação de conceitos para entender novos problemas é renovar o conhecimento, usar novos conceitos é criar novos mundos compreensíveis. “Os respectivos conceitos servem à ciência como sondas, com as quais o sistema teoricamente controlado se adapta à realidade; com elas, a complexidade indeterminada é transformada em complexidade determinável” (LUHMANN, 2016, p. 14).

Para tanto, podemos destacar de que maneira velhos conceitos se ligam a outros conceitos de uma forma potente, fundamentando nossa pesquisa e indicando novos olhares para construirmos uma abordagem que possa responder a essa questão orientadora: as relações da sociedade nas unidades de produção significam compreender como um sistema social é comunicação. A sociedade é uma operação da comunicação, em outras palavras “uma maioria de sistemas de consciências colaboradoras, ao mesmo tempo” (RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 11). Ou seja, a comunicação é constituidora do sistema autopoietico (auto-organizacional).

É importante destacar que as características dos sistemas envolvem fechamento operacional, que não significa solipsismo, mas que se expande continuamente e se relaciona de uma forma a demarcar uma diferenciação. Essa diferenciação entre os diversos subsistemas é caracterizada pelos sentidos dados a eles. Distinção entre sistema e entorno. Cada subsistema, fechado operacionalmente para os outros, forma um conjunto dos sistemas mundo, demarcar seus limites entre eles não significa interromper o fluxo de interação, suas

irritações e modificações. Tal processo operacional de distinção e iritação dos sistemas e seu entorno compreende um processo contínuo e diversificado de complexidade, um processo evolutivo.

FIGURA 24: Representação do sistema e sua organização



Fonte: Elaboração do autor.

Assim, a perspectiva do sistema é, em primeiro lugar, descrita pelas relações entre partes (comunicação, conexão e interação) e do todo com a parte (emergência), destacando que é o observador que correlaciona isso, reconhece e determina as configurações do sistema e seu caráter de fechamento operativo em distinção do entorno como veremos mais à frente. O que pode ser observado, o ato da observação, constitui-se uma operação correlacional do próprio sistema (MATURANA; VARELA, 2001), pois o observador como perceptor dessa realidade constitui sistematicamente parte dessa complexidade. Para descrevermos e compreendermos melhor, destacamos alguns princípios: a) **Princípio da comunicação-interação;** e b) **Princípio da emergência;**

A - Princípio da comunicação-interação: para além de Epistemologia, desejamos pensar nas diversas conexões que se possam fazer entre sistemas sociais e estruturas de significados. Estes por sua vez parecem um processo fechado, mas que, no entanto, se abre como diversas possibilidades de combinações variáveis e cheia de imprevisibilidades. A abertura nos permite examinar nosso passado e as condições pré-estabelecidas de conhecer o mundo, ou seja, através do processo de

distinção e significação.

No entanto, nesse itinerário, nos interessa ainda saber o que se pensa, compreendendo as inúmeras e diversas condições de possibilidades e amplitude das bases de significação das formas de vidas e seus sistemas sociais. As agências têm um sentido variável e mantêm conexões com o universo material-contextual, entre grupos, entre esses grupos e o ambiente onde vivem, sua variação no espaço e no tempo, formando as condições de formação de outros sistemas.

Tais estruturas são agentes predominantes do processo de conhecimento. As condições de formação de um sistema são transitórias, pois esse processo nos remete ao contexto variável de infinitas possibilidades. Não há superioridades de conhecimento, há contextos, combinações e multiplicidades de combinações e significados, mais derivações desses significados.

Essas combinações são as malhas de interações e as tramas que se organizam no seio de uma complexidade. Existe daí a necessidade de pensar a partir das tramas de um complexo de fios de uma tapeçaria que se juntam em camadas sobrepostas. Como a vida que se reorganiza em esferas de complexidade.

Dessa maneira, tomamos emprestada a perspectiva de Luhmann (2010; 2016) sobre a ideia de sistemas sociais, pois seu modelo teórico se aproxima da nossa perspectiva que queremos apresentar acerca do processo que entendemos como Redes Cognitivas (ReCo). Aspectos auto-organizadores do sistema enquanto redes, malhas e tecidos.

A agência humana é uma comunicação, a partir do acoplamento dos sistemas biológicos destacados em pesquisas consolidadas (MATURANA, 2014); (MATURANA; VARELA, 2001), tem os equipamentos biológicos e a estrutura cultural para tal ação, transforma a realidade em linguagem e a reelabora de uma maneira a proporcionar significações profundas em sua vida como um todo. Comunicar é ter em si o aspecto da humanidade que se compreende em sociedade, elabora significações sobre sua realidade. Isso é comunicar-se.

Assim, tem-se o sentido da existência, orientando as agências para as relações sociais e interações. Na sociedade atual, esse poder humano se maximizou com os sistemas de comunicação social, os sistemas jurídicos-políticos e os sistemas culturais, por exemplo.

A comunicação é para além de uma técnica de transmissão de informação por meios (internet, Tv, rádio). Comunicação é compartilhar dos espaços simbólicos, da coabitação e

confiança, tratando-se de uma relação de afetividade em um território e que gera experiência. Ou seja, a comunicação permite uma captação dessa novidade e uma leitura dentro de um nível de conhecimento, de saber e de vivência. Moldar valores e leituras da atualidade, desenvolvendo-se como um acoplamento operacional entre indivíduos e o sistema social (LUHMANN, 2010).

Além do mais, as formas sistemáticas da comunicação e sua instantaneidade delineiam as estruturas das organizações sociais, combinando as fluências imateriais da comunicação, as interações e as agências. Tudo isso gera uma interrelação, desenvolvendo a circulação de agentes bem como de linguagens, isto é potencializado nas experiências.

No entanto, surgem as disparidades marcadas por níveis de vida variados, próximos fisicamente, mas que mantêm uma profunda distância nos campos econômicos, sociais, políticos e culturais do contexto da globalização (SANTOS, 2007), ou mesmo da influência global em nível local, dando características marginais a grupos, populações inteiras dos territórios. O desafio intelectual-político se amplia cada vez mais nesta linha abissal, frente a essa demanda não apenas linguística e comunicacional, mas cultural, sociopolítica.

Compreender a comunicação enquanto processo e fenômeno de interação e conexão em rede e sistema social é levar em conta alguns pressupostos como as características biológicas do ser humano que permitem-no comunicar. A evolução da espécie humana concedeu-lhe certos atributos que a cultura aprimorou no processo de evolução cultural humana: a postura ereta do corpo, sua forma de andar, o polegar opositor em forma de pinça.

No entanto, o sistema nervoso humano com suas capacitações conjugadas dos sentidos, audição, olfato, tato e visão proporcionaram um salto qualitativo. Mas é o cérebro o grande diferencial humano na natureza, pois lhe concedeu elemento biológico para formação cultural, rompendo com o determinismo biológico, concedendo a possibilidade de planejar livremente, representar simbolicamente em uma atividade biocultural emergente (JOHNSON, 2003). Esta base biológica para a cultura remete ao menos a 2,6 milhões de anos, sobrepondo a espécie humana sobre os outros mamíferos. A cultura possibilita a vantagem adaptativa, memória e aprendizagem, apoio ao grupo e associação, pois os seres humanos estão entre os seres mais cooperativos que existem (KOTTAK, 2013), (MATURANA, 2014).

Além do mais, a presença de operações mentais, corporais e individuais possibilita a experiência, cujos resultados são a minimização dos conflitos sociais, a interação natureza-homem-sociedade, rompimento dos limites de tempo, espaço e os aspectos de novas

tecnologias que ampliem o sentido social. Por isso, linguagem, cultura e pensamento estão interligados e esse processo acontece mediante os signos estruturantes da linguagem humana, ou seja, um processo mediado simbolicamente. A linguagem é o meio específico de atingir o objetivo do estado sociocultural da evolução humana, rumo ao entendimento mútuo, provocando mudanças tanto no ponto de vista dos sistemas de consciência como do sistema social (MATURANA, 2014), (LUHMANN, 2010; 2016).

Assim, a linguagem e a comunicação estão intimamente ligadas à agência humana e social em um processo evolutivo fundamental, permitindo a possibilidade de o ser humano criar uma existência humana (sentido) com os outros nos mundos possíveis e nos mundos imagináveis. Ela altera a percepção²⁵ do ser humano, modifica os modos de sentimentos, implantando novas formas de compreender a realidade. Sendo assim, a comunicação é uma dimensão constitutiva do humano e uma operação fundamental dos sistemas sociais. Sem comunicação não há vida humana em comum, pois ela é uma característica antropomórfica da socialização da difusão do conhecimento.

A agência humana no mundo pressupõe consenso e força do social que não é uma simples estímulo-resposta, mas expressão e interpretação, desenvolvendo uma competência comunicativa, mediada pela linguagem (manipulação simbólica, estabelecendo novos consensos na linguagem), proporciona uma interação que capacita a espécie a viver no mundo, desenvolvida pela afetividade no processo de abstração e racionalidade, emoção e sociabilidade.

Toda essa experiência humana de viver no mundo passa pela comunicação. A comunicação, entendida como processo operacional no sistema social, pode ser compreendida também como relação e tem uma função de sentido que envolve qualidade, emissão de valores, sentimentos, relações e responsabilidade entre agentes. O comunicar-se é um processo social que se estrutura em sistemas para reduzir os ruídos da interação. Os agentes se comunicam dia a dia com certos propósitos, cujo efeito é o cumprimento de determinadas funções necessárias à manutenção do sistema social, fazer frente aos seus problemas a partir

²⁵ A ideia de percepção compreendida nesta parte de nossos estudos traz à tona o conceito dos estudos dos sistemas autopoieticos em Maturana (2014) ao analisar o sistema nervoso. Ele critica a concepção de que perceber é captar elementos externos de uma realidade exterior e independente do observador, bem como o processo de conhecimento ser interação com a realidade pressuposta (sujeito-objeto). Para Maturana, que contrasta com a ideia, há uma estrutura do sistema que permite a relação com o real percebido, estrutura biocognitiva. A percepção é uma operação do observador no sistema, consiste em posturas e condutas das estruturas biocognitivas: “[...] em uma regularidade de conduta exibida pelo organismo em seu operar em correspondência estrutural com o meio, e que o observador aponta como se distinguísse um objeto, ao associá-la à circunstância ambiental que a desencadeou” (MATURANA, 2014, p. 83).

de um compartilhamento de campo comum em um conjunto de conhecimento que permite viver no mundo, em um grupo social. Por isso, os sistemas sociais se constituem, sob essa perspectiva, com base na concepção de comunicação: informação-conhecimento-compreensão.

Sob essa tríade podemos afirmar que os sentidos apresentam-se circularmente, como veremos mais adiante, na ideia de comunicação no sistema social. Desse modo, em Luhmann (2005), a comunicação faz funcionar os sistemas sociais, que no horizonte individual são fechados e autorreferentes, em operações autopoieticas (sistemas psíquicos). A função primária da comunicação é criar uma recursividade, possibilitando a inserção de novas informações nos padrões já existentes, porque os sistemas sociais não podem ser constituídos sem comunicação e compreensão dos sentidos antigos e novos que alternam nas operações sistemáticas. Nesse caso, há um processo evolutivo funcional que possibilita a interatividade no sistema social.

Em tal processo de interação, destacamos os sistemas psíquicos e de consciência, que através da linguagem, controlam o acesso ao mundo externo e à comunicação pelo acoplamento estrutural e suas condições de possibilidade neurobiológica (MATURANA, 2014). Há uma complexidade de relações entre sistemas autônomos e o ambiente (entorno), a partir de operações sistêmicas no sistema social em que há a utilização do tempo e das informações, entendendo informação em um sistema autorreferente e autodeterminante.

A informação reduz complexidade²⁶, na medida em que permite conhecer uma seleção, excluindo, com isso, possibilidade; e, no entanto, também pode aumentar a complexidade. Com ajuda de um processamento de informação pleno de sentido, a relação entre sistema e meio adquire uma forma de expressão compatível com a alta complexidade e a interdependência. A informação só é possível dentro do sistema graças à autopoiesis e ao esquema de apreensão do sistema (LUHMANN, 2010, p. 141).

Nessa perspectiva, a noção de **acoplamento estrutural**, operações sociais e sua capacidade de abstração permitem a comunicação, pois tal função envolve elementos de sentido dados pela moral, ética, dever e afetividade. Os sentimentos são comunicáveis a partir da linguagem, acontecem por diálogos em atmosferas, cenas, climas que para além das

²⁶Luhmann (2010) nos chama a atenção para a operação do observador de segunda ordem quando ele distingue as várias camadas na função de observação do sistema (reflexão, descrição). O sistema tem várias descrições de si mesmo em que pode haver diversas formas de observar, depende quanto ele pretende descrever a unidade sistêmica em suas múltiplas ações, elementos, relações e conexões. Essa operação podemos chamar de redução da complexidade. “[...] um sistema (quando verdadeiramente complexo) é constituído por uma quantidade tamanha de variáveis, que não há teoria que possa dar conta disso” (p. 189).

unidades discretas envolvem as operações dessas mesmas unidades discretas (agentes) com seus interesses, sensações, desejos, intuições e percepções.

Tudo isso, na linguagem, é comunicado pelo sistema de comunicação, por interação, que leva em conta a intenção, a informação e a expectativa comunicada e compreendida. Não podendo haver transmissão de algum lugar para outro, há uma atmosfera compartilhada, mediada, sistematicamente recorrente a todo instante, fechada operacionalmente, mas que compartilha operações de reconhecimento e diferenciação em atmosferas compartilhadas.

Na operação comunicativa, cada agente é uma unidade referencial autônoma e autorreferenciada, com espaços, preconceitos próprios com expectativas singulares e a interação se faz em relação às dinâmicas das demais operações sistêmicas. “Tudo isso leva à consideração de que a informação só é possível no sistema. Cada sistema produz sua informação já que cada um constrói suas próprias expectativas e esquemas de ordenação” (LUHMANN, 2010, p. 141).

Maturana e Varela (2001) destacam o processo de vida como um processo de conhecimento, dado que as interações entre sistema e meio fazem produzir realidade que passa a ser conhecida pelo observador. Daí a ideia de criar-cocriação, interação entre o mundo e os sistemas.

B - Princípio da emergência: A perspectiva das estruturas de conhecimento no processo de conhecer é situada nos contextos engendrados em sistemas emergentes de conexões e agências. Ao tratarmos dessas características compostas, destacamos a ligação que fazemos, possível, entre a abordagem das agências e as relações de viver em um *habitat* criado por essas mesmas agências em relações simples e auto-organizacionais. Especificamente, destacamos que as agências humanas e não-humanas, em interações proporcionais, têm peculiaridades que são sequências prolongadas no tempo e no espaço, como uma crítica ao paradigma dicotômico de reduzir o conhecimento da relação de sujeito-objeto e pretensão de universalidades e que se desdobram em perspectiva política.

- 1) A complexidade emerge nas junções de elementos biológicos, culturais e sociais, o que leva ao conhecimento e um “re-conhecimento”: “Não temos consciência disso, mas doravante podemos adquirir essa consciência” (MORIN, 2020, p. 91). Essa complexidade nos desafia a compreender as cosmovisões para além da ontologia, interagências e para desenvolvimento seres-em-relação. Daí a abordagem da vida

como sendo o centro desse processo de autopoiesis, ontogenética e na pluralidade de seres biossociais que produzem outros seres nas relações de mente-corpos em geração contínua.

- 2) O padrão comum que se relaciona como identidade de um grupo ou componentes de um grupo que apresentam relações individuais e coletivas, mas que podem ser perceptíveis como padrão comum, ou seja, podendo ser detectados em um comportamento complexo ou macrocompartimento complexo observável, em outras palavras, o padrão de comportamento de um agente não seria observável ou perceptível, mas coletivo que aparece como comportamento emergente (JOHNSON, 2003).
- 3) Esse processo de emaranhados e malhas emergentes não é apenas de significados que permitem uma representação e não é estruturalista, porque se torna para além de elementos de uma concepção experiencial que atravessa e não se esgota nas estruturas. A organização permite que elementos simples procedam em comportamentos sofisticados, mais densos, que não são apenas reunião de individualidades ou detectadas individualmente sem observar os padrões de experiências. “Embora os genes, como as pessoas, existam como unidades individuais identificáveis, eles funcionam por interação, e os padrões de interação correspondentes podem exibir complexidade quase ilimitada” (WATTS, 2009, p. 10).

O conhecimento é como uma hera (*Epipremnum aureum*) que interage em um muro habitado por vidas diversas, por seres e camadas de vidas orgânicas e não-orgânicas e uma rede que se liga em conexões diversificadas (diversas agências). Em outras palavras, a rede como sistema não se permite ser compreendida como simples-individual, mas em conexão-interação-comunicação. Elemento auto-organizado em atividade, em emergência de atividades. Ela traz em seu bojo uma perspectiva que nos aponta para direção sistemática de uma modelagem apresentada por Niklas Luhmann (2010; 2016) e sua obra seminal.

4.2 SISTEMAS SOCIAIS COMO MODELAGEM SOCIAL

A ideia de conceber os sistemas sociais não é exclusividade de Niklas Luhmann, pois

temos como pensador da sociologia Talcott Parsons²⁷ que a utiliza em sua análise sociológica estrutural e funcionalista em que apresenta o sistema social e sistema simbólico que permite superar a dupla contingência entre ação e estrutura (indivíduo e sociedade), e com a impossibilidade da comunicação, como destacam Rodrigues e Neves (2017). Essa concepção de sistema social se fundamenta em adaptação, realização de metas, integração e manutenção de padrões latentes, em que há quatro subsistemas: subsistema social, subsistema cultural, subsistemas de personalidade e organismos comportamentais.

Nesse curso, a ideia de sistema social exigiu uma reformulação dado a questões dos obstáculos para o progresso da teoria, tais como a sociedade como realidades territoriais e a ideia de sistema aberto com intercâmbio ilimitado, desprezando a complexidade das unidades discretas e singularidades das identidades das unidades sistêmicas. Com avanço das teorias gerais dos sistemas em outras áreas do conhecimento, podem-se inserir os conceitos de auto-organização e autorreferência, autocentralidade e recursividade, fechamento operacional e *autopoiesis* na reflexão de sistemas sociais (RODRIGUES E NEVES, 2017).

- A) O conceito de sociedade tem um processo histórico desenvolvido a partir, mas que não tem uma perspectiva: os homens fazem sua própria história, mas nas circunstâncias que receberam do passado²⁸;
- B) A questão da sociabilidade como realidade que abrange seres humanos e não-humanos no processo de que se faz em uma malha de vida que abrange princípios de relações que não se abarcam em um olhar disciplinar, mas em uma sociabilidade;
- C) As relações estão nas agências, mas se ampliam a partir de um processo de interrelacionamento.

Na perspectiva de Niklas Luhmann (2010; 2016), a sociedade é um sistema e pode ser significado como comunicação ou operação social que relaciona outros sistemas (psíquico, jurídico, direito, político etc.). Tudo em relação, pois envolve e se interrelaciona com uma organização ou autorreorganização. A comunicação, neste íterim, forma diferenças que se

²⁷ Por sistema social, entendo o sistema constituído pela interação direta ou indireta de seres humanos entre si (PARSONS, 1954 - Tradução Gabriel Bolaffi).

²⁸ Nos chama a atenção como Luhmann (2010) destaca sua crítica ao processo conservador e uso da teoria do funcionalismo estrutural à planificação, ao controle e instrumento de racionalização e estrutura de domínio (p. 39). Por outro lado, temendo uma possível estagnação no entendimento dos movimentos e transformações na sociedade moderna, os estudos dos sistemas sociais se estagnaram por conta das descobertas do campo dos desvios e das disfuncionalidades, contradições das estruturas, conflito de valores, limites das estruturas relativamente a mudanças sociais (p. 40).

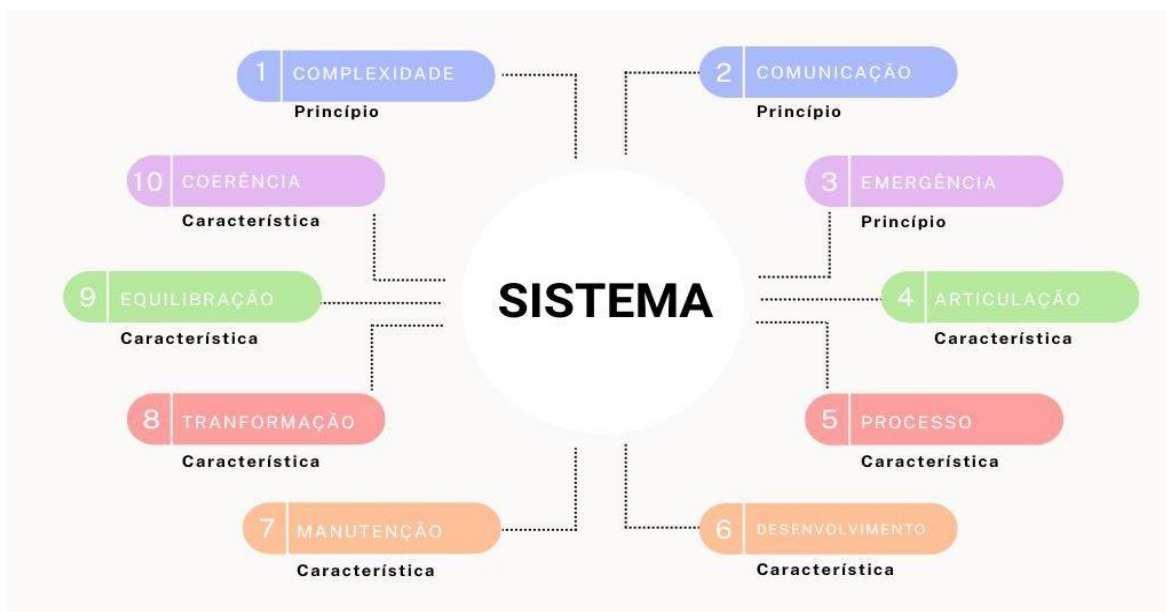
ligam. A agência do indivíduo é um sistema autorreferente (psíquico), componente do sistema social em suas operações, ou seja, unidades discretas.

Como destacam Rodrigues e Neves, “a complexidade da sociedade advém da sua necessária diferenciação em subsistemas funcionais que se auto-organizam e coabitam a mesma unidade” (2017, p. 20). Ao pensar a ideia de sistema, deve-se lembrar que é um modelo teórico-metodológico para compreensão da sociedade, levando em conta alguns conceitos:

- **articulação:** trata-se de uma perspectiva de ligação, relação e interação entre elementos que compõem o sistema – articular elementos que tomam características singulares em processos de reorganização e tornam-se diferenciais a partir de emergência;
- **processo:** são ações que acontecem e se ligam (organizam), tomando uma característica nas articulações, o processo de passar para um movimento simples para complexo – os sistemas passam por um movimento interno de auto-organização, diferenciando-se do meio onde estão e de outros sistemas;
- **desenvolvimento:** os processos de estado simples acontecem no interior dos sistemas a partir da dinâmica dos elementos articulados, tendem à organização e auto-organização, diferenciando-se do meio, tornando-se identificados e complexos – desenvolver-se e superar as irritações internas e externas sofridas pelo sistema no processo organizacional;
- **manutenção:** para desenvolver-se, o sistema cria uma série de articulações entre seus elementos nos seus processos organizacionais e auto-organizacionais – essa manutenção acontece para corrigir as irritações causadas nessas articulações e interações dos elementos do sistema, bem como o colapso dos elementos dos sistemas;
- **transformação:** o desenvolvimento e passagem dos processos intrassistêmicos de um elemento simples para o complexo, pois esse movimento de complexidade permite a transformação contínua dos elementos, dos processos e do próprio sistema;
- **equilíbrio:** trata-se de um processo contínuo de transformação para buscar o equilíbrio e desequilíbrio, esse equilíbrio-dinâmico das articulações e interações dos elementos para ações de complexidade;

- **coerência:** a coerência faz parte do processo de transformação dos processos em busca da equilíbrio, tratam-se por exemplo as relações padronizadas que concedem manutenção do desenvolvimento – a coerência corrige as irritações e colapsos do sistema como um todo.

FIGURA 25: Princípios e características do sistema

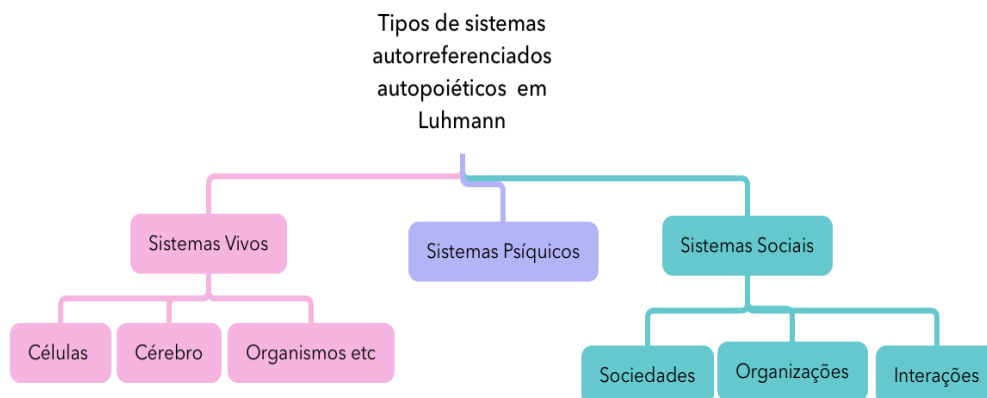


Fonte: Elaboração do autor.

Essa dimensão sistêmica refere-se ainda a uma unidade que se abrange e a uma totalidade em si mesma em uma ordem dinâmica com certa autonomia com elementos organizados que se inter-relacionam e agem em operações auto-organizacionais. Por isso mesmo o sistema é circular em si mesmo, pois se autorreorganiza e se autorreferencia.

É por isso que quando um sistema se constitui como tal, isto é, *emerge como um processo ou fluxo de interações auto-organizadas*, possibilitados por entornos, enclausurando-se, singularizando-se, diferenciando-se em sistemas autorreferente, conhecer a seu respeito como unidade, em termos qualitativo, ‘comportamental’ é mais útil que saber sobre seus elementos, partes ou momentos que o compõem (RODRIGUES E NEVES, 2017, p. 31).

Claro que essa perspectiva de organização encerrada em si não nos permite pensar em operações para além da própria unidade, todavia a noção de sistema fechado em si é uma característica operacional, fechada operacionalmente para distinguir-se como singular no entorno (ambiente) e diferencia-se de outros sistemas. Por isso não é sinônimo de isolamento ou fechamento total, mas que funciona interagindo com outros sistemas e com seu meio.

FIGURA 26: Tipos de sistemas autopoieticos

Fonte: Elaboração do autor.

O sistema mantém-se operacional e fechado para sua própria ação interna entre unidades discretas (agentes), operando em sua dimensão estrutural, dentro dos limites de seus elementos que o compõem, acoplados ao meio onde o próprio sistema funciona. Não é isolamento termodinâmico, mas manutenção e padronização operacional. “As estruturas são, pois, expectativas sobre a capacidade de conexão das operações, tanto da vivência como da ação; ou expectativas generalizadas do que deve ser comum, mas que não são subjetivas” (LUHMANN, 2010, p. 115).

Dessa forma, a ideia empregada por Luhmann (2010) de funcionamento do sistema nos aponta para o conceito de auto-organização e *feedback*, termo originado da perspectiva cibernética em que se relaciona com o processo de circularidade e *homeostase* (equilíbrio) do sistema. Essas duas relações conceituais destacam a importância de pensar como o sistema funciona em circularidade operacional, em busca do equilíbrio dinâmico e manutenção de seu estado-funcional. “[...]auto-organização significa construção de estruturas próprias do sistema” (2010, p. 112). Em outras palavras, são as produções de estruturas próprias em operações específicas. Neste caso, passamos do entendimento de intercâmbio de energia para ideia de intercâmbio de informações.

A relação entre os **componentes** passa de um estado aleatório de incertezas a perspectivas de organização e repetições padronizadas que geram troca de informações. Essa dinâmica dos componentes pode ser definida como unidade sistêmica, pois não é um simples amontoado de partes distintas que se juntam ou aglomeram, mas que se organizam e se auto-organizam em conexão, comunicacionalmente, ordenadamente e emergem como um todo.

Auto-organização e autorreferência são discutidas por Humberto Maturana e Francisco Varela de uma forma bem elaborada em seus estudos sobre os sistemas orgânicos e cognitivos como *Autopoiesis*²⁹, ele se autoproduz e se diferencia do seu entorno, sua singularidade e que depende das operações internas da unidade diferenciada que se forma. Em outras palavras, torna-se uma identidade que se autorreferencia, autoadapta-se e autoestrutura-se: “a vida é resultado de uma operação entre sistema (vivo) e seu entorno”. (RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 47). E nos sistemas sociais isso é estruturado em acoplações e operações de auto-ordem que se fazem na manutenção, conservação e autorreferência por meio do fluxo de informações e operações da comunicação.

Luhmann (2010) enfatiza essa característica da comunicação como única operação genuína do sistema social por exigir, em princípio, inúmeros sistemas psíquicos. Não se trata de transmissão de um conteúdo ou transferência, mas coordenação e organização que se multiplicam em uma rede emergente que organiza as diversas operações do sistema social.

A comunicação é uma realidade emergente, um estado de coisas *sui generis*. Obtém-se a comunicação mediante uma síntese de três diferentes seleções: a) a seleção da *informação*; b) a seleção do *ato de comunicar*; e c) a seleção realizada no *ato de entender (ou não entender) a informação e o ato de comunicar* (LUHMANN, 2010, p. 297).

A complexidade caracteriza, sem dúvida, o que podemos compreender como comunicação em suas atividades autopoieticas, “[...] sob a especificação da autopoiesis do sistema de comunicação” (LUHMANN, 2010, p. 298). A conservação e manutenção do sistema, via comunicação, se faz por meio da autorreferência.

²⁹ O verbo grego *poiéo* se refere ao trabalho, fabricação ou obra, composição e construção, prática criativa e ligado à técnica. *Autopoiesis* constitui-se um neologismo conceitual dos pesquisadores chilenos que pode ser identificado autocriação e auto-organização.

FIGURA 27: Representação para entendimento dos sistemas autopoiéticos

Fonte: Elaboração do autor.

A autorreferência e seu fluxo de operações destacam o sistema em seu entorno (ambiente), causando uma diferenciação em uma relação entre seus componentes, criando uma distinção a todo instante: “É por isso que cada sistema, de forma independentes dos demais, vai acoplar-se e orientar-se em relação a um entorno específico, possível, selecionado, que lhe diga respeito” (RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 47). A distinção e a diferença são condições fundamentais para observar qualquer sistema e caracterizá-lo.

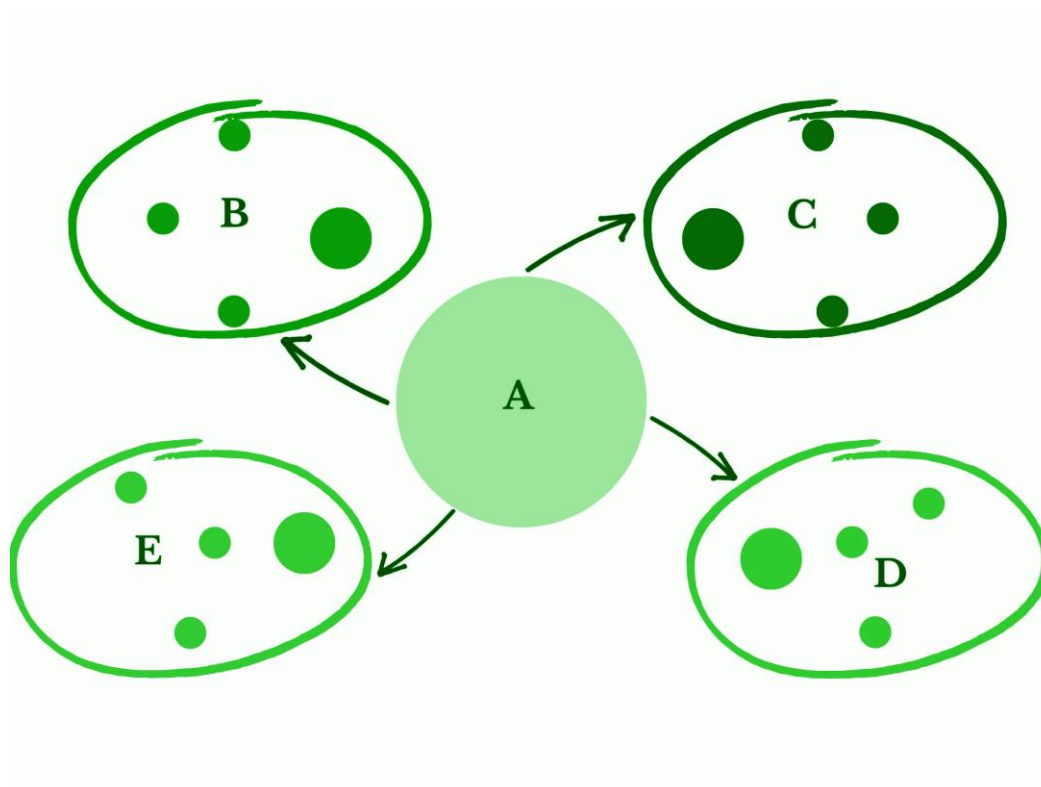
Assim, as distinções e diferenças não se referem a seres diferentes, por isso não é uma diferença ontológica como “sujeito-objeto” (paradigma cartesiano)³⁰, mas é metodológica pois é na operação de observação que se distingue e se diferencia. Quem faz é o observador que no processo aplica a distinção. “O mundo está cindido, delimitado, dividido entre sistema e meio. O ponto de partida dessa teoria consiste em que o mundo, como infinitude inobservável, é cortado por uma linha divisória: de um lado está o sistema, e de outro o meio” (LUHMANN, 2010, p. 163). Tal perspectiva não é compatível com a ideia de sujeito-objeto e as teorias do sujeito, dada sua ontologia transcendental (Idem, p. 165). Portanto, a perspectiva

³⁰ Os novos preceitos da Teoria dos Sistemas deixam de lado a distinção *sujeito/objeto*, substituindo-a pela diferenciação entre operação e observação: operação de um sistema *de fato* realiza, e observação que pode ser efetuada pelo próprio sistema, ou por outro (LUHMANN, 2010, p. 115).

dos sistemas sociais tenta sanar essa lacuna e compreender o mundo empírico a partir da operação de distinção feita pelo observador de segunda ordem, elemento constitutivo do próprio sistema que se observa por meio de suas unidades discretas.

Portanto, aqui também se chega a uma ‘superação’ da antiga diferença fundamental em direção a uma teoria mais complexa que agora possibilita falar sobre a introdução de autodescrição, auto-observações e auto-simplificações nos sistemas. Pode-se agora distinguir a diferença sistema/ambiente aplicada pela perspectiva de um observador (p. ex.: do cientista) da diferença sistema/ambiente tal como ela é empregada no próprio sistema, devendo-se considerar aqui que o observador, por sua vez, somente pode ser pensado como sistema autorreferencial (LUHMANN, 2016, p. 25-26).

FIGURA 28: Representação da operação para distinção dos sistemas autopoieticos



Fonte: Elaboração do autor.

O sistema como unidade de diferença decorre, por seu turno, de processos emergentes que funcionam de uma estrutura autopoietica, organizada por unidades discretas que organizam a autorreferência do sistema em distinção do entorno. “A característica mais peculiar de um sistema autopoietico é que ele se levanta por seus próprios cordões e se constitui como diferente do meio por sua própria dinâmica, de tal maneira que ambas as coisas são inseparáveis” (MATURANA; VARELA, 2001, p. 55). A distinção, novamente, não é ontológica, mas metodológica. Não se transcende no mundo ou se distancia, ao

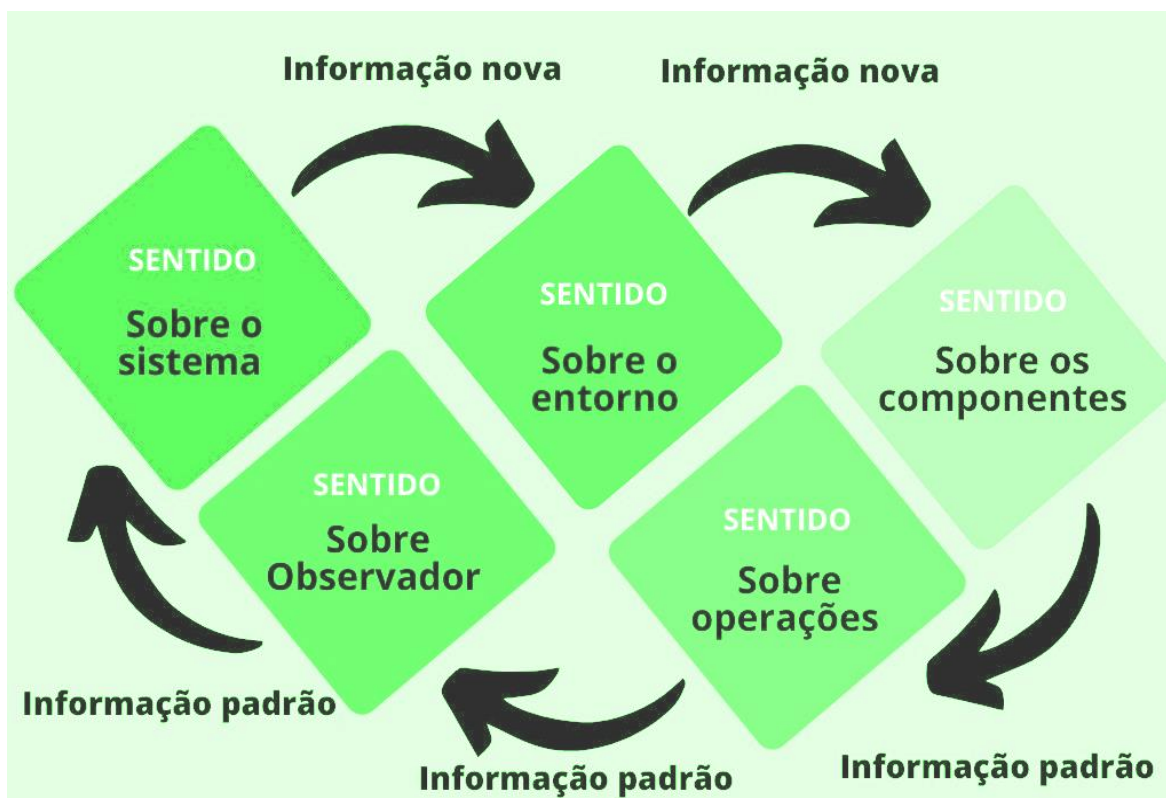
contrário, se mergulha, se envolve, se distingue em meio às operações feitas comunicacionalmente.

É o **observador** que distingue a partir de uma operação dentro do sistema observável e seu entorno plural. Chamamos de **observação de primeira ordem** quando há uma diminuição da complexidade para dar sentido às operações internas de fluxos de entrada e saídas de informações. Como o sistema é fechado quanto às suas operações, o observador faz suas inferências em uma operação de sentido, dá-se o sentido e semanticamente significado, ou seja, dentro de uma experiência comunicacional, construída no próprio sistema, ou melhor, possibilitada nos limites semânticos. O sentido é uma ação operacional da comunicação que possibilita diminuir a complexidade e apresenta-se como experiência dos agentes (unidades discretas do sistema ou sistema observador).

O observador caracteriza e explica para dar sentido ao mundo que ele reflete. “Uma explicação é sempre uma proposição que reformula ou recria as observações de um fenômeno, num sistema de conceitos aceitáveis para um grupo de pessoas que compartilham um critério de validação” (MATURANA; VARELA, 2001, p. 34). Conhecer é uma ação efetiva do observador e explicar o conhecer é tornar familiar, aproximar, mediante a comunicação, os processos de conhecer. “Tudo é dito por um observador” (MATURANA, 2014, p. 61). Essa ação é realizada na comunicação.

Temos então a comunicação como uma circularidade onde os padrões se repetem e ao mesmo tempo em que se inserem novos padrões de informação, atualizam as estruturas, modificam os processos, criando condições de possibilidades e equilíbrio dinâmico de funcionamento operacional do sistema. “Consequentemente, como operação, a comunicação não produz somente uma diferença - o que, certamente, faz; mas, para observar que isso acontece, ela também emprega uma distinção específica: o que existe entre *ato de comunicar* e a *informação*” (LUHMANN, 2010, p. 305). Assim, o ato de comunicar a informação e o ato de entender orientam os sentidos que não são dados *a priori*, mas *a posteriori*, pela própria operação de comunicação.

FIGURA 29: Representação da operação de sentido do observador de primeira ordem



Fonte: Elaboração do autor.

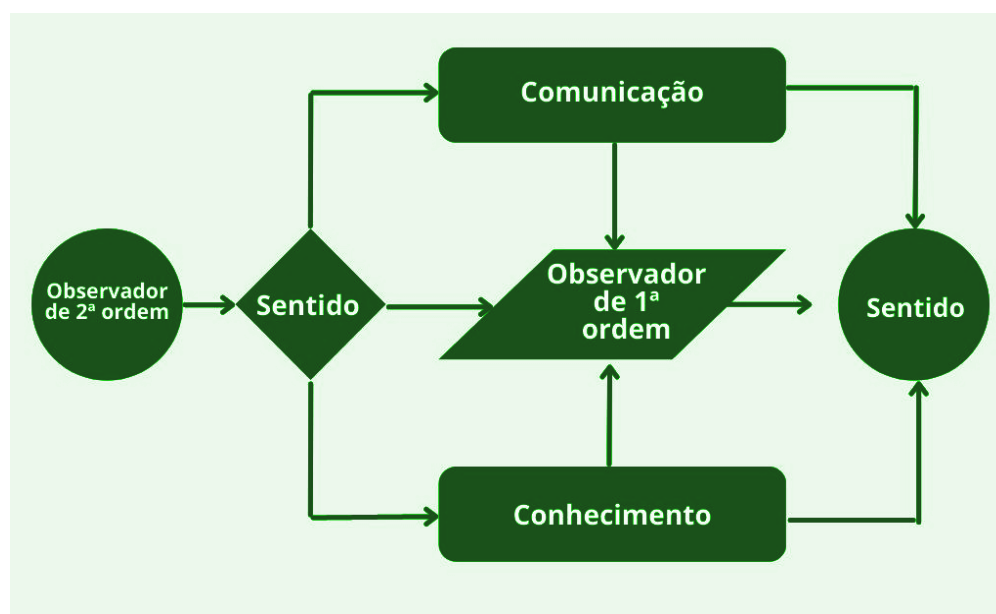
Ao observar as operações dos observadores de primeira ordem, cria-se uma outra operação de distinção, dado que os sentidos se atualizam, então passamos à **observação de segunda ordem**. O que os outros observam? Daí as condições de possibilidade de observar os sistemas sociais, a partir das operações realizadas pelos seus componentes, as operações de *autopoiesis* e acoplamentos, bem como sentidos fluxos comunicacionais dos sistemas sociais e suas distinções e entorno.

A perspectiva do observador de primeira ordem passa então pela sua experiência vivida neste sistema que nós (observadores de segunda ordem) temos sobre ela e seu funcionamento, nesta experiência que se permite o domínio dos estados internos e o domínio das interações e como elas se correspondem. “Em outras palavras descobrimos que nossa experiência é a de nos encontrarmos observando, falando ou agindo, e que qualquer explicação ou descrição do que fazemos é secundária à nossa experiência de nos encontrarmos fazendo o que fazemos” (MATURANA, 2014, p. 292). Qualquer dessas práticas é secundária à prática do viver do observador. Nenhuma observação, explicação ou descrição substitui o viver (experiência). Viver é conhecer e conhecer é viver, como destaca

esse autor.

O caminho das experiências das unidades discretas e singularidades é relacional porque está para além das particularidades e operações e depende do caminho explicativo que conduz ao domínio emocional, diríamos de afetividade em relação ao que percebemos como realidade em operação de primeira ordem com sua coerência de experiências.

FIGURA 30: Circuito da operação do observador de segunda ordem



Fonte: Elaboração do autor.

A perspectiva de construção de um modelo de sistema passa pelo observador de segunda ordem, pois tudo que se percebe é perceptível dentro de um conjunto de sentido que é observado e representado sobre o sistema. Sem cair em um tautologismo filosófico em escrever sobre experiência, procuramos inserir a ideia de experiência discutida (no Capítulo I) nesta tese para compreendermos o que pensamos ser a ideia de sentidos dos agentes, nos sistemas. Para tanto, ressaltamos essas reflexões e iniciamos novos diálogos para distinguir o ato de observar na operação do sistema.

Maturana (2014), ao falar do papel do observador, diz que “tudo que é dito é dito por um observador” (p. 153), e nós compreendemos como observador de segunda ordem, destacamos que o fenômeno do sistemas poderá ser explicado como experiência realizada no domínio comunicacional, resultado das operações realizadas e decorrentes dessas mesmas experiências, tendo as condições requeridas para explicar o sistema: “[...] a habilidade do

observador de operar através da consensualidade de segunda ordem, como se estivesse fora da situação na qual ele está, e portanto, ser observador de sua circunstância como observador” (MATURANA, 2014, p. 195).

- a) deve-se **especificar** o sistema que é o fenômeno e suas unidades compostas;
- b) devem-se **identificar** as distinções dos seus componentes, suas relações, sua composição de sentido que permite a conceituação desse sistema.

O sistema social funciona, na nossa perspectiva própria e apropriada, como composição de complexidade envolvendo não apenas uma rede semântica elaborada comunicacionalmente, mas também meio, território, formas, horizontes, operações dos sistemas sociais caracterizados entre generalizações, classificações e especificidades. “Um sistema social é um sistema que engendra todos os fenômenos que nós chamamos fenômenos sociais na vida cotidiana” (MATURANA, 2014, p. 227). Trata-se de redes de ações coordenadas que se auto-organizam, que compreendem todos os fenômenos sociais.

Para Luhmann (2010), nos sistemas sociais há uma complexidade progressiva no que tange à observação de segunda ordem, que faz a distinção das suas operações nos sistemas e esquemas de distinção, inclusive das próprias operações do observador. “A observação de segunda ordem não constitui o emprego de uma lógica formal abstrata, mas a tentativa de observar aquilo que o observador não pode ver, devido à localização” (p. 168). Ele distingue e compreende as operações do observador de primeira ordem e demais observadores: “o observador de segunda ordem distingue a observação (observada) de outras observações” (p. 169). A operação do observador é um ato que tem uma partida dentro dos fenômenos sociais, um ponto de observação em que se observa a diferença e a descreve.

Essa operação é possível graças à comunicação que possibilita a interação. O comunicar permite o observar: precauções, hierarquias de valores, sentido e dependências sociais. Luhmann (2010) destaca que as características comunicacionais dos sistemas sociais são postas pelo seu fechamento operacional e que devem ser capazes de distinguir o meio dos sistemas e suas relações, apresentando-as, permitindo a reprodução em rede. Neste caso, voltamos à perspectiva de compreensão da operação do observador de segunda ordem:

[...] a observação e o observador devem ser considerados previamente como sistemas, uma vez que a observação não é um ato único e isolado, mas sempre se dá em um conjunto de conhecimentos, em uma espécie de memória, em uma limitação de perspectivas, com restrições de ligação em relação a outras operações de observação (LUHMANN, 2010, p. 78).

A observação é constituída em um sistema auto-observação, recursividade e circularidade. Os próprios sistemas se observam em suas operações e a comunicação define os sistemas sociais e os distingue do meio (ambiente) e do centro dos processos de interação, organização e sociedades. São redes de operações que geram autorregulação: “A comunicação é uma operação genuinamente social (e a única, enquanto tal), porque pressupõe o concurso de um grande número de sistemas de consciência, mas que, exatamente por isso, como unidade, não pode ser atribuída a nenhuma consciência isolada” (LUHMANN, 2010, p. 91). No entanto, essas consciências nunca perdem sua identidade e diferenças, fundindo-se em uma mente coletiva, por exemplo, mas são sociais, pois permitem que a comunicação funcione como operação de distinção meio-sistema, mediante a própria comunicação. A rede só existe perpassada pela comunicação.

4.3 O MODELO LUHMANNIANO APLICADO AO TERRITÓRIO DO SISAL

A modelagem dos sistemas sociais como Redes Cognitivas (ReCo) é uma proposta nossa nesta tese, dado que nossa tentativa é formular uma Análise Cognitiva (AnCo) como sucedâneo para compressão das malhas de relações estabelecidas no Território do Sisal. Os pressupostos teóricos-metodológicos estabelecidos, a partir de nossa experiência de campo, nos permitem compreender que a comunicação produz eficácia simbólica, generalizações e regulações da vida social sob a forma de uma organização sistêmica (RODRIGUES; NEVES, 2017), estabelecidas, neste turno, dentro de uma representação de uma tessitura orgânica, metaforizada como redes ou malhas que emergem a partir das relações de experiências possíveis e também de afetividade em um território.

Nesse pressuposto compreendemos que “[...] as partes que compõem o todo não se somam de forma simples. Ao invés disso, elas interagem umas com as outras e, ao interagir, até componentes bastante simples podem gerar comportamentos estarrecedores” (WATTS, 2009, p. 09). Interagir então é constructo necessário das operações de redes e das suas mudanças, pressupondo as entradas e saídas de informações e a dinâmica das estruturas. A questão da rede sob um pressuposto de autorreferência e encerramento operativo *black boxes* é resolvida a partir da ideia de operação da comunicação e sua gestão nos sistemas autopoieticos apresentados por Luhmann (2010; 2016). O encerramento operacional não é isolamento físico (energético) ou informacional (comunicacional). “A ação é constituída nos sistemas sociais mediante comunicação e atribuição, como uma redução de complexidade,

como autossimplificação e atribuição” (LUHMANN, 2016, p. 161). A comunicação existe como informação, participação e compreensão, permite e reorganiza a todo instante as atualizações de si em um processo contínuo autopoiético. Por isso, inserimos, nesta tese, a perspectiva da experiência como esse elemento operacional comunicativo importante na autodescrição do sistema.

FIGURA 31: Representação da operação do sistema autopoiético



Fonte: Elaboração do autor.

A experiência só é possível se estiver atrelada à estrutura de cada sistema e dos seus componentes, bem como aos demais sistemas que operam e constroem esse elemento. Há aí uma circularidade ao percebermos no sistema-território, seus componentes e para os demais sistemas no meio e entorno.

Esses componentes de circulação permitem uma regularidade e inseparabilidade de continuação e relação entre mundos estabelecidos no sistema, componentes singulares e unidades discretas: “A experiência de qualquer coisa lá fora é validada de uma maneira particular pela estrutura humana[...]”. (MATURANA; VARELA, 2001, p. 31). Essa

singularidade é operacional, uma ação no sistema-território, pois conhecer o território é agir nele, e desse modo também estabelecer uma integração e interação.

Só poderá haver complexidade se houver um processo de recursividade à experiência (ver Capítulo I) que modifique a direção do sistema. Por isso, o conjunto de experiência aponta para uma circularidade ascendente dependente das relações e interações, mas que se encerra em si mesmo, garantindo singularidades, estruturas e modificação estrutural, ou seja, mais complexidade.

A emergência do sistema social autopoietico do território é uma perspectiva que leva em conta essa efetividade das interações onde há uma distinção das unidades discretas, mas sem isolamento como operação sistemática que existe entre singularidade e coletividade. Essa operação no território é um processo familiar de reconhecimento, logo é uma Rede Cognitiva (ReCo).

Em Luhmann (2010), o entendimento da *autopoiesis* passa pela ideia de encerramento das operações, autônomos em seus respectivos elementos relevantes. Um sistema psíquico não pode direcionar outro sistema psíquico diretamente. Daí a ideia de encerramento em si mesmo: “Um sistema autopoietico produz as operações necessárias para produzir mais operações, servindo-se da rede de suas próprias operações” (p. 120). Dessa maneira podemos pensar as características das Redes Cognitivas (ReCo) como operação do sistema-território no que diz respeito ao processo de conhecimento.

No entanto, esse sistema não dá conta de controle total de todas as operações do sistema-território. “Portanto, no conceito de *autopoiesis*, não se trata de uma *creatio*, de uma invenção de todos os elementos, mas somente da produção de um contexto cujas condições elementares já estão colocadas” (LUHMANN, 2010, p. 122). Em outras palavras, o sistema se torna autopoietico à medida que se torna complexo, paulatinamente, a partir de estrutura estabelecida pelo meio, passando em seguida para desenvolvimento de suas redes de operação.

Essas operações são entendidas como complexidade porque envolvem relações dos possíveis acontecimentos e dos possíveis processos entre relações de elementos do sistema: “Por complexo se designa, então, *aquela soma de elementos que em razão de uma limitação imanente de capacidade de conexão do sistema, já não possibilita que cada elemento permaneça sempre vinculado*” (LUHMANN, 2010, p. 184 [grifo do autor]). Por isso, o aumento quantitativo de elementos se junta aos aumentos das relações estabelecidas desses

mesmos elementos de uma forma qualitativa dessas relações proporcionais, uma espécie de intensificação das relações, conexões e vínculos.

No território-sistema, esses comportamentos comunicacionais são observados como relações entre componentes, unidades discretas, estruturas (determinações estruturais) e organizações no sistema, que modificam-se sempre em modos de operar (descrições de comportamento) e por fim acoplamento de organizações (sistemas-entorno-sistemas).

FIGURA 32: Configuração das operações no sistema-território



Fonte: Elaboração do autor.

As Redes Cognitivas (ReCo) do ponto de vista do observador de primeira ordem (unidade discreta) são uma operação que gera aprendizagem em operações de acoplamentos diversos, entre componentes e estruturas, que modificam e irritam o sistema. As modificações e transformações são assim percebidas pelos observadores de segunda ordem como elemento fluido entre informações que se renovam e se atualizam junto às estruturas, bem como junto ao próprio sistema que se debruça sobre si em reorganizações.

Entende-se encerramento operativo especificamente como causalidade vinculante dos sistemas. Evidentemente, as operações podem ser contabilizadas causalmente, embora na ordem de realidade das operações as causalidades não sejam suficientes para produzir as conexões efetuadas pelas mudanças de estado de um sistema (LUHMANN, 2010, p. 127).

Essa senha de Maturana (2014) para nossos pressupostos teóricos das redes cognitivas nos permite fazer a analogia dos sistemas sociais autopoieticos como elementos do domínio da cognição, portanto da difusão do conhecimento tal como estrutura, história, recursividade, interação, conversações e reflexões das unidades discretas de redes sociais estabelecidas (MATURANA, 2014, p. 370):

- 1) configuração de redes, malhas e organizações coordenadas de ações e emoções (afetividade) que definem a distinção;
- 2) coordenações de ações, mudanças e conservação para evitar a desintegração;
- 3) sentido para operações de valores, desejos, ideais e aspirações.

FIGURA 33: Configuração das operações: transposição teórico-metodológica³¹



Fonte: Elaboração do autor.

Tendo a perspectiva conceber o território como um sistema social emergente autopoietico, a partir de Maturana e Varela (2001) e a percepção luhmanniana, essa Rede

³¹ De fato, a semântica da Teoria dos Sistemas não proporciona por si mesma nenhuma informação, mas sim uma técnica teórica ou uma estratégia que oferece a oportunidade de colocar à prova conceitos como os de encerramento operativo, auto-organização, *autopoeiesis*, paradoxos (LUHMANN, 2010, p. 203).

Cognitiva (ReCo) opera no sistema social como comportamento efetivo (conduta – estabilidade transgeracional de configurações comportamentais) já interrogado pelo observador de segunda ordem. Conhecimento - observador - redes cognitivas são relações materiais de estruturas que são observáveis e perceptíveis nas mudanças, no ambiente e nos comportamentos comunicacionais.

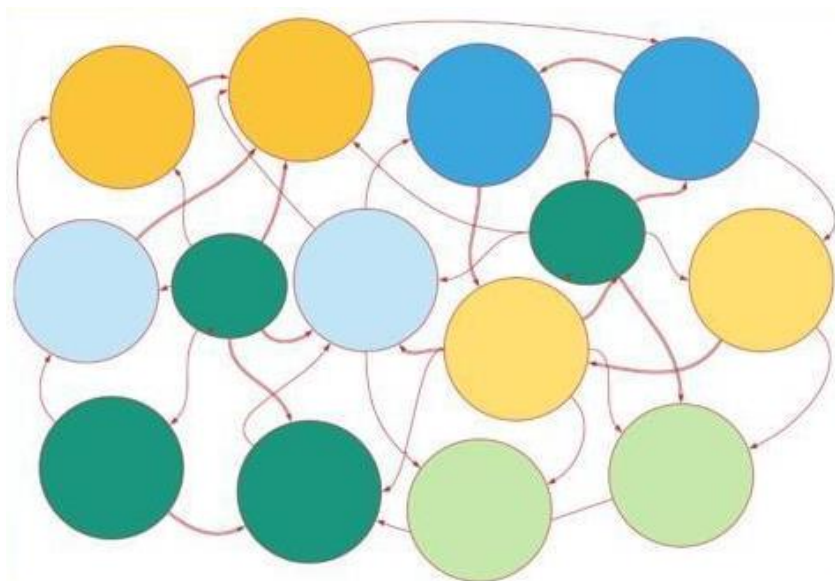
Assim, nos sistemas sociais há comportamentos inatos ou adquiridos, acoplamentos sociais que geram comunicação e sentido, como já especificado anteriormente nos estudos de Maturana e Varela (2001). Os sentidos das redes cognitivas operam internamente no sistema em uma dimensão comunicacional, como explica Luhmann (2010): “a comunicação se erige como a esperança de encontrar, no social, um equivalente à operação bioquímica ocorrida com as proteínas” (p. 90). A comunicação como centro operativo do sistema social abrange interações, organizações e sociedades. “Portanto, o social pode ser explicado sob a forma de uma rede de operações que gera uma fenomenologia de *autopoiesis*” (p. 91). Ela tem continuidade e vai para além de uma ação individual, pressupõe sistemas de consciência. Em resumo, o sistema social se constitui constantemente distinguindo-se a partir de uma única operação, a comunicação.

Comunicação, conseqüentemente, um procedimento (totalmente independente, autônomo, auto referencialmente fechado) do processamento de seleções que nunca perdem seu caráter de seleções; um procedimento da constante alteração formal de materiais dotados de sentido, da transformação da liberdade em liberdade sob condicionamentos cambiantes, devendo-se observar o pressuposto de que, sendo o ambiente suficientemente complexo e não ordenado puramente ao acaso, aos poucos resultam experiências de comprovação que são então reintegradas ao processo. Assim, em evolução epigenética, surge um mundo de sentidos, que por seu lado possibilita comunicações mais improváveis (LUHMANN, 2016, p. 173).

A comunicação, ao pensarmos sobre as Redes Cognitivas (ReCo) no sistema-território, abrange permanentemente uma experiência comunicativa das unidades discretas em torno das operações dos sistemas sociais. “A experiência da irredutibilidade do social aos processos de consciência dos indivíduos se insere na constituição do social: é a experiência da autorreferência do social” (LUHMANN, 2010, p. 163). Assim a comunicação permite essa experiência em forma de operações das unidades discretas, possibilitando a descrição e compreensão no sistema-território. “Comunicação é seletividade coordenada” (LUHMANN, 2016, p. 177). Quando emerge a comunicação como condição de possibilidade do sistema, há uma especial relação do sistema com seu entorno (ambiente). “O sistema só acessa o ambiente como informação, só o experimenta como seleção, só o apreende mediante alteração (no próprio sistema ou no ambiente)” (LUHMANN, 2016, p. 199).

A comunicação das unidades discretas na autoconstituição possibilita autorreflexão e autogestão que por sua vez é autorreferencial. Assim, quem opera age comunicativamente em uma organização seletiva e em conexão de unidades autorreferenciais. Chamamos isso de experiências que então são caracterizadas como operações das Redes Cognitivas (ReCo).

FIGURA 34: Representação das operações das Redes Cognitivas (ReCo)



Fonte: Elaboração do autor.

Através da compressão das ações dessas Redes Cognitivas (ReCo) compreendemos a perspectiva de que os sistemas autopoieticos se distinguem entre si com seu entorno e se comportam como relações que chamamos de malhas. Consideramos essas distinções no sistema-território como perspectiva de observador de segunda ordem pela qual nos identificamos teórico-metodologicamente.

Segundo Luhmann (2010), a partir de sua leitura da cibernética, o observador não é um espectador, ele opera no sistema, pois é agente de transformação. “O observador (seja pessoa, ou um instrumento) não é somente passivo: produz efeitos na realidade, com o instrumental teórico e técnico com o qual sonda o meio da natureza” (p. 175). Logo, “[...] o observador entra dentro daquilo que observa (re-entry)” (p. 177).

Por isso, observamos uma convergência de nossa pesquisa entre campos teóricos que fazemos dialogar como a teoria das agências humanas-não humanas, bem como das experiências pragmáticas, uma perspectiva que opera no entendimento da sociedade,

formando uma teia que compreende as operações dos sistemas sociais: “A configuração teórica assemelha-se, portanto, antes a um labirinto do que a uma via rápida em direção a um final feliz” (LUHMANN, 2016, p. 15).

Então fica o desafio de caracterizar as relações das agências no processo de conhecer os elementos que compõem o todo, mas sabendo que o todo não se resume no processo de conhecer as partes individualmente. Destacamos, então, as características de redes como processo e desenvolvimento relacional e complexidades organizadas mediadas pela comunicação que emerge como Redes Cognitivas (ReCo), como veremos no Capítulo 5.

5 ENSAIO METODOLÓGICO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE COGNITIVA (ANCO)

O licuri é uma planta típica no nordeste do Brasil, no bioma da Caatinga, possui elevado teor de óleo na amêndoa. Além disso, tem grande valor nutricional e é utilizado para elaboração de diversos alimentos como licores (cremoso e não cremoso), farinhas, bolos, empadinhas e outros derivados. Pega-se o licuri, bate e quebra a casca dura do coquinho, dele se bate e amassa amêndoa que nem é doce, nem azedo, nem é amargo, muito menos salgado. Daí joga na panela, se fazem muitas outras coisas. Tudo é vendido na loja ou distribuído. Consumido na lanchonete ou levado para casa. É como o Sisal que planta, colhe, seca, bate, depois seca até ficar aquele fio amarelo-dourado, dele se fazem tapetes, tranças, cestos e descansadores de panela e de copos, utensílios, ao molde das artesãs. Podem ser encomendados e desenhados pelos clientes. **4.1 Diretrizes da pesquisa; 4.2 Procedimentos metodológicos; 4.3 Análise Cognitiva (AnCo).**

5.1 DIRETRIZES DA PESQUISA

Problema: De que maneira as experiências, os conhecimentos, os saberes e a afetividade dos agentes emergem como Redes Cognitivas (ReCo) nas Cooperativas de produção “Fibras do Sertão”, “Sabores da Terra” e “Delícias da Mandioca” (comunidade do Papagaio), em Valente-BA, no Território do Sisal, no semiárido do estado da Bahia.

Objetivo Geral: **Analisar como se caracterizam as Redes Cognitivas (ReCo) que emergem das experiências, dos conhecimentos, dos saberes e das afetividades dos agentes que atuam nas unidades de produção das comunidades rurais das Cooperativas de produção “Sabores da Terra”, “Delícias da Mandioca” (comunidade do Papagaio) e “Fibras do Sertão”, em Valente-BA.**

Objetivos Específicos:

1. Investigar as relações e conexões das agências nas unidades de produção das Cooperativas de produção “Sabores da Terra - Delícias da Mandioca” (comunidade do Papagaio) e “Fibras do Sertão”, em Valente-BA;
2. Descrever as Redes Cognitivas (ReCo) que emergem das unidades de produção das Cooperativas de produção “Sabores da Terra - Delícias da Mandioca” (comunidade do Papagaio) e “Fibras do Sertão”, em Valente-BA;
3. Identificar a partir da Análise Cognitiva (AnCo) os elementos das experiências (afetividade e saberes) das Cooperativas de produção “Sabores da Terra - Delícias da Mandioca” (comunidade do Papagaio) e “Fibras do Sertão”, em Valente-BA, no

Território do Sisal;

4. Interpretar com a (AnCo) as atividades do Sistema Social formadas nas complexidades de redes ReCo.

Quanto à forma, a pesquisa se coloca como qualitativa (YIN, 2016). Tem natureza compreensiva-interpretativa, dado que a abordagem permite compreender as ações a partir de um mosaico teórico-metodológico que nos indica potencial multiplicidade de interpretações, dentro da singularidade dos fenômenos, tendo o pesquisador como principal instrumento de pesquisa para coleta dos dados em que nós mesmos, como observador, também somos afetados na operação de observação.

Assim, na pesquisa qualitativa, a partir de inspirações na metodologia etnográfica (AGIER, 2015; ANGROSINO, 2011; CHARMAZ, 2009; KOTTAK, 2013), passamos descrever a singularidade dos eventos, em contextos das operações sistemáticas, históricos-socioculturais, experiências vividas, observando e tendo como parâmetros as ações dos participantes e nossas observações de segunda ordem.

Segundo Yin (2016), a pesquisa qualitativa, então, deseja seguir o caminho de autenticação qualitativa que leva em conta a transparência, a modicidade e a fidelidade às evidências. Toda pesquisa qualitativa acontece para o fim de ser verossímil, onde se destaca o valor da transparência, capaz de resistir aos exames de outras pessoas. Além do mais, destaca-se a busca de completude do estudo, a partir de uma metodologia evitando descuidos, extravagâncias e obscurantismo. Para tanto, é preciso sensibilidade e acuidade nos procedimentos. A pesquisa então se torna autorreflexiva a partir de experiências, ideias, apreensões e registros sensíveis. Assim, forma-se um conjunto de evidências explícitas descritas e que se processam ao longo das relações construídas no campo e nas reflexões-interpretativas que são feitas na abordagem da pesquisa.

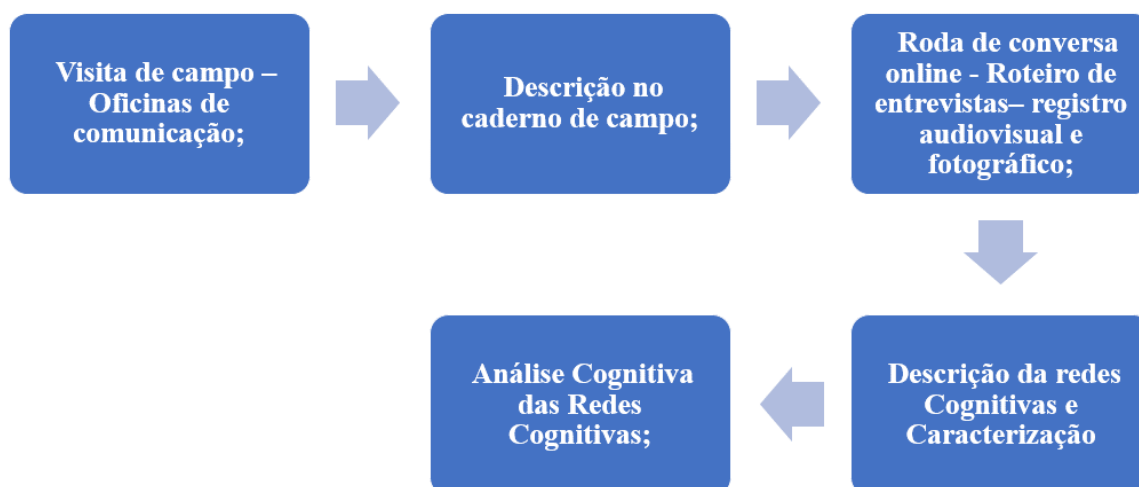
5.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos, neste estudo, desejam, por sua vez, descrever as experiências por meio de delineamento da pesquisa que tem como grande área o Território do Sisal. Partimos do entendimento de Callegaro (2017) que descreve o território, onde a perspectiva do investigador faz as definições de uma compreensão que perpassam as novas configurações geográficas do Brasil e da Bahia.

Devemos levar em conta então esse território como sistema-território:

- A) as escolhas epistêmicas-teóricas-metodológicas: fazemos uma localização epistêmica, demonstrando nossos posicionamentos e que condizem com nossa trajetória ao longo da pesquisa, formados a partir de estudos prévios no Território do Sisal;
- B) as percepções do território: entendendo o Território como sistema-território, bem como espaço de múltiplas agências, sendo ele mesmo agência em nossa perspectiva-concepção;
- C) posicionamentos e escolhas políticas: levando em conta nosso posicionamento teórico-metodológico, ético e político, bem como as abordagens de outros agentes, suas posições políticas, estudos prévios utilizados neste trabalho;
- D) a escolha do tema, entrevistas, material coletado, oficinas: além das entrevistas, observações e campos e notas de caderno de campo, os dados são colhidos mediante a participação de ações dos grupos, modo conversacional: história do grupo, tema do estudo, experiências dos grupos, ação extensionista;
- E) tratamento dos dados: reflexões acerca das relações entre o que foi dito, observado e percebido, bem como abordagem teórico-metodológica entre conceitos, ações e observações.

FIGURA 35: Circuito dos processos metodológicos



Fonte: Elaboração do autor.

Fez-se uso das técnicas de descrição em diário de campo, relato de experiências,

roteiros livres e audiovisual (narrativas, expressões culturais, cotidiano de produção, formas de vida e experiências de campo). Fez-se uso também de gravações de audiovisual, com as devidas autorizações das participantes das pesquisa. Tendo destaque os momentos de desenvolvimento de atividades coletivas e que visem compartilhamento de conhecimentos e saberes, a partir das Redes Cognitivas (ReCo) que emergem das relações das agências e suas relações.

FIGURA 36: Direcionamento dos roteiros de pesquisa



Fonte: Elaboração do autor.

A saber, temos a cooperativa “Fibras do Sertão”, fundada em 1994, que tem sua sede em Valente, composta de 80 cooperadas, com 08 unidades de produção no território, compondo-se de mulheres artesãs entre 18 e 80 anos, constituídas produtoras rurais da agricultura familiar, mas também de moradoras urbanas. E as Cooperativas Sabores da Terra e Delícias da Mandioca (comunidade do Papagaio), em Valente-BA, nasceram há mais de 10 anos e são constituídas em torno de 20 mulheres, entre 16-20 anos de idade, agricultoras familiares.

As duas cooperativas, apesar de estarem espalhadas por diversas unidades de produção, estão localizadas no mesmo município e foram formadas a partir do movimento de

trabalhadoras rurais e da agricultura familiar no Território do Sisal que utilizam insumos da terra como frutas e fibras, realizando atividades que exigem conhecimento e saberes específicos que foram passados de mães para filhas e que hoje se reorganizam a partir desse processo de cooperação-cooperativa e de desenvolvimento de Redes Cognitivas (ReCo) e que se materializa em produções em uma relação de afetividade no sistema-território e nos locais que vivem como agricultoras familiares.

O **Sabores da Terra** surgiu em 2003 da necessidade do beneficiamento de frutas da comunidade e de uma geração de renda para as mulheres que viviam da bolsa família ou que não tinham nenhum meio de subsistência, chegando até a passar fome.

A APAEB realizou várias atividades em 2003 para aproveitamento de frutas que eram colhidas na comunidade e diagnosticou a potencialidade para beneficiamento desses insumos alimentares, gerando uma renda para as mulheres. Fez-se um projeto em parceria com a fundação APAEB, o Santander e a Aliança Empreendedora, e de todos que foram enviados da Bahia, somente o da comunidade do Papagaio foi contemplado com equipamentos, acompanhamento pedagógico, acompanhamento para produção, acompanhamento para viabilidades (saber lidar com produtos e saber vender). Passando a fornecer alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para merenda escolar no município.

O **Delícias da Mandioca** surge logo após o Sabores da Terra e é outro grupo com mulheres na comunidade do Papagaio, desenvolvendo alimentos com base em receitas de mandioca e licuri. Ele surge com a necessidade de criação de renda, para acolher as demais mulheres que não ingressaram no Sabores da Terra. Algumas cooperativas fazem parte dos dois grupos que pertencem à mesma comunidade, mas que estão espaços separados com uma organização independente.

A Cooperativa **Fibras do Sertão – COOPERAFIS** atua em três municípios diferentes: Valente, São Domingos e Araci, e oficialmente recebeu esse nome em 2002, quando sua formalização legal, mas tem sua história a partir dos movimentos de mulheres em 1998, chegando a ter 120 cooperadas, em que a história da cooperativa se confunde com a história de organização social e movimento cooperativista para complementação de renda e sobrevivência ligada à agricultura familiar e ação da APAEB e junto com a ação da Comunidade Solidária no Território do Sisal.

Esse movimento de cooperativas visa beneficiar as mulheres que eram exploradas em frentes de serviços de garimpo e trabalhos insalubres de baixa renda. O movimento era

promover cursos com professores indicando talentos e potencialidades das pessoas e das comunidades. O curso de produção de artesanato com insumos do território foi um sucesso e teve os produtos e as peças vendidas em São Paulo. Isso incentivou o trabalho, mudando a vida dessas mulheres e aumentando sua renda. Todas essas realizações possibilitaram várias parcerias com a APAEB, o CORDIS, o MOC, o SEBRAE, bem como a CARITAS e a Comunidade Solidária, além do Arte Sol – Artesanato Solidário desde os anos 2000.

O processo de formação da cooperativa envolveu aprendizado na venda e comercialização, com as experiências de empreendimento, de vendas e melhoria na qualidade de vida através do artesanato. Logo no início, a APAEB cedeu a primeira sala para a sede da cooperativa, ampliando os horizontes para o cotidiano das relações de negócio, estrutura administrativa e reorganização de valorização do trabalho com os sisal e outras fibras do sertão.

Os agentes da pesquisa são as cooperativas supracitadas, conforme os objetivos da pesquisa, através da amostra não-probabilística por intencionalidade (membros das cooperativas de produção - com idade de 18 < e que estejam ativas na produção) e que tem caráter de representatividade, possibilitando a interpretação:

- a) Descrever as interlocuções, situações e contexto dos conhecimentos e saberes que emergem nas Redes Cognitivas (ReCo);
- b) Descrição da interação e contexto material;
- c) Descrição dos agentes humanos e não-humanos no âmbito do sistema-território;
- d) A operação das ReCo na operação autorreferencial do sistema-território;
- e) Processos de formas de vida e sua afetividade: Cooperativas de produção “Sabores da Terra - Delícias da mandioca” e “Fibras do Sertão” (comunidade do Papagaio), em Valente-BA.

A nossa observação, descrição e reflexão torna-se uma Análise Cognitiva (AnCo), pois leva em conta as interlocuções de um sistema de geração, organização e difusão do conhecimento a partir da perspectiva da teoria do Sistemas Sociais de Niklas Luhmann e de outras abordagens que compõem uma composição teórico-metodológica multidisciplinar.

Esta pesquisa assume um posicionamento político de composição que podemos chamar de tessitura, bricolagem e emaranhado teórico-metodológico não-disciplinar

(MESSIAS; MUSSA, 2020). Nós a compomos portanto como uma AnCo que por sua vez é uma atividade e uma concepção de conhecimento relacionado com a complexidade em que o mundo se encerra e que se pode aplicar na vida e nas sociedades humanas no processo de descrição da realidade ou na sua construção: “Terminamos por pensar que a análise cognitiva não pode ser vista a não ser como um campo complexo, que se constitui e se organiza, pelo menos, a partir de uma pluralidade de elementos de outras áreas e, que, na interação, vão estabelecendo possibilidades dessa configuração” (FRÓES BURNHAM apud RIOS, 2012, p. 182). Daí a perspectiva da AnCo como elemento de crítica que é usado na abordagem de conhecer a realidade.

5.3 ANÁLISE COGNITIVA (ANCO)

Tendo como tipologia qualitativa, a pesquisa tem como campo de conhecimento Análise Cognitiva (AnCo). Daí nasce o processo de classificar o conhecimento comum e corriqueiro, bem como o que necessita de um consenso social estabilizado, aplicável em um processo social de divulgação e reconhecer os tipos de conhecimentos possíveis que vão formando a AnCo. Desta relação da dúvida que gera conhecimento e com o paradoxo das certezas modernas, podemos propor a AnCo como elemento que vai além das restrições institucionais que não são direcionadas ao modelo sistemático das ciências cartesianas, mas se tornam difusas nas perspectivas de conhecimentos orientados em comunidades, em sociabilidades e em contextos diversos.

Antes de apresentar a concepção de AnCo que se propõe no momento, considera-se inadiável a discussão de uma das questões pouco tratadas na literatura analisada: a possibilidade de socialização do conhecimento entre comunidades diversas, que constroem, organizam e difundem o conhecimento orientadas por sistemas de estruturação diferenciados, que desenvolvem léxicos, sintaxes, semânticas, técnicas e tecnologias próprias (FRÓES BURNHAM, 2012, p. 42).

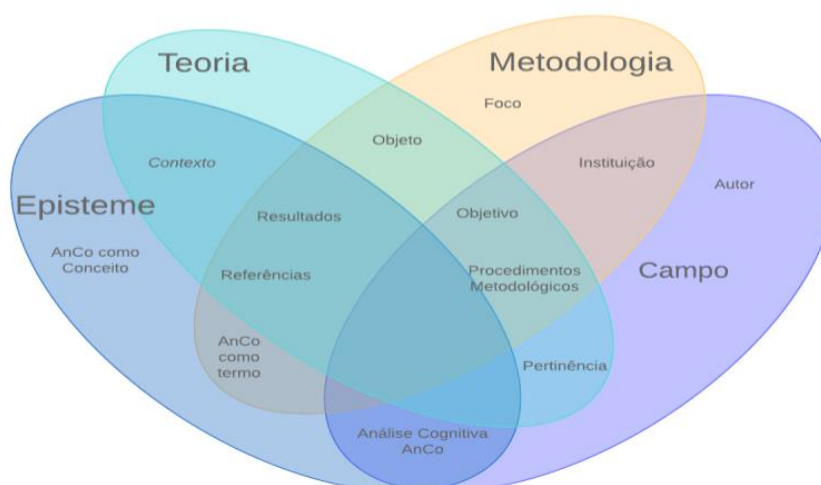
Assim, ao pensar a AnCo, pode-se partir do pressuposto de que para cada processo de desenvolvimento epistemológico há um “*como*” ele sustenta a ação de compreensão da pesquisa. Ora, marcar o campo significa restabelecer elementos teóricos-metodológicos que avançam paulatinamente dentro de disputas políticas e escolhas políticas que se fazem.

Um exercício para desenvolvimento do campo de pesquisa, que passe por uma ação, entendendo que “[...] a multirreferencialidade pode ser entendida como uma pluralidade de olhares dirigidos a uma realidade e uma pluralidade de linguagens para traduzir esta mesma

realidade e os olhares dirigidos a ela” (FAGUNDES; FRÓES BURNHAM, 2001, p. 49). Assim, sob um olhar da complexidade, em uma perspectiva de construção criativa, podemos apontar que há um entendimento próprio e apropriado da AnCo, com posicionamentos e processos que vão para além de um procedimento metodológico, pois passa por teorias e epistemologias, configurando-se como elemento da complexidade.

E, no fundo, no fundo, sentimos que ainda falta compreender que análise cognitiva não são essas 'coisas' fragmentadas: técnicas, ou métodos ou parcelas de teoria. E este parece ser o nosso grande desafio: compreender que análise cognitiva, nos dá, a partir desses fragmentos, um lastro para construir um campo complexo [fundamentado] (FRÓES BURNHAM apud RIOS, 2012, p. 181).

FIGURA 37: Modelo para compreensão da AnCo



Fonte: Elaboração do autor.

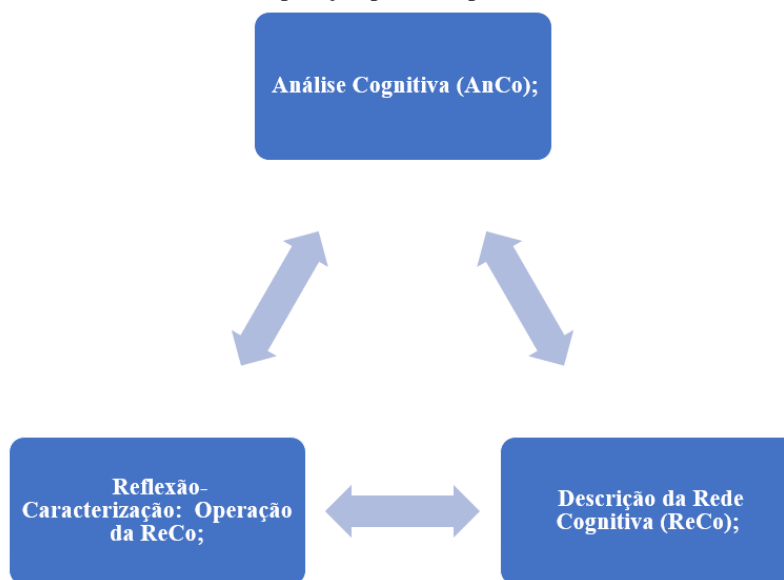
Teoria, metodologia e epistemologia desdobram-se em um fundamento capaz de criticar os elementos do reducionismo. Esse campo complexo e desafiador avança para dimensões ainda mais nebulosas e filosóficas, destacando: “[...] com as dimensões ontológica e axiológica do trabalho com o conhecimento. A questão ontológica do trabalho com o conhecimento é pouco tratada. E a gente precisa saber o que é este ser [...]” (FRÓES BURNHAM apud RIOS, 2012, p. 181). Assim, pensar toda essa ação é observar uma série de categorias que vai se consolidando nas pesquisas realizadas com a análise e formação do campo que aqui estamos construindo.

Campo complexo de trabalho com/sobre o conhecimento e seus imbricados processos de construção, organização, acervo, socialização, que incluem dimensões

entretidas de carácter teórico, epistemológico, metodológico, ontológico, axiológico, ético, estético, afetivo e autopoietico e que visa o entendimento de diferentes sistemas de estruturação do conhecimento e suas respectivas linguagens, arquiteturas conceituais, tecnologias e atividades específicas, com o propósito de tornar essas especificidades em lastros de compreensão mais ampla deste mesmo conhecimento, com o compromisso de traduzi-lo, (re)construí-lo e difundi-lo segundo perspectivas abertas ao diálogo e à interação entre comunidades vinculadas a esses diferentes sistemas, de modo a tornar conhecimento público todo aquele de carácter privado que é produzido por uma dessas comunidades, mas que é também de interesse comum a outros grupos/comunidades/formações sociais mais amplas (FRÓES BURNHAM, 2012, p. 53).

Assim, a AnCo aparece como elemento a se estabelecer em uma perspectiva de verificação em que podemos caracterizar o domínio dos fenômenos do conhecimento em um “Complexo Cognitivo” (GARCÍA, 2002, p. 34), se opondo assim ao reducionismo cartesiano. Por isso que há as possibilidades de interagir com os conhecimentos, destacando espaço de produção, sistemas e paradigmas, contexto de história, uma descrição material em que se organizam os conceitos que formam um sistema cognitivo e por isso passível de ser descrito. A partir disso, podemos criar processos para analisar as perspectivas de um instrumento cognitivo que se aproxima como algo exterior ou um conhecimento interior.

FIGURA 38: Operação para compreensão da AnCo



Fonte: Elaboração do autor.

Portanto, podemos tomar o fenômeno das Redes Cognitivas descritível como aquilo que pode ser caracterizado. Daí a problemática de apresentar uma análise que escape e que ao mesmo tempo se aproxime de uma forma constante e variável. Portanto, sugere uma dialética do conhecimento, a partir da apresentação da AnCo, em uma relação direta entre os aspectos

dos sistemas observáveis.

FIGURA 39: Modelo 3 para compreensão da AnCo



Fonte: Elaboração do autor.

A AnCo se apresenta em uma perspectiva nova de ver o conhecimento expresso por agentes diversos, por sua vez, nas formas redirecionadas para elementos cognitivos dos agentes das comunidades epistêmicas: espaços multirreferenciais de aprendizagem com produtores de conhecimento, de práticas e reconhecidos como tal. A AnCo, como novo campo do conhecimento, parece emergir no horizonte de proporcionar novos caminhos, a saber:

- a) O diálogo entre conhecimentos estabelecidos, cânones epistemológicos e teóricos com as finalidades políticas e sociais;
- b) A indicação de contextos de produção, horizontes das condições de produção e interesses corporativos, disciplinares e metodológicos;
- c) O destaque dos agentes responsáveis pelas perspectivas, suas interrelações, o desenvolvimento de novas visões e paradigmas, admitindo o diálogo, proporcionando e estimulando a colaboração.

A integridade da pesquisa é uma relação de respeito aos agentes da pesquisa, destacando a pesquisa qualitativa, bem como as condições de sua abordagem, seus desfechos em uma posição de resguardar as relações construídas nestes últimos 08 anos no campo de pesquisa. Desse modo, tomamos a posição de reflexividade, descrevendo da melhor forma

possível a interação e a participação que se desenvolveu no campo³².

³² Tendo a pesquisa aprovação no CEP, número CAAE 5443601580000057, como condução realizada na UNEB, Campus 14, em Conceição do Coité-BA, com Anuência do Núcleo de Pesquisa de Pesquisa e Extensão (NUPE).

6 O CAOS DAS REDES COGNITIVAS (ReCo) NO TERRITÓRIO DO SISAL

Nós pensamos no mundo fora dessa caixinha das dicotomias. Então, pensar em rede também é pensar enveredando para essa possibilidade de dissolver as dicotomias, no sentido de entender que o nosso olhar sobre o mundo é cheio de complexidade. Sabemos também que estamos inseridos no fenômeno complexo. Não somos agentes isolados, somos também parte dessa perspectiva. Nós não estamos sozinhos, mas ligados uns aos outros. E o outro nos afeta a partir das diversas ligações que fazemos das relações do universo, não de objetos estanques, mas a partir de uma emergência sistêmica. Podemos pensar então em: **5.1 Uma proposta de (ReCo)**; que pode ser **5.2 ReCo - Viver como experiências: experiências-equivalentes**; que pode ser **5.3 ReCo - As agências humanas e não-humanas: experiências-ação**; que pode ser **5.4 ReCo – Sistema de conhecimento: experiências-validadas**.

O esforço de compreender e descrever as Redes Cognitivas (ReCo) passa pelo processo de difusão do conhecimento. Por isso, leva em conta elementos importantes teórico-metodológicos que se fizeram presentes em nosso empreendimento: a reorganização das ações-pensamentos, as agências e a pesquisa em uma abordagem sistêmica que exige dedicação, reflexão e organização de ideias.

Pensar as ReCo como parte da Análise Cognitiva (AnCo) nos direciona para a síntese em que se desdobra para uma nova abertura teórico-metodológica. Assim, apresentamos em seguida modelagem ou roteiro para compreensão e descrição das ReCo.

A compreensão de que existe um sistema-território e que nele há uma série de operações nos indica que o princípio autopoietico acontece de forma a conceder complexidade, autorreferenciamento, tornando-se processo de evolução e de manutenção social constante. Dessa maneira, as ReCo constituem operações no denominado sistema-território, a partir das unidades discretas que caracterizam a comunicação por meio de agências múltiplas, direcionando-se para uma auto-organização, ou seja, na interação há um reconhecimento de si e do seu ambiente (entorno) e demais sistemas estabelecidos.

Na operação de auto-organização há dinâmicas e complexas formas de malhas, tramas, interações mediadas pela linguagem em um sistema de comunicação, por isso autorreferenciada e emergente. Em outras palavras, há uma complexidade posta que denominamos ReCo, pois se comportam como autorreferentes, fechadas operacionalmente, mas que não se estagnam e como sistema é capaz de manter-se comunicativamente regulando e selecionando os fluxos de informação, de compreensão e de intenção. Em outras palavras, o próprio sistema comunicacional autopoietico cria e consolida as expectativas em torno das quais operam.

Desse modo, a partir do princípio da comunicação nos sistemas autopoieticos, podemos pensar a operação das unidades discretas nas ReCo como uma tríade operacional das Experiências-Equivalentes, Experiências-Ação e Experiências-Validadas, tendo como modo de existir as diversas agências ativas no sistema-território e nos espaços locais. Além disso, as variáveis da afetividade, do conhecimento, dos saberes e dos artefatos compõem essas operações que se caracterizam em evidenciar uma expectativa do observador de primeira ordem quando há uma identificação como sistema observador (processo de identidade e diferença que cada unidade discreta realiza nas experiências).

Por sua vez, ao modelar essa operação e constatar essa diferenciação entre sistema e entorno (ambiente), nos colocamos e nos posicionamos como observadores de segunda ordem, dado que distinguimos os diversos sistemas, descrevemos suas operações e refletimos sobre outra perspectiva, a partir das relações comunicacionais que o sistema científico nos permite e nos localiza (AnCo).

FIGURA 40: Operação das Unidades discretas na ReCo



Fonte: Elaboração do autor.

Ao percebemo-nos como observadores de segunda ordem, nos localizamos teoricamente e metodologicamente realizamos a "experiência da diferença", como destaca Luhmann (2016). Nos localizamos como observador que comunica e amplifica as condições de possibilidade dessa mesma comunicação (informação, participação e compreensão), o que

transforma as expectativas em difusão do conhecimento.

Nesse sentido, indicamos uma configuração possível para essa operação e criamos um roteiro que foi experimentado no processo teórico-metodológico de nossa tese. Apontamos então um caminho trilhado, mas possivelmente modificável e organizável.

6.1 UMA PROPOSTA DE (RECO)

A nossa proposta de descrição das Redes Cognitivas (ReCo) como elemento da Análise Cognitiva (AnCo) permite a amplificação dos estudos sobre a construção, gestão e difusão do conhecimento. Em primeiro lugar pensamos de que maneira nossa incursão em campo pode ser entendida como um diálogo constante e permanente com os (as) múltiplos agentes do conhecimento. Essa ação teórico-metodológica é apresentada sob um panorama, roteiro proposto, descrições de ações das nossas atividades e dos nossos diálogos-vivências com esses agentes.

FIGURA 41: Entrada de Valente-BA



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

1 - ir ao campo com as propostas elaboradas, em conjunto, a partir das oficinas de comunicação social (comunidade do Papagaio - Valente-BA: Sabores da Terra e Delícias da Mandioca), (e Fibras do sertão-Coperafis, Valente-BA);

2 - aceitação das propostas e contrapartida das cooperativas para elaboração de oficinas de elaboração de projetos;

3 - composição das descrições a partir de atividades de extensão-pesquisa com agentes da universidade e agentes do conhecimento das cooperativas;

4 - descrição dos processos metodológicos, observação e compreensão das Redes Cognitivas (ReCo), a partir da observação de segunda ordem.

FIGURA 42: Encontros e interações na sede da Cooperafis



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

O roteiro de pesquisa nos levou a inúmeras relações que podem ser colocadas como elementos fundamentais para nossa descrição destas descobertas no âmbito de criação de uma proposta metodológica:

- a) A eleição de agentes chaves, interlocutores dos processos, experts do saber das cooperativas - coordenadoras das cooperativas;
- b) O uso da mediação tecnológica para rodas de conversa e criação dos vínculos com as agentes através das mediações tecnológicas (Meet, Youtube, Teams), por conta da pandemia.

FIGURA 43: Encontros virtuais durante a pandemia e interações



Fonte: Acervo digital UNEB-XIV (2021).

- Processo de diálogo constante interinstitucional - UNEB - UFBA - Cooperativas (Cooperafis - Fibras do Sertão; Sabores da Terra; Delícias da Mandioca);

FIGURA 44: Encontro entre agentes de conhecimento na Cooperafis



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

- Criação de propostas permanentes através de visitas a instituições como Fundação APAEB e Fatres;

Nosso trânsito nas cooperativas se deu no âmbito institucional, a partir de pesquisas registradas e aprovadas no Departamento de Educação, Campus 14 da Uneb, em Conceição do Coité. Essa relação nasceu com o projeto das "Experiências da comunicação no Território do Sisal" com discentes bolsistas de I. C., descrição e registros dos fenômenos da comunicação no sistema-território. Nossa compreensão dos conceitos de experiência e comunicação nos orientou para elaboração e reformulação do projeto de tese na própria evolução da pesquisa. Ao seguir a nossa proposta metodológica, conseguimos apresentar um roteiro para pesquisa no âmbito de descrição e modelagem das Redes Cognitivas (ReCo).

FIGURA 45: Proposta de roteiro



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

1 - Compreensão das agências de conhecimento: compreendermos a partir de nossas pesquisas anteriores que as unidades discretas e suas agências são elementares, e que geram, gestam e formam redes e malhas que difundem o conhecimento.

FIGURA 46: Tramas de fibras de Sisal (Cooperafis)

Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

As mulheres da Cooperafis, por exemplo, usam trançados de palha específicos para cada fibra (sisal e caroá), esse conhecimento é passado de geração em geração, formando um sistema de malhas de saberes intergeracional e localizado no âmbito do Território do Sisal.

Nas Cooperativas Sabores da Terra e Delícias da Mandioca, as receitas são moduladas e passadas entre as cooperadas, tais como conhecimento sobre o fazer dos doces, bolos e licores. Esses conhecimentos são frutos de experiências de vida locais e bem desenvolvidos com a participação de receitas das redes sociais e diálogos com profissionais de várias instituições.

2 - Reformulação constante teoria-campo-teoria: A abertura para a compreensão das agências e das malhas de conhecimento do sistema-território nos direciona o horizonte de experiências da comunicação em elementos primordiais que agregam os conceitos de território, ação de desenvolvimento, agricultura familiar, afetividade. Essa abertura e trânsito teórico-metodológico nos permitem uma série de inferências para compreendermos e descrevermos o fenômeno das ReCo como operação das agências de conhecimento no sistema-território. Essas agências como unidades discretas atuam em operações, gerando conhecimento, produzindo bens e serviços, dando a cada cooperada trabalho e aumentando a afetividade.

FIGURA 47: O campo altera as concepções teórico-metodológicas



Fonte: Elaboração do autor.

3 - Institucionalização da pesquisa: A pesquisa foi realizada no âmbito de agentes institucionais, pois houve apoio do Departamento de Educação, Campus XIV, Conceição do Coité-BA, bem como o financiamento das oficinas por parte da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UNEB com financiamento para materiais, passagem terrestre e três bolsas de Extensão Universitária. Além disso, houve o financiamento da Fapesb para uma aluna bolsista, a partir do programa de Iniciação Científica (I. C.).

O diálogo com as cooperativas se fortaleceu para uma confiança no processo de compreensão das ReCo como operação no sistema social, no âmbito das instituições. O reconhecimento neste âmbito institucional proporciona uma maior legitimidade das ações de pesquisa, bem como fundamenta ainda mais a difusão do conhecimento em rede. Esse aspecto das ReCo não é apenas uma informalidade de relações entre agentes informais, mas legitima a ação, fortalecendo esse élan de parcerias, interações e conexões. Na dimensão institucional, o desdobramento disso é o reconhecimento das agências das cooperativas como autoras do conhecimento próprio e apropriado, reconhecendo-as como referências político-culturais, tanto no âmbito das instituições educacionais universitárias como das cooperativas que se reconhecem como agentes produtivas territoriais.

FIGURA 48: Estratégias de institucionalização da pesquisa

Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

4 - Aplicação das oficinas - diálogo - extensão universitária: Para a ação da modelagem das ReCo são importantes as operações de comunicação que reconhecem as múltiplas facetas de conhecimento que acontecem nas Cooperativas. A extensão não é feita como algo imposto pela universidade. Trata-se de uma interação. Acontece como sistema de diálogo, de tramas e de interações de agentes simétricos. O estabelecimento desse diálogo no âmbito da nossa pesquisa se fez a partir do oferecimento de 05 oficinas, com a participação de agentes universitários com apoio institucional e aprovação do conselho de Ética da pesquisa.

A extensão como etapa para modelagem da ReCo teve como dimensão institucional o projeto Prazer em Conhecer #Diálogos.com, que traz diversos temas e se propõe a fortalecer a partilha de conhecimentos entres agentes múltiplos, entre eles a comunidade em geral, a universidade no Território do Sisal, lócus de atuação de nossas ações. O projeto existe a partir da circularidade de saberes e experiências diversas, o que é um estímulo ao trabalho técnico-teórico-formativo.

A pesquisa emerge como ação e tem os espaços multirreferenciais de aprendizado como campo de experiência, se constitui como processo de geração e difusão do

conhecimento na UNEB, Campus 14, em Conceição do Coité-BA, propondo realização concreta de diálogos em forma de seminários, cursos, palestras, fóruns e oficinas.

FIGURA 49: Cooperadas do Papagaio após as oficinas.



Fonte: Acervo da pesquisa, 2022.

A extensão proporciona ao processo de modelagem comunicação engajada em um contexto cultural local e territorial, especificamente, com as agentes do conhecimento que organizam sua produção a partir de um processo colaborativo material e intelectual de cooperativas, elementos transformadores no Território.

Essa perspectiva da extensão como diálogo permanente e engajado é parte do processo da observação de segunda ordem.

FIGURA 50: Seminário sobre as oficinas de comunicação na UNEB



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

O diálogo com as agentes permitiu o levantamento das demandas das Cooperativas “Sabores da terra”, “Fibras do Sertão” e “Delícias da Mandioca”, proporcionou um trabalho mais colaborativo com as agentes e a possibilidade de multiplicidade e parcerias integradas, alteração de roteiros, adaptação de cronograma e reorganização das logísticas.

Assim, a potencial singularidade de reconhecer suas experiências nos concedeu as possibilidades de criar procedimentos metodológicos para as oficinas e nos deu muitas experiências. A proposta de formatação de 05 oficinas de comunicação e inovação, referentes à produção material de vídeos, cards, comunicação em rede, possibilitou a observação das potencialidades das experiências e atuação das cooperativas no processo de produção multimidiática.

FIGURA 51: Desenvolvimento de estratégias de comunicação interna



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

- I Oficina diálogo de comunicação “Sabores da Terra” e “Delícias da Mandioca”: Comunicação e desenvolvimento de estratégias de comunicação interna para o processo de relação dos membros da cooperativa. Noção básica de comunicação interpessoal e uso de redes internas como processo de formação-sociabilidade (8h);

FIGURA 52: Oficina de comunicação com “Sabores da Terra” e “Delícias da Mandioca”



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

- II Oficina de diálogo de comunicação “Fibras do Sertão” - Cooperafis: Comunicação e desenvolvimento de estratégias de comunicação interna para o processo de relação dos membros da cooperativa. Noção básica de comunicação interpessoal e uso de redes internas como processo de formação-sociabilidade (8h);
- III Oficina de comunicação em redes sociais “Sabores da Terra” e “Delícias da mandioca”, aplicação de uso de plataformas para produção de conteúdo e engajamento de redes, destacando aspectos de cronograma, público-alvo, precificação e desenvolvimento de perfil para redes sociais (8h);

FIGURA 53: Oficina de comunicação em redes sociais



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

- IV Oficina de comunicação em redes sociais “Fibras do Sertão” - Cooperafis: aplicação de uso de plataformas para produção de conteúdo e engajamento de redes, destacando aspectos de cronograma, público-alvo, precificação e desenvolvimento de perfil pra redes sociais (8h);

FIGURA 54: Oficina de Comunicação com a Cooperafis



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

- V Oficina de comunicação em redes sociais “Sabores da Terra”: Oficina de produção audiovisual e aplicação de imagens, sons e multimídia, criação de arte e imagens, movimento, mixagem e aplicação do uso de celular pra edição, divulgação e organização da imagem das mercadorias, estética e criatividade (08h).

5 - Reorganização do diálogo em difusão do conhecimento: Essa etapa se faz necessária desde o planejamento até a concepção de uma abordagem do diálogo, compreender que a difusão do conhecimento é um diálogo profícuo em uma operação de distinção de um sistema de conhecimento que chamamos de redes cognitivas. Essas redes não são meros objetos, mas um sistema autopoietico que mobiliza agentes ou unidades discretas para atuação no mundo.

A atividade da agricultura familiar nas cooperativas, a afetividade e as experiências de vida dessas agentes nos levam a compreender cada operação, diferenciar o sistema do ambiente (entorno) e fortalecer as relações institucionais das agências no âmbito de uma comunicação formal, estratégica e legitimada.

FIGURA 55: Fornecimento de água à sede onde ocorreram as oficinas, em Papagaio



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Um dos frutos desse diálogo foi a nossa proposta de oficina de elaboração de projetos solicitados pelas cooperativas, nesse âmbito elaboramos e aplicamos como processo de difusão do conhecimento, dentro da nossa metodologia.

FIGURA 56: Proposta de oficinas de desenvolvimento e elaboração de projetos

OFICINA
ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

#PrazerEmConhecer
Dialogos.com

22.11 (TERÇA)
DAS 14H ÀS 17:30H
SALÃO COMUNITÁRIO,
PAPAGAIO - VALENTE- BA

OFICINA
ELABORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS

#PrazerEmConhecer
Dialogos.com

05.12 (SEGUNDA)
DAS 8H ÀS 11:00H
SEDE da COOPRAFIS,
VALENTE- BA

Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

As provocações feitas pelas cooperativas e aplicadas pela universidade no âmbito de extensão-pesquisa concretizam uma rede de relação e difusão de conhecimento que pode ser desenvolvida como processo de modelagem das ReCo. Esse processo teórico-metodológico concretizado como parte da pesquisa do doutorado nos leva a algumas condições de possibilidade para a elaboração de um conhecimento sobre as próprias ReCo como sistema de conhecimento.

FIGURA 57: Diálogo nas oficinas de elaboração de projetos



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

6.2 RECO - VIVER COMO EXPERIÊNCIA: EXPERIÊNCIAS-EQUIVALENTES

Ao retornarmos à ideia-chave de nossa pesquisa inicial, fazemos um trânsito espiral de pensar nossas Redes Cognitivas (ReCo) como operação das experiências vividas e de acesso ao mundo do conhecimento e das formas que caracterizam as atividades das Cooperativas Sabores da Terra, Delícias da Mandioca e Fibras do Sertão (Cooperafis).

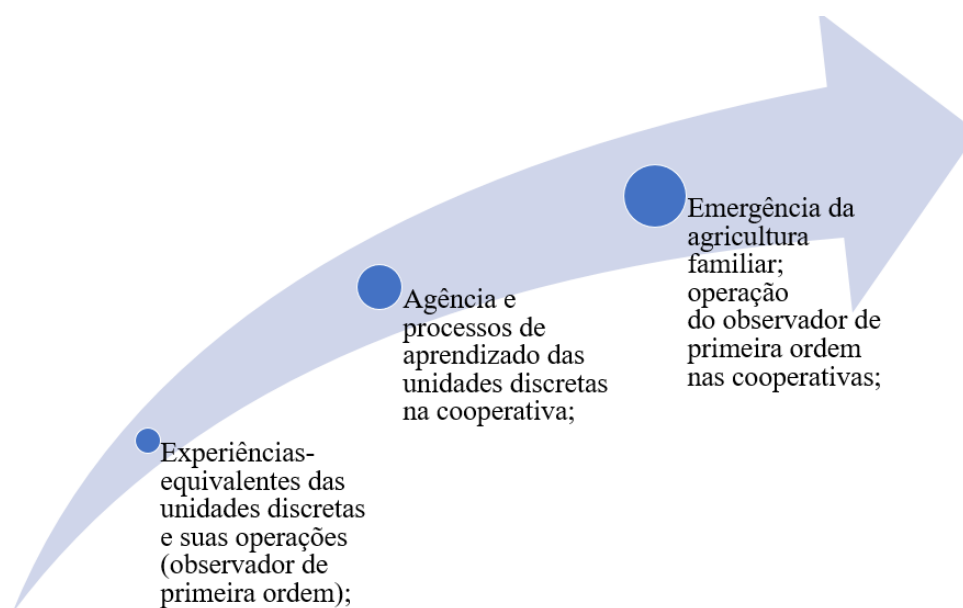
Internamente, no seio de cada cooperativa, nos chamam a atenção as características das unidades discretas, agentes nas operações dos sistema-território, nos levando a pensar que cada uma dessas cooperativas se organiza como sistema autopoietico nas respectivas operações, diferenciando-se do seu ambiente (entorno) a partir da comunicação. Neste turno, observamos o papel fundamental das experiências-equivalentes, seja na organização, na estrutura, nos processos evolutivos e na própria operação de observação de primeira ordem das agentes.

Dessa maneira, as experiências-equivalentes vão sendo postas como acontecimentos existenciais dessas unidades discretas ascendentes e que fazem emergir um sistema de conhecimento em forma de malhas e tramas. Podemos descrever dentro desta perspectiva três operações que caracterizam as experiências-equivalentes nas três cooperativas, envolvendo as agentes como unidades discretas.

Agricultura familiar - Sabores da Terra e Delícias da Mandioca: conhecimento nasce de uma experiência com a terra e suas formas de existência, subsistência, chamamos essa relação de afetividade e com ela, cria-se uma espécie de ligação das cooperadas com suas propriedades. A forma como elas lidam com o problema político-econômico, as relações de parentesco e os insumos para produção vêm dessa atividade multifuncional. Não dá para distinguir as suas experiências como unidades discretas de uma rede de operações concentradas e sucedidas de uma expectativa de pertencimento ao campo e à ruralidade.

Essas experiências-equivalentes são, principalmente, com as características marcantes do semiárido, na perspectiva de horizontes de um espaço-afetivo que gera um conhecimento sobre si e sobre o mundo. Claro que esse conhecimento se concretiza em uma série de estruturas morais, políticas e estéticas. Em um primeiro momento rígidas, mas constantemente mutáveis à medida que essas experiências-equivalentes se complexificam, fazendo emergir com outros elementos a composição do sistema de conhecimento em forma de malhas.

Tais experiências-equivalentes são ligadas a outros conhecimentos que marcam uma visão de mundo e servem como processo de autogestão, um conhecimento-próprio e apropriado, dentro dos limites psicocognitivos que marcam cada unidade discreta que vivencia essa experiência em sua complexidade e na complexidade de um sistema psíquico que não é o foco de nossos estudos.

FIGURA 58: Emergência das ReCo a partir da operação Experiência-equivalente

Fonte: Elaboração do autor.

É possível observar que essas experiências-equivalentes acontecem como operação das unidades discretas, em colaboração, em sua localidade, a partir da vida da agricultura familiar. Porque sob essa expectativa da afetividade e vida que há um reconhecimento de si e dessas unidades discretas, pelo sistema de comunicação, sob o complexo cognitivo em que vivem, nos sentidos e na interação, ou mesmo nos limites das interações marcadas por esse direcionamento territorial. Em outras palavras, podemos pensar as experiências-equivalentes das unidades discretas como parte dessa vivência de mundo organizado dentro desta identificação de ruralidade do semiárido.

As agências das unidades discretas em associação com os artefatos das unidades de produção modelam as ReCo, dando sentido para compreensão do mundo para cada uma, isso na perspectiva de que entendemos suas operações e relações humanas-não-humanas (falaremos da Experiência-Ação no ponto 5.2 e as organizações de relações postas no trabalho criativo).

Nessa compreensão que adotamos, o processo dos sistemas de conhecimento segue uma perspectiva de auto-organização, enclausuramento operacional, o que parece isolado para uma compreensão não familiarizada, mas que opera em interação de informações constantes com outros sistemas, seja no âmbito institucional, seja nas agências individuais dessas unidades discretas, em suas unidades de produção. Podemos propor aqui uma

complexificação de relações de conhecimentos-empíricos (educação) e especulativos (fé-tradição), bem como outras variáveis que são possíveis de serem observadas em operações de sistemas culturais, sistemas políticos, sistemas jurídicos e sistemas econômicos, por exemplo, o que não é fulcro de nosso estudo.

As agências sob as ReCo acontecem no cotidiano das cooperadas, na saída de suas casas, no convívio com o espaço, nas relações familiares e de vizinhanças. Essa forma de vida depende também de uma acomodação e satisfação em conviver nesta atmosfera de afetividade e que concede à experiência-equivalente uma circularidade ascendente à medida que se torna um elemento de resiliência e resistência diante das mudanças ocasionais e desequilíbrio no sistema-território.

A busca de unidade e unicidade leva à cooperação e vice-versa. Não à competitividade, mas à perspectiva de “empreender-se com”. As cooperativas utilizam daí a perspectiva de agricultura familiar como unidade multifuncional e que garante subsistência e sobrevivência. Suas operações apontam também para um caráter político externo, pois se reconhecem como singulares e se distinguem do ambiente em que vivem com outras cooperativas.

É interessante notar ainda que as cooperadas mantêm negócios individuais, suas terras e propriedades, utilizam de conhecimento formal adquirido nas escolas, nos cursos e nas relações com outras instituições. Desta forma há uma atualização do sistema de conhecimento que proporciona uma melhor adaptação econômica e aumento de renda. Neste ínterim, podemos perceber ainda que cada agente cooperada se especializa em uma forma de produção e tem a ver com suas capacidades de vivenciar neste mundo o conhecimento colaborativo.

A experiência-equivalente permite uma distinção das unidades discretas, dos espaços de cada uma das cooperadas e de uma semântica delimitada de uma para com a outra. Essa distinção é importante para a singularidade das cooperadas como unidades discretas do sistema de conhecimento e operação das ReCo. As unidades discretas são singularidades nas redes que são formadas.

Assim, pensemos em um labirinto tal como as redes de vias que compõem as estradas para chegar a cada uma das residências desses agentes. Essas vias são opostas e compostas por uma série de informações não formalizadas ou sinalizadas, mas já adequadas na vivências de cada cooperada das cooperativas, que mesmo sendo singulares, também estão no mesmo espaço local, em Papagaio-Valente-BA.

O pertencimento ao local perpassa uma atmosfera de afetividade e que faz nas singularidades uma construção de reconhecimento não só local, mas também territorial, à medida que essa espiral de experiências é compreendida e descrita.

Papagaio - Território do Sisal - Sabores da Terra e Delícias da Mandioca - As agências das unidades discretas são marcadas em suas operações pelo pertencimento a duas cooperativas no mesmo espaço local, ou seja, um povoado fruto da união de vários agricultores.

Não se trata, portanto, de um conglomerado urbano, mas ponto de referência local e autoidentificação, reconhecido pelas instituições de mais ou menos 5 km² (cinco quilômetros quadrados) e que leva esse nome distinguindo-se de outras localidades com as mesmas características, a exemplo de Cabrochad, Tatu, Jibóia (Retirolândia) e Rose (Santaluz), tudo no mesmo Território do Sisal.

A emergência dessa conglomeração territorial-local dá às cooperativas uma expectativa de espaço de afetos. O espaço concretiza as experiências na vida dessas agentes e cada movimento para complexidade perpassa por uma expectativa de pertencimento ao local.

Neste momento há uma mudança na nossa observação, as unidades discretas assumem um movimento de complexidade pois se dividem e se reúnem, comportando-se como dois grupos, mas em um mesmo espaço-tempo. Atuam em especialidades distintas em produção com fórmulas semelhantes, mas que na nossa perspectiva são derivações de uma mesma operação de primeira ordem.

FIGURA 59: Salão comunitário local no Papagaio



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

As cooperadas dos Sabores da Terra produzem licor, polpas de frutas, bolos e sequilhos de diversos sabores como licuri, tamarindo etc., têm sede e farda própria. São mulheres agricultoras familiares e que vivem nesse espaço como produtoras. As cooperadas atuam preocupadas com seu local. Assim o conceito da associação faz todo sentido, pois essas redes, em consonância com a atmosfera afetiva, possibilitam uma organização, uma operação de atuação e modificação do local.

O que nos chama a atenção é a prerrogativa de que para ser parte das cooperativas, deve-se pertencer à associação dos moradores e da comunidade religiosa católica. Essa observação nos indica que a afetividade e as formas de produção se apresentam como uma maneira de resolver as necessidades locais e giram em torno dessa expectativa, ou seja, ampliar os empreendimentos coletivos como a fábrica de farinha, a construção do espaço de lazer para a comunidade, bem como a área de sociabilidade, diversão e reorganização político-cultural do Papagaio, concedendo mais força à auto-organização do sistema social local.

FIGURA 60: Sede da Cooperativa “Delícias da Mandioca” no espaço de lazer do Papagaio



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

O interesse de formalizar linhas de organização de comunicação virtual, como redes em plataformas sociais para comunidade, aparece para além das relações de trabalho e produção de bens de consumo. Essa atmosfera de afetividade em operações das agentes permite uma maior configuração das relações de conhecimento aplicadas na organização das cooperativas. As relações e interações aumentam e com elas as perturbações dos sistemas de conhecimento, as contradições como a falta de estrutura de apoio do estado, a ausência da gestão cultural, a migração e saída dos jovens da comunidade para morar na cidade ou em outros territórios marcam esses limites impostos materialmente ao local.

FIGURA 61: O espaço de lazer do Papagaio, espaço de afetividade



Fonte: Acervo da pesquisa (2022).

Além disso, no período após 2016, observa-se, segundo as próprias cooperativas, um abandono nas políticas de acesso e distribuição de renda, possibilitando maior atuação no local. A comunidade que parece dispersa e isolada funciona em um processo sistêmico de organização ou auto-organização.

FIGURA 62: Organização, comunicação e espaço de cooperação

Fonte: Acervo digital Sabores da Terra (2022).

As Redes Cognitivas (ReCo) operam como ações de agentes que, a partir dessa experiência-equivalente, desdobram-se em atuações no próprio sistema-território. Daí as ligações com outras cooperativas fora do lócus de vivência, fora das camadas primárias de organizações sistemáticas. A perspectiva das ReCo amplia com o uso de tecnologias, bem como se reorganiza a todo o instante com as possibilidades criadas pelas próprias unidades em se associarem em redes de cooperativas, instalando o chamado “Ponto Nosso” na sede da cidade de Valente-BA.

Nas oficinas aplicadas, a participação das cooperadas foi direcionada para a construção de autoconhecimento e distinção de suas atividades. Observamos ainda que o movimento de auto-organização do conhecimento se propôs a criar uma operação de comunicação interna mais forte e reconhecimento no próprio sistema-território como elemento pertencente local. Reconhecimento significa maior interação interna no povoado do Papagaio, bem como na cidade de Valente e no Território do Sisal, aumento das vendas, participação comercial e reconhecimento político-cultural.

As agentes como especialistas de seus saberes concretizam isso na criatividade, no diálogo, nas relações de conflito e de consenso que estabelecem a todos os instantes na própria comunidade. As Redes Cognitivas (ReCo) estabelecidas operam a partir de irritações caracterizadas no território, em especial por causa do isolamento físico, dos conflitos internos da comunidade e dos problemas sociais, políticos que caracterizam o Território do Sisal.

Cooperafis - Agricultura Familiar: No processo de Cooperafis, a afetividade como processo operacional nas Redes Cognitivas (ReCo) se apresenta de uma forma muito mais ampla e autônoma dentro do Território do Sisal. A sede da cooperativa é localizada no núcleo urbano do município de Valente-BA. Há uma operação das agentes no processo de organização e separação dos locais de produção e do local de administração e organização legal da cooperativa.

No entanto, há vários outros núcleos de produção operando e relacionando-se com os processos de uma experiência-equivalente marcada pela relação das cooperadas no meio rural, nas suas casas e nas suas propriedades. O conhecimento perpassa por uma série de camadas, ou melhor, é reorganizado por fatores como tempo, intergeracional, aspecto do talento e treinamento para o artesanato e organização comercial. A forma de vida da agricultura familiar vai permitir a essas agentes de conhecimento o desenvolvimento de capacidades operacionais intrassistêmicas no campo da interação e da comunicação que permite a complexidade autopoiética da Cooperafis. Cada unidade discreta que opera neste sistema pode contribuir com novos modelos de artesanato, seguir um modelo requerido por um cliente ou mesmo modificar ambos no sentido da interação relacional que elas têm por si só.

FIGURA 63: Produção a partir das fibras de Caroá e Sisal



Fonte: Acervo digital Cooperafis (2023).

No aspecto de organização do sistema de conhecimento, essas agricultoras produzem a partir de insumos da terra como fibra de Sisal e fibra de Caroá (Bromeliaceae de nome

científico: *Neoglaziovia variegata* (Arruda) Mezl. Nomes populares: caroá ou caruá)³³. Esse saber é passado e vivenciado por conta da forma de vida de agricultoras familiares e seu processo de ligação com a própria terra.

FIGURA 64: Extração do Caruá e sua fibra



Fonte: Acervo digital Cooperafis (2023).

O uso das fibras do sisal como marca registrada das próprias agricultoras no sentido de dar nome ao território, identidade criada e ressignificada a todo instante pela cooperativa é o que concede uma organização semântica. A fibra e seus usos apreendidos e aprendidos pelas artesãs são na maior parte das vezes comprados de vizinhos, ou da fábrica da APAEB. No entanto, algumas produzem suas palhas, atentando para desenvolvimento de um saber adquirido em uma rede de relações entre sistemas no Território do Sisal, portanto fora do sistema da Cooperafis. A experiência, então, não restringe o local, ele amplia e expande, desenvolve-se e se reorganiza de sístole e diástole. Mas sistematicamente a ReCo se mantém em manutenção operacional para as trocas mediadas pela linguagem.

A experiência com o modo de vida gera a afetividade para o desenvolvimento de outras habilidades como o desenvolvimento de tintura a partir do Pau-de-Colher³⁴, um outro

³³ Caroá é uma bromélia, endêmica do semiárido, pode ser encontrada no interior das matas mais fechadas até nas áreas mais abertas, em solos compactados e pouco profundos. É terrestre, atingindo até um metro de altura, apresenta folhas variegadas, fibrosas e com espinhos nas bordas. **Floração e frutificação:** A floração ocorre nos meses de fevereiro a abril, no período entre o final da estação seca e o início da estação chuvosa, com o pico de floração no mês de fevereiro. Suas flores são vermelhas e rosadas. A frutificação acontece nos meses de março a abril, com frutos no formato de bagas ovóides de coloração vermelha. **Agentes dispersores e polinizadores:** o beija-flor, conhecido como besourinho-de-bico-vermelho (*Chlorostilbon aureoventris*) foi considerado o polinizador efetivo desta espécie. As flores recebem visitas também de abelhas irapuã *Trigona spinipes* e da borboleta *Junonia evarete*, que são considerados pilhadores de pólen e néctar. **Principais usos e produtos:** confecção artesanal de cordas, barbantes e papel, bem como na tecelagem, artigos têxteis e para a fabricação artesanal de chapéus, bolsas, biojóias, entre outros produtos (BRASIL, 2014, p. 09).

³⁴ Em comunicação (por email) com a professora do Programa de Pós-graduação em Botânica Laboratório de Sistemática Molecular de Plantas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Dra. Reyjane

exemplo do conhecimento que circula nesta atmosfera afetiva como operação do sistema de conhecimento. Essa operação interna da cooperativa para uso na produção artesanal demonstra uma organização que é aprimorada em todos usos e organizações nas relações de interação e comunicação que pode ser descrito como processo de aprimoramento e atualização dessa ReCo.

FIGURA 65: Extração do pigmento do Pau-de-Colher



Fonte: Acervo digital Cooperafis (2023).

A preocupação de manter e aprimorar as técnicas artesanais como conhecimento relaciona ainda outros saberes como gestão e autogestão cooperativista, forma de liderança de mercado e ação social e política da própria agricultura familiar e sua multifuncionalidade no Território do Sisal.

Patrícia de Oliveira, ela nos informou que existem pelo menos três famílias de plantas com representantes tratados popularmente como pau-de-colher. Segundo a pesquisadora, o importante é saber que os nomes populares variam muito de localidade e só podem ser validados cientificamente quando essa identificação é feita em um processo taxonômico formal, por um especialista. “Para termos certeza, precisamos ver fotos mais focais, com detalhes das folhas, flores e frutos (se tiver). A identificação de boa parte das plantas é baseada em estruturas reprodutivas, então não tem jeito, precisamos olhar as amostras. É inclusive recomendado que você colete e deposite pelo menos um material testemunho de seu estudo em uma coleção biológica (nesse caso um herbário oficial de uma instituição). Você pode coletar pelo menos uma amostra representativa de cada espécie (caso você consiga reconhecer diferentes padrões), ou melhor coletar tudo separado, uma amostra de cada área, mesmo que sejam localmente tratadas pelo mesmo nome popular”. Como não é a finalidade de nossa pesquisa, neste momento, essa identificação ficará a posteriori. E o que nos chamou a atenção, no entanto, em trabalhos mais antigos, é que umas dessas espécies de pau-de-colher é identificada e descrita assim: *Maytenus rígida* Mart. A espécie *M. rígida* Mart., considerada nativa no nordeste do Brasil, encontrada em ambientes de caatinga e cerrado, se destaca, entre todas as demais espécies de *Maytenus* citadas anteriormente, com uma maior distribuição em todo o território brasileiro, com registros para os estados do Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro. Tradicionalmente utilizadas pelos indígenas, as folhas, em infusão, de diversas espécies de *Maytenus* existentes no Brasil, são utilizadas contra afecções gástricas (hiperacidez, úlceras gástricas, duodenais e gastrite crônica); diversos relatos científicos comprovaram essas atividades (ROCHA, *et al.* 2004, p. 472).

As agências produtoras de artefatos não são desvinculadas da atmosfera afetiva que organiza o mundo do trabalho, da casa e das relações comerciais. Elas são frutos dessa experiência comunicacional, logo um sistema de ligações qualificadas e organizadas como elemento de conhecimento sistematizado e em rede. O saber não pertence a uma geração, são experiências equivalentes e reorganizadas em uma complexidade que faz emergir novas redes que se entrelaçam de uma forma ampla, orgânica e autopoietica. Deve-se levar em conta ainda que cada unidade discreta não se localiza isoladamente, mas mesmo fisicamente distante, elas se aproximam como cooperada e artesã em um ofício vindo sob a perspectiva de uma experiência de vida, de um processo de habitat num entrelaçamento de conhecimentos.

Sob essa perspectiva, a experiência se desdobra em uma compreensão de vida, de vivência e convivência. Seria, pois, um conjunto perspicaz de sobreviver, criar e recriar coisas e expectativas de afetividade que dão sentido à vida. Essa operação de organização das agentes de conhecimento dá robustez às ReCo e pode ser caracterizada como uma operação sistemática de sustentação da rede e manutenção, imputando a ela um processo organizado de fortalecimento de si e aumento da complexidade.

A Cooperafis no território do Sisal: Os desafios políticos de enfraquecimento da agricultura familiar após o golpe de 2016 levou a uma operação de busca de legitimação da sua maneira de vida, que mediante o processo comercial e de acesso à comunicação digital ampliou os horizontes e inseriu as relações mais constantes de virtualidades e uso artefatos.

Essa demanda que será disposta mais à frente perpassa pelo reconhecimento do sistema-territorial e do próprio sistema de conhecimento na Cooperafis. O sistema-território proporciona uma série de relações que são criadas e recriadas nas operações de afirmação e organização da cooperativa e das unidades discretas que formam a cooperativa. Em primeiro movimento é o auto-reconhecimento de pertença a esse território como uma marca de sentido pelo usufruto das commodities como as fibras do sisal. No segundo movimento de negação, percebe-se uma atmosfera de que há uma negação do grupo por parte de outros agentes, o não reconhecimento de sua existência.

O movimento de mulheres artesãs, então, no fluxo operacional desse sistema de conhecimento, a partir da experiência-equivalente, reorganiza-se dentro do paradoxo do próprio sistema que permite a negação-identidade para se diferenciar. Essa organização faz parte da evolução das ReCo, ou seja, o sistema se adapta ao processo adversativo ou de irritação e perturbação, cria estratégias para reorganizar-se e sobreviver. Neste caso o Território do Sisal enquanto sistema-território é em torno e meio para desenvolvimento e

evolução das ReCo. Esse processo configura um movimento interno que reorganiza pela comunicação suas operações de reconhecimento e negação dos seus componentes.

A própria capilaridade organizativa da Cooperafis a caracteriza como uma rede bem articulada que se reorganiza em diversos municípios, não se restringindo ao local e muito menos ao uso apenas de uma forma de artesanato. A possibilidade das interações com outros sistemas mediados pela comunicação abrange ainda as relações econômicas e trocas de informações. As agentes da Cooperafis dão cursos para outros movimentos sociais no Território do Sisal, permitem um reconhecimento delas e das organizações e instituições que estruturam o Território do Sisal.

Essa dinâmica de informação e ato comunicativo atualiza a forma de vida de cada unidade discreta das ReCo, observando ainda como que ao ensinar ou promover cursos, elas inserem no seu sistema novas operações que ampliam as interações comunicacionais, desenvolvendo formas de lidar com os problemas, seja no campo da economia como da política, reconhecendo-os como difusores de conhecimento.

A participação das agentes na formulação de políticas públicas nos fóruns do território, o diálogo permanente com as instituições públicas, e organizações dão a elas uma reorientação nas operações para além do espaço físico e do município de Valente-BA. No entanto, sem perder de vista essa dimensão das experiências-equivalentes, notamos uma abertura muito mais para fora, com viagens, cursos, premiações, feiras que suas agentes realizam além do território.

As experiências-equivalentes são necessariamente uma marca de pertencimento afetivo ao sistema-território, sua operação permite a criação de uma atmosfera marcante nas cooperadas como formas de vida, o saber-fazer artesanal, os insumos como um todo. Tudo leva a esta expectativa afetiva, essa ligação dimensional do lugar como habitat acolhedor e porto-seguro para o processo de produção e criação (cocriação). À medida que essa cocriação se amplia em malhas de relacionamentos, ela transborda ao território, mas não o exclui ou o nega (mesmo havendo um movimento da contradição e da negação típica dos sistemas autopoieticos). Seria uma bifurcação do sistema de comunicação que nem sempre é por si consensual, mas derivativo das operações elementares das agentes no sistema de conhecimento.

Tal sistema se autorreferencia, ou seja, as experiências-equivalentes das unidades discretas emergem no processo de cooperativa, interação e comunicação, informação e

criatividade, emergem como sistema de conhecimento, ReCo, capazes de produzir arte, artesanato e caracterizar os sistema-territórios na operação econômica, da agricultura familiar, na produção de cultura. Assim, a experiência-equivalente funciona como operação de reflexão de si como agente de conhecimento intergeracional, localizado, tácito e por si mesmo importante marcador de formas de vida.

Essas mesmas formas de vida permitem a ampliação de horizontes, organizações em redes e sistematicamente direcionados para o bem-estar das cooperadas. A cooperativa organiza-se e amplia-se em um sentido tempo-espaço de uma forma a se reconhecer como organização participativa, promotora de projetos. Essa ampliação no reconhecimento autorreferencial típico dos sistemas autopoieticos foi descoberto quando da oficina de elaboração e desenvolvimento de projetos.

Foi no momento da pesquisa que observamos que as ReCo se comportam como redes ampliadas e caóticas, pois foi nesta operação caótica de possibilidades que se operava essa singularidade do território-sistema em ser reconhecido como tal pelas agentes (componentes do território); o sistema-território é o espaço referencial delas, mas na operação de complexidade ele também é outro lugar de partida, abrangendo novas condições de possibilidades de se ver como Território do Sisal em outros territórios (sistema que se autorreconhece).

6.3 RECO - AS AGÊNCIAS HUMANAS E NÃO-HUMANAS: EXPERIÊNCIAS-AÇÃO

A ideia de *habitat* como relação e associação de agentes humanos e não-humanos pode ser direcionada para compreendermos como as Redes Cognitivas (ReCo) se constroem em uma operação complexa que envolve múltiplas relações e interações, como apresentamos anteriormente em uma das etapas da pesquisa sobre experiências da comunicação no Território do Sisal (VIANA; ARAÚJO, 2019) e que nos orienta no processo atual de investigação.

Podemos destacar, com base nas nossas teorizações, na volta ao campo de pesquisa, que as ReCo são associações permeadas por atividades de dispositivos. Os artefatos, os seres não-humanos compõem parte das relações sistêmicas que organizam as operações nas estruturas dos sistemas, são malhas de relações interpostas que permitem as atividades e as operações das Redes Cognitivas (ReCo). Quando vemos os artefatos classificando as funções nas relações de trabalho como as *batedeiras*, *a calculadora*, *a assadeira*, *o expositor*, *o caixa*,

o livro-registro, a garrafa térmica, temos relações e interações entre unidades discretas que perpassam uma série de organizações ontologicamente fluidas, há não-humano-humano-não-humano-não-humano: a) ARMAZENADORES; b) ORGANIZADORES; c) PROCESSADORES; b) ORGÂNICOS (VIANA; ARAÚJO, 2019):

FIGURA 66: Unidades discretas e agências não-humanas



Fonte: VIANA; ARAÚJO, 2019, p. 104.

Essa constituição pluriontológica das operações da ReCo nos permite reorganizarmos nossa forma de pensar os sistemas sociais à medida que nos orientamos para pensar um mundo direcionado pluralmente, perpassado por existências diversas como pensamos ao abandonarmos as dicotomias “sujeito-objeto” que a teoria dos sistemas nos orienta. Essa direção assumida na tese nos permite desenvolver uma reflexão acerca do que pensamos ser esta experiência-ação. Claro que a perspectiva desenvolvida por nós teve uma circularidade pedida pela Análise Cognitiva (ReCo): o diálogo de conhecimento próprio e apropriado que sustenta um projeto de difusão do conhecimento.

A partir da observação de segunda ordem, como pedido na teoria luhmanniana, organizamos nosso olhar e nossa forma de pensar e estar no mundo como parte dele, que envolve uma série de operações que nos incluem. No entanto, dialogamos com a ideia de agenciamentos múltiplos do pensamento antropológico que nos permite organizar e pensar

que tais operações são colocadas numa dimensão de malhas, *habitats* perpassados por diversos seres não-humanos.

FIGURA 67: Agências não-humanas na operação das ReCo



Fonte: DANTAS apud VIANA; ARAÚJO, 2019, p. 105.

Não se pode pensar nas ReCo operando como sistema autopoietico, ignorando a agência do licuri³⁵, da caatinga, do sisal, do espaço de convivência e dos artefatos das tramas que tudo isso compõe. A trama de um tapete e a feitura de um bolo, a organização de uma mensagem nas redes sociais são possibilitadas por essas relações humanas-não-humanas. E ao nosso ver, ao pensar nas experiências-ações como operação qualificada das ReCo, atualizamos as fronteiras teóricas metodológicas que assumimos neste trabalho.

³⁵ O licuri (*Syagrus coronata*) é uma palmeira bem adaptada às regiões secas e áridas da caatinga e possui grande potencial alimentício, ornamental e forrageiro, sendo o seu manejo de grande importância para essas regiões visto que as mesmas apresentam limitações para a agricultura. No entanto, essa cultura ainda é explorada de forma extrativista. A otimização do uso dessa palmeira certamente contribuirá para melhoria da qualidade de vida da população, tanto com a utilização dos seus frutos na alimentação humana, pois estes apresentam um bom valor nutricional, como também para aumentar o desenvolvimento socioeconômico do semiárido gerando renda para a população pela utilização das folhas do licuri, para fabricação de artesanatos (RAMALHO, 2006, p. 01).

FIGURA 68: Agências não-humanas nas Experiências-Ação

Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

Se o território-sistema se vê como tal no processo de auto-organização e diferenciação, ele tem agência sobre os seus componentes, incluindo suas unidades discretas e os observadores de primeira ordem e podemos pensar então que as **experiências-ação nas cooperativas Sabores da Terra e Delícias da Mandioca** têm essa marcação importante. Todavia, no ponto anterior, verificamos isso como uma dimensão das experiências-equivalentes das unidades discretas que operam no sistema-território com as relações recorrentes de malhas e sistemas-comunicacionais que organizam a comunicação e a interação.

Pensamos então que as ReCo como malhas em *habitats* são tramas em operações que envolvem um número diversificado de interações entre agentes. Um fazer de um bolo, de um licor em um processamento da farinha do licuri faz emergir essas relações que no mais da vezes são apagadas, por serem ignoradas como relações pluriontológicas e simétricas.

FIGURA 69: A experiência-ação acontece no local, marcada pela singularidade e tramas



Fonte: Acervo da pesquisa (2023).

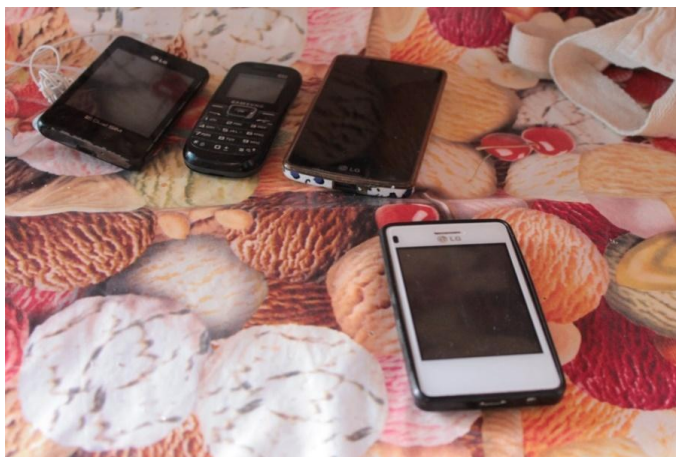
O artefato de transporte, a motocicleta, faz-se presente como um auxiliar dentro da localidade. Idas e voltas da sede do município, saídas e coletas de material, compras e entregas são transportadas por meio de motocicletas. A importância desse artefato na vida das cooperadas concede a ele um elemento especial de utilidade e necessidades das agentes em seu processo criativo-produtivo. A ausência de sinalização na estrada de acesso aos núcleos de convivência aponta para um conhecimento tácito georreferenciado das agentes dentro da localidade que é organizado em vias de estradas de terra como um grande labirinto em meio à caatinga exuberante, em que um estranho logo se perde diante das entradas e saídas dos fluxos de informação que o local contém.

A afetividade para com o local e o espaço também se dirige aos artefatos, essa relação evidenciada nas construções de uma dinâmica cotidiana de autoria ou mesmo de usufruto de algum utensílio, por exemplo. A preferência por uma panela, as relações com um tipo de ação. Não raro essa economia das relações com os artefatos se faz não só para utensílios, mas

também para animais e plantas que ficam evidentes em *habitats* rurais. A afetividade pelo local é uma relação de vida que vai das experiências-equivalentes à experiência-ação e vice-versa. Porque o vínculo com a terra está intimamente ligado ao vínculo com as coisas que habitam o local: minha terra, minha casa, minhas plantas, meus animais.

Assim sendo, a operação das experiências-ação das agentes no sistema e sua operação de produção e conhecimento levam em conta uma relação íntima com a produção da terra, sua dinâmica de reorganização tanto como alimento como moradia, conforto e trabalho. Podemos dizer que tais relações são constitutivas dessa experiência-ação, pois não se pode trabalhar sem modificar a si, o outro e o mundo onde se vive. Cada experiência-ação, neste sentido, aponta para um processo criativo, relacional e dinâmico, virtual e presencial, dado que pode acontecer intercalando as múltiplas ontologias de existência.

FIGURA 70: Os artefatos e a comunicação nas ReCo



Fonte: DANTAS apud VIANA; ARAÚJO, 2019, p. 107.

Chamamos a atenção para as relações com utensílios de comunicação como o celular e essa alteração na dinâmica de reorganização nos processos de interação e cooperação. Esse artefato permite uma ampliação das interações. A organização e marcação de recados e reuniões, fluxo de informação que adentram ao ReCo, complexando ainda mais as relações nas operações de reorganização e autopoieticas.

O processo de experiência-ação é uma operação interna de autorreferenciamento das próprias unidades discretas e das relações que se tem com as demais componentes dessas malhas e *habitat* porque a dinâmica do trabalho significa reconhecer-se quanto à singularidade no processo das interações e aglomerações de cada unidade. Essa expectativa

afetiva com a ação permite uma ampliação das informações. Nesse sentido, as autorias de uma receita são sempre fluidas, personalizadas, bem como o fazer de um licor, as doses que dependem de um *background* e aumentam esse *background*. As dosagens, a temperatura, o tempo, os processos de produção, embalagem, venda, contabilidade, organização e despesas. Tudo isso parece fruto dessa operação da experiência-ação nas ReCo.

FIGURA 71: A experiência-ação, produção material nas ReCo



Fonte: Acervo digital Rede Ponto Nosso (2023).

A operação das experiências-ação é a atualidade da memória, parece atualizar, por exemplo, as receitas, pois traz do passado uma perspectiva material e presentifica. Quando se atualiza uma receita adicionando novos ingredientes, criam-se novas perspectivas de mercado e incluem-se novos sabores diversificados. Isso traz uma organização e gestão do conhecimento de tal modo que altera as agências dos artefatos, a necessidade de comprar um novo freezer, um novo tipo de embalagem, criar receitas veganas, sem glúten e sem lactose, por exemplo. Essa abertura informacional de atualização de conhecimento insere nas ReCo características dos sistemas autopoieticos que evoluem a partir de aprimoramento das estruturas que os compõem.

A Experiência-ação na Cooperafis é uma operação das ReCo que faz surgir uma relação constante do saber-fazer, pois exige uma série de atividades de conhecimento e técnicas aprimoradas, seja no âmbito da tecelagem de fibras, seja no processo de organização de atividades complementares a esse processo. O saber-fazer artesanal compreende uma atualização do sistema de conhecimento, à medida que se faz e insere informação na experiência-ação. Ela vai indicar o grau de habilidade especializada, seja na fibra do Sisal ou na fibra do Caroá, bem como uma relação de associações entre agentes humanos e não-humanos.

A experiência-ação nesse turno passa pelo reconhecimento das fibras, seu usufruto e a trança que cada um faz e pode ser direcionada para um tipo de utensílio. Por exemplo, a fibra do caroá, mais leve e flexível, pode ser usada para tecitura de utensílios de uso junto ao corpo como acessórios, carteiras, bolsas e chapéus. O valor empregado ao uso vai desde a colheita e preparação da fibra até a precificação e envio do produto aos intermediários ou consumidores finais. Com a fibra do sisal, mais resistente, podem-se fazer sacolas, descansadores de panelas, bolsas, cestos, *bocapios* e tapetes. Em geral, a compra é feita de uma palha mais industrializada e beneficiada por produtores do território.

No entanto, há um segundo nível da ação-experiência que possibilita tonificar e pintar essas fibras. Em primeiro lugar, por uso de tinturas industriais e não-orgânicas (ocorre a partir de encomendas dos clientes e grandes lojas, por exemplo), e em segundo lugar o uso de tinturas, a partir da extração da entrecasca da árvore de pau-de-colher, por exemplo, que além de ser um extrativismo orgânico, é preferido pelo baixo custo e valor agregado aos produtos confeccionados.

A experiência-ação como operação da ReCo atualiza o sistema de conhecimento na gestão desse processo de desenvolvimento de relações comerciais, apontando horizontes e trazendo oportunidades. O saber fazer intrageracional que utiliza um conhecimento sobre determinadas plantas cria a oportunidade de interação entre diversos agentes que se organizam para usufruto dos insumos do território.

A utilização de fibras vegetais no processo do fazer artesanal também é fruto das relações de associações entre agentes que emergem como elementos de cooperativismo. Destaca-se que a afetividade como *link* de interação entre agentes perpassa pela escolha das fibras, dos modos de produção e fruição criativa, dos afetos com o território em que o ambiente de produção se instala e fortalece o saber-fazer colaborativo. O *habitat* familiar se destaca como fomentador de uma atmosfera de pertencimento ao território. Essa atmosfera de afetividade, a partir da comunicação, opera para o autorreferenciamento, atualização e modificação estrutural da ReCo.

FIGURA 72: A aplicação de tintura nas fibras de Sisal

Fonte: Acervo digital Cooperafis (2023).

As interações aparecem na feitura dos utensílios seguindo um padrão específico, a exemplo das carteiras feitas de caroá, pois modelo pode vir de uma encomenda de fora do grupo com os desenhos e modelos de estilistas ou do próprio grupo, pode vir de um designer profissional ou elaborado e compartilhado coletivamente, com aprimoramento constante das unidades discretas que atuam nos núcleos de produção. Não basta saber tecer, para ser da Cooperafis tem que saber compartilhar, cooperar e se associar. A técnica é uma dimensão importante de pertencimento, mas que não sobrepõe a afetividade que possibilita a comunicação entre agentes.

A tonalidade das peças, os detalhes das tranças e dos processos de tintura são elementos levados em conta, porque mesmo padronizados por modelos, eles são exclusivos, artesanais e feitos à mão, o que emprega a cada utensílio uma relação de informação e energético de transformação material. Forma e informação são relacionadas pelas diversas agências e suas operações associativas com as fibras, as tintas, os utensílios, as tesouras, as facas e os celulares.

FIGURA 73: Na Cooperafis tem que saber compartilhar, cooperar e se associar

Fonte: Acervo digital Cooperafis (2023).

Nesse sentido, a organização dos conhecimentos, a partir de uma demanda de atualização do sistema, emprega ainda a variável comercial que sugere uma compreensão da experiência-ação como principal operador das atualizações do sistema autopoiético. Ao receber uma encomenda, a partir do modelo específico, há uma modificação do sistema de conhecimento, as estruturas se acoplam a uma nova informação mediada pela comunicação. Inserem-se novas informações no processo criativo, mas dentro das condições de possibilidade do processo de artesanato das unidades discretas.

Os limites das estruturas na operação das unidades discretas (agências) são mediados pela interação que acontece na produção material e intelectual do processo criativo. O grau de limites não é restrição, mas contradição das próprias ReCo para se recompor e abrir-se para novas condições de possibilidades. Podemos especificar por exemplo quando as artesãs vão se adequando ao mercado artesanal, participam de ações e promoção de marcas, ampliam as relações de afetividade e aprimoram materiais e técnicas, valores e organizam suas ações.

A experiência-ação perpassa ainda pelas relações de coletividade de trabalho em casa como em locais específicos, núcleos, galpões e áreas de escritório na sede da organização. Há um movimento de comunicação interna com uso de artefatos do celular para organizar e expandir a comunicação para além do tempo-presente e da localidade. A gestão da cooperativa se faz necessária, dado que a sede em Valente-BA é um dos locais de uso espacial, havendo uma fragmentação da experiência-ação.

Nesse sentido, as operações das ReCo se concretizam mais visivelmente nesta cooperativa, o comportamento de malhas ultrapassa o *habitat* e é visivelmente posta essa dimensão dos emaranhados de relações das unidades discretas que compõem os núcleos de produção. Os acervos dos conhecimentos são voláteis e bem contextuais com as relações operativas das ReCo. A gestão do conhecimento se dá por um senso de pertencimento que não se apega ao local (Valente-BA), por exemplo, mas não deixa de ser caracterizado como sendo do sertão. Nesse sentido, o sistema-território apresenta uma contradição de identidade, o que o dá uma complexidade maior.

Podemos pensar em intersistemas de autorreferenciamento, organizados em uma perspectiva das operações de unidades discretas específicas. O observador de primeira ordem (unidades discretas), em sua operação de identidade e diferença, demarca as fronteiras entre ambiente e sistema, transita entre sistemas e organiza sua vida neste processo. Porque nas ReCo essa diferenciação só é possível se houver uma identificação de si e do outro em uma lógica do reconhecer-se como tal. Na complexidade dos sistemas não há como separar um do

outro, dadas as intrínsecas relações de interação e comunicação entre eles no meio em que são caracterizados.

O próprio nome “Fibras do sertão” ultrapassa identificação com o sistema-território, que para um observador de primeira ordem não parece distinto do sistema-sertão que é mais amplo, mas complexo e que exige uma abordagem mais elucidativa. Ou seja, diferenciar sistema-território do seu entorno e do sistema-sertão é uma condição de possibilidade feita em uma observação de segunda ordem (lógica da descrição e reflexão aplicada).

6.4 RECO – SISTEMA DE CONHECIMENTO: EXPERIÊNCIAS-VALIDADAS

Ao pensarmos a operação das experiências-validadas nas ReCo, podemos destacar, antes de qualquer coisa, que as unidades discretas se organizam no processo de manutenção no sistema de conhecimento autorreferencial. Nessa perspectiva, podemos dizer que o processo de identidade não se aplica apenas a um nível unitário, mas ao processo de rede que se expande. As atividades das cooperativas não se definem apenas pelas experiências-equivalentes ou experiências-ação que são caracterizadas como operações internas que se complexificam com a comunicação. As relações operacionais fechadas em si e autopoieticas necessitam de um reconhecimento para além das próprias ReCo, tensionando em um movimento de perturbação do ambiente.

Exemplo disso foi o impacto do golpe de 2016 nas cooperativas, bem como a pandemia do Covid-19, que trouxe diversas consequências sobre as Cooperativas. Essa relação se deve às operações do próprio sistema-território sobre seus componentes e a perspectiva de reconhecer-se como tal, reorganizando-se em processos contínuos e atualizados. Dessa maneira, as experiências-validadas são operações do sistema-território sobre as unidades discretas. Como o nome diz, há uma validação das agências, reconhecendo-as como parte do sistema-território, validam-nas enquanto ReCo, ou sistema de conhecimento.

Tudo isso é possível porque há inúmeras operações de outros sistemas em consonância para validação e manutenção das operações das cooperativas. Inclusive de outros sistemas territoriais, sistema político, sistema econômico e sistema cultural. Podemos refletir alguns pontos evidentes dessa relação de interação que validam as experiências das cooperativas em suas experiências-validadas: a) a formação da rede ponto nosso; b) a participação e realização de ensino de cooperativismo e de artesanato; c) participação de redes cooperativas; d)

reconhecimento comercial e inter-institucional.

Rede Ponto Nosso: um conjunto de pontos físicos no território do sisal onde há uma gestão de negócios com a participação de várias cooperativas e unidades de produção. Esse processo desenvolvido como referência física das operações de experiências-ação serve como ponto de apoio para as marcas e suas produções materiais. Neste local se vende de tudo, desde os bolos e licores até as bolsas artesanais. Outras produções também da agricultura familiar são encontradas. Isso permite um reconhecimento mútuo das ReCo, constituídas no sistema-território, tendo em vista que a operação experiência-validada é propriamente uma operação comunicacional e interacional. Para acontecer há reuniões e encontros múltiplos e coordenados pelas próprias agentes.

Apresentam-se dificuldades de gestão, coordenação e desenvolvimento, desde a perspectiva de manter esse núcleo e por conta da falta de políticas públicas e governamentais para esse tipo de empreendimento até os impactos ao comércio durante a pandemia. As experiências-validadas operam também dentro do campo da contradição, da invisibilidade, nesta operação percebemos ainda as negações do próprio sistema-território, ou seja, as dificuldades e perturbações se apresentam como elemento de transformação, purgação ou mesmo enfraquecimento e até exclusão dos componentes.

FIGURA 74: Rede Ponto Nosso



Fonte: Acervo digital Rede Ponto Nosso(2023).

A Rede Ponto Nosso está fechando suas portas porque, em um erro contábil, ela foi cadastrada como “Lanchonetes, Casas de Chá, de Sucos e Similares” e não como “agricultura familiar”, acarretando uma série de complicações às cooperativas que são dimensionadas na agricultura familiar. Essa contradição pode ser posta como um desafio de sobrevivência e um processo paulatino de reconhecimento e de não-reconhecimento, especificado como contradições do mesmo sistema para adequar-se.

O movimento das cooperativas então é de reorganização com as instituições locais, ou seja, recolocação e redirecionamento das operações por meio da comunicação para superar as perturbações próprias dos sistema-território criadas nele e por ele. Essa perturbação gera novas correlações que implicam uma retomada das agências, novas interações e novas formas de se identificar no sistema.

A participação e realização de ensino de cooperativismo e de artesanato: No âmbito das experiências-validadas, na Cooperafis, por exemplo, há promoção de cursos para o ensino de cooperativismo e de artesanato em grupos de mulheres em todo o Território do Sisal. Esse processo de difusão do conhecimento faz parte do sentido original da cooperativa que opera como agente não só de produção material, mas de criação de conhecimento. Se há uma demanda desse processo, há uma validação da experiência e conhecimento empreendido por esse grupo.

A história de sucesso, a gestão e a organização do grupo enquanto complexo cognitivo operam nas ReCo, possibilitando a aplicabilidade de um conhecimento tecnicamente desafiador e bem caracterizado. Assim, pode levar em conta outra dimensão das ReCo que é o processo de difusão do conhecimento sobre as formas de vida, a possibilidade de renda e ampliação das relações e comunicação, compartilhamento de uma atmosfera de afetividade e solidariedade.

Cada unidade discreta no âmbito da cooperativa é agente derivado de inúmeras operações de geração de conhecimento, participa da organização das ReCo e do sistema-território. Nesse sentido compreendemos que esse movimento comunicativo das cooperadas gera uma robustez na rede cognitiva, pois nenhum conhecimento é transmitido ou perdido, mas é um diálogo. Uma criação de atmosferas de afetividade que permite ampliar horizontes e compreende um transbordamento dos sistemas de conhecimento.

Participação de redes de Cooperativas pode ser colocada como elemento das experiências-validadas, dado que o conhecimento apresentado é fruto das relações e interações de diversos agentes no sistema-território. O *pool* de cooperativas, que em sua organização autorreferenciadas se identificam, trabalham juntas e se reconhecem mutuamente. Podemos também apresentar uma perspectiva em que as experiências-validadas acontecem em grau de complexidade em que é possível pensar um *cluster* (grupo ou conglomerado) de cooperativas em vez de unidades discretas e suas agências internas nos grupos de produção em que há uma tendência de diferenciação e reconhecimento como único sistema.

No entanto, esse processo de identidade e diferenciação como operação comunicacional e de autorreferenciamento novamente aponta para elementos bem específicos das cooperativas Fibras do Sertão-Cooperafis, Sabores da Terra e Delícias da Mandioca. Suas atuações não se restringem a Valente e ao Território do Sisal, mas ampliam-se por conta do seu perfil multidimensional.

Os reconhecimentos interinstitucionais fora desse *habitat* em um movimento do próprio sistema autopoietico de contradição e autoafirmação. Nesse caso, podemos resgatar nosso entendimento das agências dos artefatos produzidos nas cooperativas. Elas rompem tempo e espaço e chegam aonde as agências humanas não chegam. As experiências-validadas compreendem o reconhecimento, a posse, a compra, o consumo do que foi feito, da energia gastas, da informação inserida no artefato.

Para além da estrutura dos sistemas que operam no limite territorial físico, as ReCo permitem que haja uma dilatação virtual, uma dimensão pouco estudada nas agências dos objetos e das associações dos humanos-não-humanos. Um exemplo disso é que nas feiras agroecológicas da cidade de Salvador é possível comprar os produtos da Delícia da Mandioca e dos Sabores da Terra, bem como nas lojas da *Tok & Stok* podemos comprar um produto feito pela Cooperafis.

Esse reconhecimento dos produtos e artefatos identificam um saber, uma forma de vida, uma cultura dessas agências humanas operando mediadas pela relação comunicação-informação-sentido. Essa operação autopoietica de complexidade aponta o comportamento de rede, malhas e entrelaçamentos de vários agentes em um *habitat* dilatado pelo comportamento do sistema. Isso é possível porque há um reconhecimento mútuo no *habitat* da cooperativa, há um movimento das cooperativas de adaptação, reorganização interna, acoplamentos e renovação.

As relações mediatizadas dão às experiências-validadas um elemento de virtualidade na comunicação, ampliando as operações das ReCo e o reconhecimento da comunidade do Papagaio por exemplo, bem como as relações para além do local da cooperativa, a partir de ações de agricultoras familiares, marcadas especificamente de elementos de uso de tecnologias de plataformas e artefatos eletrônicos, postando seus produtos e suas produções. As cooperativas têm seus grupos nas plataformas e suas páginas nas redes sociais em que são vendidas produções e pagas a partir dos meios eletrônicos.

A adaptabilidade das cooperativas mostra uma relação de desenvolvimento e adaptabilidade com os sistemas virtuais de comunicação e ecossistema das plataformas, o que concede à iniciativa uma aplicação das ReCo. Nossa perspectiva da configuração das redes sociais virtuais prova a dilatação do sistema de conhecimento, agenciado pelas unidades discretas em seu processo de vendas e de visibilidade dos trabalhos das cooperativas. Ser visto é existir e ser reconhecido, amplia as interações e cria as condições de possibilidade para atmosfera comunicacional e mudança estrutural dos sistemas autopoieticos.

A virtualidade estabelecida direciona para uma comunicação estratégica e comercial, o que para a sobrevivência das cooperativas é muito importante. Amplia a capacidade de negócios, exige uma maturidade de gestão comunicacional, uma programação e um planejamento. As agentes como unidades discretas fazem uma operação de interação e gestão da sua rede social, alteração e acoplamentos de estruturas comportamentais na própria cooperativa, cria-se uma identidade visual, discursiva, aprimorando-se nas relações com os sistemas, o ambiente e o entorno.

Um exemplo, durante as oficinas, as agentes construíram a apresentação de uma programação, agenda de postagens que levava em conta uma mudança na sua rotina, um planejamento, pré-produção, produção e avaliação comunicacional das cooperativas. Houve uma descrição e reflexão de suas operações produtivas, ampliando seus horizontes de interação e comunicação. Essa auto-organização do sistema de conhecimento e mediação das redes importava para a elaboração de novos projetos, participação de editais, modificação das estruturas físicas, capacitação de financiamento público e parcerias com instituições de fomento à agricultura familiar e produção da economia solidária.

As ReCo, neste íterim, devem ser abordadas com uma perspectiva de mediação dos meios de comunicação. Tal mediação configura uma problemática profunda porque envolve o agenciamento de instituições, empresas, algoritmos e plataformas. A complexidade das relações estabelecidas no ecossistema digital insere mais complexidade na ampliação da gestão do conhecimento. Cria-se uma espécie de *black box* em que as informações geradas sobre as cooperativas são uma constante de interações direcionadas, pois, pela programação algorítmica implicada no pagamento ou não à empresa de comunicação.

As relações construídas no mundo da virtualidade pelas experiências-validadas implicam submeter-se às organizações das estruturas das plataformas que funcionam dentro de uma temporalidade própria, ou melhor, elas criam uma sobreposição da temporalidade da experiência-ação e das experiências-equivalentes (operações das ReCo), desdobrando-se daí

em uma expectativa de valores que estão para além da afetividade e territorialidade, ponto-chave das características descritivas das ReCo. A venda virtual de um artesanato, por exemplo, pode ser impulsionada nas redes para um perfil de público específico mediante pagamento dessa ação mercantil.

As relações estabelecidas comercialmente parecem ter uma paridade com relação a elementos de afetividade, solidariedade e territorialidade, mas que se somam às estratégias organizacionais das ReCo. Desse modo, a busca pela sobrevivência das cooperadas, a manutenção da qualidade de vida, a organização e reorganização constante, adequações legais, normativas sociais, concorrência de mercado, isolamento territorial, discriminação e outra atmosfera de hostilidade do sistema capitalista são exemplos das contradições.

As ações das ReCo compreendem romper então com as adversidades do sistema capitalista em suas contradições observáveis. A valorização e reconhecimento das produções e dos esforços das cooperativas envolvem mais do que tudo uma série de alinhamentos, enfrentamentos em jogos de estratégias de sobrevivência, superação da pobreza histórica e injustiças sociais. Muitas das cooperadas, para além do trabalho de produção, são vendedoras de produtos de higiene e beleza, roupas, bijuterias e trabalham no comércio. Algumas se veem obrigadas a se afastar da cooperativa, migrar do território ou da localidade e se licenciar das cooperativas.

O reconhecimento da existência e funcionamento das ReCo torna-se mais uma dessas estratégias das próprias experiências-validadas, internamente nas cooperativas, no ecossistema das cooperativas e para além do sistema-território, em que há um processo paulatino de comunicação virtual e material. Ele abrange inúmeras operações das unidades discretas que vivem e convivem do cooperativismo, por exemplo, a busca de formação, cursos universitários e técnicos que somam às experiências, conhecimentos e saberes empíricos das ReCo, proporcionando, dessa maneira, a emergência de um complexo de conhecimento caracterizado pela diferenciação e reconhecimento do sistema autopoietico.

7 CONCLUSÕES

Esta tese é fruto de uma jornada de pesquisa que se iniciou em 2014, a partir de nosso ingresso na Uneb de Conceição de Coité-BA e no Território do Sisal. Ela se torna um ciclo que se fecha neste processo constante de trabalhos acadêmicos que une Ensino, Pesquisa e Extensão, sob a perspectiva da geração, gestão e difusão do conhecimento. Como um processo cíclico ou espiral constante, podemos elencar algumas considerações finais e descrevemos e caracterizamos singularidades desse trabalho: **I) formas de vida e agências humanas e não-humanas; II) a perspectiva da convivência dessas formas de vida no semiárido; III) a construção da vida cultural-econômica-política entrelaçada em uma ambiência efetivada em experiências e afetividades; IV) formação de redes cognitivas que permitem geração-gestão-difusão do conhecimento.**

- **I) formas de vida e agências humanas e não-humanas:**

Destacamos três elementos-chave que podem nos direcionar na concepção epistemológica do conhecimento, a partir de outras formas de pensar, criticando os cânones chamados de modernos. Nos negamos “a jogar a criança fora junto com a água”, pois o conhecimento é um diálogo onde há um movimento de relações, interações e concepções de mundo. Por isso mesmo o conhecimento é próprio e apropriado pelos agentes do conhecer, uns mais que outros no movimento dessas apropriações, táticas e formas de vida.

Aprendemos neste trabalho que o conhecimento é fruto da experiência no mundo, sob horizontes de relações que perpassam ontologicamente uma variação infinita de seres. Daí podemos destacar a incomensurabilidade do mundo, pelo mundo ser complexo o suficiente para tentarmos descrevê-lo, a partir de uma política de conhecimento. Ela pode ser entendida como roteiro que envolve escolhas teórico-metodológicas, ou seja, destina-nos a um engajamento, coração de interações, concepções, valores e afetividade.

Então, assumimos a preferência por autores que nos referenciam na nossa escolha de assumir a concepção das múltiplas agências, em que há uma rede de relações e associações de humanos e não-humanos. Essa associação permite a concepção de experiências em três níveis importantes: experiências-equivalentes (agentes como unidades discretas no conhecimento do mundo); experiências-ação (agentes na produção material e comunicacional); e experiências-validadas (o reconhecimento de si e do outro nos sistemas sociais).

Ao compreendermos isso, apontamos que há operações que ocorrem no sistema social de gestão, criação e difusão do conhecimento nas cooperativas. Cada cooperativa opera em sua singularidade, autorreferenciada e faz emergir um sistema desse conhecimento que chamamos de Redes Cognitivas (ReCo). Ao compreender isso, possibilitamos a descrição desse processo sistêmico, ou seja, nos colocamos como agentes do conhecimento.

As ReCo operam como uma dimensão autopoietica e se direcionam para o próprio grupo em circularidade estrutural, fechado operacionalmente, mas aberto às interações, por meio dos sistemas de comunicação (operador singular). As cooperativas gestam suas forma de pensar, agir de produzir com uma precisão histórico-material, mas também imaginativa-criativa ao se apropriar de conhecimentos específicos que são passados de geração à geração, mais inovadores, organizados e planejados sob as interações das mediações de artefatos como celular e redes sociais.

As agências nas ReCo podem ser percebidas nos produtos vendidos nas redes de cooperativas que estão para além do sistema-território, em lojas, nos pontos específicos de venda de produtos frutos da agricultura familiar, das atividades de redistribuição e venda pelas redes sociais, por exemplo, a venda pelo celular. Essas aberturas de interação abrangem uma concepção avançada do sistema autopoietico porque mostra como, mesmo autorreferenciadas, as redes não se enclausuram energeticamente (material) e não se perdem (informacionalmente). As informações, na operação da comunicação, permitem às ReCo uma ação de reconhecimento de si e do outro, de identidade e diferença, dando aos sistemas de conhecimento uma complexidade.

Nesse sentido, este trabalho buscou compreender que as agentes das cooperativas são parte do sistema em posições estabelecidas pelas suas formas de vida, igualmente geradora, gestora e difusora do conhecimento. As agentes, ao se distinguirem nesse movimento, comportaram-se como operadoras do sistema, ou seja, observadoras de primeira ordem, unidades discretas do sistema que operam juntas para manutenção e organização das relações estabelecidas intrassistematicamente.

Nós pesquisadores assumimos uma posição de observador de segunda ordem, pois não deixamos o sistema para observá-lo em suas operações e os observadores de primeira ordem. Estamos, vivemos e participamos do sistema que se observa em operações e observa outros sistemas. Ao contrário da concepção de “sujeito-objeto”, que gera sucedaneamente os preconceitos, as hierarquias de conhecimento e parece alimentar as concepções injustas e deletérias que sustentam a cultura, as concepções de civilização, de “saberes-verdadeiros”,

onde populações, comunidades e pessoas são objetos para estudos dos sujeitos (pesquisadores) e por isso são objetos destituídos de direitos fundamentais, negados pelas políticas públicas sublimados por governos e Estados.

- **II) a perspectiva da convivência dessas formas de vida no semiárido entrelaçada em *habitat* de experiências e afetividades;**

Pensamos também que as cooperativas são formas de vida que se alimentam de uma relação com o local, as agências de plantas, frutas, artefatos que estão presentes no semiárido da Bahia e do Nordeste. Temos então a descrição de uma sofisticada forma de viver e conviver com o semiárido. As relações de conhecimento seculares são atualizadas à medida que o sistema fica mais complexo no convívio com o reconhecimento de outros sistemas que perpassam as agências que operam no Território do Sisal.

O sisal, o caroá, o pau-de-colher, o licuri, a mandioca são exemplos de espécies amigas que em suas agências atuam no processo de transformação material e desenvolvimento dos sistemas-território a partir da operação das ReCo nas cooperativas, essa perspectiva nos aponta para uma malha de relações que são tramas concebidas por ações e reações políticas, concepções de mundo, cooperações e colaborações no semiárido.

A expectativa de conviver no semiárido leva as cooperativas a buscarem no conhecimento experiencial uma forma de organizar-se, sobreviver e prosperar nestes processos de sistema-território. Assim, os insumos da terra, que antes não eram valorizados e até desperdiçados, são reorganizados a partir de uma gerência do conhecimento, atuação de colaborar com compras de frutas dos quintais das casas e vizinhanças, as formações ao cooperativismo, ao empreendimento, à criatividade de criar novas receitas e formas de artesanato.

- **III) a construção da vida cultural-econômica-política;**

A ausência secular do Estado no território, monocultura e concentração fundiária não impediram as transformações do sistema e beneficiaram agentes cooperados que tiveram um direcionamento a partir dos governos democráticos desde 2003. Esse fato deve ser posto, dado que os movimentos no território tiveram uma epifania nesse período em que observamos as condições de possibilidade das cooperadas atuarem como tais. Destacamos a participação dos programas sociais de merenda, valorização da economia solidária, ampliação de investimento no Território do Sisal, implementação de agentes de conhecimento e abertura de

probabilidades de formação, fomento e desenvolvimento das cooperativas.

- **IV) formação de redes cognitivas que permite geração-gestão-difusão do conhecimento.**

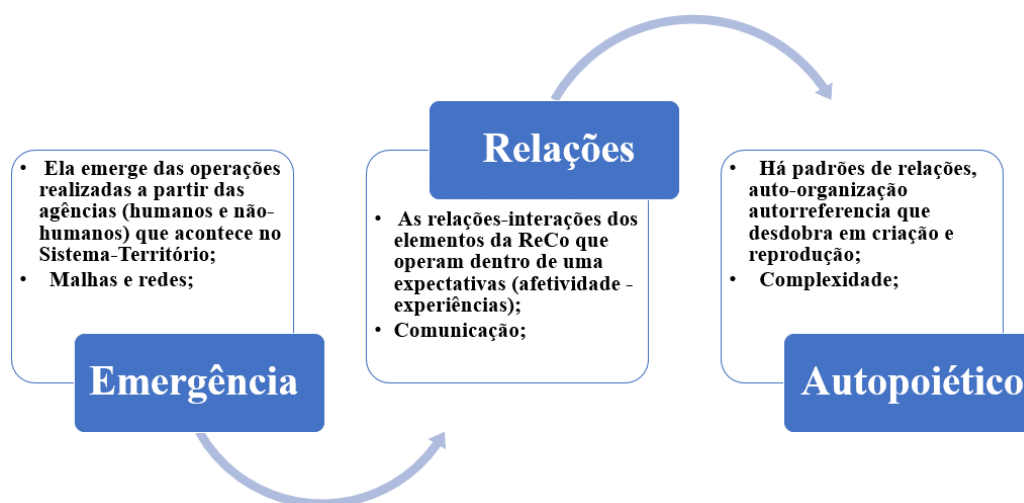
As Redes Cognitivas (ReCo) se caracterizam como um sistema emergente das operações das diversas camadas de experiências (conhecimentos, saberes e afetividades). Essas operações são realizadas pelas agentes que atuam nas unidades de produção, comunidades rurais que se ligam às cooperativas.

A emergência das Redes Cognitivas (ReCo) que operam nos sistema-território nos indica que as unidades de produção das cooperativas se comportam como elemento fundamental de *habitat* social: para essas mulheres os espaços de produção podem ser sua casa e vice-versa. Esse espaço comum da ação e produção é o espaço da afetividade, e élan das relações de solidariedade e colaboração. Atmosfera criada neste espaço, no lugar adequado de ação política, ética e epistêmica.

Modelar as ReCo é pensar em aspectos fora desses cânones das ciências humanas, apontando para elementos de novas condições de possibilidade de estudos das comunidades e das relações sociais. Apontamos para a visão sistêmica, compreendendo que esta perspectiva é interdisciplinar e perpassa um exercício de diálogo constante entre saberes, conhecimentos e também entre agentes de conhecimento, entendendo nossa perspectiva como ação deliberada de abertura e diálogo.

As ReCo emergem com as características de sistema autopoietico, mas em um formato de malhas de relações, interações e comunicação. Neste plano de realidade, as relações não são dicotômicas, mas sincrônicas e similares, pois é cheio de complexidade, a que a visão de hierarquia de saberes não alcança, exigindo um reposicionamento dialógico. O diálogo nos educa, o campo de pesquisa nos educa e nos forma para repensarmos os conceitos que nos testam a todo instante.

FIGURA 75: Características descritivas da ReCo



Fonte: Elaboração do autor.

Assim, em nossa avaliação tivemos alguns resultados já durante a pesquisa:

- Construímos um diálogo com as cooperativas em que elas nos receberam, conversaram, co-organizaram, coavaliaram, sugeriram e também pautaram nossas ações de pesquisa;
- As oficinas de comunicação como parte de nossa pesquisa aconteceram criando as condições de possibilidade de gestão da comunicação nas cooperativas e aumento da interrelações entre as unidades discretas com outros sistemas sociais;
- Ampliamos e estreitamos as relações entre universidade e cooperativas, tivemos a organização de eventos no Campus 14 com a participação das cooperativas;
- Construção interinstitucional com outros agentes institucionais do território, Ongs, Prefeitura, Sindicatos em especial a Fundação APAEB, onde podemos fazer visita e propor oficinas para outros agentes do Território, em Valente-BA;
- A partir das nossas perspectivas teórico-metodológicas, participamos colaborativamente do projeto e instalação dos laboratórios multidisciplinar e multiusuário (LAPADAS) nos Campi de Conceição do Coité (Campus 14) e Jacobina (Campus 9);
- Ciclo de formação LAPADAS, para consolidação de conceitos fundamentais do Laboratório para perspectiva de Difusão do Conhecimento (participação de doutorandos do PPGDC).

FIGURA 76: Colaboração para a difusão do conhecimento no LAPADAS

LAPADAS
Laboratório Aberto
e Multiusuário



1º CICLO DE FORMAÇÃO – LAPADAS

Segunda-feira
02.05.2022
às 19h

Ações e produções multimodais,
localizadas, significativas, acessíveis

Mediadora:
Franciele Reis Messias
(MPED-FEL-UNEB)

Edson José
Dias Machado Filho

Segunda-feira
09.05.2022
às 19h

Inovação e tecnologia em
ambientes colaborativos

Mediador:
Manoel Luiz Silva
(MPED-FEL-UNEB)

Segunda-feira
16.05.22
às 19h

Ciências, tecnologias, inovação em
espaços multirreferenciais de
aprendizado

Mediadora:
Larissa Leslie Sena Fiuzza Bispo
(MPED-FEL-UNEB)

Katiuscia da
Silva Santos

LABORATÓRIO ABERTO E MULTIUSUÁRIO
DE PESQUISA APLICADA E
ENGAJADA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
(LAPADAS)

TRANSMISSÃO
TV UNEB CoRe6

Fonte: Acervo digital LAPADAS (2023).

A tese toma corpo sabendo dos seus limites direcionais que podem ser percebidos ao longo da leitura, especialmente na concepção de conceitos já consolidados dentro de uma abordagem multidisciplinar do campo das humanidades.

No entanto, a escolha de nos direcionarmos para uma abordagem fora desses cânones pode ser compreendida como limites da obra, dos conhecimentos postos e condições de possibilidade para abertura de novas investigações em um modelo quali-quantitativo, interpretativo e compreensivo com e para além dos conhecimentos nos campos da ciências sociais, humanidades e transdisciplinares.

Os limites postos nesta abordagem política foram percebidos ao longo do trabalho, a partir das nossas leituras, reflexões, ações e pesquisas de campo. Quando pudemos localizar-

nos e delimitar-nos tanto pelas relações intelectuais, teóricas metodológicas do programa quanto pelos limites físicos, a pandemia, as contingências da vida de professor-pesquisador.

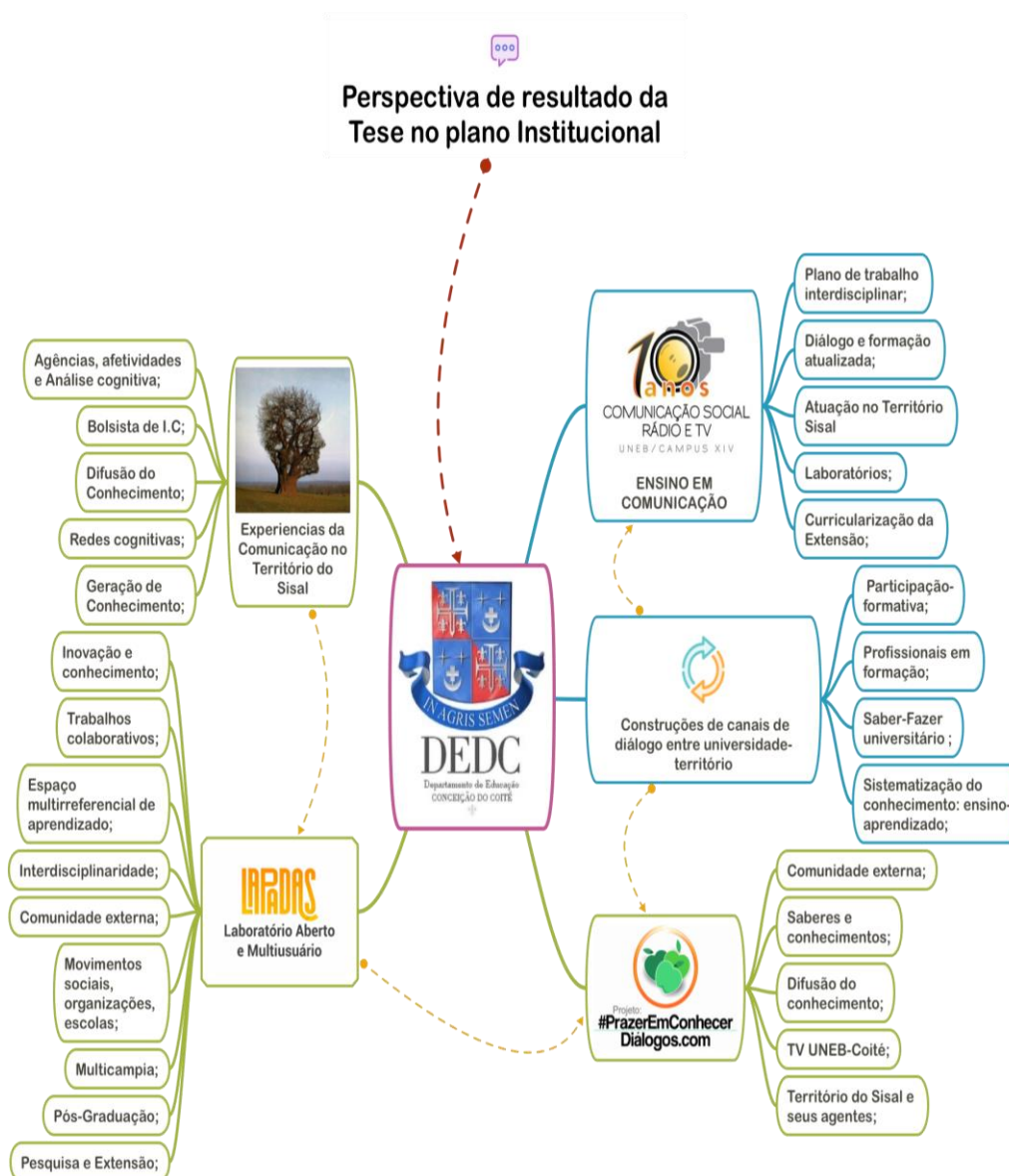
Portanto, as possibilidades de abertura e continuidade da pesquisa podem ser percebidas no campo de estudos das políticas públicas, das relações de poder e das abordagens disciplinares que essas temáticas encerram e fazem parte da construção intelectual da tese, das escolhas do tema, do método, do fenômeno e das relações de campo. Os limites da descrição e da reflexão são pensados pela abordagem apresentada por Luhmann (2010; 2016) como os limites da observação. Nem tudo pode ser observado pelo observador de segunda ordem.

Essa perspectiva de limites da nossa observação foi sugerida à medida que nos deparamos com uma complexidade que o fenômeno das Redes Cognitivas (ReCo) encerra. Já na preparação do projeto, percebemos a lacuna teórico-metodológica sobre o tema das relações políticas no entendimento disciplinar (políticas públicas, relações de poder, ações do Estado), dada a natureza do programa de doutorado. Todavia as abordagens dos professores Prof. Dr. Gustavo Bittencourt Machado e Prof. Dr. Wellington Aragão nos apontaram horizontes de possibilidades. Talvez por isso, enxergamos a lacuna dessa abordagem na tese proposta.

Assim, a tese constitui uma obra fechada operacionalmente com meio, início e fim, mas aberta para desdobramentos e caminhos possíveis de trabalhos, pesquisas, ações e extensão. Pois sua natureza, desde o princípio, é de tessitura, organização de diálogos para difusão do conhecimento. Os limites da tese são suas potencialidades, podendo abrir para novos horizontes da difusão do conhecimento no Território do Sisal e onde possa ser desenvolvida, a partir de geração, organização e diálogos de saberes localizados.

Nessa perspectiva, o pesquisar proporciona, em vez de um interdito, uma malha de comunicação e interação. Criação de uma atmosfera que possa ser afetividade, sentido e ação de conhecimento próprio e apropriado, dialogando com saberes localizados e fortalecendo as propostas vindouras de gerar e difundir o conhecimento.

FIGURA 77: Perspectiva de resultado da tese no plano institucional



Fonte: Elaboração do autor.

Nesse sentido, apontamos algumas possibilidades a partir de nossos limites percebidos no estudo-pesquisa-escrita. Podem ser chaves temáticas para novos pesquisadores ou para nós mesmos na demanda no ensino, pesquisa e extensão universitária.

1 - Aspectos do processo de produção material, trabalhista e olhar da agência do feminino na difusão do conhecimento:

- multifuncionalidade;
- políticas públicas de emprego e renda;

- c) reconhecimento geográfico territorial;
- d) economia solidária.

2) Dimensão sistemática das relações de cooperativismo e redes colaborativas na difusão do conhecimento:

- a) economia criativa;
- b) movimentos sociais;
- c) ruralidades e urbanidades;
- d) agricultura familiar;
- e) afetividade.

3) Perspectiva da cultura material, agências e experiências na difusão do conhecimento:

- a) Gestão da comunicação;
- b) Redes comunicacionais;
- c) Experiências da comunicação.

Como resultados esperados, ainda, desejamos: a) um diálogo profícuo com os agentes da pesquisa; b) bem como a apresentação do trabalho como devolutiva, oferecendo aos agentes envolvidos na pesquisa mais cursos dentro do campo da comunicação, gestão da comunicação e relações institucionais para melhoria dos seus produtos; c) minicursos de elaboração de projetos em meio ambiente e desenvolvimento aos agentes da pesquisa; d) de forma geral desejamos a produção de conhecimento em produtos acadêmicos: palestras, cursos, minicursos, oficinas, artigos científicos e de divulgação, livros; e) desenvolvimento de projetos de iniciação científica sobre o Território do Sisal com participação de discentes dos locais, formação de pessoas a partir das relações institucionais com a UNEB de Conceição do Coité-BA e de outras localidades, outras instituições, bem como o fortalecimento das redes de pesquisa com o Grupo de Pesquisa Agricultura Comparada e Agricultura Familiar (UFBA) e Grupo de Pesquisa Formação, Experiências e Linguagens (FEL), na UNEB.

Pensar os estudos empreendidos por nós nestes últimos anos é criar uma cena do conhecer, exige um caminho cuidadoso e singular que nos faz perceber em uma experiência de percepções que nos confundem e nos deslumbram. E citando Ítalo Calvino sobre as questões do múltiplo e do uno, no novo milênio, pensemos o mundo nas múltiplas potências

do conhecimento. “Pois bem, creio ser indispensável a toda forma de conhecimento atingir esse golfo da multiplicidade potencial” (CALVINO, 2002, p. 86-87). Onde começa cada parte não se sabe, só se distingue as agências na tentativa de caracterizar essa multiplicidade potencial. Esta é a cena das relações de complexidade e de satisfação. Nossa racionalidade deve ser complexa. Ela não poderia se reduzir ao racionalismo, concepção para qual todo real é inteligível racionalmente (CALVINO, 2002).

“Essa inteligibilidade se alicerça na coerência das ideias, obtida pela obediência à lógica clássica: dedução, indução e exclusão da contradição” (MORIN, 2020, p. 105). Pensamos assim, com o autor, que não se deve jogar fora a água com a criança, mas buscar a aspiração de uma auto-organização do pensamento complexo comporta não apenas conceitos, mas nos orienta a compreender a realidade nesta perspectiva, ou seja, “noo-organização”:

A razão, no entanto, só pode avançar de modo decisivo se abandonar esse modelo de ordem em prol de um modelo organizacional (ordem e desordem interligadas) a fim de se conceber na relação autoecoreorganizadora. Isso significa que a razão deve deixar de ser mecanicista “*para se tornar viva [...]*” (MORIN, 2020, p. 137).

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Encontros Etnográficos**. São Paulo: Edunesp-Edufal, 2015.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Diante e/ou do instante: “sertões contemporâneos”, as antinomias de um enunciado. *In*: FREIRE, A. (Org.). **Culturas dos sertões**. Salvador: Edufba, 2014. p. 41-58.
- ANDERSON, Ben. Affective atmospheres. **Emotion, space and society**, v. 2, n. 2, p. 77-81, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2009.08.005> . Acesso em: 10 abr. 2021.
- ANDERSON, Ben; WYLIE, John. On geography and materiality. **Environment and planning A**, v. 41, n. 2, p. 318-335, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1068/a3940> . Acesso em: 10 abr. 2021.
- CHRIS, Anderson et al. The end of theory: The data deluge makes the scientific method obsolete. **Wired Magazine**, v. 16, n. 7, p. 23, 2008. Disponível em: <https://www.wired.com/2008/06/pb-theory>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação participante**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- ARAÚJO, Inês Lacerda. **Do signo ao discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Territórios de Identidade**. Salvador, 2017. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> . Acesso em: 20 out. 2017.
- BAHIA, S. D. E. E. M. E. S. D. E. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: Gov. da Bahia, 2016.
- BAHIATER - Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Seca Nordeste**. Disponível em: [http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/users/user103/MonitSecas2018/MPS-03_SecaNordeste\(Nov\)_R1.pdf](http://www.bahiater.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/users/user103/MonitSecas2018/MPS-03_SecaNordeste(Nov)_R1.pdf) . Acesso em: 20 mai. 2020.
- BARABÁSI, A. **Linked: A nova ciência dos networks**. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.
- BARBOSA, Jorge Luiz. **Cultura e Território**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- BERGER, R. C.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BLANCO-WELLS, G. Ecologies of Repair: A Post-human Approach to Other-Than-Human Natures. **Frontiers in Psychology**, vol. 12, p. 633-737, abr. 2021. Disponível em: doi:10.3389/fpsyg.2021.633737. Acesso em: 15 abr. 2021.
- BELTRAO, S. L. L. **A construção do diálogo interinstitucional para o desenvolvimento territorial rural sustentável: estratégias comunicativas e de participação no território do Sisal**. 2010a. 212 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010. Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&id=856253&biblioteca=vazio&busca=Territ%C3%B3rio%20do%20Sisal&qFacets=Territ%C3%B3rio%20do%20Sisal&sort=ano-publicacao&paginaAtual=1> . Acesso em: 15 abr. 2020.

BELTRAO, S. L. L. Prosa Rural - uma ferramenta da Embrapa para uma comunicação participativa com os agricultores familiares no Território do Sisal, Bahia. *In*: CONGRESO DA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE LOS INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN: la investigación de la comunicación en tiempos de crisis: diálogos entre lo local y lo global, 10., Bogotá, 2010b. **Anais** [...]. Disponível em:

https://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1025800&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb&ct=res&cd=0&d=12750717094136809075&ei=ILV5YOz4F5D_mAHA34iQBw&scisig=AAGBfm3nEeyvpKn68sg6b5p0AYieKfPYKg . Acesso em: 15 abr. 2021.

BELTRAO, S. L. L.; ARAUJO, M. F. L. de; LEITAO, A. P. da S. D. M.; PEREIRA, F. do A.; BATISTA, J. A. O. Ações da Embrapa para ampliar o acesso às informações tecnológicas: Agência de Informação, Prosa Rural e Minibibliotecas. *In*: NASCIMENTO, P. P.; SICOLI, A. H.; MARTINS, M. A. G.; BALSADI, O. V.; SILVA JÚNIOR, C. D. da. (Ed.). **Inovações em desenvolvimento territorial**: novos desafios para a Embrapa. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica: Embrapa-Departamento de Transferência de Tecnologia, 2011. p. 113-141. Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&id=905253&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22BELTRAO,%20S.%20L.%20L.%22&qFacets=autoria:%22BELTRAO,%20S.%20L.%20L.%22&sort=&paginaAtual=1> . Acesso em: 15 abr. 2020.

BITTENCOURT MACHADO, Gustavo. **Afetividade e Desenvolvimento**. Curitiba: CRV, 2018.

BITTENCOURT MACHADO, Gustavo. **Multifuncionalidade da Agricultura Familiar**. Curitiba: CRV, 2020.

BONET, Octavio. Itineranças e malhas para pensar os itinerários de cuidado. A propósito de Tim Ingold. **Sociologia & Antropologia**, 4(2), p. 327-350, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752014v422> . Acesso em: 20 jul. 2020.

BORGES, Jorge Luis. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOUYER, G. C. A "nova" Ciência da Cognição e a Fenomenologia: Conexões e emergências no pensamento de Francisco Varela. **Ciencias & Cognição**, v. 07, p. 81-104, março de 2006. Disponível em:

https://scholar.google.com/scholar_url?url=http://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/558&hl=pt-BR&sa=T&oi=gsb&ct=res&cd=0&d=12916903985023550225&ei=6LV5YN6WH6vasQLohomQBg&scisig=AAGBfm11msec95PakEG9WrvJUE3yog5qAA . Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **(Caroá ou Caruá, Neoglaziovia variegata)**. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. Brasília: MAPA/ACS, 2014.

BURNHAM, T. E. A. F. **Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem**:

currículo, educação a distância e gestão. Salvador: Edufba, 2012.

CALCATERRA, R. M. **Ideias Concretas: Percursos na filosofia de John Dewey**. São Paulo: Ed. Loyola, 2015.

CALLEGARO, Iara do Carmo; LÓPEZ, Xosé A. A. **Culturas Alimentares, Biodiversidade e Segurança Alimentar no Território de Identidade**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

CALVINO, Ítalo. **Seis propostas par próximo Milênio**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

CEPAL. C. N. E. M. P. A. R. L. Y. E. C. **La nueva revolución digital: de la Internet del consumo a la Internet de la producción**. Santiago - Chile: CEPAL, 2016.

CHARLOT, Veleida Anahi da Silva. SOUSA; Leliana Santos de. Ruptura epistemológica na pesquisa em ciências humanas: reflexões da prática. PGDR-EEDR-UNEB, Desenvolvimento Regional. *In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL “EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE” – IV EDUCON*, 22 a 24 de setembro de 2010. Campus UFS – Laranjeiras – Sergipe – Brasil. **Anais [...]**. 2010.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**. Porto Alegre: Penso, 2009.

CODES – Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável**. Valente-BA: CODES, 2010.

COELHO NETO, Agripino Souza. A política de desenvolvimento territorial rural no Brasil e a banalização do conceito de território. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 2, p. 107-124, set. 2013. ISSN 2317-5443. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3783>. Acesso em: 16 mar. 2021.

COELHO NETO, A. S. Políticas de Escala e a Conformação de Estratégias-rede das Ações Coletivas no Espaço Sisaleiro da Bahia. **GEOgraphia**, 19, p. 39-53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13817/0>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CONTE-SPONVITE. A. **Dicionário Filosófico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COUTO FILHO, Vitor A. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COUTO, V. A.; REIS, L. L. M. Indicação geográfica e desenvolvimento territorial. *In: VIII SOBER NORDESTE*. Parnaíba, 06 a 08 de novembro de 2013. **Anais [...]**. p. 5. Disponível em: https://sober.org.br/wp-content/uploads/anais/51_SOBER_2013_Belem.zip. Acesso em: 15 jul. 2022.

CRUZ, Danilo U. **O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades**. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016.

DA SILVA, V. C. A quem pertence a ciência? **Revista Espaço Acadêmico**, v. 19, n. 221, p. 155-167, 28 mar. 2020. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/47226>. Acesso em: 05

abr. 2020.

DE ALBUQUERQUE NAVARRO, Marli B. M. Homem e natureza: cognição e vida como elos indissociáveis. **Ciências & Cognição**, v. 1, p. 29-33, 2004. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/20>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **O fim do império Cognitivo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

DEHMAMY, N.; MILANLOUEI, S.; BARABÁSI, A.-L. A structural transition in physical networks. **Nature**, v. 563, n. 7733, p. 676-680, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41586-018-0726-6>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DEWEY, J. **Vida e educação**. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1967.

DEWEY, J. **Experiência e Educação**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

DEWEY, J. Tendo uma experiência. In: LEME, M. O. R. P. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 89-105.

DEWEY, J. O desenvolvimento do pragmatismo americano. **Sba: Controle & Automação Sociedade Brasileira de Automatica**, v. 5, n. 2, p. 227-243, 2007. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662007000200006>. Acesso em: 20 jan. 2019.

DEWEY, J. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins, 2010.

DEWEY, J. **Reconstrução da filosofia**. São Paulo: Ícone, 2011.

DO CARMO CEDRAZ, Ana Cláudia. A questão agrária das comunidades quilombolas do Território de Identidade do Sisal, BA. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (XIV ENANPEGE), promovido pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE), 10 e 15 de outubro de 2021. **Anais [...]**. 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA137_ID114721092021210045.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

DIEESE. **Consultas - Territórios de Identidade**. Disponível em: <https://geo.dieese.org.br/suprof/territorios.php>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Ciências humanas e neurociências: um confronto crítico a partir de um contexto educacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 33(97), e339702. Epub. March 08, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/339702/2018>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FAGUNDES, Norma Carapiá; FRÓES BURNHAM, Teresinha. Transdisciplinaridade, multirreferencialidade e currículo. **Revista da FACED**, n. 5, p. 39-55, 2001.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação São Paulo: Cosac Naify, 2013.

FORNESSI, R. Desarrollo territorial: hacia la construcción de una herramienta metodológica para abordar dinámicas de acumulación material e inmaterial. **Territorial development: around a methodological construction to tackle the material and immaterial accumulation dynamics.**, v. 15, n. 1, p. 37-48, 2019. Disponível em: [http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=137478548\(=pt-br&site=ehost-live](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=137478548(=pt-br&site=ehost-live). Acesso em: 20 jan. 2020.

FRÓES BURNHAM, Teresinha *et al.* **Análise cognitiva e espaços multirreferenciais de aprendizagem**: currículo, educação à distância e gestão. Salvador: EDUFBA, 2012.

FREIXO, A. A. Do Sertão dos Tocós ao Território do Sisal: rumo à invenção de uma região e uma vocação. **Geografares**, [S. l.], n. 8, p. 1-23, 2010. DOI: 10.7147/GEO8.1287. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1287>. Acesso em: 04 mar. 2021.

GALEFFI, D. A. **O que é isto** – A Fenomenologia De Husserl? Feira de Santana: Ideação, 2000. p. 13-36. Disponível em: <http://www.unilago.com.br/download/arquivos/30194/fenomenologia.pdf> . Acesso em: 20 abr. 2020.

GALEFFI, D A. Educação e filosofia: o filosofar como atividade formativa transdisciplinar na educação básica-considerações polilógicas. **Revista da FAEEDBA-Educação e Contemporaneidade**, 22(39), p. 41-54, 2013. Disponível em: <https://search.proquest.com/scholarly-journals/educa%C3%A7%C3%A3o-e-filosofia-o-filosofar-como-atividade/docview/2187959672/se-2?accountid=26689>. Acesso em: 04 mar. 2021.

GALEFFI, D. A. La perspectiva transdisciplinar de los saberes plurales y de la difusión del conocimiento en educación como alternativa creadora para el mundo globalizado en que vivimos ¿Podemos ser el elemento sorpresa de la nueva revolución cultural de la especie? **Iberoamérica Social: Revista-Red de Estudios Sociales II**: p. 31-37, 2014.

Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/ojs/index.php/IS/article/view/67>. Acesso em: 04 mar. 2021.

GALEFFI, D. A. O anti-intelectualismo nazi-capitalista emergente e o papel do conhecimento científico, filosófico, artístico e místico como resistência crítica e criadora na difusão social do conhecimento. **Sul-Sul-Revista de Ciências Humanas e Sociais**, 1(1), p. 07-24, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufob.edu.br/index.php/revistasul-sul/article/download/648/911>. Acesso em: 04 mar. 2021.

GARCÍA, R. **O conhecimento em construção**: das formulações de Jean Piaget à teoria de sistemas complexos. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GELL, A. **Art and Agency**. Oxford: Clarendon Press, 1998.

GUILLÉN, Germán Vargas. **Tratado de Epistemología**. Bogotá: San Pablo, 2003.

FAGUNDES, Norma Carapiá; FROES BURNHAM, Teresinha. Transdisciplinaridade,

multirreferencialidade e currículo. **Revista da FACED**, n. 5, p. 39-55, 2001.

FARRUGIA, David; SMYTH, John; HARRISON, Tim. Affective topologies of rural outh embodiment. **Sociologia Ruralis**, v. 56, n. 1, p. 116-132, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soru.12077>. Acesso em: 10 abr. 2021.

FERRARI, Maristela; DIAS, Leila Christina (orgs.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2012.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

HACKER, P. M. S. **A natureza humana**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, Jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2021.

IBGE. Conceição do Coité (BA). *In*: IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 20, p. 180-185. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

IBGE., I. I. B. D. G. E. E. S. **Censo Demográfico de 2010**. 2010a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2020.

IBGE., I. I. B. D. G. E. E. S. **IBGE-CIDADES**. 2010b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

INGOLD, Tim. Sobre a Distinção entre Evolução e História. **Antropolítica**, n. 20, p. 17-36, 2006. Disponível em: http://www.uff.br/antropolitica/revistasantropoliticas/revista_antropolitica_20.pdf . Acesso em: 17 set. 2020.

INGOLD, Tim. Pare, Olhe, Escute! Visão, Audição e Movimento Humano. **Ponto Urbe**, 3, p. 01-54, 2008. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/1925>. DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1925> . Acesso em: 28 nov. 2020.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, v. 33, n. 1, p. 06-25, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/faced/article/view/6777>. Acesso em: 17 set. 2020.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 44, p. 21-36, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832015000200021&script=sci_arttext . Acesso em: 20 abr. 2019.

INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?** Petrópolis: Vozes, 2019.

IZÁ PEREIRA, L.; FERRACINI ORIGUÉLA, C.; DE FREITAS COCA, E. L.

Multidimensionalidade, multiterritorialidade e multiescalaridade da questão agrária no Sul Global. **Multidimensionality, multiterritoriality and multiscalarity, of the agrarian question in the Global South.**, v. 23, n. 51, p. 9-20, 2020. Disponível em: [http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=141467541\(=pt-br&site=ehost-live](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=141467541(=pt-br&site=ehost-live). Acesso em: 30 nov. 2020.

JAMES, William. Does' consciousness' exist? **The Journal of philosophy, psychology and scientific methods**, v. 1, n. 18, p. 477-491, 1904a. Disponível em: https://www.pdcnet.org/jppsm/content/jppsm_1904_0001_0018_0477_0491. Acesso em: 20 ago. 2019.

JAMES, William. A world of pure experience. **The Journal of Philosophy, Psychology and Scientific Methods**, v. 1, n. 20, p. 533-543, 1904b. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2011912> . Acesso em: 20 ago. 2019.

JAMES, William. **O Pragmatismo**. [S.l.]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.

JESUS JUNIOR, L. A. de; CORREIA, R. C.; ARAUJO, J. L. P.; MARTINS, C. R. Caracterização das principais culturas da agricultura familiar no Território do Sisal no Estado da Bahia. *In*: CONGRESSO REGIONAL DA SOBER, 6., 2011, Petrolina. Nordeste: desafios do desenvolvimento para a inclusão social. Petrolina: Embrapa Semiárido: FACAPE: UNIVASF: Instituto Federal do Sertão Pernambucano, 2011. **Anais** [...]. 2011. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22JESUS%20JUNIOR,%20L.%20A.%20de%22>. Acesso em: 22 jul. 2022.

JOHNSON, Steven. **Emergência**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

KOTTAK, C. P. **Um espelho para a humanidade**. Porto Alegre: Penso/McGraw Hill, 2013.

LAPOUJADE, D. **William James: a construção da experiência**. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

LATOUR, B. **Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Raça e História**. 1952. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2844023/mod_resource/content/1/LÉVI-STRAUSS%2C%20Claude_Raça%20e%20história.pdf. Acesso em: 23 abr. 2020.

LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. *In*: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. p. 193-213. Disponível em: <https://www.netmundi.org/home/wp-content/uploads/2019/04/LÉVI-STRAUSS-C.-O-feiticeiro-e-sua-magia.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e Significado**. São Paulo: Coletivo Sabotagem, 1977.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes trópicos**. Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica, 1988

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Cia das Letras, 1996a.

- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE, **Antropologia estrutural**. Tempo Brasileiro, 1996b.
- LÉVI-STRAUSS, Claude; DIDIER, Eribon. **De perto e de longe**. São Paulo: Cosac-Naify, 2005.
- LUHMANN, N. **Introdução à teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LUHMANN, N. **Sistemas Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- LUHMANN, N. **Teorias dos Sistemas na Prática**. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 2018.
- LUHMANN, N. **Teorias dos Sistemas na Prática**. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2019.
- MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. **Um rigor outro sobre a qualidade na pesquisa qualitativa: educação e ciências humanas**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MACLAREN, Andrew S. Affective lives of rural ageing. **Sociologia Ruralis**, v. 58, n. 1, p. 213-234, 2018. Disponível em: [https://doi-org.ez10.periodicos.capes.gov.br/10.1111/soru.12196](https://doi.org.ez10.periodicos.capes.gov.br/10.1111/soru.12196). Acesso em: 10 abr. 2021.
- MAFRA, Clara; BONET, Octavio; VELHO, Otávio; PRADO, Rosane. A Antropologia como participante de uma grande conversa para moldar o mundo. Entrevista com Tim Ingold. **Sociologia & Antropologia**, 4(2), p. 303-326, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752014v421>. Acesso em: 20 jul. 2020.
- MARQUES, A. **A Doutrina do Falseamento em Popper**. Disponível em: http://filosofia.projectos.esfl.pt/Popper/Popper_2.pdf . Acesso em: 16 out. 2006.
- MATURANA, H. Lenguaje y realidad: el origen de lo humano. **Revista Colombiana de Psicología**, (5), p. 200-203, 1997. Disponível em: <https://dialnetembrot.unirioja.es/download/articulo/4895336.pdf> . Acesso em: 10 set. 2020.
- MATURANA, H. **A Ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014a.
- MATURANA, H. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014b.
- MATURANA, H.; VARELA, F. **A árvore do conhecimento**. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- MATURANA, H. *et al.* **Habitar humano em seis ensaios de biologia-cultural**. São Paulo: Palas Athena, 2009.
- MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? **Rev. Adm. Contemp.**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552011000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 abr. 2020.
- MESSIAS, J.; MUSSA, I. Por uma epistemologia da gambiarra. **MATRIZES**, v. 14, n. 1, p. 173-192, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matriz/es/article/view/157539>. Acesso em: 30 set. 2020.

MILLER, D. Materiality: An introduction. *In*: MILLER, D. (Ed.). **Materiality**. Durham: Duke University Press, 2005. p. 1-50. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/book/70060>. Acesso em: 30 set. 2020.

MIRANDA, C.; COSTA C. (Org.). **Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão**. Brasília: IICA, 2005.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

MORIN, E. **A aventura de O Método e para uma racionalidade aberta**. São Paulo: Ed. Sesc São Paulo, 2020.

MUÑOZ, S. Um diálogo entre a rede de Bruno Latour e a malha de Tim Ingold atravessada pela experiência. **Fita Moebio** - Journal of Epistemology of Social Sciences, (70), p. 68-80, 2021. Disponível em: <https://semanariorepublicano.uchile.cl/index.php/CDM/article/view/61588> . Acesso em: 16 abr. 2021.

MURPHY, J. **O pragmatismo**. Porto-Portugal: [s.n.], 1993.

OCHOA-MANJARRÉS, M. T. El lenguaje ambiental: una cultura del cuidado de la salud. **Revista Colombiana De Sociología**, 42(1), p. 117-134, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsc.v42n1.72386>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PALACIOS, David Alejandro Ramirez. Bruno Latour and Geography: Territory From a Non-modern View/Bruno Latour e a Geografia: O Território Desde uma Perspectiva Não-moderna/Bruno Latour y la Geografía: El Territorio Desde una Perspectiva No-moderna. **Espaço e Cultura**, n. 41, p. 167-193, 2017. Disponível em: [http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=138812787\(=pt-br&site=ehost-live](http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=138812787(=pt-br&site=ehost-live). Acesso em: 30 abr. 2019.

PARSONS, Talcott. Psychology and Sociology. *In*: GILLIN, John (Ed.). **For a science of social man: Convergences in anthropology, psychology, and sociology**. Nova York: [s.n.], 1954. p.67-74.

PERAFÁN, M. E. V. **O Território do Desenvolvimento e o Desenvolvimento dos Territórios: O Novo Rosto do Desenvolvimento no Brasil e na Colômbia**. 2007. 302 f. Tese (Doutorado) – Programa de Doutorado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisa sobre as Américas, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2007.

PERAFÁN, Mireya E. Valencia; OLIVEIRA, Humberto. **Território e identidade**. Salvador, BA: P55 Edições, Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2013. (Coleção Política e Gestão Culturais).

PERDOMO MARÍN, Juan Camilo. Agencias, mundos y ontologías como escenarios de problematización de la antropología contemporánea. **Maguaré**, v. 33, n. 2, p. 25-68, 2019. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/86196>. Acesso em: 03 jul. 2020.

PERDOMO MARÍN, J. C. La ramificación ontológica: evaluación crítica de la antropología

contemporânea. **Hallazgos**, v. 17, n. 34, p. 02-27, 30 jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15332/2422409X.5283>. Acesso em: 03 jul. 2020.

PERICO, Rafael E. **Identidade e Território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.

PITROU, Perig. Uma Antropologia além de natureza e cultura? **Mana**, 21(1), p. 181-194, 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p181>. Acesso em: 20 jul. 2020.

PNUD, P. D. N. U. P. O. D.; IPEA, I. D. P. E. A.; FJP, F. J. P. **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil**. 2010. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/bom-jesus-do-itabapoana_rj. Acesso em: 30 abr. 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ROCHA, Pedro Henrique; TRINDADE, Helena. **Uma Geografia Decolonial da Pandemia**: Primeiras Aproximações. Repositório UFSC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/225507>. Acesso em: 30 abr. 2022.

RAMALHO, Cícera Izabel. **Licuri (Syagrus coronata)**. v. 30, n. 8, p. 2006, 2006. Disponível em: <http://www.cca.ufpb.br/lavouraxerofila/culturas.html>. Acesso em: 30 abr. 2019.

REGIS, Fátima; TIMPONI, Raquel; MAIA, Alessandra. Cognição integrada, encadeada e distribuída: breve discussão dos modelos cognitivos na cibercultura. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 9, n. 26, p. 115-134, 2013.

RIOS, Jocelma Almeida. A emergência da análise cognitiva. Dnd^a. Jocelma Almeida Rios (IFBA) entrevista Dr^a. Teresinha Fróes Burnham (UFBA). **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 5, n. 9, p. 173-195, 2012.

ROCHA, C. S. *et al.* Morfoanatomia de folhas de *Maytenus rigida* Mart.(Celastraceae); uma espécie utilizada como medicinal no nordeste do Brasil. **Acta Farm Bonaerense**, v. 23, p. 472-476, 2004.

RODRIGUES, L. P.; NEVES, F. M. **A Sociologia de Niklas Luhmann**. Petrópolis: Petrópolis, 2017.

SAYAGO, Doris; BURSZTYN, Marcel. A tradição da ciência e a ciência da tradição: relações entre valor, conhecimento e ambiente. **As Dimensões Humanas da Biodiversidade**. O desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2006.

SANTOS, José Adriana da Conceição *et al.* Estrutura Fundiária dos Territórios de Identidade da Bahia. In: IV SEMANA DO ECONOMISTA & IV ENCONTRO E EGRESSOS, Ilhéus: UESC, 07 a 10 de outubro de 2014. **Anais [...]**. 2014. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/ivsemeconomista/anais/gt6-2.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2022.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; NETO, Agripino Souza Coelho; DA SILVA, Onildo Araujo. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos**, v. 11, n. 2, p. 131-151, 2015. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.9771/1984-5537geo.v11i2.13472>. Acesso

em: 30 set. 2020.

SANTOS, José Manuel (Ed.). **O pensamento de Niklas Luhmann**. Univ. da Beira Interior, 2005. Disponível em: https://labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/201607061748-o_pensamento_de_niklas.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1996

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo**. São Paulo: Edusp, 2006a.

SANTOS, Milton. **Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006b.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Walter N. L. *et al.* Biosorption of Pb (II) and Cd (II) ions by Agave sisalana (sisal fiber). **Microchemical Journal**, 97, n. 2, 2011, p. 269-273.

SEPLAM - Secretaria de Planejamento da Bahia. **Território de Identidade da Bahia**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Cartografia Temática – Regionalizações**. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2595&Itemid=600. Acesso em: 04 mar. 2021.

SERPA, A. **Territórios da Bahia**. Salvador: Edufba, 2015.

SERPA, A. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 2, p. 586 – 600, Ago 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/125427>. Acesso em: 18 jun. 2019.

SILVA, Cleiton Lin Oliveira da. **Política de desenvolvimento territorial na Bahia: gestão social e aprendizagens coletivas**. 2017. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos – PPGESA, Departamento de Ciências Humanas – Campus III, Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro, 2017.

SILVA, Regina Coeli Machado e. A teoria da pessoa de Tim Ingold: mudança ou continuidade nas representações ocidentais e nos conceitos antropológicos? **Horizontes Antropológicos**, 17(35), p. 357-389, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-71832011000100012>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, O. R. R. F.; CARTAXO, W. V.; GONDIM, T. M. de S.; ARAUJO, A. E. de; SILVA, C. A. D. da. A cadeia produtiva do sisal no Nordeste brasileiro. *In*: XIMENES, L. F.; SILVA, M. S. L. da; BRITO, L. T. de L. (Ed.). **Tecnologias de convivência com o semiárido brasileiro**. Fortaleza, CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2019. p. 913-952. (Série BNB Ciência e Tecnologia). Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22SILVA,%20O.%20R.%20R.%20F.%22> . Acesso em: 20 jul. 2020.

SILVA, P. C. G. da; MOREIRA, J. N.; TONNEAU, J.-P.; PIRAUX, M.; AZEVEDO, S. G. de; BRANDAO, W. N.; SOUSA, M. F. de; JESUS JUNIOR, L. A. de; SANTOS, R. de A.; SANTOS, R. D. dos. A experiência e os resultados do Núcleo Piloto de Informação e Gestão Tecnológica para a Agricultura Familiar do Território do Sisal no Sertão da Bahia. *In*: NASCIMENTO, P. P.; SICOLI, A. H.; MARTINS, M. A. G.; BALSADI, O. V.; SILVA JÚNIOR, C. D. da. (Ed.). **Inovações em desenvolvimento territorial: novos desafios para a Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa Departamento de Transferência de Tecnologia, 2011. p. 203-237. Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22SILVA,%20P.%20C.%20G.%20da%22>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SILVA, M. P. da; VIUDES, P.; BAYMA, M. M. A.; BELTRAO, S. L. L.; HEBERLE, A. L. O. Aspectos comunicacionais em comunidades rurais. **Pesquisa Florestal Brasileira**, v. 39, e201902043, p. 701, 2019. Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22SILVA,%20M.%20P.%20da%22>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SILVA JÚNIOR, C. D.; MARTINS, M. A. G.; SICOLI, A. H.; BALSADI, O. V.; NASCIMENTO, P. P. Novos arranjos institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar: uma abordagem territorial. *In*: NASCIMENTO, P. P.; SICOLI, A. H.; MARTINS, M. A. G.; BALSADI, O. V.; SILVA JÚNIOR, C. D. da (Ed.). **Inovações em desenvolvimento territorial: novos desafios para a Embrapa**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Embrapa-Departamento de Transferência de Tecnologia, 2009. . p. 63-89. Disponível em:

<https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=pc&biblioteca=vazio&busca=autoria:%22SILVA%20J%20C%20D.%22>. Acesso em: 21 jul. 2020.

STEIL, Carlos A.; CARVALHO, Isabel C. de M.; INGOLD, Tim. **Cultura, percepção e ambiente: diálogos com Tim Ingold**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. Disponível em: https://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=r_KJDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=Cultura+,++percep%C3%A7%C3%A3o+e+ambiente+:++di%C3%A1logos+com+Tim+Ingold&ots=ar4C4uDHvu&sig=_SzvYuEHNK0dwUuWaZC8ZBZ84pk. Acesso em: 30 abr. 2020.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima**: Isabelle Stengers. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em revista**, n. 10, p. 91-98, 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40601994000100012&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 30 abr. 2019.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Universidade do Estado da Bahia – UNEB. **Anuário UNEB em Dados: 2019 - Base 2018**. Salvador: EDUNEB, 2019.

VIANA, M. S.; CARVALHO, R. C. O. Performances e Experiências: Interações e identidades em Monte Santo-BA. *In: XIII ENECULT – ENCONTRO INTERNACIONAL DE CULTURA*, Salvador-BA, 2017. **Anais** [...]. v. 1, 2017. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/programacaoxv/apresentacao-em-grupos-de-trabalho-nos-14-eixos-tematicos/anais/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VIANA, M. S. *et al.* Das experiências da comunicação à comunicação das experiências: Aspectos preliminares da pesquisa. *In: PIMENTEL JÚNIOR et al.* (orgs.). **Currículo e formação de professores: redes acadêmicas em (des) articulação**. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 258-272.

VIANA, Moisés dos Santos; ARAÚJO, Miriam da Silva. Agenciamentos, mediações técnicas e performatividades: experiências da comunicação no território do Sisal. **Revista UNINTER de Comunicação**, v. 7, n. 12, p. 99-112, 2019. Disponível em: <https://uninter.com/revistacomunicacao/index.php/revistacomunicacao/article/view/777> . Acesso em: 29 abr. 2021.

VV. AA. Lévi-Strauss. **Netmundo.org**. Disponível em: <https://www.netmundi.org/filosofia/2019/antropologia-da-religiao-introducao-e-principais-autores/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WATTS, Duncan. Seis Graus de Separação (six degrees). **A evolução da ciência de redes em uma era conectada**. São Paulo: Leopardo Editora, 2009.

WEAVER, Warren. Science and complexity. *In: Facets of systems science*. Boston, MA: Springer, 1991. p. 449-456. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-4899-0718-9_30. Acesso em: 30 abr. 2019.

WIESINGER, Georg. The importance of social capital in rural development, networking and decision-making in rural areas. **Revue de Géographie Alpine | Journal of Alpine Research** [Online], 95-4, p. 01-15, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rga/354>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rga.354>. Acesso em: 10 abr. 2021.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1968.

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução Bilíngue e Notas Comentadas. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2019. Disponível em: http://www.mediafire.com/file/23yabja6jhd6qn3/WITTGENSTEIN%252C_Ludwig_Investigacoes_Filosoficas.pdf/file. Acesso em: 03 abr. 2020.